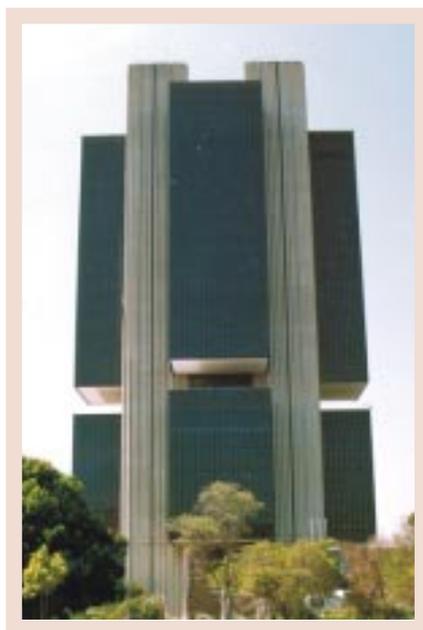


# RELATÓRIO 2 0 0 0



ISSN 0104-3307  
CGC 00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 36	Relatório Anual	2000	P. 1 - 285
------------------------------------	----------	-------	-----------------	------	------------

# Boletim do Banco Central do Brasil

Publicação mensal do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

**A economia brasileira** - Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (e-mail: copec.depec@bcbr.gov.br) e

Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (e-mail: coace.depec@bcbr.gov.br);

**Moeda e crédito** - Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (e-mail: dimob.depec@bcbr.gov.br);

**Mercados financeiro e de capitais** - Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (e-mail: dimob.depec@bcbr.gov.br);

**Finanças públicas** - Divisão de Finanças Públicas (Difin) (e-mail: difin.depec@bcbr.gov.br);

**Relações econômico-financeiras com o exterior** - Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap) (e-mail: dibap.depec@bcbr.gov.br);

**A economia internacional** - Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (e-mail: copec.depec@bcbr.gov.br)

**Organismos financeiros internacionais** - Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

(e-mail: derin@bcbr.gov.br);

**Balanço do Banco Central do Brasil** - Departamento de Administração Financeira (Deafi) (e-mail: deafi@bcbr.gov.br).

## Informações sobre o Boletim:

telefone (61) 414-1009

fax (61) 414-2036

telex (61) 1299 (BCBR BR)

e-mail: copin.depec@bcbr.gov.br

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na última página, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 258,00 (nacional) e US\$ 801,11 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Assinaturas no endereço abaixo. A assinatura anual inclui 12 edições mensais do Boletim e uma edição do Relatório Anual.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte:

Boletim do Banco Central do Brasil, Volume 36, Relatório Anual 2000.

## Controle Geral de Assinaturas:

Banco Central do Brasil

Demap/Disud/Subip

SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 2º Subsolo

Caixa Postal 8670

70074-900 - Brasília (DF)

Telefone (61) 414-3165

Fax (61) 414-1359

Exemplar avulso: R\$ 19,05

Tiragem: 1.200 exemplares

## Convenções Estatísticas:

... dados desconhecidos.

- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.

**0 ou 0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.

\* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Outras publicações do Banco Central do Brasil

Cadastro de Documentos

Capitais Estrangeiros no Brasil - Legislação (em português e inglês)

Consolidação das Normas Cambiais

Consolidação das Normas Cambiais (contrato de câmbio)

Consolidação das Normas Cambiais (taxas flutuantes)

Consolidação das Normas Cambiais (exportação)

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Posição das Operações de Consórcios

Manual de Crédito Agroindustrial

Manual de Crédito Rural

Manual de Normas e Instruções

Relatório de Inflação (em português e inglês)

## Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:

Secre/Surel/Dinfo

Edifício-Sede, 2º subsolo

SBS - Quadra 3, Zona Central

70074-900 - Brasília (DF)

Telefones: (61) 414 (... ) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406

DDG 0800 992345

FAX (61) 321 9453

Internet:

<http://www.bcb.gov.br>

E-mail:

[cap.secre@bcbr.gov.br](mailto:cap.secre@bcbr.gov.br)

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>I – A ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	15
Indicadores de produção .....	15
Investimentos .....	18
Produtividade .....	22
Indicadores de produção industrial .....	23
Energia .....	26
Indicadores de comércio .....	28
Indicadores da produção agropecuária .....	30
Indicadores de emprego .....	35
Indicadores de salários e rendimentos .....	38
Indicadores de preços .....	40
Preços administrados .....	41
Índices gerais de preços .....	43
Índices de preços ao consumidor .....	43
<b>II – MOEDA E CRÉDITO</b> .....	47
Títulos públicos federais .....	50
Agregados monetários .....	54
Operações de crédito do sistema financeiro .....	58
Sistema Financeiro Nacional .....	71
<b>III – MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS</b> .....	81
Mercado futuro .....	82
Mercado de capitais .....	84
Aplicações financeiras .....	87
<b>IV – FINANÇAS PÚBLICAS</b> .....	91
Políticas fiscal e tributária .....	92
Previdência Social .....	94
Privatizações .....	96
Arrecadação de impostos e contribuições federais .....	101
Resultado primário do setor público .....	102
Juros nominais .....	103
Resultado nominal .....	104
Dívida líquida do setor público .....	105
Dívida mobiliária federal .....	106
<b>V – RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR</b> ..	111
Política de comércio exterior .....	111
Política cambial .....	121
Movimento de câmbio .....	129

Reservas internacionais .....	131
Balanço de pagamentos .....	132
Balança comercial .....	132
Intercâmbio comercial .....	158
Serviços .....	158
Transferências unilaterais .....	165
Movimento de capitais .....	166
Dívida externa .....	177
Indicadores de endividamento .....	183
Captações externas .....	184
Captações externas - operações de troca .....	186
Captações externas - setor privado .....	187
Títulos da dívida externa brasileira .....	189
Programa de assistência financeira internacional - saques e amortizações	189
Programa de assistência financeira internacional - metas	
de endividamento externo .....	192
<b>VI- A ECONOMIA INTERNACIONAL .....</b>	<b>193</b>
Introdução .....	193
Estados Unidos .....	195
Japão .....	200
Área do Euro .....	202
Países asiáticos emergentes .....	207
Coréia do Sul .....	207
China .....	207
América Latina .....	208
Argentina .....	208
Chile .....	210
México .....	211
<b>VII- ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>213</b>
Fundo Monetário Internacional (FMI) .....	214
Banco de Compensações Internacionais (BIS) .....	215
Grupo Banco Mundial .....	217
Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) .....	219
Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD) .....	221
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) .....	221
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)	222
Corporação Andina de Fomento (CAF) .....	222
<b>VIII- PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA .....</b>	<b>225</b>
Resoluções do Conselho Monetário Nacional .....	225
Circulares do Banco Central do Brasil .....	236
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>243</b>

## Quadros Estatísticos

### Capítulo I

1.1	Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado .....	16
1.2	Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda .....	17
1.3	Produto Interno Bruto (PIB) trimestral .....	18
1.4	Taxas reais de variação do PIB .....	19
1.5	Formação bruta de capital (FBC) .....	20
1.6	Produção de bens de capital selecionados .....	21
1.7	Produção industrial .....	25
1.8	Utilização da capacidade instalada .....	26
1.9	Derivados de petróleo e álcool carburante .....	27
1.10	Consumo de energia elétrica .....	28
1.11	Faturamento real do comércio .....	30
1.12	Produção agrícola - principais culturas .....	31
1.13	Rendimento médio real das pessoas ocupadas .....	40
1.14	Preços administrados: principais itens na composição das taxas de inflação em 2000 .....	43
1.15	Participação dos grupos no IPCA em 2000 .....	44

### Capítulo II

2.1	Alíquotas de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório .....	49
2.2	Programação monetária .....	56
2.3	Fatores condicionantes da base monetária .....	56
2.4	Haveres financeiros - percentual em relação ao PIB .....	59
2.5	Taxas de operações de crédito prefixadas - 2000 .....	61
2.6	Crédito concedido pelo sistema financeiro .....	71
2.7	Indicadores do sistema financeiro .....	77

### Capítulo III

3.1	Taxas de juros .....	81
3.2	Emissões das empresas no mercado primário .....	87
3.3	Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 2000 .....	88

### Capítulo IV

4.1	Resultado primário do governo central .....	91
4.2	Despesa com pessoal da União .....	92
4.3	Previdência social - fluxo de caixa .....	94
4.4	Programa Nacional de Desestatização .....	97
4.5	Programas estaduais de desestatização – Empresas privatizadas 1996-2000 .....	98

4.6	Programa Nacional de Desestatização – Empresas privatizadas 1991-2000 .....	99
4.7	Arrecadação bruta das receitas federais .....	102
4.8	Necessidades de financiamento do setor público .....	103
4.9	Necessidades de financiamento do setor público - metodologia alternativa .....	105
4.10	Dívida líquida do setor público .....	106
4.11	Títulos públicos federais - saldos em R\$ milhões .....	108
4.12	Emissões no âmbito do Parafe e do Proes .....	109
4.13	Títulos públicos federais - participação percentual por indexador .....	109

## Capítulo V

5.1	Movimento de câmbio - segmento de taxas livres .....	130
5.2	Metas de reservas internacionais - 2000 .....	132
5.3	Balanço de pagamentos .....	133
5.4	Balança comercial - FOB .....	134
5.5	Índices de preço e <i>quantum</i> de exportação .....	135
5.6	Exportação e importação de petróleo e derivados .....	136
5.7	Exportação por fator agregado - FOB .....	137
5.8	Exportação - FOB - principais produtos básicos .....	139
5.9	Exportação - FOB - principais produtos semimanufaturados .....	141
5.10	Exportação - FOB - principais produtos manufaturados .....	143
5.11	Exportação por fator agregado e região - FOB .....	147
5.12	Índices de preço e <i>quantum</i> de importação .....	150
5.13	Importação - FOB .....	150
5.14	Importação - FOB - principais produtos .....	152
5.15	Importação por categoria de uso e região - FOB .....	156
5.16	Balança comercial por países e blocos - FOB .....	159
5.17	Serviços .....	160
5.18	Renda enviada ao exterior .....	161
5.19	Pagamentos de juros .....	162
5.20	Remessas de lucros e dividendos .....	163
5.21	Serviços diversos .....	164
5.22	Transferências unilaterais .....	166
5.23	Investimentos diretos .....	166
5.24	Investimentos estrangeiros diretos no país .....	167
5.25	Investimentos estrangeiros diretos .....	168
5.26	Investimentos em carteira .....	169
5.27	Investimentos estrangeiros em carteira no país .....	170
5.28	Empréstimos e financiamentos a médio e longo prazos .....	171
5.29	Financiamentos oficiais e créditos de fornecedores e compradores .....	172
5.30	Capitais a curto prazo .....	174
5.31	Fluxos financeiros por credor externo .....	176

5.32	Endividamento externo bruto .....	178
5.33	Dívida externa registrada .....	179
5.34	Dívida pública externa registrada .....	181
5.35	Dívida externa de médio e longo prazos .....	181
5.36	Prazo médio de endividamento externo total .....	182
5.37	Indicadores de endividamento .....	184
5.38	Operações de trocas de Bônus da República .....	186
5.39	Emissões da República .....	188
5.40	Empréstimos de regularização .....	192
5.41	Metas de dívida externa - 2000 .....	192

## Gráficos

### Capítulo I

1.1	Formação bruta de capital fixo .....	20
1.2	Produtividade industrial .....	23
1.3	Produção industrial .....	24
1.4	Produção industrial - médias móveis em 12 meses .....	24
1.5	Produção animal .....	34
1.6	Nível de emprego formal .....	36
1.7	Taxa média de desemprego aberto (semana) .....	37
1.8	Índices de preços ao consumidor .....	42

### Capítulo II

2.1	Taxa de câmbio x expectativa inflacionária .....	48
2.2	Reservas bancárias - saldos valorizados dos dias úteis .....	50
2.3	Leilões - taxas de colocação - 2000 .....	52
2.4	Taxas de <i>swap</i> DI x Selic efetiva .....	53
2.5	Base monetária e meios de pagamento .....	54
2.6	PMPP e DV - Velocidade renda .....	55
2.7	Base monetária e meios de pagamento .....	58
2.8	Haveres financeiros - fim de período .....	59
2.9	Multiplicadores monetários - k1 e k4 .....	60
2.10	Diferencial entre taxas de juros de operações de crédito - média do mercado .....	61
2.11	Volume médio de operações de crédito .....	62
2.12	Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco - dezembro .....	65
2.13	Operações de crédito do sistema financeiro privado por níveis de risco - dezembro .....	66
2.14	Operações de crédito do sistema financeiro público por níveis de risco - dezembro .....	66

2.15	Sistema Financeiro Nacional - participação por segmentos .....	78
2.16	Estrutura do ativo do Sistema Financeiro Nacional - 2000 .....	79
2.17	Estrutura do passivo do Sistema Financeiro Nacional - 2000 .....	79
<b>Capítulo III</b>		
3.1	Estrutura a termo .....	82
3.2	Taxas de <i>swap</i> DI x pré de 1 ano <i>versus</i> DI futuro em t .....	82
3.3	Volume negociado em contratos futuros de DI de 1 dia e dólar comercial - média diária .....	83
3.4	Volume negociado de <i>swap</i> DI x pré e DI a termo - média diária .....	84
3.5	Ibovespa x Nasdaq .....	84
3.6	Valor de mercado - companhias abertas - Bovespa .....	85
3.7	Volume médio diário negociado na Bovespa .....	86
3.8	Mercado primário - emissões .....	87
3.9	Patrimônio líquido dos fundos de investimento .....	88
3.10	Saldo de depósitos a prazo e caderneta de poupança .....	89
<b>Capítulo V</b>		
5.1	Reservas internacionais .....	131
5.2	Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo .....	134
5.3	Exportação e Importação - FOB .....	134
5.4	Índice de rentabilidade das exportações .....	135
5.5	Índice de termos de troca .....	137
5.6	Exportações por fator agregado - FOB .....	138
5.7	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das exportações brasileiras ...	140
5.8	Importação por categoria de uso - FOB .....	151
5.9	Importação por categoria de uso - FOB .....	153
5.10	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das importações brasileiras ...	154
5.11	Composição da dívida externa registrada .....	183
5.12	Indicadores de endividamento .....	185
5.13	Captação de recursos externos - setor privado .....	189
5.14	Cotações de títulos brasileiros no exterior .....	190
5.15	Índice de Risco Brasil - <i>strip spread</i> .....	191
<b>Capítulo VI</b>		
6.1	Produto e comércio mundiais .....	194
6.2	Encomendas às fábricas e vendas no varejo .....	195
6.3	Crédito ao consumidor .....	196
6.4	Comércio exterior .....	197
6.5	Produto interno bruto .....	197
6.6	Produção industrial .....	198
6.7	Inflação anual ao consumidor e ao produtor .....	198
6.8	Meta para a taxa de juros e dos <i>fed funds</i> .....	199
6.9	Comércio exterior .....	200
6.10	Produto interno bruto .....	201

---

6.11	Produção industrial .....	201
6.12	Inflação anual ao consumidor e ao produtor .....	202
6.13	Tankan .....	202
6.14	Saldo comercial acumulado em 12 meses .....	203
6.15	Varição anual da produção industrial .....	204
6.16	Produto interno bruto .....	204
6.17	Taxa de câmbio euro/dólar .....	205
6.18	Inflação anual ao consumidor e ao produtor .....	205
6.19	Taxas de juros básicas .....	206
6.20	Indicadores de confiança .....	206
6.21	Estimador industrial mensal .....	209
6.22	Taxas de juros Baibor .....	210

## INTRODUÇÃO

A consolidação do processo de retomada, de forma consistente, do crescimento econômico do país em 2000, reveste-se de importância acentuada se considerada a persistência da restritividade dos condicionantes externos, iniciada a partir de meados de 1997. Os resultados favoráveis registrados no ano, evidenciados pela expansão de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ocorreram em cenário de taxas de inflação decrescentes, continuada elevação do nível de emprego formal e informal, evolução das operações de crédito, resultados fiscais favoráveis e melhora das contas externas. Assinale-se o cumprimento, pelo segundo ano consecutivo, da meta anual para a taxa de inflação, apesar da elevação das cotações internacionais do petróleo, o que ratifica a eficácia do atual regime de política monetária em ambiente de flexibilidade cambial.

A intensificação da atividade econômica esteve associada à ampliação do crédito ao setor privado, em especial a pessoas físicas, comércio e outros serviços, no decorrer do ano. Essa trajetória refletiu o processo de redução da taxa básica de juros da economia, a diminuição da alíquota do recolhimento compulsório incidente sobre recursos à vista e a adoção de medidas prudenciais de aprimoramento e aperfeiçoamento da atividade bancária, que criaram o ambiente propício à redução das taxas de juros ativas. Essa conjuntura estimulou a atuação clássica das instituições financeiras como ofertantes de crédito, reativando esse canal de transmissão da política monetária.

A rigidez na gestão da política monetária no segundo semestre, apesar da evolução favorável dos fundamentos macroeconômicos internos, traduziu a alta persistente dos preços internacionais do petróleo, a intensificação da crise de confiança na Argentina e as incertezas associadas à trajetória das taxas de juros nos Estados Unidos.

A proporção entre a formação bruta de capital fixo e o PIB manteve-se estável em 2000, comparativamente à registrada no ano anterior. Esse resultado deriva, principalmente, da modesta taxa de expansão na indústria da construção civil, em contraste à evolução da produção de bens de capital, cuja taxa de crescimento no ano situou-se em aproximadamente 13%. Adicionalmente, as importações de bens de capital, que haviam decrescido no biênio anterior, expandiram-se, em termos

reais, em 2000. Nesse contexto, a estabilidade na relação entre investimento e PIB não representou a manutenção do patamar da capacidade produtiva da economia, mas a sua ampliação, conforme evidenciado pela expansão na produção de equipamentos de transporte, equipamentos agrícolas e bens de capital seriados para a indústria, assim como pelo crescimento do faturamento real da indústria de máquinas e equipamentos, sem que o nível de utilização da capacidade instalada no setor industrial passasse a representar ameaça à estabilidade dos preços.

Nesse sentido, ressalte-se a reduzida expansão da utilização média da capacidade instalada na indústria, entre janeiro de 2000 e do corrente ano, ante a trajetória dos indicadores relativos à evolução do comércio no período, traduzindo, inequivocamente, o aumento da produtividade decorrente do reaparelhamento do parque industrial. A atividade no comércio, sustentada pelo crescimento das vendas de bens de consumo e do segmento automotivo, em contexto de redução na importação de bens de consumo, esteve associada à evolução positiva do mercado de trabalho e à expansão do crédito no segmento, registrada a taxas de juros decrescentes.

No que se refere ao mercado de trabalho, o saldo entre contratações e demissões manteve-se positivo no ano, assinalando-se que o crescimento da demanda por mão-de-obra não alterou a trajetória de redução do custo unitário do trabalho, expressando a elevação dos ganhos de produtividade. Assim, a taxa média anual do desemprego aberto atingiu 7,1% em 2000, ante 7,6% no ano anterior.

A consistência das políticas econômicas vem ampliando a confiança nos fundamentos da economia brasileira, manifestada tanto pelos agentes internos como pelos investidores externos. Nesse sentido, a austeridade na condução da política fiscal, evidenciada pela continuidade na obtenção de expressivos superávits primários, tem ratificado a capacidade de geração de poupança do setor público, fundamental à estabilização da relação dívida/PIB, ressaltando-se a contribuição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o resultado relativo à esfera das administrações estadual e municipal. Dessa forma, o superávit primário do setor público consolidado atingiu 3,6% do PIB em 2000, comparativamente a 3,2% em 1999, superando a meta acordada no programa de assistência financeira, coordenado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ademais, a redução continuada das necessidades de financiamento do setor público, considerado o conceito nominal, também reflete a trajetória declinante das taxas de juros, contribuindo para melhorar a percepção relativa à sustentabilidade de longo prazo do passivo público. Adicionalmente, a credibilidade do ajuste fiscal efetuado vem possibilitando ampliação considerável do prazo da dívida pública federal interna, que atingiu 15,3 meses ao final do ano, praticamente o dobro do registrado ao final de 1999.

Em relação ao setor externo, o crescimento das exportações contribuiu para a contração de aproximadamente 45% no déficit comercial, no ano, não obstante a elevação de 13,2% registrada nas importações, associada ao aumento do preço internacional do petróleo e à intensificação das compras de matérias-primas e de bens intermediários. É relevante qualificar que o incremento nas importações, ao refletir o vigoroso crescimento industrial recente, deverá alavancar as exportações no médio prazo, favorecendo a recuperação gradual da balança comercial e o recuo do déficit em transações correntes.

O padrão de financiamento de longo prazo das contas externas do país manteve-se favorável em 2000, refletindo a redução na percepção de risco do investidor estrangeiro, em função da melhora sustentada dos fundamentos da economia brasileira. Assim, o financiamento do déficit em conta corrente foi integralmente realizado por meio do ingresso de investimentos estrangeiros diretos, que alcançou liquidamente US\$ 30,6 bilhões. Adicionalmente, registrou-se o alongamento dos prazos de colocação de títulos soberanos.

Nesse cenário, as taxas de variação dos principais índices de preços registraram movimento descendente, relativamente ao padrão de 1999, traduzindo o desempenho favorável do setor agrícola, em especial no primeiro semestre do ano, e os impactos decorrentes dos reajustes dos preços administrados e do salário mínimo, que, não exercendo pressões inflacionárias relevantes, ratificaram a virtual eliminação de mecanismos de indexação na economia. Assinale-se, ainda, a tendência declinante, no transcorrer do ano, das expectativas do mercado quanto ao comportamento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2000, convergindo, em dezembro, para a meta de 6% referenciada pelo regime de metas para a inflação.



# I

## A ECONOMIA BRASILEIRA

### Indicadores de produção

As expectativas quanto à evolução do nível de atividade econômica em 2000 mostravam-se positivas no início do ano, referendadas pelo cenário internacional favorável e por indicadores de inflação em patamar excepcionalmente reduzido. A recuperação da atividade tornara-se mais intensa a partir do último trimestre de 1999, quando os desdobramentos da crise financeira internacional e os efeitos da mudança da política cambial já haviam sido absorvidos, com impactos muito aquém dos inicialmente previstos. De maneira geral, o cenário favorável manteve-se ao longo do ano, sustentado em parte pelo declínio das taxas de juros e por medidas de política monetária que visaram aumentar a oferta de crédito e a redução dos custos vinculados aos empréstimos. Nesse sentido, o percentual de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista passou de 65%, no início do ano, para 45%, a partir de junho, enquanto a meta da taxa Selic declinou de 19% a.a., em janeiro, para 15,25% a.a., em dezembro.

Ratificando as expectativas favoráveis, o PIB, a preços de mercado, cresceu 4,5% em 2000, após dois anos de resultados pouco significativos, 0,2% em 1998 e 0,8% em 1999. Esse desempenho, semelhante ao de 1995, contribuiu para que a taxa média da década de 90 se elevasse de 1,8%, até 1999, para 2%. O produto *per capita* apresentou crescimento real de 3,1% em 2000, situando-se em R\$ 6.560,00.

O PIB a preços de mercado expandiu-se 1,3% no primeiro trimestre de 2000, ante o registrado no último trimestre do ano anterior, dados ajustados sazonalmente, e de 4,1% comparativamente ao de igual período daquele ano. Todos os setores apresentaram resultados positivos, principalmente a agropecuária, 7%, cujo expansão foi explicada, principalmente, pelo desempenho das lavouras, 7,9%, que responde por mais de 60% do produto do setor. A produção animal e a extrativa vegetal e silvicultura cresceram 4,9% e 8,3%, respectivamente. A expansão do setor secundário atingiu 5,5%, com destaque para o crescimento de 6,5% da indústria de transformação, sensível a alterações nas condições de crédito e aos movimentos de recuperação das exportações. Também foram significativos os crescimentos registrados nos setores de extrativismo mineral, 8%, e de serviços industriais de utilidade pública, 6,6%. No setor de serviços, onde foi registrada

Quadro 1.1 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado

Ano	A preços de 2000 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes <sup>1/</sup> (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB per capita		
						A preços de 2000 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes <sup>1/</sup> (US\$)
1980	716 417	9,2	92,1	237 772	118,6	6 042	7,0	2 005
1981	685 969	-4,3	100,5	258 553	121,2	5 659	-6,3	2 133
1982	691 662	0,8	101,0	271 252	123,9	5 583	-1,3	2 190
1983	671 397	-2,9	131,5	189 459	126,6	5 304	-5,0	1 497
1984	707 652	5,4	201,7	189 744	129,3	5 474	3,2	1 468
1985	763 196	7,8	248,5	211 092	132,0	5 783	5,6	1 599
1986	820 359	7,5	149,2	257 812	134,7	6 092	5,4	1 915
1987	849 318	3,5	206,2	282 357	137,3	6 187	1,6	2 057
1988	848 808	-0,1	628,0	305 707	139,8	6 071	-1,9	2 186
1989	875 631	3,2	1 304,4	415 916	142,3	6 153	1,4	2 923
1990	837 541	-4,3	2 737,0	469 318	144,1	5 813	-5,5	3 257
1991	846 167	1,0	416,7	405 679	146,4	5 780	-0,6	2 771
1992	841 598	-0,5	969,0	387 295	148,7	5 660	-2,1	2 605
1993	883 005	4,9	1 996,2	429 685	150,9	5 850	3,4	2 847
1994	934 660	5,9	2 240,2	543 087	153,1	6 103	4,3	3 546
1995	974 103	4,2	77,6	705 449	155,3	6 272	2,8	4 542
1996	1000 014	2,7	17,4	775 475	157,5	6 350	1,2	4 924
1997	1 032 715	3,3	8,3	807 814	159,6	6 469	1,9	5 060
1998	1 034 987	0,2	4,7	787 499	161,8	6 397	-1,1	4 867
1999	1 043 163	0,8	4,3	529 398	163,9	6 363	-0,5	3 229
2000	1 089 688	4,5	8,6	595 881	166,1	6 560	3,1	3 587

Fonte: IBGE

1/ Estimativa obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio, calculada de acordo com metodologia publicada no Boletim do Banco Central do Brasil de dezembro de 1996.

evolução positiva de 3,7%, sobressaiu-se o crescimento expressivo das comunicações, 15,9%, seguindo-se as taxas apresentadas pelo comércio, 5,5%, e pelo transporte, 5%.

No segundo trimestre, a expansão do PIB atingiu 1,45%, considerada a variação em relação ao período imediatamente anterior, isenta de efeitos sazonais, reflexo da evolução positiva apresentada pela indústria, 1,53%, e pelos serviços, 0,95%, e negativa na agropecuária, 0,33%.

No primeiro semestre, o PIB a preços de mercado cresceu 4,3% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior, desempenho atribuído, principalmente, à continuidade da melhoria das condições de crédito e da expansão das exportações, sobretudo de manufaturados, bem como ao resultado da safra agrícola. O crescimento também foi favorecido pela base de comparação ainda deprimida, haja vista que,

no primeiro semestre de 1999, o nível de atividade ainda se ressentia das influências da crise russa e das incertezas relacionadas à mudança do regime cambial. Setorialmente, a exemplo do primeiro trimestre, a maior taxa de expansão foi registrada pela agropecuária, 7,3%, seguindo-se as relativas à indústria, 5,3%, e aos serviços, 3,9%.

**Quadro 1.2 - Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda**

Em R\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999
Produto Interno Bruto	778 887	870 743	913 735	960 858
Consumo final	630 814	704 200	738 747	775 098
Consumo das famílias	486 813	545 698	567 001	593 938
Consumo da administração pública	144 001	158 502	171 746	181 160
Formação bruta de capital	162 953	187 187	193 436	196 452
Formação bruta de capital fixo	150 050	172 939	179 484	181 813
Variação de estoques	12 903	14 248	13 951	14 639
Exportação de bens e serviços	54 430	65 356	69 727	101 809
Importação de bens e serviços (-)	69 311	86 000	88 174	112 501
Remuneração dos empregados	300 208	326 145	349 118	360 096
Salários	224 329	241 949	250 841	255 059
Contribuições sociais efetivas	45 337	50 051	55 199	59 847
Contribuições sociais imputadas	30 542	34 146	43 078	45 189
Rendimento de autônomos	44 306	48 630	50 345	49 003
Excedente operacional bruto	319 137	372 396	386 929	397 593
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	115 236	123 572	127 343	154 167

Fonte: IBGE

No terceiro trimestre, o ritmo de expansão do PIB tornou-se menos intenso. Nesse período, a taxa de crescimento do produto, ante o relativo ao trimestre anterior, situou-se em 1,1%, a partir da série dessazonalizada. Considerando resultados acumulados no ano, a taxa de crescimento totalizou 4,6%. Mantendo o padrão dos trimestres anteriores, a agropecuária cresceu com maior intensidade, 6,2%, enquanto o setor industrial, que representa cerca de 35% do PIB, apresentou evolução positiva de 5,1%, assinalando-se o desempenho da indústria de transformação, 6,1%, e da extrativa mineral, 10%. O produto dos serviços expandiu-se 3,8%, principalmente pela contribuição das comunicações, 17,1%, do comércio, 5,3%, e dos outros serviços, 5,2%.

No último trimestre, o crescimento de 0,3% apresentado pelo PIB, considerando dados com ajuste sazonal, evidenciou, de forma mais acentuada, a redução do ritmo de expansão da economia. O resultado do ano, 4,5%, situou-se em patamar

**Quadro 1.3 - Produto Interno Bruto trimestral**

Em R\$ milhões

Ano		PIB a preços de mercado	Impostos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1996	I Trimestre	188 230	19 113	20 319	52 092	106 189
	II Trimestre	193 604	20 501	17 450	57 626	107 185
	III Trimestre	199 097	21 482	12 553	64 603	109 929
	IV Trimestre	197 956	22 824	7 669	66 860	109 730
1997	I Trimestre	198 579	20 870	10 303	62 147	114 459
	II Trimestre	217 537	22 370	16 996	69 513	118 627
	III Trimestre	230 032	23 202	17 969	72 990	126 257
	IV Trimestre	224 595	23 879	16 840	70 111	123 911
1998	I Trimestre	221 074	22 543	17 355	66 727	124 409
	II Trimestre	237 020	23 983	20 855	73 105	129 830
	III Trimestre	234 653	23 333	16 020	74 960	131 209
	IV Trimestre	220 988	23 756	13 698	68 796	125 161
1999	I Trimestre	214 023	23 654	14 846	62 101	123 728
	II Trimestre	233 996	24 907	18 609	72 080	129 123
	III Trimestre	250 509	26 559	18 883	82 870	132 541
	IV Trimestre	262 329	29 043	18 463	86 856	137 812
2000	I Trimestre	248 549	26 432	18 509	79 138	134 012
	II Trimestre	268 900	28 370	20 407	89 124	138 372
	III Trimestre	281 884	31 668	20 056	95 006	145 300
	IV Trimestre	290 355	33 520	16 221	97 067	153 252

Fonte: IBGE

semelhante ao do terceiro trimestre, refletindo os crescimentos de 3% na agropecuária, de 5% na indústria e de 3,9% em serviços. Os subgrupos que cresceram acima da média da economia foram a indústria de transformação, 5,7%, a extrativa mineral, 11,5%, os serviços industriais de utilidade pública, 5,3%, as comunicações, 17%, os outros serviços, 5,7%, e o comércio, 5,5%.

**Investimentos**

A participação da formação bruta de capital fixo (FBCF) no PIB declinou entre 1995 e 1999. No primeiro ano, os investimentos representaram 21,4% do PIB, a preços do ano anterior, ou 20,5% a preços correntes, enquanto, em 1999, esses percentuais alcançaram, respectivamente, 18% e 18,9%. Observe-se que a formação bruta de capital (FBC), que inclui a variação de estoques, passou de 22,3% para 20,5%, nos anos considerados.

**Quadro 1.4 - Taxas reais de variação do PIB**

Percentual

Discriminação	1998	1999	2000
PIB	0,2	0,8	4,5
Setor agropecuário	1,9	7,4	3,0
Produção vegetal	1,3	8,3	2,8
Produção animal	6,4	6,9	3,1
Extrativa vegetal	- 4,9	1,1	4,3
Setor industrial	- 1,4	- 1,6	5,0
Extrativa mineral	7,8	5,0	11,5
Transformação	- 3,8	- 1,6	5,7
Construção	1,4	- 3,2	2,1
Serviços industriais de utilidade pública	3,8	2,5	5,3
Setor serviços	1,1	1,9	3,9
Comércio	- 5,1	0,3	5,5
Transportes	5,1	0,6	3,4
Comunicações	13,6	21,3	17,0
Administrações públicas	1,9	2,8	2,0
Outros serviços	- 0,4	- 1,3	5,7
Instituições financeiras	- 0,6	0,9	2,9
Aluguéis	2,9	2,5	2,3
<i>Dummy</i> financeiro	0,1	0,5	4,3

Fonte: IBGE

Para o ano 2000, estimativa do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central do Brasil (Bacen) indicou taxas de 18,6% a preços do ano anterior e de 18,8% a preços correntes, para a FBCF. A relativa estabilidade ante os resultados de 1999 refletiu comportamento diferenciado dos principais indicadores de investimentos no período. A indústria da construção civil, que tem respondido por cerca de 68% da FBCF, apresentou expansão de 2,1% no ano, situando-se abaixo do crescimento do PIB. Em contrapartida, esse desempenho foi compensado pelo crescimento de 12,7% registrado pela produção de bens de capital, com participação de cerca de 27% da FBCF. Além disso, as importações de bens de capital, que haviam registrado decréscimo nos dois últimos anos, mostraram recuperação em 2000, expandindo-se 2,8% em termos reais. Assim, apesar de a proporção das despesas com investimentos ante o PIB ter-se mantido estável, houve ampliação da capacidade produtiva da economia, sinalizada pelo crescimento expressivo na produção de máquinas e equipamentos.

A evolução dos indicadores de investimentos ao longo do ano revelou expansão mais acentuada no segundo semestre, em resposta à manutenção da tendência de crescimento do nível de atividade. Nesse sentido, a produção de insumos da

**Quadro 1.5 - Formação bruta de capital (FBC)**

Percentual

Ano	Participação na FBC			Variação de estoques	FBCF/PIB	
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)				A preços correntes	A preços do ano anterior
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1990	65,7	34,0	2,7	-2,5	20,7	-
1991	60,4	28,7	2,5	8,4	18,1	19,5
1992	64,8	26,3	6,3	2,7	18,4	17,0
1993	62,5	24,2	5,8	7,5	19,3	18,7
1994	60,6	27,2	5,8	6,3	20,7	20,8
1995	57,4	28,9	5,8	7,8	20,5	21,4
1996	62,0	25,3	4,8	7,9	19,3	20,3
1997	63,2	24,8	4,4	7,6	19,9	20,4
1998	65,3	23,2	4,3	7,2	19,6	19,7
1999	65,0	23,0	4,5	7,5	18,9	18,0
2000 <sup>1/</sup>	64,8	23,8	4,6	...	18,8	18,6

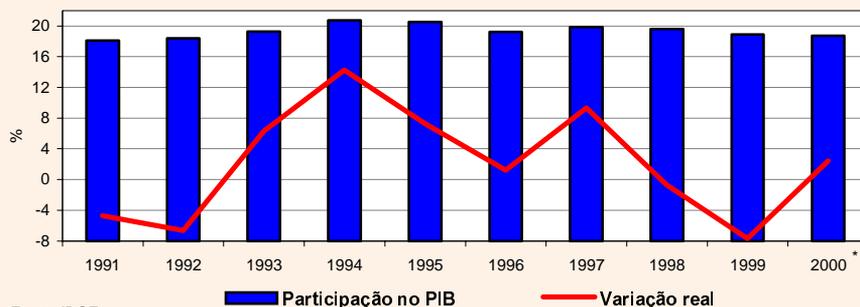
Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil.

construção, que se expandira 0,8% no primeiro semestre, ante o último de 1999, evoluiu 1,5% no segundo, na mesma base de comparação, dados isentos de influências sazonais. Para a produção de bens de capital registraram-se taxas respectivas de 6,4% e de 10,3%.

A expansão da construção civil em patamar inferior ao da média da economia é explicada, em parte, pelos níveis contidos dos investimentos do setor público e dos financiamentos para construção e aquisição de habitações. Nesse sentido, os

Gráfico 1.1  
Formação bruta de capital fixo



Fonte: IBGE

\* Estimativa do Banco Central do Brasil

recursos disponibilizados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) reduziram-se 0,5% em 2000, em valores nominais, enquanto os financiamentos habitacionais apresentaram queda de 15,9%. Já os financiamentos imobiliários comerciais, cuja representatividade tem sido inferior a 1% do total dos recursos do SBPE, mostraram recuperação em 2000, com crescimento de 10,2%. Considerando o número de financiamentos imobiliários concedidos, registrou-se crescimento de 9,8% dos direcionados à construção, após queda de 22,7% em 1999, enquanto, para aquisição, registrou-se queda de 2,9%, que se seguiu ao crescimento de 1,7% em 1999.

A produção de bens de capital foi estimulada pela redução da ociosidade das instalações na indústria, bem como pela evolução favorável da produção agrícola. Considerando grupos selecionados desses bens, estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, após dois anos de queda na maior parte dos segmentos, constatou-se crescimento generalizado da produção em 2000, que ocorreu com mais intensidade nos equipamentos de transporte, bens de capital seriados para a indústria, equipamentos agrícolas, equipamentos para a construção e peças agrícolas.

**Quadro 1.6 - Produção de bens de capital selecionados**

Discriminação	Participação percentual <sup>1/</sup>	Variação percentual		
		1998	1999	2000
Bens de capital	100,0	- 1,6	- 9,1	12,7
Industrial	24,6	- 5,5	- 7,0	18,5
Seriados	16,8	- 3,0	- 4,0	21,2
Não-seriados	7,9	- 13,2	- 17,6	7,4
Agrícolas	9,7	- 1,7	- 15,2	19,3
Peças agrícolas	1,5	- 12,3	- 1,9	14,6
Construção	3,4	2,7	- 41,9	15,0
Energia elétrica	5,5	- 3,4	- 5,2	3,2
Transportes	26,0	8,3	2,7	22,7
Misto	29,2	- 4,2	- 9,1	7,8

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE

1/ Corresponde à participação estimada para 2000.

As estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) ratificaram as pesquisas do IBGE. Após declinar 13% em 1999, a produção de máquinas e equipamentos agrícolas elevou-se 25,1%, refletindo, principalmente, as expansões na produção de tratores de rodas, 30,7%, e de colheitadeiras, 14,5%. O item “outros”, que se refere a cultivadores motorizados, tratores de esteira e retroescavadeiras, apresentou crescimento de 3,2%. No mesmo

sentido, as unidades produzidas de ônibus e de caminhões cresceram 50,9% e 26,2%, respectivamente.

Outro indicador que corrobora a expansão da capacidade instalada do país é o crescimento de 12,8% do faturamento real da indústria de máquinas e equipamentos em 2000, após queda de 11,7% registrada em 1999, conforme a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). A recuperação do setor provocou aumento de 9% no número de empregados, bem como elevação do nível de utilização média da capacidade instalada das indústrias da Associação, que passou de 67,7%, em 1999, para 75,9%.

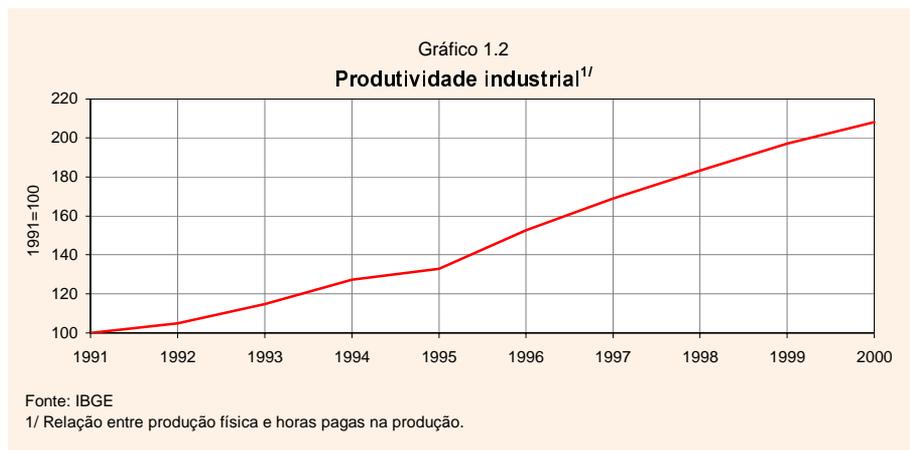
O total dos desembolsos do Sistema BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S. A. (BNDESpA) - cresceu 27,7% em 2000, considerando valores nominais, atingindo R\$ 23 bilhões, ante R\$ 18 bilhões em 1999. Por setores de atividade, os desembolsos direcionados para a agropecuária apresentaram o crescimento mais acentuado, 48,3%, seguindo-se comércio e serviços, 28,7%, e indústria de transformação, 25,9%. Os financiamentos para a indústria extrativa declinaram 53,2%, comportamento explicado, principalmente, pela base de comparação elevada. A distribuição dos recursos por região mostrou concentração na região Sudeste, 56,5%, mas em percentual inferior ao registrado em 1999, 60,4%. Os financiamentos canalizados para a região Sul somaram 18,5% do total, ante 21,1% em 1999, enquanto, nas demais regiões, registrou-se elevação da participação. Na região Norte, passou de 2,5%, em 1999, para 4%, e nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, de 9,2% para 12,2% e de 6,6% para 9%, respectivamente.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), custo para os financiamentos tomados junto ao Sistema BNDES, manteve trajetória de queda ao longo do ano, tendo passado de 12% a.a., no primeiro trimestre, para 9,75% a.a. no último.

## **Produtividade**

A produtividade do trabalho manteve a trajetória de crescimento iniciada em 1993. Conforme as Contas Nacionais de 1999, a produtividade total, medida como a razão entre a variação do valor adicionado, a preços do ano anterior, e a variação do pessoal ocupado, cresceu 2,3%, no ano, ante 2,2% em 1998. Das 43 atividades consideradas, apenas em sete a produtividade reduziu-se, com maior intensidade na indústria de beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo, 6,47%, seguindo-se a indústria têxtil, 3,2%, e aluguel de imóveis, 1,1%. Nos outros setores, as reduções foram inferiores a 1%. Por outro lado, os desempenhos mais favoráveis ocorreram nas atividades ligadas às indústrias do

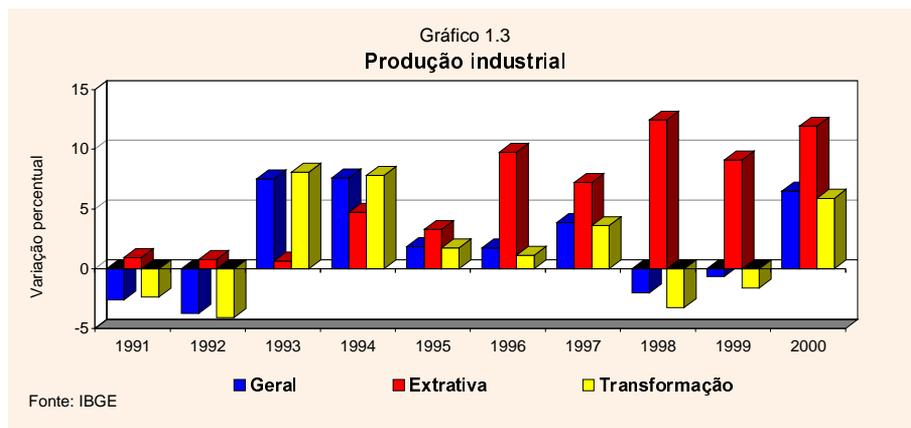
café, 26,2%, e do açúcar, 20,3%, bem como nos serviços industriais de utilidade pública, 15,9%. Ainda com taxas superiores a 10%, assinala-se as expansões nos segmentos de extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis, 14,7%, fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria, 12,2%, indústria da borracha, 10,6%, e fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico, 10%. Na agropecuária, a produtividade cresceu 2,3%, e na construção civil, 2,2%.



Para 2000, as estatísticas disponíveis permitem acompanhar a evolução da produtividade nas indústrias de transformação e extrativa mineral. A relação entre a produção física e o total de horas trabalhadas na produção da indústria geral cresceu 5,6%, ante 7,6% correspondente a 1999. A elevação da produtividade foi mais intensa na indústria extrativa mineral, 10%, que na de transformação, 5%. Analisando a evolução da produtividade por gêneros industriais, os crescimentos mais intensos ocorreram em material de transporte, 14,6%, e mecânica, 13,7%, segmentos relacionados à produção da indústria automobilística. Também apresentaram expansão significativa da produtividade as indústrias de bebidas, 10,1%, material elétrico e de comunicações, 9,2%, e têxtil, 8,3%. Apenas em cinco dos vinte gêneros pesquisados ocorreram quedas: produtos de matérias plásticas, 4,1%, produtos alimentares, 3,8%, fumo, 3,9%, madeira, 3,4%, e couros e peles, 3,3%.

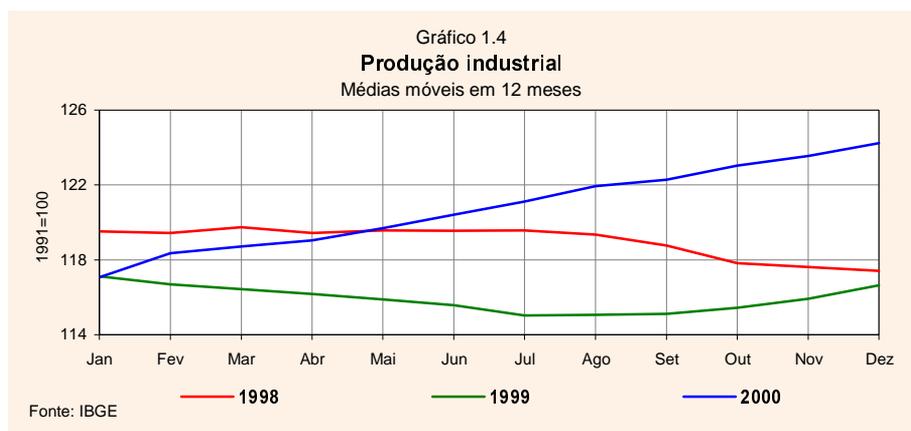
### Indicadores de produção industrial

Os indicadores do nível de atividade industrial apontaram recuperação da produção em 2000, após dois anos de queda. Segundo o IBGE, a produção industrial cresceu 6,5% no ano, o melhor resultado desde 1994. O índice do mês de dezembro foi o maior das séries históricas, ajustadas sazonalmente, tanto da produção física total quanto das categorias de uso de bens intermediários e de bens de consumo duráveis.



A indústria extrativa mineral manteve a trajetória de crescimento dos últimos anos, atingindo variação de 11,9% em 2000, resultante, principalmente, do aumento da extração de petróleo em bruto e de gás natural. A indústria de transformação, correspondente a cerca de 90% da produção total, apresentou expansão de 5,9%, na comparação das médias de 1999 e de 2000. Considerando os vinte gêneros industriais pesquisados, em quinze ocorreu crescimento da produção, o que indica expansão generalizada do nível de atividade do setor, em reação ao cenário econômico favorável representado pela redução da taxa de juros e pelo incremento das vendas internas e externas. O maior crescimento ocorreu na indústria de material de transporte, 18,9%, seguida de mecânica, 18%, borracha, 13%, material elétrico e de comunicações, 11,9%, mobiliário, 7,8%, e metalúrgica 7,6%. Dentre os cinco gêneros que apresentaram queda da produção, destacaram-se couros e peles, 8%, e fumo 7,8%.

Por categoria de uso, a produção de bens intermediários, segmento relevante devido ao seu peso na indústria, cresceu 6,9% no ano. A produção de bens de capital expandiu-se 12,7%, sugerindo movimento de reaparelhamento tanto da indústria como dos demais setores.



Quadro 1.7 - Produção industrial

Discriminação	Participação percentual <sup>1/</sup>	Variação percentual		
		1998	1999	2000
Total	100,0	- 2,0	- 0,7	6,5
Por categorias de uso				
Bens de capital	8,6	- 1,6	- 9,1	12,7
Bens intermediários	65,4	- 0,7	1,9	6,9
Bens de consumo	26,0	- 5,4	- 2,8	3,0
Duráveis	5,7	- 19,6	- 9,3	20,5
Semi e não-duráveis	20,3	- 1,1	- 1,2	- 1,0

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE

1/ Corresponde à participação estimada para 2000.

A categoria bens de consumo, que, em seu conjunto, representa cerca de 26% do total, alcançou crescimento de 3% no ano. O comportamento das indústrias fabricantes de bens de consumo, entretanto, não foi homogêneo. A subcategoria bens de consumo duráveis, composta, basicamente, por automóveis, eletroeletrônicos e mobiliário, cresceu 20,5% no período, beneficiando-se das elevações do emprego e da massa salarial e, principalmente, da melhoria das condições do mercado de crédito. Dados da Anfavea indicaram recuperação da indústria automotiva, com aumento de 23,6% da produção de automóveis e comerciais leves. A subcategoria de semiduráveis e não-duráveis, por sua vez, apresentou redução de 1%, resultado explicado, em parte, pela contração de 5,7% da produção de carburantes.

O incremento da produção refletiu-se na utilização média da capacidade instalada da indústria de transformação. Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), o nível de utilização da capacidade instalada, que correspondia a 81,3% em janeiro de 2000, atingiu 84,1% em outubro, retrocedendo para 82% em janeiro de 2001. Na série dessazonalizada, porém, o patamar alcançado na pesquisa de janeiro de 2001 superou em 0,6% o de outubro de 2000, seguindo a elevação dos indicadores de produção, ajustados sazonalmente, no último trimestre do ano.

Por setores, o de bens intermediários apresentou os maiores níveis de utilização ao longo do ano, registrando 86,2% no último levantamento. A utilização média no setor de material de construção vem-se intensificando, atingindo 85,6% em janeiro. No mesmo mês, os patamares de ocupação das indústrias de bens de capital e de consumo situaram-se em 81,3% e 77,1%, respectivamente. Entre os gêneros industriais, borracha, papel e papelão, madeira e têxtil apresentaram o maior nível de ocupação da capacidade, superior a 90%, na pesquisa de janeiro de 2001.

**Quadro 1.8 - Utilização da capacidade instalada<sup>1/</sup>**

Percentual

Discriminação	1998	1999	2000
Indústria de transformação	79	81	82
Bens de consumo	76	75	77
Bens de capital	65	75	81
Materiais de construção	82	79	86
Bens de consumo intermediário	83	85	86

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Posição em janeiro do ano seguinte.

A contração do nível de ociosidade também foi evidenciada pela pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada por federações de indústria em doze estados, com o nível médio de utilização da capacidade instalada alcançando 79,9% em dezembro de 2000, ante 78,6% no mesmo mês do ano anterior. Por estados, a intensidade do uso das instalações superou o agregado nacional em Santa Catarina, 85,4%, Rio Grande do Sul, 83,8%, Minas Gerais, 82,5%, e Ceará, 81,2%. Em São Paulo, totalizou 79,8%.

Observa-se que, apesar de determinados setores estarem operando em níveis próximos ao seu limite, a capacidade média da indústria de transformação não se mostrou restritiva à expansão da produção fabril. A taxa de crescimento dos indicadores de utilização das instalações tem sido inferior à da produção, sugerindo incorporação de ganhos de escala e de produtividade ou, ainda, ampliação da capacidade pela realização de investimentos.

Outros indicadores importantes confirmaram resultados positivos para a indústria em 2000. Segundo a CNI, as vendas industriais reais subiram 10,8% no ano, enquanto as horas trabalhadas na produção cresceram 4%. Na indústria paulista, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), essas mesmas variáveis registraram elevação de 13,7% e de 4,7%, respectivamente.

**Energia**

A produção de petróleo, incluindo líquidos de gás natural (LGN), manteve o ritmo de expansão dos últimos anos, registrando crescimento de 12,3% em 2000, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A média diária de produção anual atingiu 1.270,6 mil barris, ante 1.131,7 mil barris em 1999. A produção de gás natural apresentou desempenho semelhante, elevando-se 11,7% no período.

O total de óleo processado nas refinarias cresceu 2,1% em 2000, atingindo média de 1.585,3 mil barris diários, registrando-se aumento da participação do petróleo nacional no total processado, de 71%, em 1999, para 74%. A importação de petróleo declinou 14,2% no ano, situando-se em 397,1 mil barris/dia.

As vendas internas de derivados retraíram-se, em média, 1,6% no ano, de acordo com a ANP. Esse comportamento, oposto à evolução do nível de atividade econômica, é explicado, em parte, pela reação dos consumidores ao aumento dos preços. As vendas de gasolina contraíram-se 4,4% e as de óleo combustível, 6,1%, enquanto as de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e de óleo diesel expandiram-se 1,7% e 0,7%, respectivamente. As vendas dos demais derivados reduziram-se em 7% e as de gasolina automotiva, considerada a adição de álcool anidro, em 6,2%.

**Quadro 1.9 - Derivados de petróleo e álcool carburante**

Consumo aparente - média diária (1.000 b/d)

Discriminação	1998	1999	2000
Petróleo	1 382	1 385	1 362
Óleos combustíveis	186	185	173
Gasolina	313	308	295
Óleo diesel	589	596	600
Gás liquefeito	205	215	218
Querosene de aviação	86	79	72
Demais derivados	3	3	4
Álcool carburante	201	201	161
Anidro	94	97	86
Hidratado	107	104	76

Fonte: ANP

O consumo de álcool carburante declinou 19,7% em 2000. As vendas de álcool anidro declinaram, isoladamente, 12%, evolução atribuída, em parte, à mudança da proporção de álcool anidro na composição da gasolina automotiva, que diminuiu de 24% para 20%, a partir de agosto último. As vendas de álcool hidratado, que vêm apresentando redução desde 1996, mantiveram essa tendência, com queda de 27% em 2000. A média diária de venda de álcool hidratado equivaliu a 75,7 mil barris diários, sendo superada pela relativa a álcool anidro, da ordem de 85,7 mil barris diários.

Com referência à energia elétrica, o consumo total cresceu 4,6% em 2000, de acordo com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A classe comercial, que representa cerca de 15,5% do mercado total, assinalou a maior elevação, 8,5%. O consumo industrial de energia acompanhou o aumento da utilização da capacidade instalada da indústria, expandindo-se 5,9%. O consumo residencial, com participação

de 27,3% no consumo total, apresentou expansão mais moderada, 2,7%, taxa explicada pela queda do rendimento médio real das pessoas ocupadas, pela elevação das tarifas e pela ocorrência de temperaturas mais amenas ao longo do ano, resultando em decréscimo do consumo médio residencial. Segundo a Eletrobrás, foram realizadas cerca de 158 mil novas ligações mensais ao longo de 2000, o que elevou o número de consumidores residenciais em 4,9%, atingindo 40,3 milhões. Entretanto, parcela significativa dessas ligações ocorreu em residências que se caracterizam por apresentar padrão de baixo consumo de energia elétrica. O agregado das demais classes, que inclui consumo rural, iluminação pública, poderes públicos, serviços públicos e consumo próprio, cresceu apenas 0,1%, evolução devida, em parte, à diminuição dos níveis de irrigação.

**Quadro 1.10 - Consumo de energia elétrica<sup>1/</sup>**

GWh

Discriminação	1998	1999	2000
Total	284 737	292 188	305 570
Por setores			
Comercial	41 561	43 588	47 384
Residencial	79 364	81 291	83 491
Industrial	122 099	123 893	131 234
Outros	41 713	43 416	43 461

Fonte: Eletrobrás

1/ Não inclui autoprodutores.

Por região, o consumo de energia no Sudeste, que compreende cerca de 57% do total, elevou-se 3,9%. O consumo industrial na região cresceu 4,9%, enquanto o comercial e o residencial ampliaram-se 8,8% e 1,7%, respectivamente.

O consumo total das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul cresceu acima da média nacional, apresentando variações de 7,4%, 6% e 5,8%, respectivamente. A Região Nordeste acompanhou a média do país, apresentando incremento de 4,5%. Cabe destacar os crescimentos do consumo da classe industrial nas Regiões Sul e Centro-Oeste, de 10,5% e de 10,2%, respectivamente, bem como da classe residencial na Região Norte, 7,9%, substancialmente superiores às variações médias verificadas para o país.

### **Indicadores de comércio**

Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a atividade no comércio apresentou expansão de 5,5% em 2000, ante 0,3% em 1999. Essa recuperação

esteve associada à evolução positiva do mercado de trabalho e à expansão do crédito, que refletiu a contração da taxa média mensal de juros no segmento, de 7,5%, em janeiro, equivalente a 138,2% a.a., para 6,8% em dezembro, ou 121,5% a.a., de acordo com a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

A evolução dos índices de inadimplência também mostrou-se favorável em 1999. Assim, a taxa líquida de inadimplência, medida pelo Serviço de Proteção ao Crédito da Associação Comercial de São Paulo, declinou de 5,3%, em dezembro de 1999, para 4,2% ao final de 2000. Considerando a taxa média anual, observou-se redução mais acentuada, de 9,6%, em 1999, para 5,8%. O indicador nacional, calculado pela Teledata, com base em informações coletadas em 10 grandes cidades brasileiras<sup>1</sup>, também evidenciou contração da taxa de inadimplência média, de 1,3%, em dezembro de 1999, para 1,2% no mês correspondente em 2000. Em sentido inverso, a participação dos cheques devolvidos por insuficiência de fundos no total dos cheques compensados, estatística com abrangência nacional, elevou-se de 3,1%, em dezembro de 1999, para 3,5% em dezembro de 2000.

De acordo com a Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), o faturamento real expandiu-se 10,4% em 2000, desempenho influenciado principalmente pelo crescimento das vendas de bens de consumo, que registraram taxas de expansão de 13,7% no segmento de duráveis e de 15,7% no de não-duráveis, compensando a queda de 34,5% no faturamento dos bens semiduráveis. As vendas reais associadas ao comércio automotivo e a materiais de construção expandiram-se 13,8% e 4,5%, respectivamente, no ano.

O indicador que agrega resultados do comércio varejista do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Salvador e de Recife, com base em ponderação da Pesquisa Anual do Comércio do IBGE, de 1996<sup>2</sup>, apresentou crescimento de 4,7% em 2000, refletindo a expansão de 12,2% no segmento automotivo. As vendas reais de bens de consumo e de materiais de construção cresceram, respectivamente, 4,6% e 0,6%. Além de São Paulo, apenas em Belo Horizonte o faturamento real do comércio elevou-se em relação a 1999, 4%, registrando-se quedas de 5,5% no Rio de Janeiro, de 1,1% em Recife e de 0,6% em Salvador.

No segmento de supermercados, as vendas reais voltaram a apresentar redução em 2000, de 1,2%, após queda de 2,8% no ano anterior, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Observe-se que parte do resultado negativo decorreu do uso do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) como deflator, índice cuja variação, nesse ano, manteve-se acima das apresentadas

<sup>1</sup> Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

<sup>2</sup> Ponderação por região metropolitana: São Paulo, 53,6%; Rio de Janeiro, 24,8%; Belo Horizonte, 12,5%; Salvador, 5,2%; e Recife, 3,66%.

**Quadro 1.11 - Faturamento real do comércio**

Variação percentual

Discriminação	1997	1998	1999	2000
Atacadista <sup>1/</sup>	2,1	3,6	3,5	-0,5
Varejista				
Brasil <sup>2/</sup>	...	...	-2,9	4,7
São Paulo <sup>3/</sup>	-2,1	3,5	-0,6	10,4
Rio de Janeiro <sup>4/</sup>	-13,3	-11,2	-3,2	-5,5
Belo Horizonte <sup>5/</sup>	-12,6	-20,9	-11,2	4,0
Supermercados <sup>1/</sup>	-0,4	6,1	-2,8	-1,2

Fonte: Abad, FCESP, IBGE, FCEMG e Abras

1/ Deflacionado pelo IGP-DI.

2/ Ponderado pela Pesquisa Anual do Comércio do IBGE, de 1996: São Paulo (53,61%), Rio de Janeiro (24,83%), Belo Horizonte (12,54%), Salvador (5,16%) e Recife (3,86%).

3/ Deflacionado pelo IPCA.

4/ Deflacionado pelo IPCA Rio de Janeiro.

5/ Deflacionado pelo IPCA Belo Horizonte.

pelos índices de preços ao consumidor. No comércio atacadista, cujo cálculo do faturamento real igualmente utiliza o IGP-DI como deflator, a redução totalizou 0,5%, segundo a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

**Indicadores da produção agropecuária**

A agropecuária apresentou expansão de 3% em 2000, ante 7,4% no ano anterior. Esse resultado decorreu de crescimentos de 2,8% no produto das lavouras e de 3,1% no da pecuária. Na atividade extrativa vegetal, cuja participação no PIB é inferior a 1%, houve elevação de 4,3%.

Em relação às medidas de fomento à produção agrícola, o Plano Agrícola para a safra 1999/2000 previu a aplicação de R\$ 13 bilhões, representando acréscimo de R\$ 3 bilhões ante o montante alocado na safra anterior. Foram mantidas as principais regras em relação aos créditos de custeio e de investimento, assim como o cerne do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

Não ocorreu alteração da taxa de juros para recursos controlados, estabelecida em 1999, em 8,75% a.a. O desenvolvimento da agricultura familiar continuou merecendo tratamento privilegiado. As taxas de juros para financiamentos de despesas de custeio no âmbito do Pronaf foram reduzidas de 5,75% a.a. para, no mínimo, 2% a.a., e, no máximo, 4% a.a. Os recursos para gastos com investimento também

tornaram-se mais acessíveis, com o custo passando de 50% da TJLP mais 6% a.a. para taxas que podem variar no intervalo de 1% a.a. a 3% a.a.

A safra de grãos em 2000 alcançou 83,1 milhões de toneladas, superando em 0,9% a colhida em 1999, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE em dezembro. Esse crescimento decorreu, basicamente, da recuperação das lavouras nas regiões Norte e Nordeste, onde o crescimento totalizou 27%, refletindo as excelentes colheitas de algodão herbáceo, soja e milho. Já os resultados relativos às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que concentram cerca de 88% da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, registraram queda de 1,7% no conjunto da produção, ocasionada por estiagem e geadas que prejudicaram o desenvolvimento das lavouras de importantes centros produtores. Em termos absolutos, a produção por região distribuiu-se em 37,6 milhões de toneladas no Sul, 24,1 milhões no Centro-Oeste, 12,5 milhões no Sudeste, 5,9 milhões no Nordeste e 2,3 milhões no Norte.

**Quadro 1.12 - Produção agrícola - principais culturas**

Milhões de toneladas

Produtos	1998	1999	2000
Grãos	75,2	82,4	83,1
Algodão (caroço)	0,8	1,0	1,3
Arroz (em casca)	7,7	11,8	11,1
Feijão	2,2	2,8	3,1
Milho	29,5	32,0	31,7
Soja	31,4	30,9	32,7
Trigo	2,2	2,4	1,7
Outros	1,3	1,4	1,6
Varição da safra de grãos (%)	- 3,0	9,5	0,9
Outras culturas			
Banana (em milhões de cachos)	532,5	553,0	630,0
Batata-inglesa	2,7	2,8	2,6
Cacau (amêndoas)	0,3	0,2	0,2
Café (em coco)	3,5	3,3	3,7
Cana-de-açúcar	339,0	337,2	317,6
Fumo (em folhas)	0,5	0,6	0,6
Laranja (em milhões de frutos)	103,7	113,8	108,6
Mandioca	19,7	20,9	23,2
Tomate	2,8	3,3	3,1
Varição do produto real da lavoura (%)	1,3	8,3	2,8

Fonte: IBGE

A produção de soja, responsável por 39% da safra de grãos, atingiu 32,7 milhões de toneladas, a maior de todos os tempos, expandindo-se 5,8% relativamente à

colheita passada, reflexo de aumentos de 4,7% na área cultivada e de 1% no rendimento médio. Devido a problemas climáticos, as regiões Sudeste e Sul obtiveram colheitas inferiores às do ano anterior. Nas demais regiões, a produtividade foi elevada, em especial no estado de Mato Grosso, onde atingiu 3.022 kg/ha, superando a média brasileira de 2.400 kg/ha. As exportações em grãos alcançaram 11,5 milhões de toneladas, 2,6 milhões acima das efetuadas em 1999. A evolução dos preços foi favorável ao longo do ano, tanto no mercado externo quanto no interno, onde o preço médio mensal para a saca de 60 quilos passou de R\$ 18,30, em janeiro, para R\$ 19,10 em dezembro, segundo o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.

A colheita de milho somou, nas duas safras do ano, 31,7 milhões de toneladas, declinando 1% em relação à do ano anterior. A recuperação dos preços na comercialização, iniciada em 1998 e mantida no ano seguinte, incentivou o aumento de 1,6% na área plantada da primeira safra, quando foram colhidas 27,7 milhões de toneladas, 1,7 milhão a mais que em 1999. O desempenho, entretanto, evoluiu de forma diferente nas diversas regiões produtoras, registrando-se, no estado do Mato Grosso do Sul, fortemente afetado por problemas climáticos, queda de 43% na produção, enquanto no Nordeste a colheita apresentou crescimento de 47,9%. A segunda safra de milho registrou fraco desempenho em função da estiagem, presente durante quase todo ciclo da lavoura, e das fortes geadas ocorridas em julho no Paraná, que provocaram queda de 60,4% na produção esperada para esse estado. Embora a área total plantada na segunda safra tenha sido ampliada em 7%, o rendimento médio atingiu 1.955 kg/ha, ante 2.452kg/ha no mesmo plantio do ano anterior. Foram importadas 7,5 milhões de toneladas de milho no ano, 115% a mais que em 1999, para atender o consumo interno, estimado em 34,5 milhões de toneladas. Os preços mantiveram-se elevados ao longo do ano, em razão do baixo patamar dos estoques e do encarecimento das importações.

A rizicultura apresentou desempenho inverso ao do ano anterior, quando registrara crescimento de 51,6%. Assim, a produção de arroz em 2000 atingiu 11,1 milhões de toneladas, declinando 5,4% ante a quantidade produzida em 1999. Esse decréscimo foi influenciado, notadamente, pela queda de 11,43%, provocada pela estiagem, na produção do Rio Grande do Sul, estado que produziu 44,7% da safra nacional de arroz. Ocorreram reduções, ainda, na área cultivada, 4,6%, e na produtividade, 1%. Apenas na região Nordeste ocorreram resultados positivos, embora a produtividade média de 1.647 kg/ha tenha sido acentuadamente inferior à média brasileira, de 3.036 kg/ha, e à do Sul, de 5.137 kg/ha. No estado do Mato Grosso, segundo maior produtor desse cereal, a redução da área plantada atingiu 7,2%, tendo sido compensada pela expansão de 10,1% na produtividade. O consumo interno totalizou 11,7 milhões de toneladas, situando-se no mesmo patamar de 1999, tendo as importações declinado 39,6%, devido ao alto volume de estoque existente no início do ano.

A produção de feijão somou 3 milhões de toneladas em 2000, 6,7% superior à safra passada. Embora tenha havido diminuição da área plantada, a área colhida de 4,3 milhões de hectares e o rendimento médio de 699 kg/hectare ultrapassaram em 3,7% e 2,9%, respectivamente, os de 1999. Na primeira safra, que totalizou 1,7 milhão de toneladas, apenas a Região Sul, principal produtora, com 662 mil toneladas, não apresentou resultados positivos, em virtude da forte estiagem, que afetou as lavouras ao longo do ciclo produtivo. No Nordeste, a colheita de 612 mil toneladas foi recorde e representou 35,9% da referida safra, beneficiada pelas condições climáticas, principalmente na Bahia, maior produtor nordestino. Na segunda safra, foram colhidas 1,1 milhão de toneladas, em área de 1,7 milhão de hectares, com aumentos de 7,6% e de 8,7%, respectivamente, sobre a mesma safra do ano anterior. O Nordeste, responsável por 48,3% dessa colheita, foi a única região a apresentar incrementos tanto em área quanto em produção, destacando-se a colheita de 108,8 mil toneladas no estado da Paraíba, ante 20,4 mil na safra anterior. As reduções verificadas em todas as outras regiões refletiram o efeito provocado pelos baixos preços praticados durante a comercialização da primeira safra e pela estiagem que atingiu importantes centros produtores. Finalmente, a terceira safra apresentou resultado inverso ao das duas safras anteriores, com declínios de 36,6% na área colhida e de 29,6% na produção. Essas quedas decorreram dos baixos preços recebidos pelos produtores durante a comercialização da primeira e da segunda safras. Para atender o consumo, foram importadas 78,5 mil toneladas, 15,4% menos que no ano anterior.

A triticultura, cuja colheita de 1,7 milhão de toneladas contraiu-se 31,8% ante a obtida em 1999, apresentou o segundo resultado mais desfavorável da última década, apenas superior ao relativo a 1995. Mesmo com expansão de 21,6% da área plantada, a estiagem observada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, até meados do ano, e as geadas ocorridas em julho, determinaram a queda da produção. Na Região Sul, de onde provém 94,4% da safra nacional, o declínio atingiu 31,4%. No Paraná, as lavouras foram atingidas pela estiagem nos períodos iniciais do desenvolvimento vegetativo e pelas geadas nas fases de floração e frutificação. Assim, a safra paranaense, que, em 1999, alcançara 1,5 milhão de toneladas, declinou para 635,4 mil toneladas em 2000. A demanda interna, estimada em torno de 10 milhões de toneladas, foi complementada com importações de 7,5 milhões de toneladas e com a utilização de estoques.

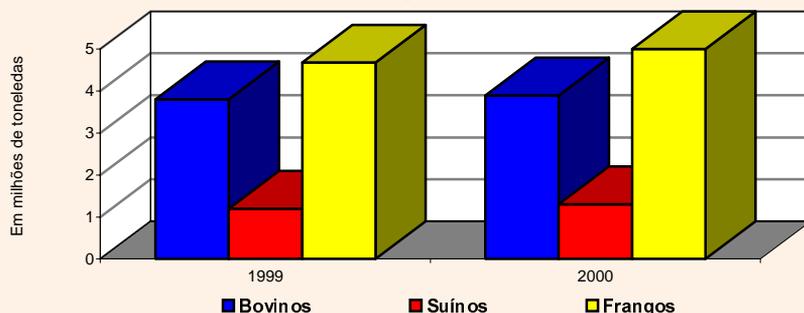
A produção de algodão herbáceo em caroço alcançou 1,9 milhão de toneladas em 2000, repetindo o volume obtido em 1999. Excetuando-se a Região Norte, cuja participação na produção nacional é praticamente inexpressiva, a cultura apresentou excelente desempenho, com destaque para o Nordeste e o Centro-Oeste, onde os acréscimos de produção foram, respectivamente, de 136% e de 34,5%. O estado de Mato Grosso vem-se consolidando, nos últimos três anos, como o maior produtor brasileiro, tendo sido responsável, na última safra, por 47,5% do total produzido

no país. A produtividade nesse estado, de 3.380 kg/ha, também superou acentuadamente a média nacional, de 2.023 kg/ha. Os principais fatores responsáveis por esse desempenho foram o uso intensivo de tecnologia, o clima favorável e incentivos governamentais, como a redução na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A produção de café em coco atingiu 3,7 milhões de toneladas, superando em 11,7% a obtida na safra anterior. A produtividade, que, na cafeicultura, tem característica bianual, foi ampliada em 8,4%. O Sudeste colheu 81,6% da safra nacional, sendo o estado de Minas Gerais o maior produtor, com 1,6 milhão de toneladas, e o de São Paulo o responsável pelo melhor rendimento médio alcançado, de 2.004 kg/ha. Na safra de 1999, observara-se manutenção dos preços, haja vista que os estoques internacionais ainda não eram considerados altos. Essa situação foi revertida em 2000, quando o aumento da quantidade ofertada se conjugou com estoques elevados nos países consumidores. A crescente complexidade do mercado levou à criação do plano de retenção de safras, assinado pela Associação dos Países Produtores de Café (APPC), para disciplinar a oferta mundial. Nas últimas semanas do ano, as cotações da saca de café beneficiado oscilaram entre 120 e 140 dólares, valores considerados pouco atraentes pelos cafeicultores, ante os altos custos de produção. As exportações de café em grão alcançaram 967 mil toneladas, com declínio de 24% em relação a 1999.

Seguindo tendência observada desde 1994, a produção da pecuária expandiu-se em 2000, tendo registrado taxa de 3,3%, ante 6,9% em 1999. A produção de carnes expandiu-se em todos segmentos, de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, realizada pelo IBGE. A maior expansão ocorreu na produção de suínos, 8,8%, seguindo-se a de frangos, 8,6%, e a de bovinos, 2,4%. A produção de leite também elevou-se, em 6%. A expansão das exportações foi generalizada, com o melhor desempenho tendo sido alcançado pela carne suína, cujas vendas externas totalizaram 127,9 mil toneladas, superando em 46,5% as realizadas em 1999. As exportações de carne bovina atingiram 215,6 mil toneladas e as de frangos, 949,6 mil toneladas, representando elevações de 27,4% e de 19,3%, respectivamente.

Gráfico 1.5  
Produção animal



Fonte: IBGE

## Indicadores de emprego

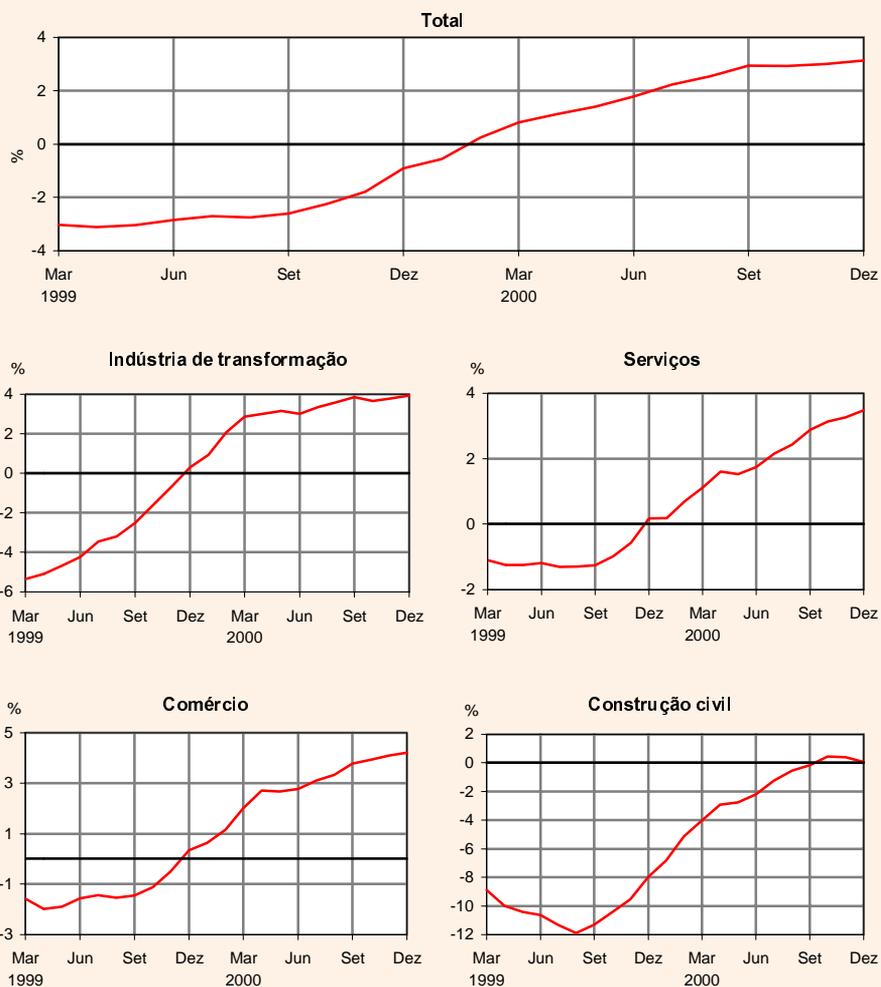
Os indicadores de emprego traduziram a recuperação do nível de atividade, evoluindo favoravelmente ao longo de 2000, nos segmentos formal e informal. O desemprego aberto medido pelo IBGE, considerando taxas do último mês do ano, declinou significativamente, atingindo patamar semelhante ao de 1997, enquanto as estatísticas do emprego formal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostraram a interrupção da tendência de queda do nível de ocupação, delimitada desde 1995.

Em 2000, foram criados 657,6 mil postos de trabalho com carteira assinada, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE. Esse resultado não foi suficiente para compensar a eliminação de 1,62 milhão de postos de trabalho registrada entre 1995 e 1999, período em que, consideradas as médias anuais dos índices de emprego, ocorreram as contrações mais acentuadas: 2,52% em 1999 e 1,85% em 1996. Em 2000, registrou-se aumento médio anual de 1,8%, com o índice de dezembro de 2000 situando-se 3,12% acima do observado em igual mês do ano anterior, tendo ocorrido crescimento mensal do índice em todo o ano, considerada a série dessazonalizada. Setorialmente, na construção civil e em serviços industriais de utilidade pública houve eliminação de 1,6 mil e 15,3 mil, empregos, respectivamente, enquanto, em termos absolutos, o melhor resultado ocorreu nos serviços, onde foram geradas 283,9 mil vagas. Na indústria de transformação, houve acréscimo de 192,9 mil postos de trabalho e no comércio, de 175,5 mil.

Conforme registros do MTE, em 2000, houve 4,24 milhões de requerimentos ao seguro-desemprego, com 4,13 milhões de benefícios concedidos. Esse resultado representou queda de 4,52% do total de requerimentos e de 4,85% do número de segurados, comparativamente a 1999. A diminuição do número de benefícios ocorreu nas faixas de salários superiores a dois salários mínimos. Nas demais faixas, verificaram-se aumentos: até um salário mínimo, de 7,14%; entre um e 1,5 salário mínimo, de 11,23%; e, entre 1,51 e dois salários mínimos, de 1,32%.

Por setores, o emprego industrial expandiu-se 0,97% em 2000, reagindo ao crescimento da produção fabril, de acordo com a pesquisa mensal realizada pela Fiesp. A recuperação do nível de ocupação na indústria, considerando comparações com meses correspondentes do ano anterior, iniciou-se em março e acentuou-se ao longo do ano, conforme evidenciado pela evolução das taxas de expansão, de 0,35% para 1,73%, no período. A pesquisa semanal, resultado de levantamento da Fiesp em 47 sindicatos patronais, mostrou resultado ainda mais favorável, com crescimento de 1,71% do número de postos de trabalho, ocorrendo geração de 27,4 mil ocupações em 2000. Dos 47 sindicatos pesquisados, em cinco registrou-se variação acumulada no ano superior a 10%: artefatos de borracha, 10,07%, azeite e óleos alimentícios, 12,76%, materiais e equipamentos ferroviários e rodoviários, 12,85%, fundição,

Gráfico 1.6  
**Nível de emprego formal**  
 Variação percentual em 12 meses



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

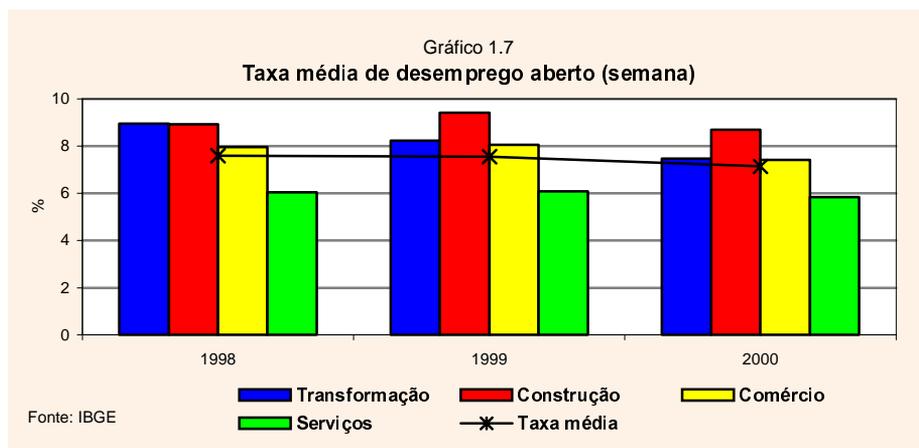
15,83%, e calçados de Franca, 16,69%. Em 17 segmentos verificou-se variação negativa, que atingiu 13,73% em relojoaria e 29,5% em bebidas.

As estatísticas agregadas do setor industrial de doze estados, divulgadas pela CNI, também mostraram aumento do nível de emprego. Nesse sentido, a média dos índices mensais revelou aumento de 0,76%, em relação a 1999, resultado mais favorável desde o início da pesquisa, em 1993. Registrou-se queda do nível de emprego no Rio de Janeiro, 3,82%, Minas Gerais e Bahia, 1,86%, e Paraná, 1,63%. Nos estados onde ocorreu aumento do emprego industrial, as maiores variações

foram observadas em Santa Catarina, 3,42%, e no Rio Grande do Sul, 5,02%, situando-se, nos demais, no intervalo de 0,43% a 1,91%.

Em 2000, exceto em fevereiro e maio, a taxa média de desemprego aberto, divulgada pela Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE, situou-se abaixo da registrada em meses correspondentes de 1999, determinando média anual de 7,14%, ante 7,56% no ano anterior. Considerando os dados do segundo semestre de cada ano, as médias alcançaram 6,46% e 7,29%, respectivamente, evidenciando redução do desemprego mais acentuada na segunda metade do ano. O comportamento do desemprego decorreu das evoluções favoráveis dos contingentes de ocupados e de desocupados. Em todo o ano, as comparações com meses correspondentes de 1999 mostraram tendência de crescimento da população ocupada. O número de desocupados, entretanto, somente mostrou tendência de decréscimo a partir de junho, haja vista que a recuperação da atividade econômica provoca aumento do número de pessoas que entram ou retornam ao mercado de trabalho em busca de emprego, diante das novas perspectivas. Na média do ano, o número de ocupados cresceu 4,26%, enquanto o de desocupados declinou 2,05%. Em dezembro de 2000, a Pesquisa Mensal do Emprego, que abrange seis regiões metropolitanas, registrou população economicamente ativa (PEA) de 18,2 milhões de pessoas, determinando variação de 1,34% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em todos os meses do ano, o Rio de Janeiro apresentou a menor taxa de desemprego aberto dentre as seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal do Emprego, enquanto em Salvador registraram-se as maiores taxas. Os resultados da Região Metropolitana de São Paulo, se comparados com os das demais regiões, foram mais favoráveis em 2000, apesar de continuarem, com exceção de dezembro, acima da taxa média. As segundas maiores taxas de desemprego foram registradas, alternadamente, em Recife e em Belo Horizonte. A Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou comportamento oscilante, com taxas abaixo da média em seis meses do ano.



O aumento do nível de ocupação ocorreu de forma generalizada entre as diversas categorias. Em todas elas, o número de ocupados em 2000 foi superior ao verificado nos meses correspondentes do ano anterior, registrando-se a única exceção em janeiro, quando o número de empregadores situou-se 2,19% abaixo do observado em 1999. Comparando as médias anuais, o maior aumento ocorreu no contingente de empregados sem carteira assinada, 8,77%, seguindo-se os relativos ao número de trabalhadores por conta própria, 3,39%, ao de empregadores, 3,18%, e ao de empregados com registro em carteira, 2,19%.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), abrangendo domicílios da Região Metropolitana de São Paulo, mostrou queda da taxa média de desemprego total, de 19,28%, em 1999, para 17,67% em 2000. As taxas de desemprego, calculadas em médias móveis trimestrais, foram inferiores em comparação às do ano anterior em todos os períodos, a partir de janeiro de 2000, assinalando-se que, entre os meses de dezembro de 1999 e de 2000, 73 mil pessoas foram incorporadas à PEA da região. Comparando as médias anuais, a queda da taxa de desemprego decorreu tanto da diminuição de 6,59% da população desocupada como do aumento de 4,02% do nível de ocupação. De acordo com essa base de comparação, houve aumento do número de ocupados em todas as categorias consideradas, com a taxa mais expressiva, 14,73%, ocorrendo em empregados sem carteira assinada, e a menor, 2,5%, em empregados com carteira assinada pelo setor privado. No setor público, registrou-se aumento de 4,04% do número de ocupados, enquanto o número de autônomos cresceu 4,53%. Esse resultado confirma os apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que mostrou baixo crescimento do nível de emprego formal na Região Sudeste, 1,41%. Na região Norte, a taxa de crescimento atingiu 3,75%, e nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, 2,07%, 2,4% e 2,48%, respectivamente. Em relação aos diferentes setores, o menor crescimento, 1,02%, ocorreu no comércio, seguido pela variação de 2,18% nas outras atividades, e os mais elevados, na indústria de transformação, 4,77%, e em serviços, 5,07%.

### **Indicadores de salários e rendimentos**

A evolução dos indicadores de salários e de rendimentos mostrou, ao longo de 2000, tendência generalizada de recuperação em todos os setores e todas as categorias ocupacionais. Em São Paulo, de acordo com a pesquisa realizada pela Fiesp, os salários médios reais pagos na indústria, considerando o Índice de Preços ao Consumidor - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) como deflator, expandiram-se 2,67%, na comparação da média de 2000 com a do ano anterior. Esse resultado, combinado com o crescimento de 0,97% do nível de

emprego, determinou aumento de 3,75% da massa salarial. Acompanhando os resultados da Fiesp, a massa salarial, calculada pela CNI em doze estados da federação e deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cresceu, em média, 2,79% no ano, resultado insuficiente, entretanto, para recuperar as perdas de 4,91% e de 9,29%, relativas a 1998 e 1999, respectivamente. O aumento do nível de emprego industrial, em patamar inferior a 2,79%, sugere que, na média, os salários reais pagos no setor superaram, neste ano, os referentes ao ano anterior.

De acordo com o Caged, ocorreu aumento de 5,31% dos salários médios de admissão em 2000. Dentre os setores considerados, os salários iniciais dos contratados em serviços foram os que mais cresceram, 10,07%, seguidos pelos associados à construção civil, 6,47%, à indústria, 5,43%, ao comércio, 2,69%, e à agropecuária, 0,53%. Com exceção do comércio, setor onde o maior salário médio de admissão correspondeu a dezembro de 1999, os maiores salários iniciais médios foram pagos em 2000, atingindo o patamar mais elevado, R\$ 520,13, nos serviços. A média registrada na indústria, R\$ 420,43, situou-se próxima à geral, R\$ 420,47, enquanto na agricultura alcançou R\$ 229,30, no comércio, R\$ 341,15, e na construção civil, R\$ 382,97.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, o rendimento médio das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC, decresceu 0,57% entre janeiro e dezembro de 2000. No ano anterior, verificara-se queda bem mais acentuada: 5,48%. A evolução dos rendimentos médios reais ocorreu de forma bastante diferenciada entre os setores pesquisados. Enquanto serviços, outras atividades e indústria de transformação apresentaram reduções nos rendimentos, de 0,93%, 1,76% e 1,9%, respectivamente, na construção civil e no comércio registraram-se expansões de 1,87% e de 2,64%. Considerando as categorias de ocupação, os rendimentos reais de trabalhadores com carteira assinada declinaram 1,03%, e o dos que trabalhavam por conta própria, 0,76%. Os rendimentos de empregadores elevaram-se 0,19%, e o dos trabalhadores sem carteira assinada, 0,66%.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego, divulgada pela Fundação Seade e pelo Dieese, abrangendo a Região Metropolitana de São Paulo, revelou queda generalizada dos rendimentos reais, nas comparações das médias de janeiro a dezembro. No setor privado, os rendimentos de empregados sem carteira assinada contraíram 1,69%, quando deflacionados pelo Índice do Custo de Vida (ICV/ Dieese), e o daqueles com registro em carteira, 6,66%. Para o total de ocupados, as perdas reais totalizaram 6,5%, considerada a mesma base de comparação.

O salário mínimo foi fixado em R\$ 151,00 a partir de abril, atingindo o equivalente a US\$ 76,91 em dezembro de 2000, US\$ 3,11 superior ao de dezembro de 1999.

**Quadro 1.13 - Rendimento médio real das pessoas ocupadas<sup>1/</sup>**

Variação percentual

Discriminação	1998	1999	2000
Total	- 0,4	- 5,5	- 0,6
Setores de atividade			
Indústria de transformação	- 0,3	- 7,5	- 1,9
Construção civil	- 5,5	- 6,8	1,9
Comércio	- 4,9	- 6,7	2,6
Serviços	1,0	- 4,9	- 0,9
Posição na ocupação			
Com carteira	0,0	- 4,2	- 1,0
Sem carteira	0,5	- 1,3	0,7
Conta própria	- 4,1	- 7,3	- 0,8
Empregadores	3,6	- 10,8	0,2

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

**Indicadores de preços**

O comportamento da inflação em 2000 foi influenciado de forma marcante pelos preços dos alimentos e dos bens administrados. O desempenho do setor agrícola, evidenciado pela safra de grãos recorde no ano, possibilitou trajetória favorável dos preços dos alimentos, sobretudo no primeiro semestre, quando, em alguns meses, ocorreu deflação nesse item. Em sentido oposto, os preços dos administrados foram responsáveis pelas maiores taxas mensais de inflação no ano, com as variações mais acentuadas impactando as taxas de julho, agosto e dezembro.

No início do ano, os índices de preços mantiveram a tendência de queda observada no fim de 1999. O início da safra agrícola e a redução nos preços industriais foram determinantes neste cenário, não obstante as pressões sazonais dos alimentos *in natura* e das despesas educacionais e o impacto do reajuste dos preços da gasolina no início de março, responsável pela maior contribuição individual no IPCA do mês.

No segundo trimestre, o reajuste de 11% do salário mínimo, com impacto sobre os valores pagos aos condomínios residenciais e aos empregados domésticos, e os aumentos de preços dos combustíveis, constituíram-se nos fatores que mais exerceram pressões altistas sobre os indicadores de preços. Ainda assim, como consequência do comportamento dos preços da alimentação ao longo dos seis

primeiros meses, os índices de preços ao consumidor apresentaram as menores variações históricas registradas no primeiro semestre, com o IPCA assinalando 1,64% e o IPC-Fipe, 0,87%. O IGP-DI acumulou crescimento de 3,16% no período, o menor dos últimos cinquenta anos.

No início do segundo semestre, entretanto, os índices de preços revelaram crescimentos expressivos das taxas de inflação, tendo o IPCA aumentado 1,61% e 1,31% em julho e agosto, respectivamente. Os principais responsáveis pela variações no bimestre foram a entrada do período de entressafra agrícola e os reajustes dos preços administrados, notadamente dos combustíveis, cujos preços refletiram as altas das cotações internacionais de petróleo e, no caso do álcool, também a quebra da safra de cana-de-açúcar. Destaque-se que os aumentos observados nesse período não se disseminaram pelos demais setores da economia, evidenciando, mais uma vez, a ausência de mecanismos de indexação. Assim, superados os impactos de pressão no início do segundo semestre, os índices de inflação voltaram a mostrar-se relativamente estáveis, com comportamento semelhante ao observado no primeiro semestre, exceção feita ao final do ano, quando novo aumento dos preços dos combustíveis, em novembro, provocou elevação dos índices.

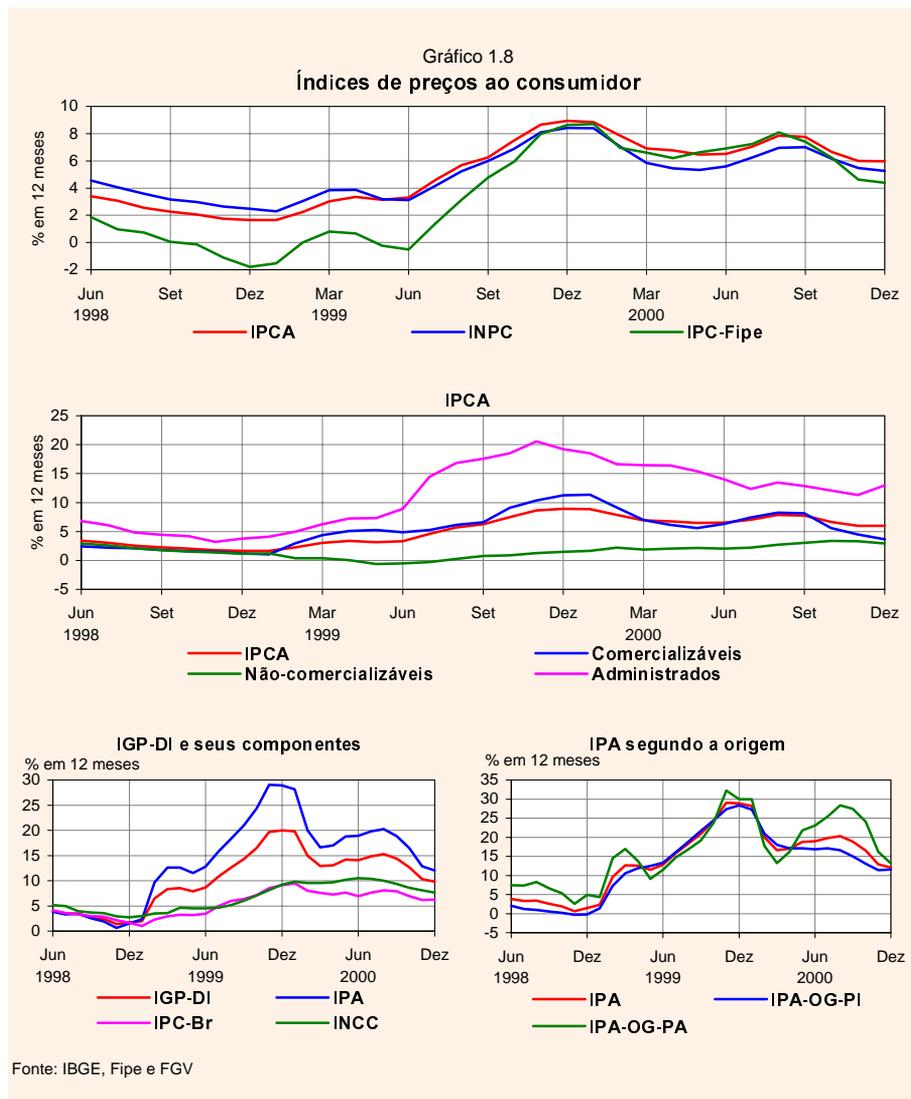
### **Preços administrados**

Em 2000, os bens e serviços administrados, itens cujos preços são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estaduais ou municipais, contribuíram com cerca de 58% da variação do IPCA, equivalente a 3,46 pontos percentuais no índice de 5,97% registrado no ano. Os itens que mais pressionaram a inflação do período foram os combustíveis e as tarifas de ônibus urbanos e de telefonia fixa.

A evolução dos preços da gasolina e do álcool hidratado contribuiu aproximadamente com 40% da variação dos itens administrados no ano. Os preços da gasolina refletiram a acentuada elevação das cotações dos preços internacionais do petróleo, que atingiram US\$ 37,20/barril no final de julho. Vale ressaltar que os preços da gasolina e do álcool hidratado nos postos revendedores foram liberados em fevereiro de 1999, ao passo que o preço de venda das refinarias às companhias distribuidoras é alterado por portaria interministerial.

Os aumentos dos preços dos combustíveis pressionaram também os custos dos transportes públicos, cuja tarifas são determinadas no âmbito das administrações municipais. Observe-se que importantes capitais como São Paulo, Salvador, Recife, entre outras, não reajustaram as passagens de ônibus urbano. Em média, as tarifas de ônibus urbano subiram 7,87%.

310701 -



Em relação às tarifas de telefonia fixa, os reajustes são autorizados às concessionárias a cada 12 meses pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que leva em consideração a incidência do IGP-DI sobre o conjunto de serviços prestados. A variação das tarifas no ano alcançou, em média, 13,67%.

Em 2000, as tarifas de energia elétrica foram reajustadas, em média, em 12,66%. Esses reajustes seguem cronograma definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que determina o período de reajuste anual para cada uma das concessionárias. O percentual autorizado pela Agência leva em consideração os custos gerenciáveis sobre os quais incide o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) acumulado nos doze meses anteriores, e os custos não gerenciáveis, como energia comprada, consumo de combustíveis e compensação financeira pela utilização dos recursos.

**Quadro 1.14 - Preços administrados: principais itens na composição das taxas de inflação em 2000**

Discriminação	Variação percentual					
	IPCA			IPA-DI		
	Peso <sup>1/</sup>	Variação acumulada	Contribuição acumulada	Peso <sup>1/</sup>	Variação acumulada	Contribuição acumulada
Índice (A)	100,0	5,97	5,97	100,0	12,1	12,1
Transporte público	6,6	7,7	0,5	...	...	...
Gasolina	4,1	30,7	1,1	2,1	37,6	0,8
Álcool	1,1	32,9	0,3	1,7	44,6	0,8
Óleo diesel	0,1	27,1	0,0	3,4	35,7	1,2
Gás de bujão	1,2	21,0	0,2	0,4	51,9	0,2
Energia elétrica	3,5	12,7	0,4	...	...	...
Telefone fixo	3,0	13,7	0,4	...	...	...
Óleo combustível	...	...	...	1,2	26,0	0,3
Total (B)	19,6	...	2,9	8,8	...	3,1
Participação (B/A)			48%			25%

Fonte: IBGE e FGV

1/ Peso de dezembro de 2000.

### Índices gerais de preços

Em 2000, o IGP-DI assinalou crescimento de 9,81%, ante 19,98% no ano anterior. O Índice de Preços por Atacado (IPA) apresentou alta de 12,06%, sendo os combustíveis e lubrificantes responsáveis por um quinto, aproximadamente, desse crescimento. O Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-Br) encerrou o ano com alta de 6,21%, ante 9,12% no ano anterior. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez, apresentou variação de 7,66%, após 9,21% registrados em 1999, com elevações de 7,27% nos custos da mão-de-obra e de 8,02% nos preços de materiais de construção.

O IGP-M, que se diferencia do IGP-DI apenas pelo período de coleta, registrou alta de 9,95% em 2000, ante 20,1% em 1999.

### Índices de preços ao consumidor

O IPC, calculado pela Fipe, registrou inflação de 4,38% na região metropolitana de São Paulo. As variações nos preços dos produtos administrados responderam pela maior parte da inflação, tendo a elevação das tarifas públicas e dos preços dos combustíveis representando cerca da metade da variação do índice, mesmo não

tendo ocorrido reajuste nas tarifas de ônibus urbano na capital paulista. Os preços da alimentação apresentaram deflação de 0,15%, registrando-se quedas de 1,99% nos semi-elaborados e de 0,61% nos industrializados, e crescimento de 2,13% nos preços dos alimentos *in natura*. O comportamento favorável do grupo alimentação compensou, em parte, as elevações, acima da média do índice, registradas pelos gastos com educação, 9%, saúde, 4,67%, e habitação, 4,88%.

O IPCA, que reflete a variação dos preços para famílias com recebimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos, sendo o parâmetro para o regime de metas de inflação, apresentou variação de 5,97% em 2000, ante 8,94% em 1999. O resultado situou-se no intervalo de 6%, com desvio de dois pontos percentuais, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em junho de 1999, como meta para a inflação em 2000.

Assim como os demais índices de inflação, as maiores pressões captadas pelo IPCA originaram-se do comportamento dos preços administrados, com destaque para as variações referentes a comunicações, 12,89%, e a transportes, 12,08%. Em contrapartida, os demais grupos apresentaram taxas de expansão inferiores às do índice médio, principalmente saúde e cuidados pessoais, 2,2%, e alimentação e bebidas, 3,2%. Considerando os produtos alimentícios, assinala-se as elevações em batata-inglesa, 67,31%, e em açúcar refinado, 37,21%, e as quedas em feijão preto, 17,08%, óleo de soja, 14,63%, e em arroz, 10,21%. Apresentaram variações moderadas de preços os artigos de vestuário, 4,14%, automóveis novos, 3,94%,

#### Quadro 1.15 - Participação dos grupos no IPCA em 2000

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Peso <sup>1/</sup>	Variação acumulada no 1º semestre	Variação acumulada no 2º semestre	Contribuição acumulada no ano	Participação no índice <sup>2/</sup>
IPCA	100,0	1,64	4,26	5,97	100,00
Alimentação e bebidas	22,3	-0,8	4,0	0,7	11,8
Habitação	15,8	0,8	3,6	0,7	11,6
Artigos de residência	5,9	1,9	3,3	0,3	5,0
Vestuário	5,5	0,1	4,1	0,2	3,7
Transportes	21,2	3,2	8,6	2,4	41,0
Saúde e cuidados pessoais	11,3	1,6	1,0	0,3	5,0
Despesas pessoais	9,6	4,2	1,4	0,5	8,9
Educação	4,9	4,0	0,7	0,2	3,8
Comunicação	3,4	4,5	8,0	0,4	7,0

Fonte: IBGE

1/ Média de 2000.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual do IPCA.

e medicamentos, 0,97%. No item aluguel, registrou-se variação negativa de 2,31%.

As estimativas do mercado quanto ao comportamento do IPCA em 2000 declinaram sistematicamente ao longo do ano, à exceção dos meses de agosto e setembro, quando as taxas de inflação foram influenciadas pela alta dos preços administrados e pelo início da entressafra, convergindo para a meta de 6%. Em janeiro, a mediana das expectativas situara-se em 6,94% e, em dezembro, em 6,07%, taxa próxima à efetivamente verificada, de 5,97%.

O INPC, também calculado pelo IBGE, acumulou variação de 5,27% em 2000. Esse indicador difere do IPCA principalmente no que se refere à população-objetivo, que corresponde às famílias que percebem renda mensal entre 1 e 8 salários mínimos.



## II

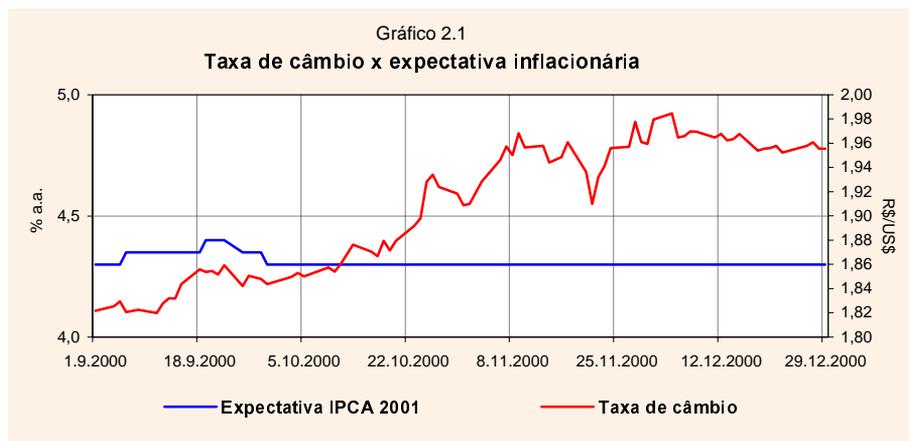
# MOEDA E CRÉDITO

O modelo de política monetária baseado em metas para a inflação e regime de taxas de câmbio flutuantes, em vigor desde meados de 1999, vem-se consolidando como instrumento adequado à manutenção da estabilidade de preços, conforme evidenciado pelo cumprimento das metas para a inflação em 2000. O sucesso na condução da política monetária é refletido na minimização de repasses de choques de oferta e na reduzida utilização de mecanismos de indexação, bem como na continuidade da recuperação dos fundamentos macroeconômicos expressa pelos resultados fiscais continuamente favoráveis, pelo alongamento da dívida mobiliária federal e pelo perfil de financiamento do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, com crescente participação dos investimentos diretos.

No decorrer de 2000, entretanto, a gestão da política monetária foi condicionada por incertezas no cenário externo. Nesse sentido, assinalam-se as elevações dos preços internacionais do petróleo, ocorridas desde o início do ano, as indefinições quanto ao rumo e aos resultados da política monetária norte-americana, assim como as dificuldades enfrentadas pela economia argentina, com possíveis reflexos nas avaliações de risco soberano, por parte dos agentes externos, menos favoráveis também para o Brasil.

Nesse contexto, a meta para a taxa Selic foi reduzida ao longo do ano, embora tenha-se imprimido rigidez em fases de maiores incertezas, identificando-se dois patamares para a referida meta no ano 2000. Assim, no primeiro semestre, a meta permaneceu em 19% a.a. até abril, quando foi reduzida para 18,5% a.a. e mantida por dois meses. Em meados do ano, o arrefecimento das incertezas na conjuntura internacional permitiu a redução no patamar de taxa de juros, com a meta passando para 17,5% a.a. em junho e para 16,5% a.a. em julho. No segundo semestre, o recrudescimento do cenário de incertezas na conjuntura internacional determinou a interrupção do processo de redução da meta para a taxa Selic, que voltou a ser reduzida apenas em 21 de dezembro, para 15,75% a.a.

Ressalte-se, ainda, dentre os principais indicadores de credibilidade na política econômica, a melhoria dos resultados das emissões competitivas de títulos federais



em 2000. Em relação ao final do ano anterior, a participação da dívida indexada à moeda estrangeira declinou de 30,2% para 28%, implicando menor exposição da dívida interna a flutuações da taxa de câmbio. A participação da dívida prefixada, por sua vez, elevou-se de 12,9% para 21%, implicando redução da volatilidade da dívida mobiliária federal às taxas de juros e de câmbio. Adicionalmente, o perfil da dívida emitida competitivamente foi alongado, com a duração média atingindo 6,3 meses e o prazo médio, 15,8 meses, ao final do ano, ante 3,9 meses e 8,6 meses, respectivamente, ao final do ano anterior.

Além da compatibilização entre oferta e demanda agregadas, a política monetária foi conduzida com vistas a concorrer para o desenvolvimento econômico calcado na ampliação do papel do setor privado. Nesse sentido, as medidas de política monetária foram direcionadas para dinamizar o mercado de crédito, procurando reduzir riscos e custos indiretos na intermediação financeira. Dentre elas, cabe destacar a redução das alíquotas de recolhimento compulsório sobre recursos à vista, de 65%, em vigor desde outubro de 1999, para 55% em março e 45% em junho de 2000.

Adicionalmente, visando à redução do risco de crédito para as instituições financeiras, o Banco Central adotou nova sistemática de classificação das operações de crédito, cuja implementação foi iniciada nos demonstrativos contábeis do mês de março. Dentre as inovações, destacam-se os seguintes aspectos:

- a) classificação das operações de crédito em vários níveis de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, permitindo a identificação mais precisa do grau de risco de cada operação;
- b) nova sistemática de provisionamento de créditos de liquidação duvidosa, estabelecida em bases tecnicamente mais adequadas;
- c) tratamento mais rigoroso dos créditos em atraso, com restrições ao reconhecimento de encargos e à reclassificação de créditos renegociados, assim como regras mais homogêneas para as operações de prazo mais longo.

**Quadro 2.1 - Alíquotas de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório**

Em percentual

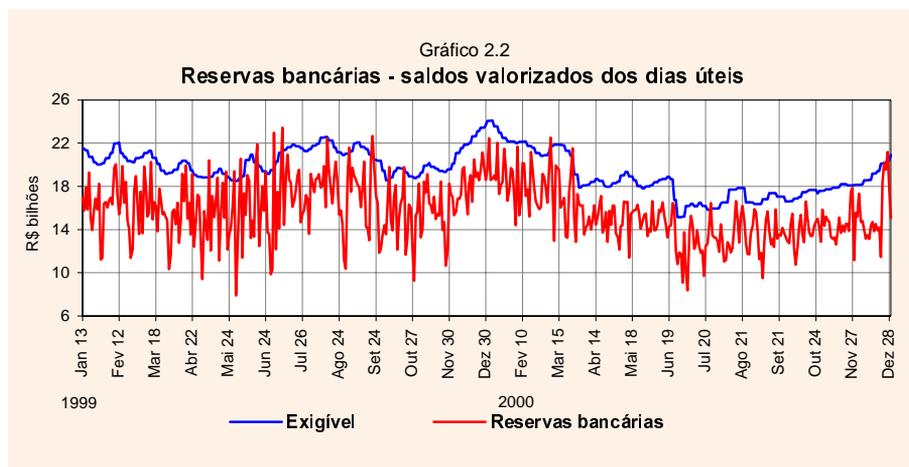
Período	Recursos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos de poupança	Operações de crédito	FIF curto prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao							
Plano Real	40	-	15	-	-	-	-
1994 Jun	100	20	20	-	-	-	-
Ago	"	30	30	-	-	-	-
Out	"	"	"	15	-	-	-
Dez	90	27	"	"	-	-	-
1995 Abr	"	30	"	"	-	-	-
Mai	"	"	"	12	-	-	-
Jun	"	"	"	10	-	-	-
Jul	83	"	"	"	35	10	5
Ago	"	20	15	8	40	5	0
Set	"	"	"	5	"	"	"
Nov	"	"	"	0	"	"	"
1996 Ago	82	"	"	"	42	"	"
Set	81	"	"	"	44	"	"
Out	80	"	"	"	46	"	"
Nov	79	"	"	"	48	"	"
Dez	78	"	"	"	50	"	"
1997 Jan	75	"	"	"	"	"	"
1999 Mar	"	30	"	"	"	"	"
Mai	"	25	"	"	"	"	"
Jul	"	20	"	"	"	"	"
Ago	"	"	"	"	0	0	"
Set	"	10	"	"	"	"	"
Out	65	0	"	"	"	"	"
2000 Mar	55	"	"	"	"	"	"
Jun	45	"	"	"	"	"	"

O aprimoramento dos instrumentos de gerenciamento de riscos, em contexto favorável à retomada do crescimento econômico, veio reforçar o papel do crédito bancário na transmissão da política monetária. Assim, a nova sistemática de classificação das operações de crédito tende a favorecer o dispêndio privado, em face da maior eficiência alocativa do sistema financeiro.

Ressalte-se, ainda, as alterações nas regras operacionais relativas à base de incidência e aos períodos de cálculo e de movimentação dos recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, regulamentadas por meio da Resolução nº 2.725, de 31 de maio, e da Circular nº 2.986, de 23 de junho. No que diz respeito à base de incidência, passou a incorporar os depósitos à vista e sob aviso em postos avançados de atendimento, a partir de 1º de outubro de 2000, e em agências pioneiras, a partir de 1º de junho de 2003. Os recursos de recebimento de faturas de

despesas de empresas concessionárias de serviços públicos deixaram de ser isentos em julho de 2000, enquanto, em sentido inverso, foi estabelecida a isenção de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista com finalidade de adquirir títulos públicos federais.

O alongamento, de uma para duas semanas, dos períodos de apuração e de cumprimento das exigibilidades que devem ser mantidas como reservas bancárias, tem implicações para a operacionalização da política monetária. Na sistemática anterior, o cálculo e a movimentação das exigibilidades eram efetuados em um período de cinco dias úteis, reduzido eventualmente a quatro ou três dias em função de feriados, com as instituições podendo se posicionar em pelo menos 60% da exigibilidade média em alguns dias do período de movimentação. As alterações ocorridas em tais parâmetros concorrem para reduzir a volatilidade das reservas bancárias e para conferir maior flexibilidade ao seu gerenciamento pelas instituições bancárias. Conseqüentemente, a necessidade de intervenções da autoridade monetária para equilibrar aquele mercado tende a se reduzir.



### Títulos públicos federais

As operações com títulos públicos federais ao longo do ano estiveram condicionadas pela evolução favorável dos fundamentos macroeconômicos internos e pelas incertezas associadas ao cenário externo, tendo sido dada continuidade ao processo, iniciado no ano anterior, de ampliação do mercado secundário de títulos, com a implementação de medidas visando proporcionar maior transparência e liquidez nas operações com esses papéis.

Nesse sentido, com o intuito de ampliar o volume das operações no mercado secundário de títulos públicos federais, foram introduzidas, em agosto, medidas visando estimular a utilização de sistemas eletrônicos para a negociação de títulos

federais, com a participação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Igualmente, foram instituídas as operações de venda de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, admitindo-se a livre movimentação desses títulos entre as instituições, podendo, inclusive, ser antecipada a data de revenda, o que incentiva a inserção de novos agentes econômicos nesse mercado.

Objetivando facilitar as negociações no mercado secundário, foi estabelecido o dia 1º de julho de 2000 como data base única para servir de referência para a correção do valor nominal de títulos pós-fixados. Dessa forma, na prática, papéis emitidos em datas diferentes passam a ter o mesmo valor nominal.

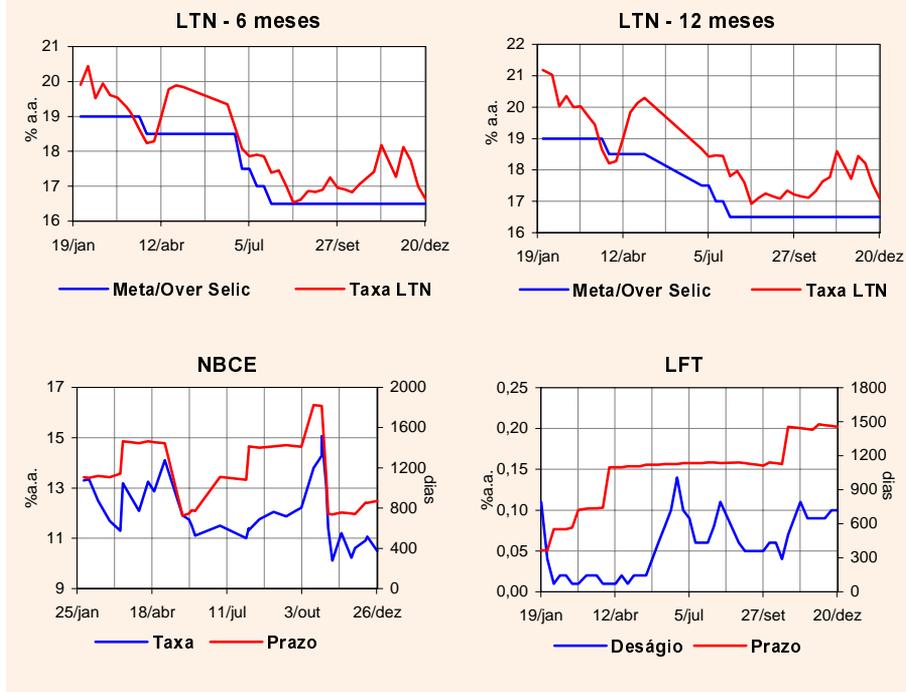
Em setembro, foram padronizados os critérios de expressão da taxa de rentabilidade dos títulos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). A rentabilidade dos títulos cujo valor nominal é atualizado pela variação na cotação do dólar passou a ser calculada pelo critério de taxa interna de retorno, considerando-se 360 dias corridos e regime de capitalização simples. A rentabilidade dos demais títulos será expressa como taxa efetiva anual, adotando-se 252 dias úteis no ano e regime de capitalização composto. Com essa medida, espera-se elevar a comparabilidade entre as taxas de juros domésticas e as praticadas no mercado internacional.

A atuação do Banco Central, por meio de ofertas competitivas de títulos federais em operações definitivas, restringiu-se à rolagem da dívida mobiliária federal indexada à taxa de câmbio. No início de 2000, as Notas do Banco Central - Série Especial (NBCE) foram colocadas com prazo de dois anos à taxa média de 11,3% a.a., elevando-se o prazo, em março, para quatro anos, à taxa média de 12% a.a. Em meados de abril, em decorrência de incertezas na conjuntura internacional, as colocações de NBCE apresentaram taxas crescentes, alcançando 12,6% a.a., apesar da redução do prazo para dois anos. Entre os meses de agosto e setembro, o governo federal adotou a estratégia de rolar parcialmente os vencimentos, com a finalidade de reduzir sua participação no total da dívida pública, diminuindo a exposição aos choques financeiros externos. Contudo, a estratégia de rolagem parcial foi suspensa, em função do surgimento de expectativas desfavoráveis no ambiente internacional que acabaram provocando forte volatilidade no mercado interno de câmbio. Para estabilizar o mercado, o Banco Central passou a realizar colocações líquidas desses papéis.

Registre-se o condicionante à condução da política monetária e cambial determinado pelo Art. 34 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que veda a emissão de títulos públicos pelo Banco Central a partir de maio de 2003.

As operações competitivas com títulos do Tesouro Nacional persistiram objetivando o alongamento de prazos e a redução dos custos financeiros da dívida mobiliária.

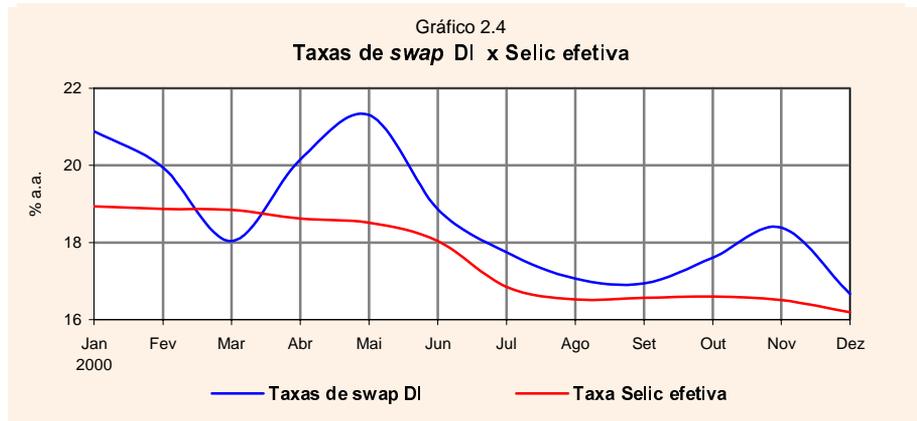
Gráfico 2.3  
Leilões - taxas de colocação - 2000



A partir do final de janeiro, os títulos prefixados, Letras do Tesouro Nacional (LTN), passaram a ser ofertados com prazo de um ano, sendo, até então, colocados com prazos de três e de seis meses. Ao mesmo tempo que os prazos foram alongados, observou-se expressiva redução nas taxas de colocações, que passaram de 21,2% a.a., em 21 de janeiro, para 18,2% a.a. em 28 de março. Em maio, devido à instabilidade no mercado financeiro internacional, as colocações desses títulos foram interrompidas após a realização do leilão do dia 2, quando a taxa alcançou 20,3% a.a. No dia 13 de junho, com a sinalização de estabilidade do cenário externo, o Banco Central voltou a ofertar LTN, retomando, ao longo do semestre, as colocações com prazos de seis meses e de um ano, com as taxas apresentando-se de forma decrescente, atingindo, em 20 de dezembro, 16,6% a.a. para as LTN de seis meses e 17,1% a.a. para as de um ano. Deve-se destacar, nesse período, a colocação de LTN com prazo de 670 dias, com proposta firme de compra, à taxa de 17,6% a.a., assinalando-se que a oferta desse papel com prazo semelhante não acontecia desde o início da crise asiática, em outubro de 1997. Em dezembro, o prazo médio das colocações de LTN situou-se em 291 dias, representando crescimento de 144,5% em relação ao de dezembro de 1999.

Os prazos de colocação dos títulos do Tesouro Nacional indexados à taxa Selic e emitidos em oferta pública elevaram-se desde o início do ano, quando situavam-se próximos a 12 meses, alcançando, em abril, o prazo de três anos. A partir de outubro,

os prazos de colocação foram ampliados para quatro anos. Em consonância com a estratégia do Tesouro Nacional visando reduzir a participação de títulos pós-fixados na composição da dívida mobiliária interna federal, ao final do ano, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) representaram 52,1% no total da dívida, com redução de 9 pontos percentuais em relação ao final do ano anterior.



Os leilões de Notas do Tesouro Nacional - série C (NTN-C), títulos indexados ao IGP-M, continuaram a ser efetuados no decorrer do ano, obedecendo sistemática equivalente a dos leilões de NBCE, com preço único para cada maturidade dos títulos. No início do ano, os prazos das NTN-C atingiram três e sete anos. As taxas de colocação, anualizadas e em dias úteis, variaram entre 12,6%, em março, com prazo de sete anos, e 11% em setembro, com prazo de cinco anos. Merece destaque a colocação de NTN-C em dezembro com prazo de 30 anos, sendo negociada à taxa de 11,97% a.a.

Com a finalidade de dinamizar as operações com NTN-C, os procedimentos para as trocas por créditos securitizados sofreram alterações a partir do mês de fevereiro, quando puderam ser utilizados para pagamento dos leilões, com deságios predeterminados. Na nova sistemática, a primeira etapa define o preço das NTN-C, sendo aceitas apenas ofertas em dinheiro, enquanto, na segunda, realiza-se leilão de determinação de preços para os créditos securitizados, quando seus participantes devem efetuar propostas de venda dos créditos em seu poder. As NTN-C mantêm sua finalidade principal de contribuir para reforçar os parâmetros de longo prazo da economia brasileira, funcionando para o mercado financeiro como instrumento de lastro para passivos de longo prazo.

A duração dos títulos federais emitidos em oferta pública apresentou trajetória ascendente ao longo do ano, visto que o indicador passou de 3,95 meses, em dezembro de 1999, para 6,32 meses em dezembro de 2000. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo alongamento dos prazos dos títulos prefixados

e cambiais colocados no mercado. A duração média das LTN elevou-se de 1,96 mês, ao final de 1999, para 5,07 meses ao final de 2000. Para as NBCE, o indicador passou de 10,76 meses para 17,64 meses, no mesmo período.

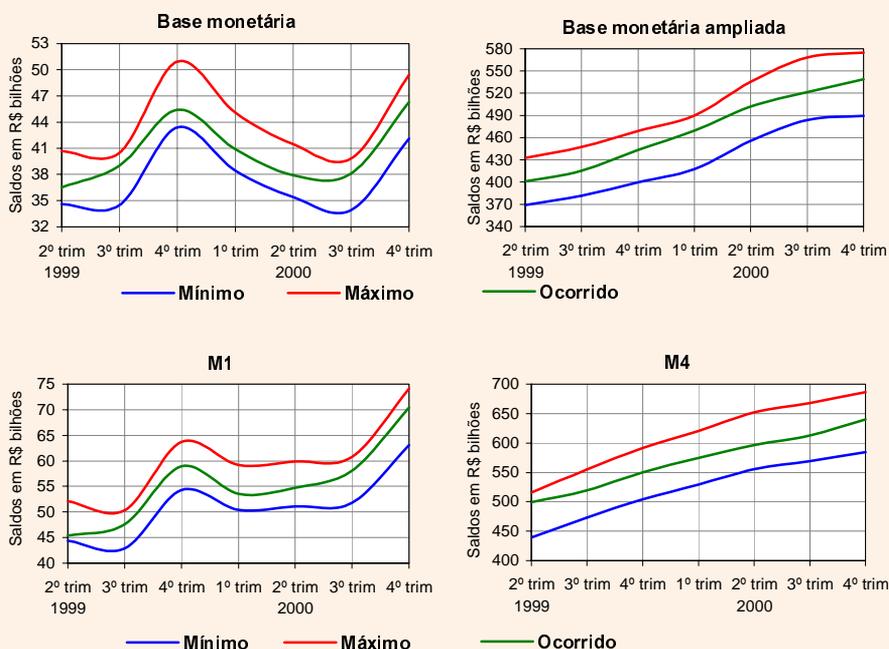
### Agregados monetários

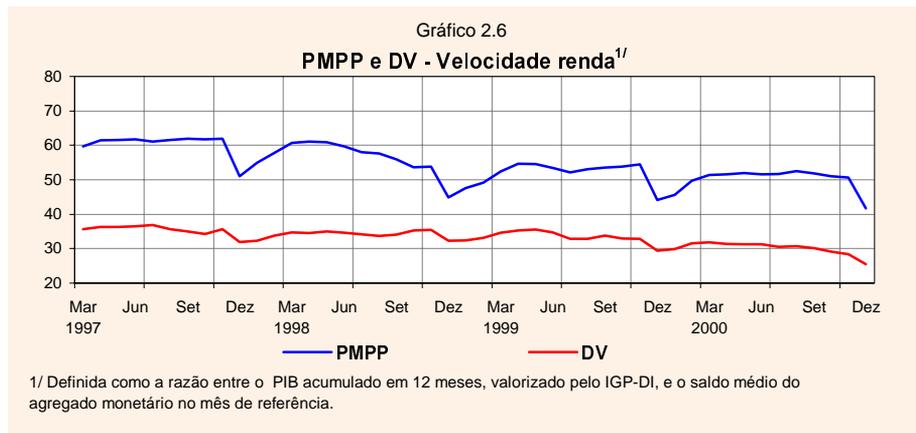
O comportamento dos agregados monetários refletiu a recuperação gradual da atividade econômica, o crescimento das operações de crédito e as reduções das parcelas dos recursos à vista compulsoriamente mantidas sem remuneração. Nesse contexto, os meios de pagamento, no conceito de média mensal dos saldos diários, expandiram-se 19,2% no ano, situando-se, a exemplo dos demais agregados, no intervalo previsto pela programação monetária para o período. Os depósitos à vista apresentaram redução em sua velocidade-renda, comportamento associado, basicamente, aos recursos em trânsito de operações de crédito e ao maior interesse do sistema bancário por essa modalidade de captação, decorrente da ampliação da parcela de livre aplicação, gerada pelas reduções de alíquota do recolhimento compulsório. Assim, o saldo médio dos depósitos à vista cresceu 23,2% no ano. O papel-moeda em poder do público, menos sujeito a choques na alocação do portfólio

Gráfico 2.5

#### Base monetária e meios de pagamento

Programação monetária e valores ocorridos





dos agentes econômicos, tal como alterações em recolhimentos compulsórios, apresentou velocidade-renda estacionária, com a média mensal dos saldos diários do agregado elevando-se 13,2% no mesmo período.

A base monetária, considerado o critério de média mensal dos saldos diários, alcançou R\$ 46,3 bilhões em dezembro, com expansão de 2% no ano, taxa significativamente inferior à registrada nos meios de pagamento, refletindo a queda de 14,4% na demanda por reservas bancárias, enquanto o saldo médio do papel-moeda emitido elevou-se 12,8%.

Relativamente às fontes de emissão monetária, os principais fatores condicionantes da base monetária no ano, pelo lado da oferta, foram o movimento da conta única do Tesouro Nacional, com impacto líquido contracionista de R\$ 26,5 bilhões, e as operações do setor externo, com expansão de R\$ 4,4 bilhões, resultante de intervenções diretas pontuais no mercado interbancário de câmbio, consistentes com o regime de taxas flutuantes. Ao longo do ano 2000, observou-se tal movimento apenas em 23 de novembro, motivado pela internalização de montante de divisas muito superior ao habitual, para pagamento da privatização do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), e em 29 de dezembro, como medida prudencial na passagem do ano. Esses resultados, ao lado do crescimento de R\$ 897 milhões na demanda por base monetária, proporcionaram resgates líquidos da dívida mobiliária federal no valor de R\$ 20,6 bilhões.

No que se refere aos agregados monetários amplos, a base monetária ampliada, medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, encerrou o ano com saldo de R\$ 538,7 bilhões, expandindo-se 20,5% no período. Atribui-se esse resultado, principalmente, ao crescimento vegetativo derivado da valorização da dívida mobiliária federal e às emissões de títulos referentes aos programas de reestruturação de dívidas estaduais e municipais, em especial a do município de São Paulo. Os citados fatores expansionistas, equivalentes a R\$ 113 bilhões, foram parcialmente atenuados pelos recolhimentos líquidos à conta única do Tesouro Nacional.

**Quadro 2.2 - Programação monetária**

R\$ bilhões

Discriminação		Base monetária restrita			Base monetária ampliada		
		Mínimo	Máximo	Ocorrido	Mínimo	Máximo	Ocorrido
1999	1º trimestre	35,4	41,6	37,6	353,0	414,4	388,0
	2º trimestre	34,6	40,7	36,5	368,9	433,0	400,7
	3º trimestre	34,5	40,5	39,0	381,3	447,6	414,8
	4º trimestre	43,4	50,9	45,4	399,6	469,1	447,1
2000	1º trimestre	38,4	45,1	40,9	417,2	489,8	469,3
	2º trimestre	35,4	41,5	37,9	455,8	535,1	501,9
	3º trimestre	33,9	39,8	38,1	483,9	568,0	521,3
	4º trimestre	42,1	49,4	46,3	489,2	574,3	538,7

(continua)

**Quadro 2.3 - Fatores condicionantes da base monetária**

Fluxos acumulados no mês (R\$ milhões)

Período		Tesouro Nacional	Operações c/títulos públicos federais	Operações do setor externo	Assistência financeira de liquidez
1999	Jan	- 100	7 113	-4 756	-1 502
	Fev	- 815	-2 008	285	- 27
	Mar	-1 768	5 076	-3 812	- 316
	Abr	-2 650	3 631	-1 950	- 6
	Mai	25	3 254	659	- 30
	Jun	- 843	-6 657	8	- 7
	Jul	-1 627	9 333	- 13	- 7
	Ago	-6 434	-4 139	- 296	- 7
	Set	-2 901	4 518	- 11	- 7
	Out	723	- 69	-1 411	- 7
	Nov	607	1 201	- 823	- 7
	Dez	221	13 672	-2 759	- 15
2000	Jan	2 243	-11 253	2 387	0
	Fev	-1 383	1 378	69	- 8
	Mar	-3 288	483	38	- 16
	Abr	-3 704	2 159	- 13	0
	Mai	-2 014	- 50	- 1	- 8
	Jun	-2 146	-1 239	12	- 39
	Jul	1 229	3 092	- 3	0
	Ago	-5 710	8 586	19	- 8
	Set	-2 744	1 145	- 6	- 9
	Out	714	- 99	5	- 38
	Nov	-9 647	8 101	3 836	- 520
	Dez	- 90	9 095	-1 942	0

(continua)

**Quadro 2.2 - Programação monetária (continuação)**

R\$ bilhões

Discriminação	Meios de pagamento (M1)			Meios de pagamento (M4)			
	Mínimo	Máximo	Ocorrido	Mínimo	Máximo	Ocorrido	
1999	1º trimestre	46,0	54,0	46,6	436,7	512,6	477,4
	2º trimestre	44,4	52,1	45,4	439,0	515,4	498,9
	3º trimestre	42,9	50,3	47,6	472,9	555,1	519,1
	4º trimestre	54,3	63,7	59,0	504,2	591,9	550,2
2000	1º trimestre	50,4	59,2	53,5	528,8	620,8	574,6
	2º trimestre	51,1	59,9	54,7	555,5	652,1	596,4
	3º trimestre	51,8	60,8	58,1	569,1	668,1	612,7
	4º trimestre	63,1	74,1	70,4	584,8	686,5	640,2

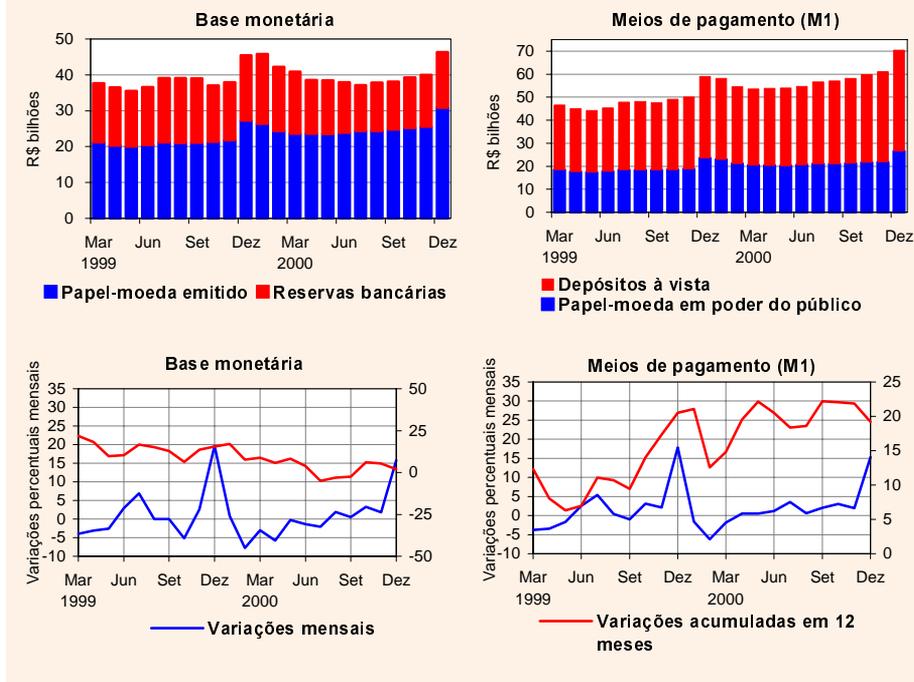
**Quadro 2.3 - Fatores condicionantes da base monetária (continuação)**

Fluxos acumulados no mês (R\$ milhões)

Período	Depósitos				Outras contas	Variação da base monetária	
	Instituições financeiras	Fundos de investimento	DVR	Total			
1999	Jan	- 111	- 171	7	- 275	- 29	451
	Fev	89	496	0	585	201	-1 779
	Mar	227	2	1	230	- 34	- 624
	Abr	199	154	0	353	- 259	- 881
	Mai	107	42	0	149	27	4 083
	Jun	47	183	0	231	12	-7 257
	Jul	55	210	0	265	33	7 985
	Ago	- 64	3 629	0	3 565	18	-7 292
	Set	528	0	0	528	- 26	2 100
	Out	544	0	0	544	100	- 121
	Nov	485	0	0	485	25	1 488
	Dez	8	0	0	8	- 35	11 093
2000	Jan	71	0	0	71	14	-6 538
	Fev	42	0	0	42	- 72	28
	Mar	84	0	0	84	- 129	-2 827
	Abr	297	0	0	297	- 111	-1 373
	Mai	263	0	0	263	- 35	-1 845
	Jun	- 22	0	0	- 22	- 125	-3 560
	Jul	- 186	0	0	- 186	3	4 136
	Ago	- 110	0	0	- 110	- 107	2 670
	Set	182	0	0	182	- 170	-1 601
	Out	590	0	0	590	- 58	1 115
	Nov	394	0	0	394	- 70	2 095
	Dez	- 127	0	0	- 127	20	6 955

Gráfico 2.7  
Base monetária e meios de pagamento

Média dos saldos diários



Os meios de pagamento em seu conceito mais amplo, que corresponde ao M4, encerraram 2000 em R\$ 640,2 bilhões, com expansão anual de 16,2%, enquanto a variação acumulada da taxa Selic situou-se em 17,4%, revelando crescimento moderado da poupança financeira interna. Os depósitos de poupança, após recuperação em dezembro, cresceram 0,9% no ano, enquanto os títulos privados reduziram-se em 4,4%, desempenho que concorreu para que os fundos de renda fixa e os títulos públicos federais, em conjunto, evoluíssem 67,2%. Tal migração pode ser explicada pela liquidez diária, com rentabilidade, apresentada pelos fundos de renda fixa, bem como pela redução das aplicações das instituições financeiras em títulos federais, a fim de realocá-las para operações de crédito.

### Operações de crédito do sistema financeiro

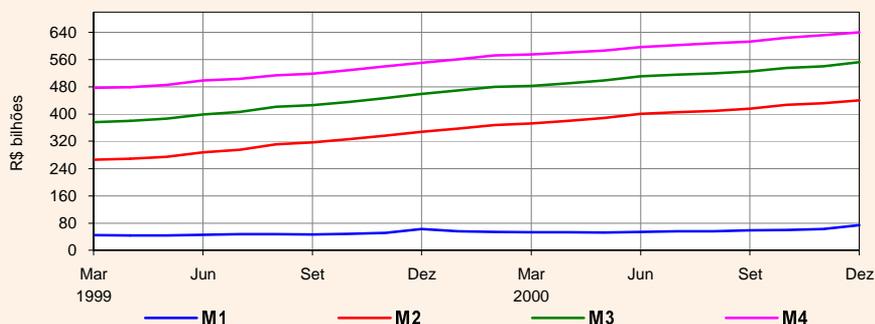
A política creditícia em 2000, em continuidade ao processo iniciado no ano anterior, foi orientada no sentido de ampliar a disponibilidade de recursos para o tomador final. Dentre as principais medidas consistentes com esse objetivo, assinala-se a redução da alíquota do recolhimento compulsório incidente sobre os depósitos à vista, de 65% para 45%. Ademais, visando estimular a concorrência entre as

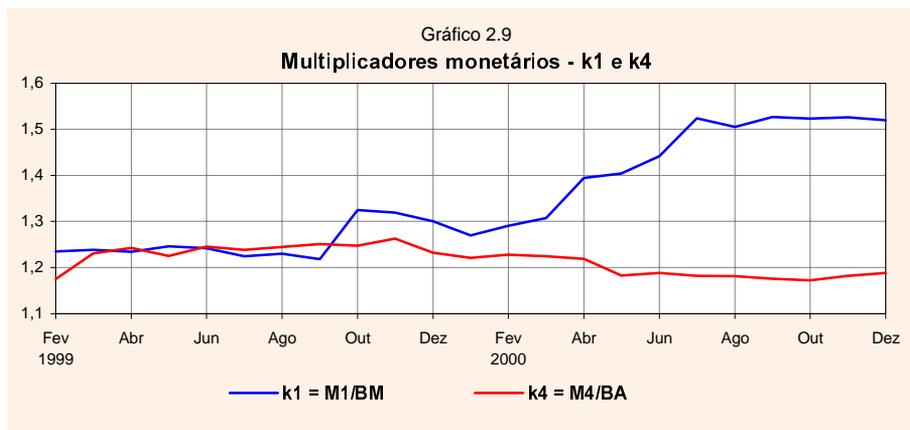
**Quadro 2.4 - Haveres financeiros**Percentual em relação ao PIB<sup>1/</sup> (%)

Período	M1	M2	M3	M4	
1999	Jan	5,64	29,52	41,74	52,30
	Fev	5,40	29,72	42,17	53,30
	Mar	5,11	29,83	42,31	53,64
	Abr	4,86	29,63	41,92	52,82
	Mai	4,75	29,61	41,74	52,38
	Jun	4,84	30,24	42,04	52,56
	Jul	4,98	30,63	42,21	52,31
	Ago	4,85	31,78	43,12	52,47
	Set	4,71	31,75	42,80	52,02
	Out	4,75	31,89	42,63	51,73
	Nov	4,92	32,18	42,69	51,60
	Dez	6,00	33,31	43,90	52,66
2000	Jan	5,57	35,21	46,24	55,25
	Fev	5,48	37,36	48,64	58,00
	Mar	5,40	37,79	49,02	58,31
	Abr	5,26	37,30	48,13	56,96
	Mai	5,00	36,66	47,03	55,29
	Jun	5,02	37,03	47,23	55,11
	Jul	5,23	37,54	47,76	55,70
	Ago	5,27	38,24	48,52	56,80
	Set	5,55	39,06	49,29	57,53
	Out	5,58	39,82	49,90	58,17
	Nov	5,78	39,90	49,94	58,35
	Dez	6,76	40,31	50,53	58,55

1/ PIB dos últimos 12 meses a preços do mês assinalado (deflator: IGP-DI), tendo como base a série publicada pelo IBGE.

Gráfico 2.8  
Haveres financeiros - fim de período





instituições financeiras e proporcionar maior transparência às operações bancárias, passou a ocorrer a divulgação, na internet, das taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras em suas principais operações de crédito.

O comportamento das taxas ativas praticadas nas operações de crédito prefixadas realizadas com recursos livres confirmou, durante o ano, a tendência de queda já configurada ao longo de 1999. A trajetória decrescente das taxas de juros no ano 2000 pode ser atribuída à conjunção de fatores positivos observada no período, destacando-se os cortes promovidos na meta da taxa Selic, as medidas governamentais visando ampliar a oferta de crédito e reduzir os juros, o aumento da concorrência entre os bancos, além do maior grau de confiança das instituições financeiras quanto à estabilidade do quadro econômico interno.

A média das taxas de juros das operações prefixadas com pessoas físicas e jurídicas decresceu de 62,3% a.a., no final de 1999, para 51% a.a. em 2000, enquanto a relativa às taxas passivas (Certificados de Depósito Bancário - CDB) recuou de 18,1% a.a. para 15,8% a.a., no período.

Em decorrência do comportamento das taxas de captação e de aplicação, o diferencial médio das operações de crédito recuou para 35,2% a.a. em dezembro de 2000, indicando variação de 9 pontos percentuais (p.p.), em relação ao patamar registrado no mesmo período do ano anterior. Nas operações com pessoas físicas, o decréscimo no diferencial médio mostrou-se mais significativo, situando-se em 20,6 p.p., ante 12,2 p.p. nas vinculadas a pessoas jurídicas.

Dentre as modalidades de crédito incluídas no grupamento de pessoas físicas, o diferencial praticado nas operações de crédito pessoal registrou a queda mais acentuada, de 68,4% a.a., em dezembro de 1999, para 51,9% a.a. ao final de 2000. Por outro lado, o diferencial referente às operações com cheque especial elevou-se de 120,7% a.a. para 136,9% a.a., no mesmo período.

**Quadro 2.5 - Taxas de operações de crédito prefixadas - 2000**

% a.a.

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxas de juros - geral	60,0	62,3	58,3	58,1	57,4	56,4	54,1	53,3	53,3	53,2	51,9	51,0
Pessoa jurídica	47,8	49,2	46,1	45,7	44,1	38,0	35,8	34,8	34,6	34,4	33,8	34,6
Desc. duplicatas	54,6	55,6	53,9	54,3	50,5	46,6	44,3	44,5	43,7	44,7	44,1	44,7
Capital de giro	46,9	48,5	46,4	45,7	43,7	34,3	33,1	32,6	32,2	32,3	32,7	32,5
Conta garantida	55,6	56,7	51,1	50,5	49,7	47,0	42,3	40,6	41,4	40,4	38,0	41,2
Aquisição de bens	40,4	42,1	36,9	35,7	34,1	31,2	30,9	30,4	28,1	26,7	27,9	30,7
Pessoa física	83,3	85,3	78,3	77,8	75,1	76,7	73,4	71,7	71,3	71,0	68,7	66,5
Cheque especial	144,9	152,7	144,8	152,3	142,2	163,3	156,8	151,3	151,8	151,3	153,8	152,7
Crédito pessoal	75,6	76,5	68,9	68,1	67,1	70,1	70,6	69,9	71,6	72,5	72,0	67,7
Aq. bens veículos	-	-	-	-	-	35,5	35,9	34,8	35,2	34,2	34,3	35,0
Aq. bens outros	-	-	-	-	-	84,3	77,5	78,0	73,9	63,8	65,1	66,5
Taxa de captação CDB	18,0	17,9	18,0	18,0	18,2	17,9	16,6	15,9	16,2	16,3	16,3	15,8
<i>Spread</i> geral	42,0	44,3	40,3	40,1	39,2	38,4	37,5	37,4	37,1	36,9	35,5	35,2
Pessoa jurídica	29,7	31,3	28,1	27,7	25,9	20,0	19,3	18,9	18,4	18,1	17,5	18,8
Desc. duplicatas	36,5	37,7	35,8	36,3	32,3	28,7	27,7	28,6	27,5	28,4	27,7	28,8
Capital de giro	28,9	30,6	28,4	27,7	25,5	16,4	16,5	16,7	16,0	16,0	16,3	16,7
Conta garantida	37,6	38,8	33,1	32,5	31,5	29,1	25,8	24,8	25,2	24,1	21,6	25,4
Aquisição de bens	22,4	24,2	18,9	17,8	15,9	13,3	14,4	14,6	11,9	10,4	11,6	14,9
Pessoa física	65,3	67,4	60,3	59,8	56,9	58,8	56,8	55,8	55,1	54,7	52,3	50,7
Cheque especial	126,9	134,8	126,8	134,3	124,0	145,4	140,2	135,4	135,6	135,0	137,5	136,9
Crédito pessoal	57,5	58,6	50,9	50,1	48,8	52,1	54,0	54,0	55,4	56,2	55,7	51,9
Aq. bens veículos	-	-	-	-	-	17,6	19,4	18,9	19,0	18,0	18,0	19,2
Aq. bens outros	-	-	-	-	-	66,4	61,0	62,1	57,7	47,6	48,8	50,7

Fonte: Sisbacen, transação PEFI300

1/ As taxas anualizadas são obtidas elevando-se a 252 a média geométrica das taxas diárias intramês.

Gráfico 2.10

**Diferencial entre taxas de juros de operações de crédito - média do mercado**

Analisando-se as operações classificadas no grupamento de pessoas jurídicas, percebe-se redução nos diferenciais médios em todas as modalidades de crédito, em

especial nas relativas às operações de conta garantida e capital de giro, com variações respectivas de 15,2 p.p. e 12,8 p.p. no período.

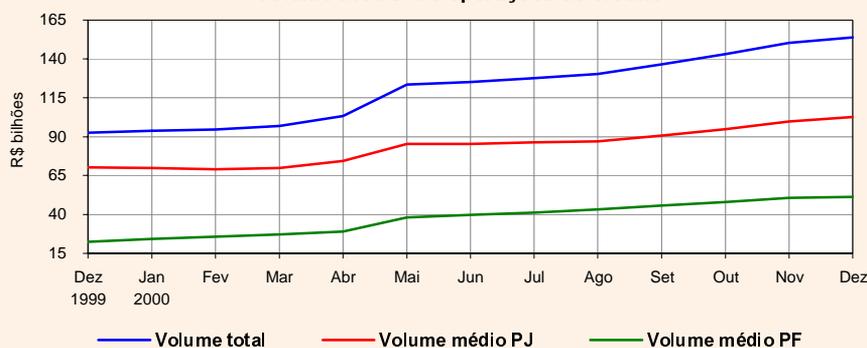
Com respeito às taxas de operações de crédito divulgadas pelo Banco Central, cabe registrar, ainda, que seu cálculo sofreu importante modificação a partir de junho de 2000. As taxas médias de cada modalidade passaram a ser obtidas considerando-se o volume de crédito concedido por instituição financeira, ao invés de média aritmética simples, visando evitar as distorções inerentes às situações nas quais as taxas das grandes instituições financeiras divergiam daquelas praticadas pelas instituições de pequeno porte. Os efeitos mais expressivos dessas modificações sobre as taxas médias foram detectados no bimestre de maio-junho, período de transição necessário para a adequação das instituições às alterações promovidas, principalmente entre as modalidades com pessoas físicas.

O estoque de crédito concedido pelo sistema financeiro apresentou evolução positiva ao longo do ano, sobressaindo-se os empréstimos direcionados às pessoas físicas, com ênfase para as operações contratadas sob as modalidades de crédito pessoal e de aquisição de bens. A concessão de financiamentos para o setor produtivo ocorreu de forma mais acentuada no último trimestre do ano, concorrendo para a dinamização da atividade econômica.

O saldo das operações de crédito com recursos livres, que exclui o crédito imobiliário, rural, operações de arrendamento mercantil e as realizadas com repasses de fundos públicos, alcançou R\$ 153,9 bilhões em dezembro de 2000, com expansão de 66,4% em relação ao registrado no ano anterior. Esse crescimento pode ser atribuído ao decréscimo das taxas ativas praticadas pelas instituições financeiras no período, concorrendo para o aumento do ritmo da atividade econômica.

Os empréstimos contratados por pessoas físicas atingiram R\$ 51,3 bilhões ao final de 2000, expandindo-se 129% em 12 meses. As operações de crédito pessoal, que

Gráfico 2.11  
Volume médio de operações de crédito



representaram 32% do volume total do segmento, registraram o maior acréscimo no período, 71,6%, alcançando R\$ 16,3 bilhões em dezembro de 2000. Adicionalmente, os financiamentos destinados à aquisição de veículos elevaram-se 99% no período de junho a dezembro do ano passado, assinalando-se que a evolução, em ambas as categorias de crédito, pode ser associada à substituição do endividamento em crédito rotativo.

No que se refere às pessoas jurídicas, a expansão do volume total das operações de crédito refletiu, além da redução no custo, a necessidade de reposição de estoques em face do maior ritmo da atividade econômica. O volume de crédito concedido ao segmento atingiu R\$ 102,6 bilhões, com crescimento de 46,4% em relação a dezembro de 1999. Os saldos das modalidades desconto de duplicatas e conta garantida, que possuem participações relevantes no volume total, registraram elevações significativas no período, de, respectivamente, 54,3% e 46,2%. As operações envolvendo conta garantida foram impulsionadas, ainda, pela oferta de modalidades de operações com taxas flutuantes, vinculadas, principalmente, à taxa dos depósitos interfinanceiros.

No sentido de ampliar o conjunto das informações diárias sobre operações de crédito com recursos livres remetidas pelas instituições financeiras, foi editada a Circular nº 2.957/1999, que regulamentou o envio do saldo das carteiras corrigidas pelas rendas apropriadas, do valor das novas concessões de crédito e do prazo médio das carteiras de cada modalidade. Adicionalmente, as instituições devem informar a classificação das carteiras de crédito por níveis de atraso e a segregação das taxas de juros em juros básicos, encargos operacionais e encargos fiscais. Outra modificação refere-se às informações relacionadas a operações de aquisição de bens para pessoas físicas, que passaram a ser discriminadas de acordo com a destinação do financiamento, em veículos ou outros bens.

Com a finalidade de intensificar as regras prudenciais e aprimorar os mecanismos de supervisão bancária, adequando-as aos padrões internacionais, o CMN, por meio da Resolução nº 2.682, de 21.12.1999, estabeleceu critérios mais rigorosos ao promover o aperfeiçoamento e transparência dos mecanismos de concessão de crédito, contribuindo para a racionalização e melhoria da alocação dos recursos e, em consequência, para a redução de custos na intermediação financeira.

Assim, o CMN promoveu a revisão dos procedimentos estabelecidos na Resolução nº 1.748, de 30.8.1990, tornando-os mais objetivos e abrangentes para a classificação da carteira de operações de crédito, bem como determinou a constituição de provisão para perdas em bases tecnicamente mais adequadas.

As regras para classificação da carteira de crédito, segundo a Resolução nº 1.748, eram baseadas exclusivamente no prazo de inadimplência, desconsiderando o risco

potencial do tomador de recursos e da própria operação. Os créditos eram classificados como:

- a) normal, quando vencidos até 60 dias;
- b) atraso, quando vencidos há mais de 60 dias e com garantias;
- c) liquidação, quando vencidos há mais de 60 dias sem garantias e há mais de 180 dias com garantias suficientes.

Com a vigência da Resolução nº 2.682, a partir de março de 2000, os ativos de crédito passaram a ser classificados em nove níveis, em ordem crescente de risco (AA, A, B, C, D, E, F, G e H) com as provisões sendo requeridas gradualmente a partir do segundo nível.

As metodologias de classificação são de responsabilidade da instituição financeira; porém, deverão levar em consideração, dentre outros, os seguintes fatores:

- a) em relação ao devedor e seus garantidores:
  - i. situação econômico-financeira;
  - ii. grau de endividamento;
  - iii. capacidade de geração de resultados;
  - iv. fluxo de caixa;
  - v. administração e qualidade de controles;
  - vi. pontualidade e atrasos nos pagamentos;
  - vii. contingências;
  - viii. setor de atividade econômica;
  - ix. limite de crédito;
- b) em relação à operação:
  - i. natureza e finalidade da transação;
  - ii. características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
  - iii. valor.

Além disso, foi determinado que a classificação nos níveis de risco deve ser revista, no mínimo:

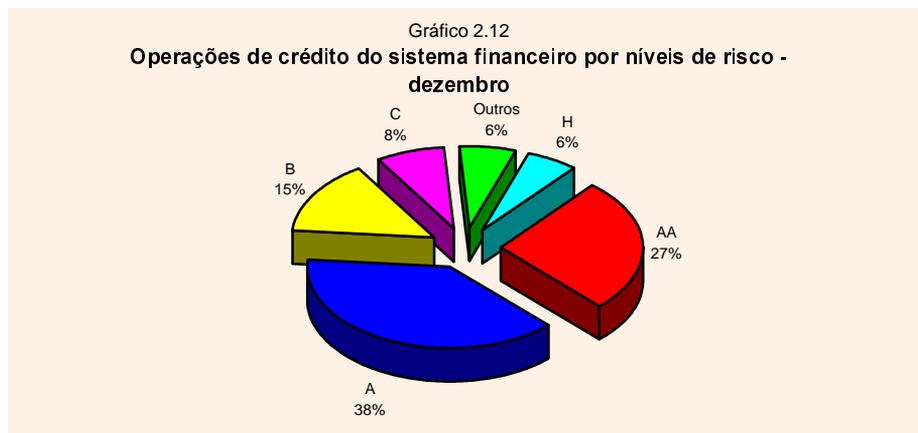
- a) mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de inadimplemento verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos financeiros, sendo que, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é admitida a contagem em dobro dos prazos previstos, devendo o enquadramento ser feito na forma abaixo:
  - i. atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
  - ii. atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
  - iii. atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
  - iv. atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
  - v. atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
  - vi. atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
  - vii. atraso superior a 180 dias: risco nível H;

- b) a cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido ajustado;
- c) uma vez a cada 12 meses, em todas as situações, exceto para as operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil, que podem ter sua classificação revista de forma automática unicamente em decorrência dos atrasos nos pagamentos do principal ou dos encargos financeiros.

É importante ressaltar que a inobservância dos prazos estabelecidos para efetuar a revisão da classificação das operações nos respectivos níveis de risco implica a reclassificação compulsória, pelas instituições financeiras, das operações do devedor para o risco nível “H”, além de outras medidas de natureza administrativa tomadas pelo Banco Central.

A classificação da carteira em níveis de risco implicará a constituição de provisão não inferior ao somatório dos seguintes percentuais:

- a) 0,5% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- b) 1% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- c) 3% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- d) 10% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
- e) 30% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- f) 50% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
- g) 70% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;
- h) 100% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.



Em dezembro, o volume total das operações de crédito do sistema financeiro, que inclui recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 317 bilhões, considerando-se o conjunto dos nove níveis de risco, com crescimento de 10,8% em nove meses. Contribuíram para esse resultado o aumento nos empréstimos ao setor privado, sobressaindo-se as operações realizadas com o comércio, os outros serviços e as

Gráfico 2.13  
Operações de crédito do sistema financeiro privado por níveis de risco - dezembro

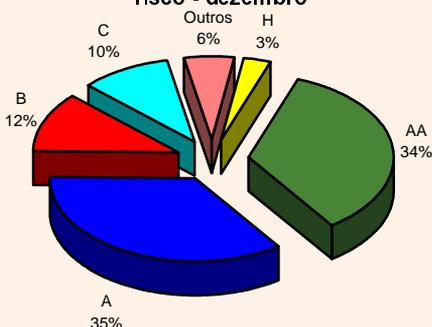
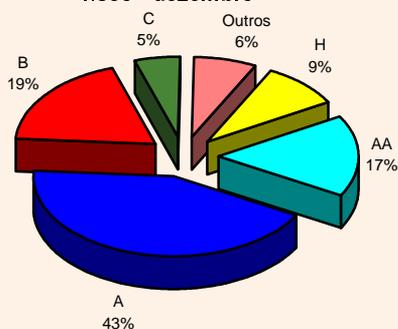


Gráfico 2.14  
Operações de crédito do sistema financeiro público por níveis de risco - dezembro



peças físicas. Assim, a participação do crédito total concedido pelo sistema financeiro, em relação ao PIB, alcançou 26,8%, ante 27,2% em 1999.

Analisando-se a distribuição da carteira de crédito das instituições financeiras por níveis de risco, observou-se que R\$ 211 bilhões do total concedido concentraram-se nos níveis AA e A, enquanto no nível H, que requer provisão de 100%, registraram-se R\$ 18,6 bilhões.

Com relação ao sistema financeiro privado, o estoque de crédito concedido atingiu R\$ 176,7 bilhões, registrando expansão de 26,3% em nove meses, enquanto, no sistema financeiro público, o saldo alcançou R\$ 140,4 bilhões, com declínio de 4% para o mesmo período.

Em termos setoriais, o volume de empréstimos contratados pelas pessoas físicas atingiu R\$ 59,7 bilhões em dezembro, com expansão de 38,6%. Concorreram, para esse crescimento, a maior demanda por crédito pessoal e por financiamentos para aquisição de bens, notadamente veículos automotores. Essas modalidades de

crédito foram mais sensibilizadas pela redução das taxas de juros e pelo alongamento dos prazos, ao mesmo tempo em que os indicadores de emprego e de renda apresentaram-se positivos. Por níveis de risco, a maior parcela dessas operações foram classificadas no nível A, 64%, enquanto, no nível H, foram alocados 4,9%.

Os empréstimos concedidos à indústria alcançaram R\$ 84,6 bilhões em dezembro, crescimento de 2,7%, destacando-se a expansão de 6,9% registrada no último trimestre do ano. Em referência aos níveis de risco, 63,1% dos créditos concentraram-se nos níveis AA e A.

Com relação ao comércio, os créditos contratados somaram R\$ 31,5 bilhões, crescimento de 15,4% em relação a março, com ênfase para a expansão de 11,5% verificada no trimestre outubro-dezembro, decorrente, basicamente, do financiamento de estoques para as vendas de final de ano.

O total de empréstimos alocados ao segmento outros serviços registrou saldo de R\$ 45,2 bilhões, revelando incremento de 20,4%, reflexo, principalmente, da maior demanda dos setores de telecomunicações e transportes, ressaltando-se que a maior parcela desses recursos foi classificada no nível AA, 42,9%, enquanto as operações vinculadas ao risco H representaram 3,2%.

Nos últimos nove meses do ano, a carteira rural das instituições financeiras apresentou expansão de 2,2%, com o saldo atingindo R\$ 26,4 bilhões em dezembro. Os créditos contabilizados nos níveis AA e A somaram 61,2%, e os registrados no nível H, 4,9%. Em relação à composição das fontes de recursos do sistema financeiro para o setor rural, dados disponíveis para novembro revelaram que as aplicações com recursos obrigatórios apresentaram participação de 49,8%. O segundo item mais importante, recursos originários de repasses, situou-se em 44,8%, enquanto as aplicações livres e agroindustriais mantiveram participação conjunta de 5,4%.

A política rural implementada em 2000, além de fixar, tempestivamente, as regras para a viabilização do financiamento do custeio rural, enfocou diversos programas voltados para investimentos em atividades estratégicas, cujos benefícios são a geração de renda e emprego, além da diversificação da pauta de produção do setor.

No que se refere ao custeio, o CMN editou, em 27.7.2000, a Resolução nº 2.764, fixando as regras dos financiamentos, especialmente a clientela-alvo, prazos, inclusive de carência, encargos financeiros - prevendo a fixação de juros em 8,75% a.a. para os produtores de menor porte - limites de financiamento, prêmios de seguro e garantias exigidas. É importante registrar que, no bimestre setembro-outubro, intensificou-se a liberação de recursos para o financiamento do plantio da safra de verão 2000/2001. Com efeito, o saldo das operações de crédito direcionadas para o setor, nesse período, apresentou crescimento de R\$ 800 milhões.

Em relação às regras de crédito para investimento rural, é importante destacar que o ciclo econômico e o retorno financeiro da atividade rural são caracterizados por prazos e sujeitos a condições de mercado bastante peculiares. Dessa forma, os programas atinentes aos investimentos rurais, além de assegurar prazos de, no mínimo, 5 anos, dispõem do mecanismo de repactuação das taxas de juros, ainda que limitadas às previstas nas operações oficiais de crédito. Assim, diversos programas, cuja regulamentação data de 29.6.2000, foram renovados e até mesmo implementados pelo governo. Dentre os programas existentes, o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo) foi contemplado no orçamento do BNDES, com recursos de R\$ 300 milhões, com prazo de utilização até 30.6.2001, nos termos da Resolução nº 2.749. Do mesmo modo, o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite), cujo objetivo é melhorar a competitividade do produtor nacional em face da concorrência existente no Mercado Comum do Sul (Mercosul), foi contemplado com recursos do BNDES, da ordem de R\$ 200 milhões, em condições semelhantes às do Prosolo, segundo o disposto na Resolução nº 2.748. O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), mantido pelo BNDES/Finame, destinado a financiar a aquisição de máquinas agrícolas, foi beneficiado com volume de recursos de R\$ 800 milhões, nos termos da Resolução nº 2.699, de 24.2.2000.

Destacaram-se, ademais, a criação, em 29.6.2000, de programas de financiamento a investimentos que estimulam a produção em várzeas, recuperação de pastagens degradadas, aquicultura, fruticultura e cajuicultura, viticultura, ovinocapricultura e apicultura. As regras contemplam limites individuais de crédito que variam de R\$ 20 mil a R\$ 40 mil, taxas de juros prefixadas de 8,75% a.a., prazos que variam de 5 a 8 anos, incluídos 2 a 3 anos de carência, amortizações semestrais e anuais, de acordo com o fluxo de receitas da propriedade beneficiada, e orçamento conjunto de R\$ 760 milhões.

Ainda com referência às normas no âmbito desse segmento, a Resolução nº 2.766, de 10.8.2000, determinou a redução de taxas de juros de linhas de financiamento Pronaf. Adicionalmente, foi suprimida a sistemática de equivalência preço-produto dos contratos com agricultores de menor porte e que dependem predominantemente da atividade rural, tendo em vista o objetivo de preservar sua renda em face da significativa elevação dos preços mínimos de algumas *commodities* agrícolas.

Com relação à carteira habitacional, englobando pessoas físicas e cooperativas habitacionais, registrou-se crescimento de 4,3% em relação a março, com seu saldo atingindo R\$ 56 bilhões em dezembro. Deve-se ressaltar a redução de 7,7%, no último trimestre do ano, em consequência da liquidação antecipada de contratos amparados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no âmbito da Medida Provisória nº 1.981-52, de 27.9.2000, que determinou que as dívidas relativas aos

contratos firmados com mutuários finais do sistema financeiro habitacional, de responsabilidade daquele fundo, assinados até 31.12.1987, poderiam ser novadas por montante correspondente a 100% do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sob os citados contratos. Quanto à distribuição dos créditos por faixas de risco, aqueles registrados nos níveis AA e A representaram 66,9% do total, e os classificados no nível H, 12,2%.

No sentido de propiciar maior volume de recursos para a atividade de construção civil, por meio da Resolução nº 2.706, de 30.3.2000, foi ampliada de 60% para 65% a exigibilidade de aplicação em financiamentos habitacionais dos recursos da caderneta de poupança do SBPE.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições para o refinanciamento dos imóveis retomados pelas instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e que operam com crédito imobiliário, a Resolução nº 2.789, de 30.11.2000, facultou nova modalidade de arrendamento financeiro aos bancos múltiplos com carteiras comercial e de crédito imobiliário e à Caixa Econômica Federal. Trata-se de arrendamento imobiliário especial, definido como operação em que o arrendatário se compromete a pagar ao arrendador, mensalmente e por prazo determinado, contraprestações pela ocupação do imóvel, com direito ao exercício de opção de compra no final do prazo contratado, conforme Medida Provisória nº 1.981-53, de 26.10.2000. O objeto do contrato refere-se a imóveis que a instituição financeira tenha arrematado, adjudicado ou recebido em dação de pagamento por força de financiamentos habitacionais anteriores.

Ainda com relação ao setor privado, os desembolsos efetuados pelo Sistema BNDES, inclusive Finame e BNDESPar, direcionados para a indústria, alcançaram R\$ 10,4 bilhões no acumulado do ano, ante R\$ 8,4 bilhões no mesmo período do ano anterior. Os serviços, inclusive comércio, receberam R\$ 10,7 bilhões para o financiamento dos seus investimentos, ante R\$ 8,3 bilhões absorvidos em igual período de 1999. Em relação à agropecuária, o fluxo acumulado no ano atingiu R\$ 1,9 bilhão, com crescimento de 48,4%, comparativamente aos doze meses de 1999. Esse comportamento reflete a continuidade do processo de crescimento da atividade econômica *vis-à-vis* a queda das taxas de juros, especialmente da TJLP, que sofreu redução de 12,5% a.a., ao final de 1999, para 9,75% a.a. em dezembro de 2000.

Em relação ao setor público, assinala-se, no campo institucional, a edição da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, denominada LRF, que trata sobre as regras de transparência e controle do endividamento e da assunção de despesas públicas. A medida, juntamente com a manutenção dos papéis do CMN, que regula a atuação do sistema financeiro em relação ao crédito para o segmento, e do Senado Federal, que fixa parâmetros para os mutuários, contempla o aperfeiçoamento do mercado de

crédito para o segmento, especialmente no que se refere à adequada alocação de recursos sob a forma de investimentos.

Os créditos concedidos ao setor público consolidado atingiram saldo de R\$ 13,6 bilhões em dezembro, representando declínio de 16,9% em nove meses, evidenciando maior controle das finanças públicas. O volume ajustado dos créditos contraídos pelos governos estaduais e municipais situou-se em R\$ 9,9 bilhões, com contração de 15% em relação a março, dos quais 44,6% classificados nos níveis AA e A. O montante da dívida bancária do governo federal foi reduzido em 21,6% no período, atingindo R\$ 3,7 bilhões, devido, principalmente, à securitização de débitos referentes à renegociação de dívida estadual e liquidação de dívida de empresas estatais referenciadas em câmbio, ocorrida no último trimestre do ano. No que se refere aos créditos direcionados ao setor público federal, 68,4% do total concentraram-se no nível de risco AA.

Registre-se que, a partir de outubro, por meio da Resolução nº 2.784, de 18.10.2000, as operações de crédito de responsabilidade ou aquelas que possuíam garantia formal, integral e solidária do Tesouro Nacional foram excluídas do limite de 45% do patrimônio líquido ajustado (PLA), para efeitos de apuração do saldo das operações de crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional com órgãos e entidades do setor público. Adicionalmente, foi ampliado, de R\$ 600 milhões para R\$ 1 bilhão, o valor global das novas operações de crédito, considerando-se o consolidado das instituições financeiras.

Com vistas a reduzir a inadimplência e adaptar o sistema Central de Risco de Crédito à nova estrutura das informações sobre operações de crédito, a Circular nº 2.977, de 6.4.2000, determinou que as informações prestadas mensalmente pelas instituições financeiras, com relação aos valores de responsabilidades de seus clientes, passam a contemplar a classificação por nível de risco das operações, conforme definido na Resolução nº 2.682/1999. Ademais, foi reduzido o valor a ser informado ao sistema, de R\$ 20 mil para R\$ 5 mil, de acordo com a Circular nº 2.999, de 24.8.2000, com vigência a partir de janeiro de 2001.

Nos últimos anos, tem-se estimulado o instituto da cessão de créditos, tendo como objetivos o alongamento dos prazos das operações para o tomador e o melhor gerenciamento dos ativos e da alavancagem das instituições cedentes. Nesse contexto, insere-se a criação das sociedades cujo objeto exclusivo seja a aquisição de tais créditos (Resolução nº 2.493/1998). Essas entidades não fazem parte do sistema financeiro nacional e captam recursos sobretudo por meio de instrumentos de longo prazo, como a emissão de ações e debêntures no país e de títulos e valores mobiliários no exterior. Inicialmente, foram impostas algumas restrições para a transferência de recebíveis para essas sociedades, impedindo que o risco retornasse para a instituição cedente, ainda que de forma indireta.

Com a edição da Resolução nº 2.686, de 26.1.2000, foi autorizada a cessão de toda modalidade de créditos com coobrigação do cedente, admitindo, também, a recompra à vista e a aquisição, pelas instituições cedentes, de títulos emitidos pelas cessionárias lastreados nesses recebíveis. Entretanto, seguindo as regras prudenciais, a nova norma determina acréscimos ao patrimônio líquido exigido da instituição que transferir recebíveis com coobrigação ou outro tipo de retenção de risco, exceto se a cedente adquirir debêntures da cessionária, pois, nesse caso, deverá haver o provisionamento dos respectivos títulos, conforme o risco dos créditos a elas vinculados.

Essa flexibilização de regras ocorre em contexto no qual o Sistema Financeiro Nacional consolida seus próprios mecanismos de avaliação e controle do risco de crédito, sobretudo diante da adoção das novas regras de classificação da carteira de créditos e constituição das respectivas provisões conforme o nível de risco efetivo e potencial do tomador.

**Quadro 2.6 - Crédito concedido pelo sistema financeiro**

Participação percentual

Discriminação	1998	1999	2000
Total	100,0	100,0	100,0
Sistema bancário criador de moeda	91,4	87,6	70,9
Bancos comerciais e múltiplos	80,0	66,6	52,4
Banco do Brasil	7,7	11,7	9,1
Outros bancos públicos	56,7	27,6	3,8
Bancos privados	15,5	27,3	39,5
Nacionais	10,1	16,0	23,7
Estrangeiros	5,4	11,3	15,8
Caixas econômicas	11,4	21,0	18,5
Bancos de desenvolvimento e investimento	5,9	8,4	21,1
BNDES	5,0	7,3	19,8
Outros	0,9	1,1	1,3
Instituições financeiras não-bancárias	2,7	4,0	8,0

### Sistema Financeiro Nacional

Nos anos recentes, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) vem passando por diversas transformações estruturais, acompanhando a tendência do mercado internacional. Nesse sentido, o Banco Central vem adotando importantes políticas relativas à supervisão bancária, de modo a assegurar a manutenção da estabilidade dos mercados financeiros por meio da limitação de riscos, especialmente sistêmicos, condição essencial para a preservação da estabilidade macroeconômica.

As medidas implantadas desde o início do Plano Real têm como objetivos o saneamento e fortalecimento do sistema como um todo, contemplando a redução gradual da presença do setor público na atividade bancária, bem como diretrizes para as transformações societárias no segmento privado, essas com vistas à capitalização e fortalecimento da estrutura operacional. Nesse contexto, insere-se a presença ativa do capital estrangeiro, com maior atuação no varejo, e a busca de maior eficiência na atividade de intermediação.

Adicionalmente, a adoção de regras prudenciais seguidas internacionalmente vem aprimorando os instrumentos de controle preventivo das atividades do sistema financeiro, seja por intermédio das autoridades supervisoras, seja por controles mantidos pelas próprias instituições, com o conseqüente aperfeiçoamento da estrutura de regulação.

A partir de 1994, com a edição da Resolução nº 2.099, a regulamentação prudencial vem evidenciando maior preocupação com os princípios estabelecidos pelo Comitê da Basileia, a partir da exigência do capital mínimo a ser mantido pelas instituições financeiras, com a finalidade de servir de base permanente para as suas atividades, acrescido da constituição de reserva para cobertura de riscos e perdas futuras conforme a qualidade das aplicações, definido como patrimônio líquido exigido (PLE).

A metodologia de apuração do PLE vem evoluindo no sentido de incluir os diversos tipos de riscos inerentes à atividade de intermediação. Nesse sentido, foram incorporadas formas de mensuração do risco de crédito e risco de mercado. A Resolução nº 2.692, de 24.2.2000, dispõe sobre a última alteração ocorrida na metodologia de cálculo do índice de Basileia, a qual relaciona o PLE e o PLA, definido como aquele que efetivamente a instituição possui para a cobertura de riscos, de acordo com a legislação em vigor.

Consoante a nova regulamentação, estabelecida pela Circular nº 2.972, de 23.3.2000, o cálculo do PLE passa a incluir parcela de recursos para a cobertura de risco de mercado decorrente da exposição de operações denominadas em real, remuneradas por taxas prefixadas de juros, à variação das taxas praticadas no mercado. Esse valor a ser acrescido na capitalização deverá ser apurado diariamente a partir da soma das parcelas representativas do valor em risco (VaR) das operações referenciadas em taxa de juro. Trata-se de metodologia dinâmica pois procura compatibilizar a exigência de capital com a flutuação das variáveis macroeconômicas.

Além dos riscos de crédito e de mercado, a atividade de intermediação sujeita-se a outras modalidades de riscos, como o operacional e o de liquidez. O risco operacional está diretamente relacionado ao grau de eficiência dos sistemas de controle interno mantidos pelas próprias instituições. A Resolução nº 2.554/1998 estabeleceu critérios para a implantação e implementação desses sistemas, conduzindo as

instituições financeiras à adaptação de suas estruturas técnica e operacional para a melhor avaliação de todo o tipo de risco a que estão submetidas, seja interno ou externo.

Em relação ao risco de liquidez, em dezembro de 2000, por intermédio da Resolução nº 2.804, foram definidos os procedimentos a serem adotados pelas instituições, no âmbito de seus controles internos, para que esse tipo de risco possa ser corretamente identificado e administrado, com prazo máximo de seis meses para a adaptação. O risco de liquidez decorre do grau de incompatibilidade entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, quanto à moeda, prazo e taxas envolvidos nas operações, o que pode acarretar desequilíbrios financeiros às instituições.

Dentre os procedimentos estabelecidos, destacam-se a avaliação prospectiva de diferentes cenários que poderiam impactar os fluxos de caixa das instituições, a reavaliação periódica dos sistemas de controles implantados, bem como a imediata disseminação das informações e análises sobre o risco de liquidez aos setores diretivos e gerenciais da instituição. Ademais, os controles estabelecidos devem permitir, no mínimo, a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a noventa dias.

Ainda no âmbito da regulamentação prudencial, a Resolução nº 2.802, de 21.12.2000, estabeleceu nova base de cálculo para a apuração dos limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, denominada Patrimônio de Referência (PR). Anteriormente, a base de cálculo para todos os limites, exceto para o limite de Basiléia, correspondia ao valor do patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado credoras e devedoras. Para o limite de Basiléia, a base de cálculo já estava definida segundo princípios internacionalmente aceitos, como o somatório de capital principal e suplementar.

A nova regra define o PR para todos os limites, com exceção do limite de aplicação de recursos no ativo permanente, devido ao cronograma de redução gradual do limite de imobilização que se estenderá até o final de 2002. A definição do PR segue a conceituação do PLA do limite de Basiléia, sendo composto por dois níveis de capital: nível I (capital principal) e nível II (capital suplementar).

A separação entre esses dois níveis estabelece diferentes potenciais de alavancagem conforme a qualidade do instrumento de capitalização. Dessa forma, compõem o nível I do PR o patrimônio líquido e as contas de resultado, com a dedução de algumas reservas, como a de reavaliação, bem como de valores referentes a ações preferenciais cumulativas e ações preferenciais resgatáveis. Por outro lado, o nível II inclui os itens deduzidos do nível I, os instrumentos híbridos de capital e dívida e as dívidas subordinadas, sendo esses dois últimos fontes de recursos com baixo grau de exigibilidade, cujo pagamento de encargos não pode comprometer o

enquadramento da instituição nos limites operacionais. O montante do nível II fica limitado ao valor do nível I.

A consolidação da estabilidade monetária e do regime de taxas de câmbio flutuante vêm proporcionando amplo processo de flexibilização de regras no mercado financeiro, tendo como intuito o desenvolvimento de canais mais eficientes na alocação dos recursos disponíveis para consumo e investimento, além da redução de custos das operações. Nesse contexto, destacam-se as novas regras de funcionamento dos fundos de investimento, em vigor desde agosto de 1999, assim como a nova sistemática de obtenção e aplicação de empréstimos externos.

A partir de janeiro de 2000, com a vigência da Resolução nº 2.683/1999, foi facultada, às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, a captação de recursos externos para livre direcionamento no mercado interno, eliminando-se os prazos mínimos de amortização e de permanência dos capitais no país. As diversas regras que restringiam o fluxo de capitais de curto prazo foram substituídas por restrições de caráter fiscal, sendo o fluxo especulativo desestimulado conforme a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Nesse contexto, por meio da Resolução nº 2.770, de 30.8.2000, foram consolidadas todas as regras relativas às operações de empréstimo externo, de tomadores financeiros ou não-financeiros. As principais alterações ocorridas foram: fim da exigência de autorização prévia, pelo Banco Central, para a contratação dos empréstimos, exceto quando os tomadores forem entidades do setor público; não admissão de vencimentos ou taxas de juros em aberto; inclusão do repasse para pessoas físicas, pelas instituições financeiras, no âmbito do livre direcionamento dos recursos no mercado interno. A nova base normativa define regras de caráter genérico, ocorrendo especificidades quando se trata de tomadores pertencentes ao setor público, consoante os objetivos relacionados à política de redução e alongamento do perfil da dívida pública.

Quanto à redução da presença do setor público na atividade bancária, assinala-se, em 2000, a privatização do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), adquirido pelo grupo espanhol Santander, em leilão realizado no dia 20 de novembro. O preço de venda atingiu R\$ 7,05 bilhões, com ágio de 281%. Para o total do conglomerado, os ativos alcançavam R\$ 28,3 bilhões, e o patrimônio líquido, excluindo-se as contas de resultado, R\$ 4,44 bilhões, na posição de novembro de 2000.

Ainda no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), ocorreu a privatização do Banco do Estado do Paraná S.A. (Banestado), adquirido pelo grupo Itaú por R\$ 1,62 bilhão em 17 de outubro, com ágio de 303% sobre o preço mínimo. Até o final do ano, das 13 instituições destinadas à privatização pelo Proes, sete foram alienadas, estando as seis restantes

federalizadas, com o processo de privatização sendo conduzido pela União. Mais duas instituições aderiram à transformação em agência de fomento, totalizando 16. Do total de 44 instituições participantes do Proes, a maior parte optou por transformação em agência de fomento, 36%, ou privatização, 30%.

A autoridade monetária decretou, em 2000, a liquidação extrajudicial de quatro instituições, incluindo dois bancos múltiplos privados nacionais. Por outro lado, foram encerrados processos de liquidação extrajudicial em 16 instituições, dentre elas, os bancos comercial e de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, cujas atividades foram paralisadas. Até o mês de dezembro, havia 95 instituições com regimes especiais em andamento, incluindo 29 bancos, 18 distribuidoras de títulos e valores mobiliários e 14 administradoras de consórcios.

As transformações societárias ocorridas no sistema financeiro refletem a tendência mundial do mercado no sentido da redução de custos e aumento da competitividade por meio de ganhos de escala. O Banco Central tem aprimorado seus instrumentos de fiscalização direta e indireta, objetivando conferir maior transparência a esses processos e garantir o acompanhamento das operações entre instituições pertencentes ao mesmo conglomerado.

Nesse sentido, foi estabelecida a obrigatoriedade de elaboração e remessa mensal, a partir da data-base de julho de 2000, do documento Consolidado Econômico-Financeiro (Conef). Esse documento, a ser remetido pela instituição financeira controladora, objetiva disponibilizar instrumentos para a supervisão bancária consolidada de todo o conglomerado, incluindo também as empresas não-financeiras. As operações dessas empresas, no que couber, deverão ser classificadas segundo os mesmos critérios adotados pelas instituições financeiras, visando à determinação do patrimônio líquido exigido do grupo econômico-financeiro conforme o grau de risco de suas operações.

Adicionalmente, foram alteradas as normas relacionadas aos processos de incorporação, fusão e cisão que envolvam instituições financeiras. A partir de 6 de dezembro, de acordo com a Circular nº 3.017, entraram em vigor novas regras de contabilização, visando a adequar o registro de ágios e deságios aos aspectos prudenciais, bem como a promover maior transparência do processo de alteração societária.

Assim, nas notas explicativas às demonstrações financeiras, devem ser informados os motivos ou finalidade da operação de fusão, incorporação ou cisão, com ênfase para os benefícios de natureza estratégica, patrimonial, financeira e tributária. Ademais, passa a ser exigido o detalhamento da composição dos passivos e contingências passivas não registradas a serem assumidos pela companhia resultante da operação.

Com relação às funções exercidas pelos bancos de investimento, a Circular nº 2.998, de 24.8.2000, facultou a essas instituições a prestação de serviços relacionados à administração de empresas cujo objeto social esteja diretamente vinculado a operações praticadas no âmbito do mercado financeiro. De fato, esses bancos já dispõem de estrutura voltada para apoiar o desenvolvimento das empresas privadas, sobretudo por meio de ações voltadas para o estímulo ao investimento no setor.

Outro aspecto importante no âmbito institucional constitui-se no projeto de reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro, cujos trabalhos vêm sendo conduzidos pela autoridade monetária, com a participação das instituições financeiras. Esse projeto, aprovado em junho de 1999, tem como principais objetivos o melhor gerenciamento do risco sistêmico envolvido nas operações de transferência de fundos, a mudança no regime operacional da conta Reservas Bancárias e a implantação de sistema de transferência de grandes valores em tempo real.

Quanto à alteração do funcionamento das Reservas Bancárias, está sendo desenvolvido um sistema que permitirá o monitoramento dessa conta em tempo real, em substituição à atual sistemática de verificação do saldo apenas no encerramento do dia. Nesse sentido, ficou definido que, a partir de 1º de outubro de 2001, a conta Reservas Bancárias, mantida pelas instituições financeiras no Banco Central, não poderá apresentar saldo negativo em qualquer momento do dia.

O cronograma de atividades para a operacionalização do novo sistema foi estabelecido pela Circular nº 3.018, de 20.12.2000, dispondo que, a partir de 1º de agosto de 2001, a autoridade monetária executará, em tempo real, o monitoramento do saldo e a liquidação financeira nessa conta. A participação das câmaras de compensação e liquidação passará a ser de essencial importância no sentido de assegurar a liquidação financeira antes que a mesma seja lançada na conta Reservas Bancárias. Por conseguinte, o Banco Central passará a dividir com o mercado a administração do risco sistêmico decorrente da transferência de recursos na economia.

No que concerne à análise de indicadores econômico-financeiros para os grandes segmentos do SFN, conforme a origem do capital, sua evolução demonstra a adaptação das instituições às mudanças estruturais ocorridas após a adoção do Plano Real, independente de fatos conjunturais que possam afetar temporariamente as posições contábeis.

Em relação às despesas administrativas das instituições privadas nacionais por unidade do ativo, registra-se redução freqüente nos últimos anos. A queda desse indicador em relação a dezembro de 1999 é reflexo do aumento do total de ativos e da redução das referidas despesas, denotando relação mais eficiente entre a estrutura administrativa e a gestão das aplicações de recursos.

Quadro 2.7 - Indicadores do sistema financeiro

Discriminação	1997	1998	1999	2000*
Alavancagem das operações de crédito <sup>1/</sup>				
Sistema público	4,38	5,68	4,38	4,40
Sistema privado				
Nacional	3,03	1,94	1,92	2,25
Estrangeiro	3,11	2,10	2,09	2,46
Despesas administrativas por unidade do ativo				
Sistema público	2,82	2,61	3,08	1,96
Sistema privado				
Nacional	3,29	3,03	2,93	2,24
Estrangeiro	2,69	2,83	2,69	2,52
Rentabilidade dos recursos próprios				
Sistema público	1,30	-2,60	2,05	4,03
Sistema privado				
Nacional	-5,95	6,30	3,89	4,54
Estrangeiro	-0,19	1,77	3,66	-4,31
Margem bruta da intermediação financeira <sup>2/</sup>				
Sistema público	1,15	1,18	1,37	1,29
Sistema privado				
Nacional	1,18	1,28	1,32	1,33
Estrangeiro	1,31	1,27	1,38	1,43

1/ Número de vezes em que as operações de crédito são superiores ao patrimônio líquido.

2/ Receitas da intermediação financeira em relação às despesas da intermediação financeira.

As principais receitas da intermediação referem-se às operações de crédito, câmbio e com títulos e valores mobiliários; quanto às despesas de intermediação, destacam-se as de captação, câmbio, de empréstimos e repasses e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

\* Referente a nov/2000.

Para o segmento das instituições públicas, a queda desse indicador em novembro de 2000 relaciona-se, sobretudo, à redução de aproximadamente 34% nas despesas administrativas, decorrente, em parte, da alienação do Banespa para o grupo espanhol Santander. Mesmo se o Banespa ainda fosse considerado no segmento público em novembro de 2000, mês da privatização, teria ocorrido queda nas despesas administrativas por unidade do ativo no sistema público, de 3,08%, em dezembro de 1999, para 2,25% em novembro de 2000.

A evolução da participação dos segmentos público e privado nos ativos totais evidencia, em novembro de 2000, queda acentuada da participação do primeiro, novamente relacionada à privatização do Banespa, cujo conglomerado detinha 2,7% dos ativos do SFN no mesmo mês. Independente desse fato, percebe-se, nos últimos anos, redução freqüente da participação do setor público, de 48,5%, em dezembro de 1997, para 40,5% em novembro de 2000, bem como a maior participação do capital estrangeiro nas aplicações do SFN, de 14,7%, em dezembro de 1997, para 25,9% em novembro de 2000.

Quanto à rentabilidade do capital próprio, registrou-se recuperação desse indicador, para o grupo das instituições privadas nacionais, a partir de 1998. Para o segmento estrangeiro, o índice de novembro de 2000, -4,3%, refletiu a inserção do Banespa, cujo leilão foi realizado dias antes do fechamento do balancete desse mês. De fato, o resultado negativo apresentado pelo Banespa decorreu dos ajustes e provisionamentos realizados para a finalidade de alienação das instituições do grupo. Desconsiderando-se o Banespa, a rentabilidade do grupo de instituições estrangeiras seria positiva em novembro de 2000, atingindo 4,7%.

Entre 1999 e 2000, o indicador de alavancagem das operações de crédito para os segmentos privado nacional e estrangeiro revela a ainda modesta mas crescente expansão das operações de crédito diante da maior capitalização desses segmentos do SFN. De fato, as medidas adotadas a partir do segundo semestre de 1999 visando ao estímulo creditício, muitas das quais envolvendo aspectos institucionais, devem ter efeito principalmente no desenvolvimento de uma cultura de crédito, promovendo as condições necessárias para o crescimento da oferta de crédito em relação ao PIB, com segurança financeira para o sistema.

Gráfico 2.15

## Sistema Financeiro Nacional - participação por segmentos

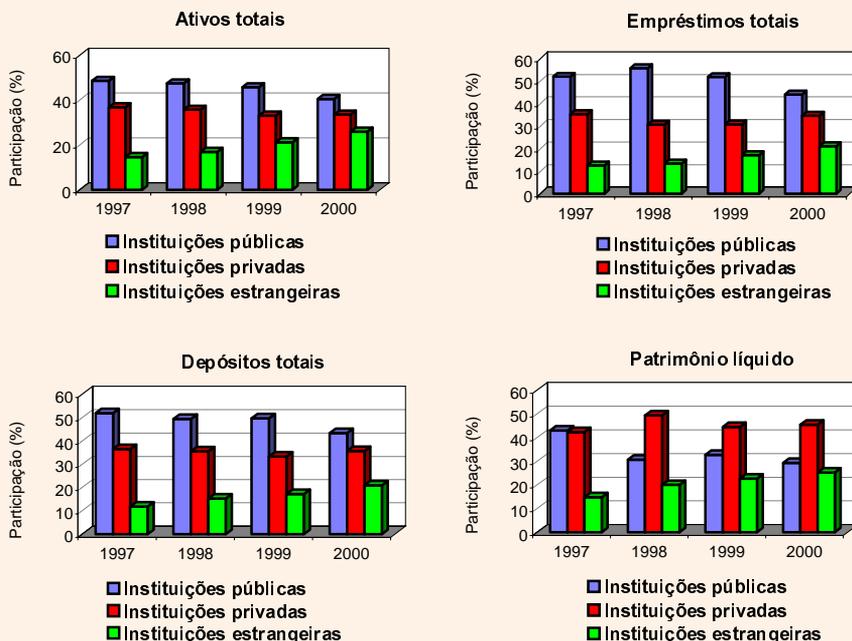


Gráfico 2.16  
Estrutura do ativo do Sistema Financeiro Nacional - 2000

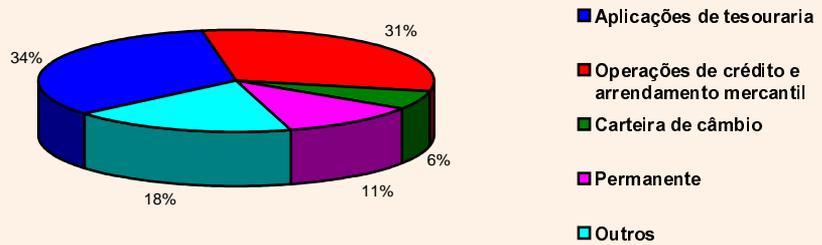
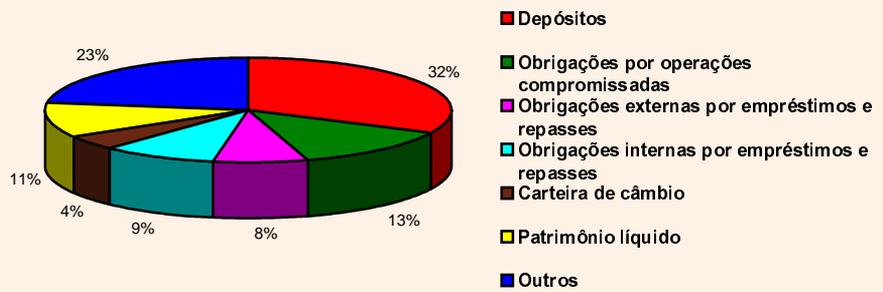


Gráfico 2.17  
Estrutura do passivo do Sistema Financeiro Nacional - 2000



## III

## MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

As taxas de juros mantiveram, em 2000, a trajetória de queda iniciada em março de 1999, com a taxa Selic acumulando 17,4% no período, e a relativa aos Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI) 17,3%, evolução que representou corte de aproximadamente 8 pontos percentuais ante o patamar registrado em 1999. Em termos reais, considerando-se como deflator o IPCA, a taxa Selic situou-se em 10,8% a.a., ante 15,3% a.a. em 1999.

**Quadro 3.1 - Taxas de juros**

Percentual a.a.

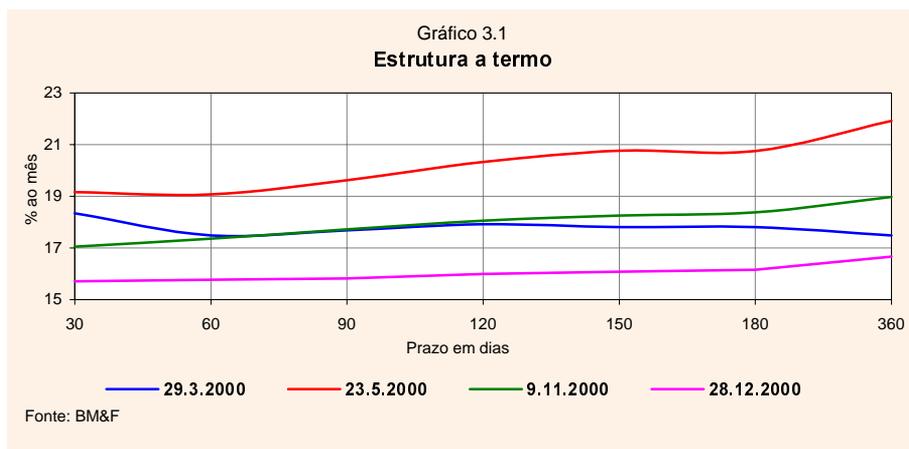
Taxa	Dez 1999	Dez 2000	1999 (a)	2000 (b)	Diferença (b-a)
Selic	18,99	16,19	25,59	17,43	-8,16
DI	18,77	16,13	25,63	17,12	-8,51
TR	3,66	1,20	5,73	2,10	-3,63
TBF	20,32	14,85	24,71	16,76	-7,95
TJLP	12,50	9,75	13,22	10,75	-2,47

A Taxa Básica Financeira (TBF), calculada com base na taxa de captação dos CDB prefixados de 30 a 35 dias, acumulou 16,8% no ano e a Taxa Referencial de Juros (TR), que remunera a caderneta de poupança e contratos de financiamento habitacional, 2,1%. A diferença entre a TBF e a TR, proveniente do redutor da TR, apresentou-se em linha com sua finalidade, qual seja, a de suprimir as estimativas ao longo do ano das taxas de juros reais e dos efeitos da tributação sobre os ativos financeiros.

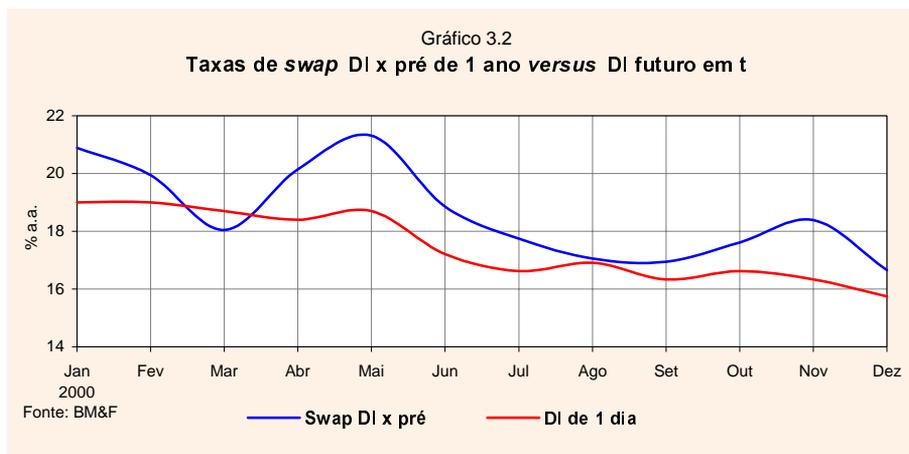
A TJLP, calculada com base na meta de inflação *pró-rata* e no prêmio de risco, foi reduzida de 12,5% a.a., em dezembro de 1999, para 9,75% a.a. em dezembro de 2000. A trajetória decrescente das metas de inflação, aliada à melhor classificação de risco do país, proporcionaram essa redução, que deverá manter-se em 2001.

## Mercado futuro

As taxas negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) apresentaram tendência declinante no primeiro trimestre de 2000, na medida em que as perspectivas de manutenção de superávits fiscais superiores às metas estabelecidas e de crescimento da economia criaram expectativa de retomada do corte dos juros básicos. Essa perspectiva refletiu-se na estrutura a termo da taxa de juros, que passou a apresentar inclinação negativa ao final de março.

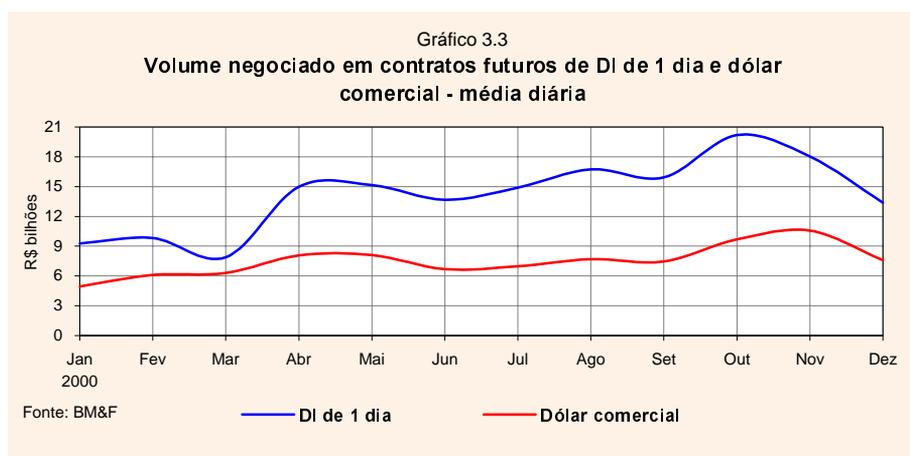


Em abril, o impacto da crise nas bolsas de valores americanas, em particular na *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (Nasdaq), disseminou-se nos mercados de capitais, especialmente nos países emergentes, gerando insegurança entre os investidores e, conseqüentemente, revertendo as expectativas em relação aos juros. As taxas dos contratos de *swaps* de 1 ano aumentaram 5 pontos percentuais entre março e maio.



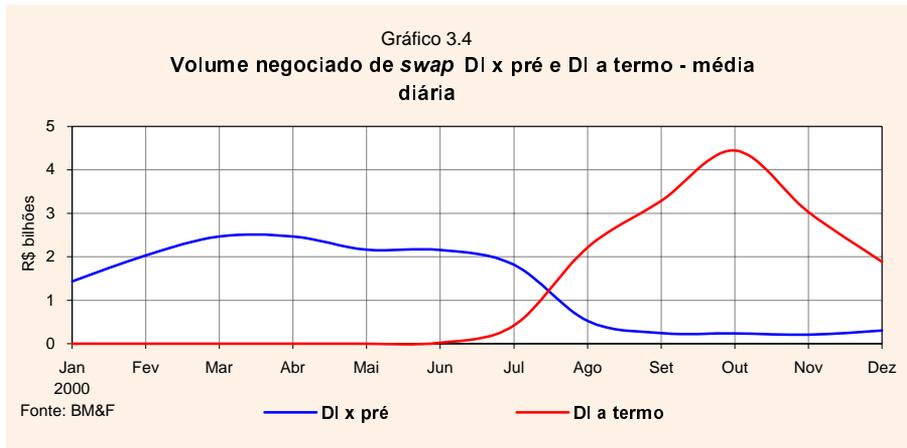
A melhora gradual do cenário externo e, principalmente, a queda da taxa Selic nos meses de junho e julho estabeleceu novo patamar de juros e criou expectativas de novas reduções no terceiro trimestre. A partir do final do terceiro trimestre, foram incorporadas novas indefinições ao cenário internacional, decorrentes da crise do petróleo e da evolução dos fundamentos macroeconômicos na Argentina e nos EUA, traduzidas na curva da estrutura a termo das taxas de juros, que apresentou inclinação semelhante à verificada em maio, indicando o temor dos investidores em relação à possibilidade de recessão nos EUA. Posteriormente, a contração nos preços do petróleo, aliada à evolução das negociações de ajuda externa à Argentina e à diminuição dos temores em relação ao crescimento dos EUA, alimentou expectativas mais positivas, contribuindo para que as taxas cedessem, fechando o ano a 16,7% a.a., com a diferença entre a taxa do contrato de 1 ano e a do contrato de 30 dias situando-se em 95 pontos, ante fechamento de 21,7% a.a. em 1999, com 260 pontos de diferença.

O volume médio diário negociado em contratos de DI de 1 dia cresceu 90,3% no mês de abril, atingindo a média de R\$ 15 bilhões. Esse expressivo crescimento deve-se, em parte, às expectativas quanto à trajetória dos juros no médio prazo, o que aumentou a demanda por *hedge*. Em outubro, o crescimento atingiu 26,8%, com média de R\$ 20,2 bilhões, o maior volume negociado desde maio de 1998. O volume de contratos futuros de dólar comercial cresceu 28% em abril e 29,7% em outubro, explicitando as incertezas geradas no mercado externo e o saldo deficitário da balança comercial brasileira.



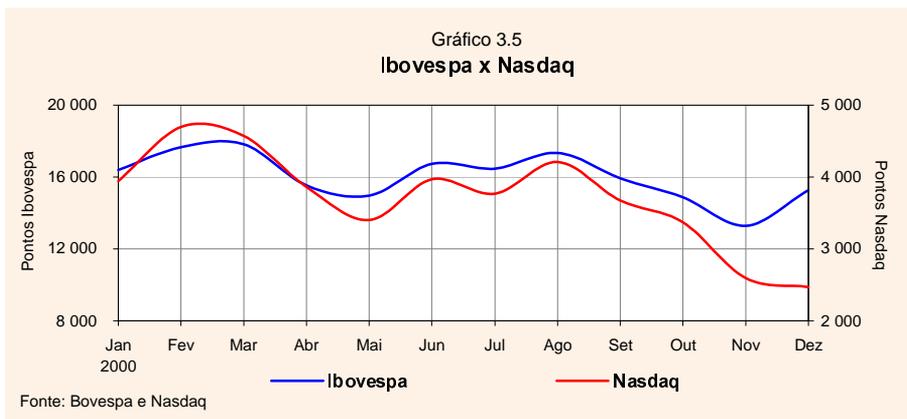
Em junho, a BM&F disponibilizou contrato a termo de DI com ajuste, oferecendo alternativa aos contratos de *swaps* entre taxas prefixadas e pós-fixadas (DI). Com conceito semelhante aos dos *swaps* DI x pré, esses contratos apresentam prazos predeterminados e permitem a consolidação de posições ativas e passivas, possibilitando o encerramento antes do vencimento. Periodicamente é realizado o ajuste das posições, com a liquidação mensal dos resultados financeiros obtidos no contrato. Em função dessas vantagens em relação aos contratos de *swap* tradicionais, o mercado realizou a migração para o contrato a termo, que registrou crescimento

vigoroso até outubro, mês em que foram negociados, em média, R\$ 4,4 bilhões. Os contratos de *swaps* DI x pré, cuja média situava-se em torno de R\$ 2,2 bilhões antes da criação do contrato a termo, encerraram dezembro com média de R\$ 300 milhões.



## Mercado de capitais

Em 2000, as bolsas de valores registraram perdas nos principais mercados do mundo, não repetindo o desempenho observado em 1999. No início do ano, o investimento em ações sobressaiu-se entre as aplicações financeiras, tendo em vista a valorização de 151,9% apresentada pela modalidade no ano anterior. Assim, o Índice de Lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) manteve a tendência de crescimento no primeiro trimestre, atingindo o valor histórico de 18.951 pontos em 27.3.2000. A bolsa eletrônica Nasdaq registrou, em março, valorização acumulada em 12 meses de 85,8%, resultado atribuído à expectativa de lucros futuros a serem auferidos pelas empresas de internet e engenharia genética. Esse crescimento vigoroso atraiu a atenção dos investidores, em detrimento das empresas tradicionais negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

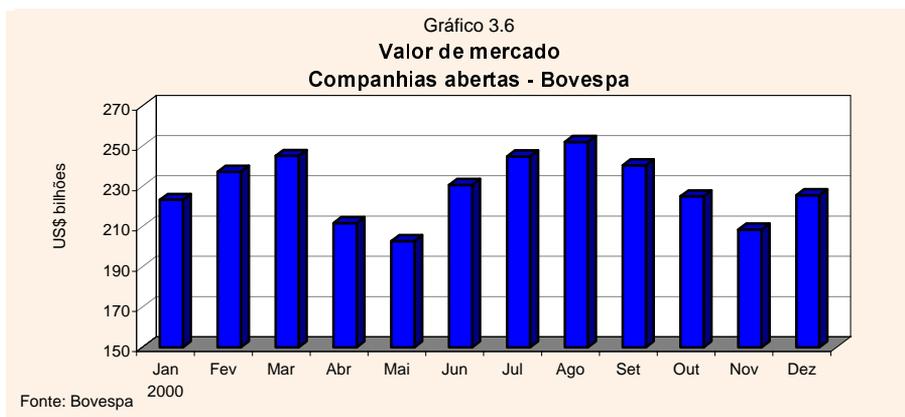


Entretanto, a decisão da justiça americana quanto ao desmembramento da Microsoft alterou o posicionamento dos investidores, que passaram a valorizar mais acentuadamente os resultados atuais em relação às perspectivas futuras na precificação dos ativos, o que resultou em quedas sucessivas da bolsa. Somente em abril, a Nasdaq caiu 15,6%, induzindo os grandes investidores a encerrarem posições em mercados emergentes com vistas a cobrir prejuízos. Nesse contexto, o Ibovespa retraiu-se 12,8% em abril.

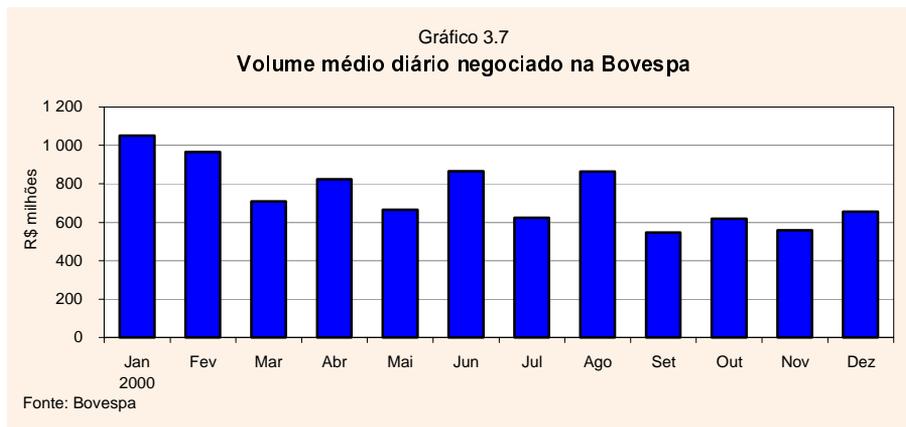
A diminuição da volatilidade e a queda dos juros em junho, associadas ao baixo valor das ações em relação a março, criaram condições para a volta dos investidores ao mercado acionário. Com o início da crise do petróleo, o Ibovespa entrou em novo ciclo negativo, agravado pela crise na Argentina e pela indefinição quanto à evolução da economia norte-americana, perdendo 23,4% entre setembro e novembro. A Nasdaq voltou a apresentar elevada volatilidade, com trajetória decrescente, que gerou perda de 41,3% entre setembro e dezembro.

A queda do preço do petróleo, em dezembro, e a evolução das negociações para a ajuda internacional à Argentina diminuíram as incertezas no mercado, criando condições para compra de ações, visto que o Ibovespa apresentava, no ano, queda de 22,3% ao final de novembro. O índice da bolsa brasileira cresceu 14,8%, enquanto a Nasdaq perdeu 4,9%, mantendo a trajetória da queda iniciada em setembro. Esse resultado mostra o maior peso dado pelo mercado aos fundamentos internos.

O valor de mercado das empresas aumentou 7,9%, fechando o ano em R\$ 441 bilhões. O valor dessas empresas, cotadas em dólar, caiu apenas 1,3%, apesar da queda do Ibovespa, da desvalorização do câmbio e da diminuição da quantidade de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) de 478 para 459. Esse resultado é explicado pela capitalização ou valorização de grandes empresas, como Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Banco Bradesco S.A. (Bradesco) e União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), entre outras.



Nesse cenário, o volume médio negociado na Bovespa, após atingir em janeiro a média mensal mais alta desde abril de 1998, diminuiu ao longo do ano. Em 2000, foram negociados, em média, R\$ 746 milhões por dia, valor que representa aumento de 18,8% em relação ao registrado no ano anterior. Cabe ressaltar que o volume médio registrado em 1999 foi influenciado pelas incertezas decorrentes da alteração na política cambial e pela expectativa de evolução dos índices de preços.

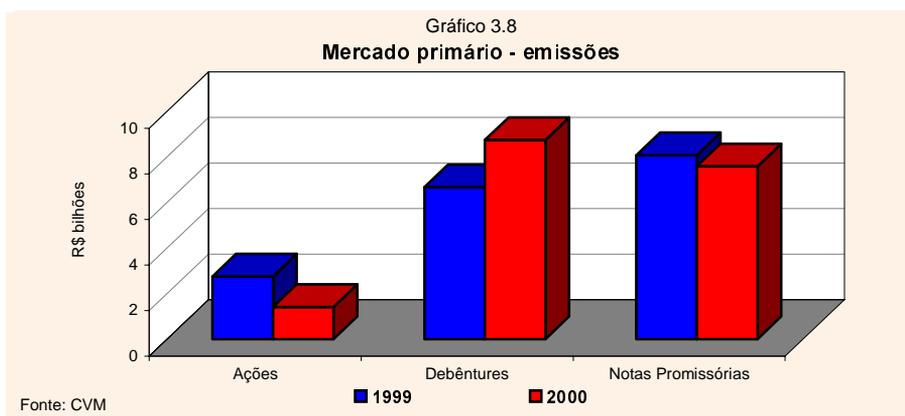


A Resolução nº 2.786, de 18.10.2000, autorizou os investidores internacionais a contratar câmbio diretamente na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), para investimento no mercado acionário brasileiro. Essa medida visa reduzir custos para os investidores, eliminando a incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), aumentando, assim, a atratividade do mercado de capitais doméstico.

Paralelamente, a Bovespa divulgou, em dezembro, as regras para o Novo Mercado, nos moldes do *Neuer Market* alemão, especificando condições mais rígidas para melhorar o relacionamento entre investidores e controladores. Para emitir ações nesse mercado, as empresas se comprometem a, entre outras medidas, emitir apenas ações ordinárias, conceder tratamento igualitário aos acionistas minoritários no caso de venda do controle acionário, manter em circulação parcela mínima de ações representando 25% do capital, divulgar informações visando fornecer a transparência necessária ao mercado para a formação de preço, inclusive com a publicação de balanços em modelos internacionais. Essas medidas permitirão o acesso de novas empresas ao mercado de capitais, em condições mais vantajosas que no mercado tradicional.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) encerrou as atividades de pregão de ações no dia 28 de abril, conforme o protocolo firmado com a Bovespa que atribuiu a esta o pregão de ações e à BVRJ o pregão de títulos públicos, com funcionamento a partir do segundo semestre.

A captação de recursos, via emissão primária de ações, debêntures e notas promissórias, manteve-se estável em relação a 1999, tendo sido captados R\$ 17,7 bilhões em 2000, ante R\$ 17,5 bilhões no ano anterior. A emissão de debêntures apresentou crescimento de 31% no período, evidenciando a preferência das empresas por essa forma de captação, que possui custo vinculado ao comportamento dos juros, sendo portanto beneficiada pela tendência de queda verificada desde 1999.



### Quadro 3.2 - Emissões das empresas no mercado primário

Registros de emissões na CVM (R\$ milhões)

Período	Ações		Debêntures		Notas promissórias	
	1999	2000	1999	2000	1999	2000
Jan	94	0	80	35	405	529
Fev	246	468	902	1 007	96	165
Mar	0	0	1 480	200	365	586
Abr	19	0	244	280	465	100
Mai	0	0	0	1 525	338	1 393
Jun	300	33	1 001	10	1 760	599
Jul	0	440	590	2 465	440	1 921
Ago	0	0	280	162	200	590
Set	1 466	0	362	202	569	60
Out	390	191	215	1 033	365	5
Nov	84	0	833	100	1 642	560
Dez	150	278	690	1 729	1 400	1 083
Total	2 749	1 410	6 676	8 748	8 044	7 591

Fonte: CVM

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras registraram expansão em 2000, consoante com a retomada do crescimento econômico, a melhoria das condições de liquidez e a ampliação das operações de crédito. O saldo global aplicado nos Fundos de Investimento

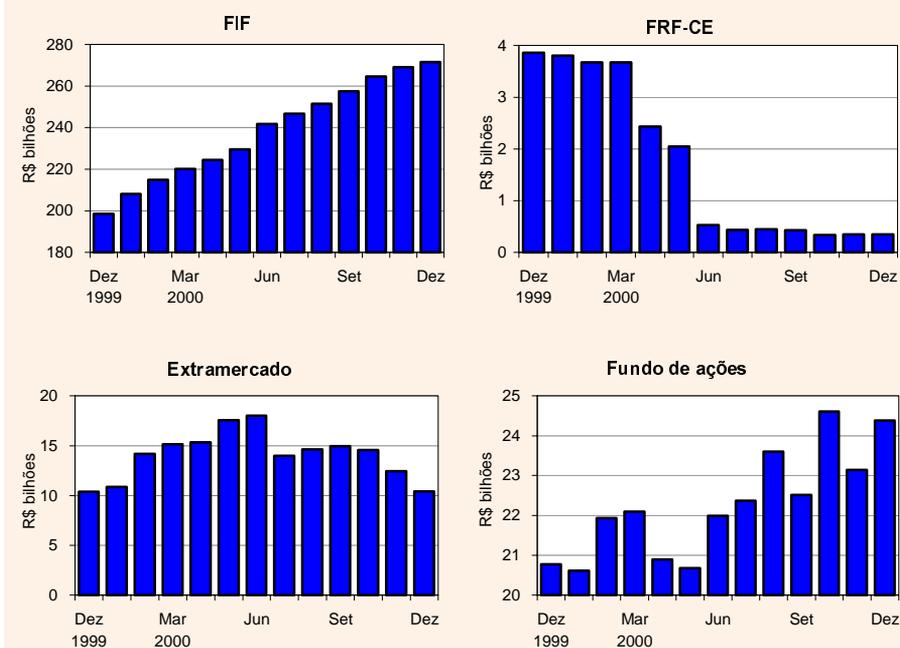
Financeiro (FIF), caderneta de poupança, Certificados de Depósito Bancário (CDB) (excluindo os CDB na carteira dos fundos de investimento) e fundos de ações, cresceu 16,7%, passando de R\$ 412,4 bilhões, em 1999, para R\$ 481,4 bilhões em 2000.

**Quadro 3.3 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 2000**

Discriminação	% a.m.												% a.a.	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	1999	2000
FIF	1,55	1,43	1,37	1,26	1,46	1,42	1,28	1,32	1,20	1,26	1,23	1,26	26,20	17,26
FRF-CE	2,00	-0,06	1,14	3,78	2,79	-0,76	-0,24	2,90	1,95	3,40	4,15	2,98	168,64	26,71
Extramercado	1,40	1,39	1,39	1,24	1,43	1,34	1,26	1,35	1,17	1,24	1,17	1,15	24,40	14,17
Fundo de Ações	-0,79	4,23	1,18	-5,55	-1,03	8,72	-0,08	3,74	-4,42	-1,38	-6,10	5,96	61,15	3,36
Poupança	0,72	0,73	0,73	0,63	0,75	0,72	0,66	0,70	0,60	0,63	0,62	0,60	12,25	8,39
CDB	1,42	1,42	1,42	1,26	1,48	1,36	1,28	1,35	1,20	1,26	1,21	1,17	25,28	17,05

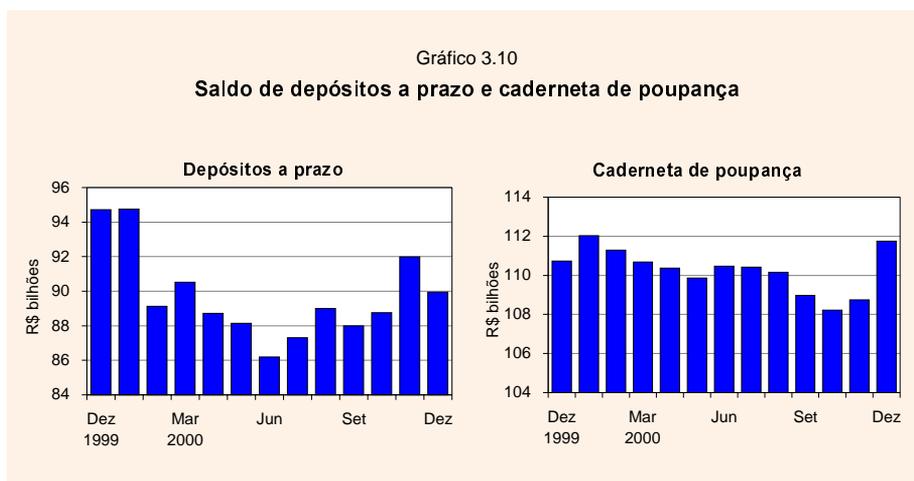
Os FIF lideraram as aplicações financeiras em termos de captações de recursos, encerrando o ano com patrimônio líquido de R\$ 271,5 bilhões, expansão de 36,7% no período. A captação no ano atingiu R\$ 35 bilhões, ocorrendo de forma mais acentuada no mês de junho, R\$ 8,9 bilhões. O desempenho dos FIF esteve associado ao disposto na Circular nº 2.958, de 6.1.2000, que autorizou a aplicação, em suas

Gráfico 3.9  
Patrimônio líquido dos fundos de investimento



carteiras, de até 49% em ações e em quotas de fundos de investimento, nas modalidades regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), possibilitando combinação de ativos de renda fixa, renda variável e operações com derivativos, com redução de custo em operações com ações em comparação a transações diretas em bolsa. Os FIF registraram, entre as aplicações financeiras, o segundo melhor desempenho em termos de rentabilidade, tendo acumulado 17,3% no ano.

As cadernetas de poupança encerraram o ano com saldo de R\$ 111,7 bilhões, ante R\$ 110,7 bilhões do ano anterior. Essa modalidade de aplicação registrou retornos menos atrativos, (8,4% a.a.) *vis-à-vis* aplicações em fundos de investimento, o que ocasionou perda de recursos durante o ano. A saída de recursos foi suavizada no quarto trimestre, quando se observaram ingressos líquidos de R\$ 2,8 bilhões, devido à destinação do 13º salário, tradicional no mês de dezembro, e a programas de incentivos às aplicações realizados por algumas instituições financeiras durante o período.



Além disso, em dezembro, foi editada a Resolução nº 2.809, de 22.12.2000, criando mecanismo de alteração automática do fator “b”, componente do cálculo do redutor da TR, à medida que ocorrerem variações no patamar da meta da taxa Selic. Por meio desse mecanismo, a relação entre a rentabilidade da poupança e a rentabilidade do CDB líquido de imposto de renda passa a ser inversamente proporcional à meta para a taxa Selic, proporcionando gradual convergência de rentabilidades das aplicações financeiras, característica de economias em que se praticam baixas taxas de juros.

Com objetivo de permitir o acesso de forma direta e simplificada aos mercados financeiros e de capitais brasileiros por não-residentes no país, foi editada a Resolução nº 2.689, de 26.1.2000. Esse normativo determinou que, até 31.3.2001, os Fundos de Renda Fixa Capital Estrangeiro (FRF-CE) deverão ser incorporados ou

transformados em FIF, ou serem extintos, impedindo emissão de novas cotas desde 31.3.2000. Dessa forma, os FRF-CE tiveram seu patrimônio líquido reduzido de R\$ 3,9 bilhões, em 1999, para R\$ 348,2 milhões em dezembro de 2000.

O Fundo Extramercado, cuja finalidade é a aplicação de disponibilidades das entidades da administração federal indireta e das fundações supervisionadas pela União, encerrou o ano com patrimônio de R\$ 10,4 bilhões, semelhante ao observado em 1999. A partir de junho, o CMN autorizou a empresa Petrobras a aplicar suas disponibilidades de caixa livremente no mercado financeiro, em títulos da dívida pública federal.

Acompanhando o desempenho da bolsa de valores, os fundos de ações apresentaram rentabilidade reduzida durante 2000. Não obstante, seu patrimônio líquido atingiu R\$ 24,4 bilhões ao final do ano, ante R\$ 20,8 bilhões em 1999, assinalando-se que esse montante considera o patrimônio constituído, a partir de julho, pelos Fundos Mútuos de Privatização (FMP), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (FMP-FGTS), da ordem de R\$ 2,4 bilhões. Os FMP-FGTS foram constituídos visando possibilitar a compra de ações de empresas que fazem parte do Programa Nacional de Desestatização (PND), com recursos do FGTS, com o objetivo de pulverizar a base acionária dessas empresas. Se subtraídos esses recursos, a variação do patrimônio líquido reduz-se de 17,4% para 5,7% no ano.

## IV

## FINANÇAS PÚBLICAS

Em 2000, as contas do governo central, compreendendo o Tesouro Nacional, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Banco Central, apresentaram superávit primário de R\$ 21,2 bilhões, equivalente a 1,98% do PIB. Isoladamente, o Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 31,7 bilhões e a Previdência Social e o Banco Central, déficits de R\$ 10,1 bilhões e de R\$ 477 milhões, respectivamente.

**Quadro 4.1 - Resultado primário do governo central**

R\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	183 982	210 906	236 517	14,6	12,1
Receitas do Tesouro	137 761	161 838	180 800	17,5	11,7
Receita administrada	117 805	144 734	168 636	22,9	16,5
Restituições	-3 544	-4 709	-6 704	32,9	42,4
Diretamente arrecadadas	7 453	0	0	-	-
Demais receitas	16 814	22 562	19 863	34,2	-12,0
Incentivos fiscais	- 767	- 749	- 995	-2,3	32,8
Receitas da previdência	46 221	49 068	55 717	6,2	13,6
Despesa total	178 398	189 906	214 887	6,5	13,2
Despesa do Tesouro	125 022	131 365	149 101	5,1	13,5
Transferências a estados e municípios	27 224	34 904	40 283	28,2	15,4
Despesas da administração federal	94 832	93 875	105 181	-1,0	12,0
Subsídios e subvenções	2 966	2 586	3 637	-12,8	40,6
Benefícios previdenciários	53 376	58 541	65 786	9,7	12,4
Resultado do governo federal	5 584	21 000	21 630	276,1	3,0
Tesouro Nacional	12 739	30 473	31 699	139,2	4,0
Previdência Social	-7 155	-9 473	-10 069	32,4	6,3
Resultado do Banco Central	- 152	- 742	- 477	388,2	-35,7
Resultado primário (acima da linha) <sup>1/</sup>	5 432	20 258	21 153	272,9	4,4
Resultado primário/PIB - %	0,60	2,11	1,98	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ (+) = superávit (-) = déficit.

Como proporção do PIB, as receitas elevaram-se de 21,9%, em 1999, para 22,1% em 2000, enquanto as despesas elevaram-se de 19,7% para 20,1%, no período. O desempenho das receitas refletiu o declínio, de 2,2% para 1% do PIB, nas receitas extraordinárias do Tesouro Nacional, paralelamente à expansão, de 1% do PIB, nas contribuições sociais. Esse crescimento está associado às modificações introduzidas na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a partir de março de 1999, quando sua alíquota foi elevada de 2% para 3% e passou a incidir sobre as instituições financeiras, e à reintrodução da CPMF, em junho do mesmo ano.

**Quadro 4.2 - Despesa com pessoal da União**

R\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Por situação funcional - liquidada	47 955	49 181	57 969	2,6	17,9
Ativos	27 177	26 131	33 104	-3,8	26,7
Inativos	14 082	15 526	16 626	10,3	7,1
Pensionistas	6 696	7 524	8 239	12,4	9,5
Por poderes - liberada	47 070	50 071	57 322	6,4	14,5
Executivo	39 490	42 046	47 371	6,5	12,7
Judiciário	5 750	6 141	7 850	6,8	27,8
Legislativo	1 830	1 884	2 101	3,0	11,5

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

## Políticas fiscal e tributária

No primeiro semestre de 2000, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 101 (LRF). Esse normativo constituiu-se em mecanismo determinante do controle do endividamento e das despesas públicas, consolidando conjunto de normas que impõem austeridade e transparência na gestão das finanças públicas nos três níveis do governo. Entre as medidas aprovadas, assinala-se a proibição de concessão de aumento salarial nos seis meses anteriores e posteriores ao fim do mandato; do início, nos oito meses anteriores à eleição, de obras que não possam ser concluídas até o fim do mandato; da assinatura de contratos de antecipação de receita orçamentária no ano eleitoral; de concessão ou ampliação de incentivos fiscais sem estudo do impacto orçamentário no início do ano da vigência do incentivo e nos dois anos subsequentes. Adicionalmente, estipulou em no máximo 60% das receitas dos estados, municípios e Distrito Federal e 50% das receitas da União, os gastos com pessoal e encargos. As penalidades aplicáveis aos administradores que não cumprirem as determinações da LRF estão previstas na Lei nº 10.028, de 19.10.2000.

Como consequência da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passou a incorporar as metas de superávit primário do governo central. Nesse sentido, a Lei

nº 9.995, de 25.7.2000, definiu os parâmetros para a elaboração do orçamento de 2001 e, também, as metas indicativas de superávit primário para 2002 e 2003. Todavia, essas projeções poderão ser revistas no momento da aprovação da LDO dos respectivos anos, pois apenas a meta fiscal fixada para o ano da LDO tem força de lei.

A Emenda Constitucional nº 27, de 21.3.2000, instituiu a Desvinculação de Receitas da União (DRU), a vigorar nos exercícios de 2000 a 2003. Sucedânea do Fundo de Estabilidade Fiscal, a DRU permite a desvinculação de 20% da receita orçamentária da União, significando maior autonomia do Poder Executivo na realização de gastos. Ressalta-se que a DRU não se aplica aos recursos legalmente destinados aos estados, Distrito Federal e municípios.

Com a edição da Lei nº 9.989, de 21.7.2000, foi instituído o Plano Plurianual (PPA) para o período 2000-2003. Esse instrumento concilia a necessidade de investimentos para garantir o desenvolvimento do país nos próximos anos com a manutenção da austeridade fiscal traduzida nas metas para o superávit primário integrantes do Programa Econômico do Governo.

Objetivando assegurar recursos para programas sociais considerados prioritários, o Congresso Nacional aprovou duas emendas constitucionais vinculando recursos para a saúde e criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 29, de 13.9.2000, determinou que a União teria que aplicar nas ações e serviços públicos de saúde, em 2000, o mesmo montante apurado em 1999, acrescido de no mínimo 5%. No período de 2001 a 2004, o total aplicado deverá equivaler ao valor do ano anterior, corrigido pela variação nominal do PIB. Estados e municípios ficaram sujeitos a gastos correspondentes, no mínimo, a 12% e 15% das suas receitas correntes líquidas, respectivamente.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Emenda Constitucional nº 31, de 14.12.2000, para vigorar até 2010, tem por objetivo canalizar recursos para ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida. O fundo será constituído por recursos viabilizados por meio da elevação de 0,08 ponto percentual da CPMF, do adicional do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos supérfluos e de doações de qualquer natureza, além de outras receitas a serem definidas na regulamentação.

O Congresso Nacional aprovou, ainda, duas leis complementares e uma lei ordinária que flexibilizam a quebra do sigilo bancário, visando combater a sonegação e impedir a prática de elisão fiscal.

## Previdência Social

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 10,1 bilhões em 2000, 7% superior ao observado em 1999. Em valores de dezembro de 2000, corrigidos pelo IGP-DI, o déficit previdenciário declinou de R\$ 11,1 bilhões, em 1999, para R\$ 10,4 bilhões em 2000.

**Quadro 4.3 - Previdência social - fluxo de caixa**

R\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	62 389	68 414	77 185	9,7	12,8
Arrecadação	50 141	52 423	59 606	4,6	13,7
Outras receitas	2 207	323	536	-85,4	65,9
Antecipação de receitas - TN	0	123	1 760	-	1 330,9
Transferências da União	10 041	15 545	15 283	54,8	-1,7
Despesas	64 593	68 226	76 474	5,6	12,1
Benefícios <sup>1/</sup>	55 650	60 835	68 506	9,3	12,6
Outras despesas	5 442	4 093	4 077	-24,8	-0,4
Transferências a terceiros	3 501	3 298	3 891	-5,8	18,0
Saldo operacional	-2 204	188	711	...	...
Saldo previdenciário	-7 102	-9 412	-10 072	...	...
Relação benefícios/arrecadação bancária <sup>2/</sup>	1,1	1,2	1,1	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

1/ Inclui benefícios previdenciários e não-previdenciários.

2/ Corresponde à relação entre os benefícios pagos e a arrecadação bancária líquida de transferências a terceiros.

A análise das contas da Previdência evidenciou o desempenho favorável da arrecadação, que registrou crescimento de 13,7% no ano, alcançando R\$ 59,6 bilhões. Esse resultado deveu-se, principalmente, à recuperação do emprego formal e à reforma da Previdência, que, além de tornar a arrecadação corrente mais eficiente, promoveu a recuperação de créditos previdenciários, por meio da implementação de medidas legais como a retenção (sub-rogação), recolhimentos da Justiça do Trabalho, depósitos judiciais, certificados da dívida pública (CDP), salário-maternidade e regularização de dívidas municipais.

Com relação à retenção, a Lei nº 9.711, de 20.11.1998, determinou que as empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra deverão reter 11% do valor bruto registrado na nota fiscal dos prestadores de serviços. O valor retido, considerado como contribuição previdenciária devida pela empresa contratada, será compensado sobre o total devido ao sistema previdenciário. A retenção passou a ser devida para os serviços prestados a partir de fevereiro de 1999, com recolhimento no mês subsequente, totalizando R\$ 675 milhões em 2000.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, atribuiu à Justiça do Trabalho competência para executar, de ofício, contribuições sociais decorrentes de sentenças que proferir ou acordos que homologar. Essa medida, em vigor desde junho de 1999, rendeu R\$ 578 milhões à Previdência em 2000.

Com respeito aos depósitos judiciais, a Lei nº 9.703, de novembro de 1998, determinou que as pessoas jurídicas que ingressarem com ações contra a Previdência deverão depositar, em juízo, 30% do valor em contestação. Essa medida visa inibir a prática de utilização da via judicial para o pagamento das contribuições previdenciárias correntes. A arrecadação com depósitos judiciais totalizou R\$ 913 milhões em 2000.

O CDP é um título público criado pela Lei nº 9.711/1998 e permite aos contribuintes quitar débitos previdenciários, que tenham fato gerador até março de 1999, com deságio. O título é adquirido em leilão e repassado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelo valor de face, para o pagamento de dívida. Em 2000, a receita associada ao CDP alcançou R\$ 204 milhões.

Com relação ao salário-maternidade, a Lei nº 9.876/1999 estabeleceu que o INSS ficaria responsável pelo seu pagamento, o que eliminou a possibilidade de as empresas deduzirem o montante pago pelo benefício de sua contribuição patronal. Com essa medida, a Previdência arrecadou R\$ 565 milhões a mais, em 2000. No entanto, o efeito financeiro total da medida é nulo, por ocorrer simultaneamente acréscimo dos gastos da Previdência com o pagamento desse benefício.

A Medida Provisória (MP) nº 2.022/1999 permitiu aos municípios o parcelamento de suas dívidas a taxas de juros mais reduzidas, condicionado à retenção automática da contribuição previdenciária corrente, desde que a soma da contribuição e do valor do parcelamento não exceda 15% da receita corrente líquida dos municípios. A adesão à renegociação foi significativa, ocorrendo acréscimo de R\$ 769 milhões na retenção da contribuição previdenciária em 2000.

No que se refere à contribuição do aquecimento do mercado de trabalho, assinala-se a criação de empregos formais registrada em 2000, com a conseqüente ampliação da base da arrecadação previdenciária. A intensificação do nível de atividade traduziu-se, igualmente, no desempenho da arrecadação das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), que se expandiu 30,6% no ano, alcançando R\$ 2 bilhões.

As despesas da Previdência referentes ao pagamento de benefícios previdenciários situaram-se em R\$ 65,8 bilhões, superando em 12,4% as assinaladas em 1999. Em valores de dezembro de 2000, considerado o IGP-DI como indexador, os gastos alcançaram R\$ 68,6 bilhões, com decréscimo de 1,1% em relação a 1999.

As despesas da Previdência foram influenciadas pelo resultado da compensação previdenciária entre o RGPS e os regimes próprios dos estados e dos municípios, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões. A despesa acumulada desde o início da compensação, em dezembro de 1999, até dezembro de 2000, atingiu R\$ 15,2 milhões.

Outro fator a impactar as despesas da Previdência constituiu-se no pagamento de precatórios - pagamentos aos segurados que ganharam ações na justiça referentes à revisão de benefícios, que, em 2000, atingiu R\$ 770 milhões, 76,5% acima do valor registrado em 1999.

Em 2000, foram concedidos 2,95 milhões de benefícios previdenciários, representando acréscimo de 31% em relação ao assinalado em 1999. O efeito da modificação na sistemática de concessão do salário-maternidade, que ampliou a cobertura do benefício a todas as seguradas, inclusive facultativas e contribuintes individuais, e transferiu seu pagamento da empresa para o INSS, foi o principal responsável por esse incremento. Foi registrado acréscimo de 17,4% na concessão de auxílios-doença e contração de 20,4% nas aposentadorias por tempo de contribuição, essa relacionada à contenção das aposentadorias precoces pela reforma constitucional da Previdência.

### **Privatizações**

A receita com a venda de empresas federais e estaduais alcançou US\$ 10,7 bilhões em 2000, ante US\$ 4,4 bilhões em 1999, considerando-se a transferência dos passivos das empresas aos novos controladores. O PND rendeu US\$ 7,7 bilhões, comparativamente a US\$ 554 milhões no ano anterior, e os programas estaduais, US\$ 3 bilhões, ante US\$ 3,9 bilhões em 1999.

No âmbito do PND, assinale-se a venda do Banespa, em novembro. O banco espanhol Santander foi o vencedor do leilão, pagando pela operação US\$ 3,6 bilhões (R\$ 7 bilhões), representando ágio de 281%. A oferta pública de ações da Petrobras, excedentes ao controle acionário, gerou receita de US\$ 4 bilhões (R\$ 7,3 bilhões). O restante da arrecadação federal concentrou-se na venda de participações minoritárias (Decreto nº 1.068/1994).

Os programas estaduais de privatizações registraram, em 2000, os leilões da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), das Centrais Elétricas do Maranhão (Cemar) e da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa). A primeira teve como vencedor o consórcio formado pela espanhola Iberdrola Energia do Brasil, pelo Banco do Brasil Investimentos e pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). A estatal foi vendida pelo preço mínimo de US\$ 1 bilhão e os novos controladores assumiram dívida de US\$ 131 milhões.

**Quadro 4.4 - Programa Nacional de Desestatização**

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Empresas privatizadas	11	4	7	2	1
Setor siderúrgico	0	0	0	0	0
Sistema Petroquisa	5	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0
Setor elétrico	1	0	1	0	0
Setor ferroviário	5	1	1	0	0
Outros	0	3	5	2	1
Receitas (US\$ milhões)	4 231	3 995	1 656	554	7 671
Setor siderúrgico	0	0	0	0	0
Sistema Petroquisa	212	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0
Setor elétrico	2 509	0	880	0	0
Setor ferroviário	1 477	15	206	0	0
Participações minoritárias (Decreto nº 1.068)	33	190	421	62	34
Outros <sup>1/</sup>	0	3 790	149	492	7 637
Passivos transferidos aos compradores (US\$ milhões)	670	3 559	1 082	0	0
Setor siderúrgico	0	0	0	0	0
Sistema Petroquisa	84	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0
Setor elétrico	586	0	1 082	0	0
Setor ferroviário	0	0	0	0	0
Outros	0	3 559	0	0	0

Fonte: BNDES

1/ Inclui, em 1999, concessões de empresas-espelho de telecomunicações e ofertas aos empregados de ações do Sistema Telebrás. Inclui, em 2000, ações excedentes ao controle da Petrobras e privatização Banespa.

A Cemar foi vendida pelo preço mínimo de US\$ 289 milhões para o consórcio *Brisk*, liderado pela empresa norte-americana *Pensylvania Power & Light*. Com a operação, foi repassada aos compradores dívida de US\$ 158 milhões. Por último, a Saelpa foi adquirida pelo consórcio formado pela Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina e pela empresa americana de energia *Alliant*, pelo preço mínimo de US\$ 185 milhões.

Nos demais setores, foram privatizadas a Gás Sul, distribuidora de gás canalizado para a região sul do Estado de São Paulo; a Manaus Saneamento, subsidiária da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) e o Banestado.

A Gás Sul foi adquirida pelo consórcio Gás Natural, de origem espanhola. O preço da concessão alcançou US\$ 298 milhões, representando ágio de 462%. A franco-belga *Lyonnaise des Eaux* venceu o leilão da Manaus Saneamento, pagando pela

operação US\$ 106 milhões, ágio de 5%. O Banestado, após quase dois anos em processo de saneamento para privatização, foi vendido para o Banco Itaú por US\$ 869 milhões, operação que proporcionou ágio de 303%.

**Quadro 4.5 - Programas estaduais de desestatização**  
**Empresas privatizadas 1996-2000**

US\$ milhões

Empresa	Setor	Estado	Data do leilão	Preço de venda	Dívida transferida
Cerj	Elétrico	RJ	20-nov-1996	587	364
Ferroeste	Ferroviário	PR	10-dez-1996	25	-
Participações minoritárias				794	
Banerj	Financeiro	RJ	26-jun-1997	289	-
Riogás	Gás	RJ	14-jul-1997	146	-
Ceg	Gás	RJ	14-jul-1997	430	-
Coelba	Elétrico	BA	31-jul-1997	1 598	213
Credireal	Financeiro	MG	7-ago-1997	112	-
Cachoeira Dourada	Elétrico	GO	5-set-1997	714	140
CEEE - N/NE	Elétrico	RS	21-out-1997	1 486	149
CEEE - CO	Elétrico	RS	21-out-1997	1 372	64
CPFL	Elétrico	SP	5-nov-1997	2 731	102
Enersul	Elétrico	MS	19-nov-1997	565	218
Cia. União de Seguros Gerais	Seguros	RS	20-nov-1997	45	-
Cemat	Elétrico	MT	27-nov-1997	353	461
Energipe	Elétrico	SE	3-dez-1997	520	40
Cosern	Elétrico	RN	12-dez-1997	606	112
Metrô do Rio de Janeiro	Transporte	RJ	19-dez-1997	262	-
Participações minoritárias				2 388	
Conerj	Transporte	RJ	5-fev-1998	29	-
Coelce	Elétrico	CE	2-abr-1998	868	378
Eletropaulo Metropolitana	Elétrico	SP	15-abr-1998	1 777	1 241
CRT	Telecomunic.	RS	19-jun-1998	1 018	822
Celpa	Elétrico	PA	9-jul-1998	388	116
Flumitrens	Transporte	RJ	15-jul-1998	240	-
Elektro	Elétrico	SP	16-jul-1998	1 273	428
Bemge	Financeiro	MG	14-set-1998	494	-
EBE - Empr. Bandeirante de Energia	Elétrico	SP	17-set-1998	860	375
Terminal Garagem M. Côrtes	Transporte	RJ	28-out-1998	67	-
Bandepe	Financeiro	PE	17-nov-1998	153	-
Participações minoritárias				330	
Comgás	Gás	SP	14-abr-1999	988	88
Baneb	Financeiro	BA	22-jun-1999	147	-
Cesp - Parapanema	Elétrico	SP	28-jul-1999	682	482
Cesp - Tietê	Elétrico	SP	27-out-1999	472	668
Gás Noroeste	Gás	SP	9-nov-1999	143	-
Participações minoritárias				216	
Celpe	Elétrico	PE	17-fev-2000	1 004	131
Gás Sul	Gás	SP	26-abr-2000	298	-
Cemar	Elétrico	MA	15-jun-2000	289	158
Manaus Saneamento	Saneamento	AM	29-jun-2000	106	-
Banestado	Financeiro	PR	17-out-2000	869	-
Saelpa	Elétrico	PB	30-nov-2000	185	-
Total				27 919	6 750

Fonte: BNDES

A participação do capital estrangeiro no controle acionário das empresas privatizadas em 2000 totalizou 57,9%, alcançando US\$ 6,2 bilhões. A maior parte originou-se da Espanha, US\$ 3,6 bilhões, seguindo-se os advindos dos Estados Unidos, US\$ 2,2 bilhões.

**Quadro 4.6 - Programa Nacional de Desestatização  
Empresas privatizadas 1991-2000**

Setor/Empresas	Preço mínimo US\$ milhões	Preço de venda US\$ milhões	Ágio (%)	Data do leilão principal
<b>Sistema Petroquímica</b>				
Petroflex	179	216	20,7	10-abr-1992
Copesul	617	797	29,2	15-mai-1992
Álcalis	79	79	0,0	15-jul-1992
Nitriflex	26	26	0,0	6-ago-1992
Polisul	57	57	0,0	11-set-1992
PPH	44	59	34,1	29-set-1992
CBE	11	11	0,0	3-dez-1992
Poliolefinas	87	87	0,0	19-mar-1993
Oxiten	54	54	0,0	15-set-1993
PQU	270	270	0,0	24-jan-1994
Politeno	45	45	0,0	18-ago-1994
Coperbo	26	26	0,0	16-ago-1994
Ciquine	24	24	0,0	17-ago-1994
Polialden	17	17	0,0	17-ago-1994
Acrinor	12	12	0,0	12-ago-1994
Copene	254	254	0,0	15-ago-1995
CPC	90	100	11,1	29-set-1995
Salgema	87	139	59,8	5-out-1995
CQR	0	2	...	5-out-1995
Pronor	63	64	1,6	5-dez-1995
Nitrocarbono	30	30	0,0	5-dez-1995
CBP	0	0	0,0	5-dez-1995
Polipropileno	81	81	0,0	1-fev-1996
Koppol	3	3	0,0	1-fev-1996
Deten	12	12	0,0	22-mai-1996
Polibrasil	99	99	0,0	27-ago-1996
EDN	17	17	0,0	26-set-1996
<b>Elétrico</b>				
Escelsa	444	505	13,7	11-jul-1995
Light	2 271	2 271	0,0	21-mai-1996
Gerasul	880	880	0,0	15-set-1998

(continua)

**Quadro 4.6 - Programa Nacional de Desestatização (continuação)**  
**Empresas privatizadas 1991-2000**

Setor/Empresas	Preço mínimo US\$ milhões	Preço de venda US\$ milhões	Ágio (%)	Data do leilão principal
<b>Siderúrgico</b>				
Usiminas	1 238	1 377	11,2	24-out-1991
Cosinor	12	14	16,7	14-nov-1991
Aços Finos Piratini	42	105	150,0	14-fev-1992
CST	339	339	0,0	16-jul-1992
Acesita	348	450	29,3	22-out-1992
CSN	1 267	1 267	0,0	2-abr-1993
Cosipa	174	340	95,4	20-ago-1993
Açominas	285	554	94,4	10-set-1993
<b>Fertilizantes</b>				
Indag	7	7	0,0	23-jan-1992
Fosfertil	139	177	27,3	12-ago-1992
Goiásfertil	13	13	0,0	8-out-1992
Ultrafertil	199	199	0,0	24-jun-1993
Arafertil	11	11	0,0	15-abr-1994
<b>Ferrovário</b>				
Malha Oeste	61	63	3,3	5-mar-1996
Malha Centro-Leste	316	316	0,0	14-jun-1996
Malha Sul	152	209	37,5	20-set-1996
Malha Sudeste	871	871	0,0	22-nov-1996
Malha Tereza Cristina	16	18	12,5	13-dez-1996
Malha Nordeste	11	15	36,4	18-jul-1997
Malha Paulista	196	206	5,1	10-nov-1998
<b>Outros</b>				
Celma	73	91	24,7	1-nov-1991
Mafersa	19	48	152,6	11-nov-1991
SNBP	8	12	50,0	14-jan-1992
Caraíba	5	5	0,0	28-jul-1994
Embraer	182	183	0,5	7-dez-1994
CVRD	2 610	3 132	20,0	6-mai-1997
Tecon 1 (Porto de Santos)	93	251	169,9	17-set-1997
Meridional	155	240	54,8	4-dez-1997
Codesa - Cais de Capuaba	26	26	0,0	6-mai-1998
Codesa - Cais de Paul	9	9	0,0	13-mai-1998
Tecon 1 - Porto de Sepetiba	79	79	0,0	3-set-1998
CDRJ - Term. <i>Roll-on Roll-off</i>	16	27	68,8	3-nov-1998
Porto de Angra dos Reis	8	8	0,0	5-nov-1998
Datamec	50	50	0,0	23-jun-1999
Porto de Salvador	21	21	0,0	21-dez-1999
Banespa	945	3 604	281,0	20-nov-2000
Oferta pública - ações Petrobras		4 032		2000
Participações minoritárias		1 134		

Fonte: BNDES

### **Arrecadação de impostos e contribuições federais**

A arrecadação de impostos e contribuições atingiu o valor recorde de R\$ 176 bilhões em 2000, representando crescimento nominal de 16,2% e real, se considerado o IGP-DI como indexador, de 2,2%, em relação ao registrado no ano anterior. Desse total, a receita administrada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) totalizou R\$ 166,2 bilhões, e as demais receitas, compreendidas como as taxas e contribuições controladas por outros órgãos, exclusive as contribuições previdenciárias, R\$ 9,8 bilhões, superando em 16,6% e 9,8%, respectivamente, as apuradas em 1999.

Esse desempenho foi resultante, basicamente, das alterações na legislação tributária ocorridas ao longo de 1999, que continuaram influenciando a arrecadação de 2000, do expressivo crescimento de depósitos judiciais e administrativos e da recuperação da atividade econômica.

No que se refere às alterações na legislação tributária, a elevação da alíquota da Cofins, de 2% para 3%, e a obrigatoriedade de seu pagamento pelas instituições financeiras, com efeitos a partir de março de 1999, contribuíram para que a arrecadação associada à contribuição expandisse de R\$ 32,2 bilhões, em 1999, para R\$ 39,9 bilhões em 2000, crescimento real de 9,5%. Assinale-se, ainda, a reintrodução da cobrança da CPMF, a partir de junho de 1999, cuja arrecadação atingiu R\$ 14,5 bilhões em 2000, ante R\$ 8 bilhões no exercício anterior.

A conversão de depósitos judiciais em receita da União contribuiu com R\$ 4,9 bilhões no valor arrecadado, traduzindo crescimento nominal de 133,3% em relação ao registrado no exercício de 1999. Esse aumento decorreu, principalmente, do depósito antecipado, que passou a ser exigido dos contribuintes que entram na justiça contestando o pagamento do tributo.

Os impostos que refletem mais diretamente o nível de atividade também apresentaram crescimento em 2000. Nesse sentido, a expansão na arrecadação associada à Cofins, contribuição incidente sobre o faturamento das empresas, refletiu, além da alteração na alíquota e na base de incidência, a retomada do nível da atividade econômica. Adicionalmente, a arrecadação associada ao IPI apresentou crescimento real de 0,4%, apresentando melhor desempenho no segmento IPI-automóveis, alta de 113,9%. Essa elevação foi decorrente da permissão, a partir de agosto de 1999, da saída de insumos destinados à montagem de veículos com suspensão do IPI, ficando o recolhimento a cargo das montadoras, e da elevação de 20,3% nas vendas do setor. Também registrou-se crescimento real de 13% na receita do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), em parte resultante do acréscimo no faturamento dos setores de combustíveis e telecomunicações.

A arrecadação relativa a alguns impostos, entretanto, apresentou declínio no ano. Nesse sentido, o desempenho do Imposto de Importação (II) revelou queda real de

5%, como resultado da redução da alíquota de 9% para 6%, a partir de janeiro de 2000, assinalando-se a contração de 22% associada ao item petróleo. O Imposto de Renda Retido na Fonte-Rendimento de Capital apresentou redução de 31% em valores reais, em consequência do declínio dos ganhos obtidos nas aplicações financeiras, e do recolhimento elevado, em 1999, relativo às operações de *swap* por conta da desvalorização cambial. Comparativamente a 1999, a arrecadação do IOF reduziu-se de 44%, influenciada pela redução, de 6% para 1,5%, da alíquota aplicada nas operações de crédito das pessoas físicas, pela extinção de sua incidência sobre operações financeiras e pela eliminação do adicional de 0,38 ponto percentual nas operações de crédito, em vigor no período de 24.1.1999 a 17.6.1999.

A análise do resultado da arrecadação em 2000 evidencia o aumento da participação relativa das contribuições no total da receita federal. A participação da CPMF, por exemplo, elevou-se de 5,1%, em 1999, para 8,3% em 2000; a da Cofins, de 21,1% para 22,6%, e a relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 4,7% para 5,3%.

#### Quadro 4.7 - Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	45 817	51 520	56 397	12,4	9,5
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	16 307	16 503	18 839	1,2	14,2
Imposto de Importação (II)	6 544	7 919	8 510	21,0	7,5
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	3 542	4 879	3 126	37,7	-35,9
Cofins	18 746	32 187	39 903	71,7	24,0
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	7 705	7 304	9 279	-5,2	27,0
PIS/Pasep	7 548	9 836	10 043	30,3	2,1
CPMF	8 113	7 948	14 545	-	83,0
Outros tributos	18 821	13 420	15 378	-28,7	14,6
<b>Total</b>	<b>133 143</b>	<b>151 516</b>	<b>176 020</b>	<b>13,8</b>	<b>16,2</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal

### Resultado primário do setor público

O resultado primário do setor público, em 2000, foi superavitário em R\$ 38,2 bilhões, o equivalente a 3,5% do PIB, ante R\$ 31,1 bilhões, 3,3% do PIB, registrados em 1999. O governo federal e o Banco Central do Brasil foram responsáveis por superávit de R\$ 20,4 bilhões, 1,9% do PIB, os governos estaduais, por R\$ 4,6 bilhões, 0,4% do PIB, os governos municipais, por R\$ 1,5 bilhão, 0,1% do PIB, e as empresas estatais, por R\$ 11,7 bilhões, 1,1% do PIB. O resultado superou em R\$ 1,4 bilhão a meta estabelecida na sexta revisão do acordo entre o governo brasileiro e o FMI.

Dentre os três níveis do setor público, observou-se, em 2000, distribuição do esforço fiscal bastante distinta da ocorrida no ano anterior, quando o governo central, englobando o governo federal, a Previdência Social e o Banco Central, foi responsável por 72,93% do resultado primário global do setor público, as empresas estatais, por 20,3%, e os governos regionais, por 6,77%. Assim, em 2000, a participação do governo central declinou para 53,55%, enquanto a das empresas estatais e dos governos regionais elevou-se, respectivamente, para 30,66% e 15,79%.

O aumento da participação das empresas estatais deve-se, em parte, ao impacto favorável dos preços dos combustíveis sobre o resultado da Petrobras. No caso dos governos regionais, a expansão deve-se à aprovação da LRF, que consolidou o ajustamento das contas fiscais nas esferas sub nacionais.

### Juros nominais

A apropriação de juros nominais, em 2000, alcançou R\$ 87,4 bilhões, 8% do PIB, ante R\$ 127,2 bilhões, 13,8% do PIB, no ano anterior, registrando-se declínio em todas as esferas do governo. O total relativo ao governo federal e Banco Central atingiu R\$ 54,9 bilhões, 5% do PIB, representando expressiva contração ante o resultado do ano anterior, R\$ 88,9 bilhões, 9,8% do PIB. Esse desempenho reflete a menor depreciação cambial e a redução de 8,2 pontos percentuais na taxa de juros Selic no período, suficientes para neutralizar o impacto da elevação do endividamento líquido.

**Quadro 4.8 - Necessidades de financiamento do setor público**

Discriminação	1997		1998	
	R\$ milhões	% do PIB <sup>2/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>2/</sup>
Nominal	53 232	6,1	72 490	7,9
Governo federal e Banco Central do Brasil	22 912	2,6	49 361	5,4
Governos estaduais <sup>1/</sup>	26 377	3,0	16 402	1,8
Governos municipais	-	-	2 014	0,2
Empresas estatais	3 943	0,4	4 713	0,5
Primário	8 821	1,0	- 106	-0,0
Governo federal e Banco Central do Brasil	2 886	0,3	-5 042	-0,6
Governos estaduais <sup>1/</sup>	6 436	0,7	3 726	0,4
Governos municipais	-	-	-1 995	-0,2
Empresas estatais	- 501	-0,1	3 204	0,3
Juros nominais	44 412	5,1	72 596	7,9
Governo federal e Banco Central do Brasil	20 026	2,3	54 402	6,0
Governos estaduais <sup>1/</sup>	19 942	2,3	12 676	1,4
Governos municipais	-	-	4 009	0,4
Empresas estatais	4 443	0,5	1 508	0,2

(continua)

Quadro 4.8 - Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB <sup>2/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>2/</sup>
Nominal	96 158	10,5	49 285	4,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	66 209	7,4	34 496	3,1
Governos estaduais <sup>1/</sup>	26 098	2,7	19 955	1,8
Governos municipais	4 490	0,5	2 966	0,3
Empresas estatais	- 640	-0,1	-8 132	-0,7
Primário	-31 087	-3,3	-38 160	-3,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	-22 672	-2,4	-20 434	-1,9
Governos estaduais <sup>1/</sup>	-1 574	-0,2	-4 579	-0,4
Governos municipais	- 531	-0,1	-1 447	-0,1
Empresas estatais	-6 310	-0,7	-11 700	-1,1
Juros nominais	127 245	13,8	87 446	8,0
Governo federal e Banco Central do Brasil	88 881	9,8	54 930	5,0
Governos estaduais <sup>1/</sup>	27 673	2,9	24 534	2,2
Governos municipais	5 021	0,5	4 413	0,4
Empresas estatais	5 670	0,6	3 569	0,3

1/ Governos estaduais e municipais até 1997; apenas governos estaduais a partir de 1998.

2/ Valorizados a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI, com base na série publicada pelo IBGE.

No que se refere aos governos regionais, a menor apropriação de juros foi decorrente do declínio de aproximadamente dez pontos percentuais da inflação, medida pelo IGP-DI, que indexa grande parte dos passivos desses governos, em particular os envolvidos nas recentes renegociações realizadas com o governo federal. A contração dos juros relativos às empresas estatais traduziu a redução nominal das taxas e da dívida líquida, proporcionada pelos resultados primários favoráveis dos últimos anos.

Considerando a metodologia alternativa, na qual a dívida interna indexada ao câmbio recebe o mesmo tratamento concedido à dívida externa, a apropriação de juros nominais, em 2000, totalizou R\$ 77,7 bilhões, 7,1% do PIB, ante R\$ 87,4 bilhões, 9,1% do PIB, no ano anterior. O governo federal e o Banco Central do Brasil foram responsáveis por R\$ 45,2 bilhões, 4,2% do PIB, os governos estaduais, por R\$ 24,5 bilhões, 2,3% do PIB, os governos municipais, por R\$ 4,4 bilhões, 0,4% do PIB, e as empresas estatais, por R\$ 3,6 bilhões, 0,3% do PIB.

### Resultado nominal

Nesse contexto, as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) em 2000, no conceito nominal, totalizaram R\$ 49,3 bilhões, 4,5% do PIB, comparativamente a

**Quadro 4.9 - Necessidades de financiamento do setor público**  
**Metodologia alternativa**

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB <sup>2/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>2/</sup>
Nominal	56 284	5,9	39 578	3,6
Governo federal e Banco Central do Brasil	26 336	2,7	24 788	2,3
Governos estaduais <sup>1/</sup>	26 098	2,7	19 955	1,8
Governos municipais	4 490	0,5	2 966	0,3
Empresas estatais	- 640	-0,1	-8 132	-0,7
Primário	-31 087	-3,3	-38 160	-3,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	-22 672	-2,4	-20 434	-1,9
Governos estaduais <sup>1/</sup>	-1 574	-0,2	-4 579	-0,4
Governos municipais	- 531	-0,1	-1 447	-0,1
Empresas estatais	-6 310	-0,7	-11 700	-1,1
Juros nominais	87 372	9,1	77 738	7,2
Governo federal e Banco Central do Brasil	49 008	5,2	45 222	4,2
Governos estaduais <sup>1/</sup>	27 673	2,9	24 534	2,2
Governos municipais	5 021	0,5	4 413	0,4
Empresas estatais	5 670	0,6	3 569	0,3

1/ Governos estaduais e municipais até 1997; apenas governos estaduais a partir de 1998.

2/ Valorizados a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI, com base na série publicada pelo IBGE.

R\$ 96,2 bilhões, 10,3% do PIB, em 1999. O governo federal e o Banco Central foram responsáveis por R\$ 34,5 bilhões, 3,1% do PIB; os governos estaduais, por R\$ 20 bilhões, 1,8 % do PIB; os governos municipais, por R\$ 3 bilhões, 0,3% do PIB, e as empresas estatais, por -R\$ 8,1 bilhões, -0,7% do PIB. Em 1999, as participações atingiram, respectivamente, 7,4%, 2,7%, 0,5% e -0,1% do PIB.

Na metodologia alternativa, as NFSP totalizaram R\$ 39,6 bilhões, 3,6% do PIB em 2000, comparativamente a R\$ 56,3 bilhões, 3,9% do PIB, em 1999. O governo federal e o Banco Central foram responsáveis por R\$ 24,8 bilhões, 2,3% do PIB; os governos estaduais, por R\$ 20 bilhões, 1,8% do PIB; os governos municipais, por R\$ 3 bilhões, 0,3% do PIB, e as empresas estatais, por -R\$ 8,1 bilhões, -0,7% do PIB. Em 1999, as participações alcançaram, respectivamente, 2,7%, 2,7%, 0,5% e -0,1% do PIB.

### Dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público totalizou R\$ 563,2 bilhões, o equivalente a 49,3% do PIB, em 2000, mantendo-se estável, no período, a relação dívida/PIB. Por esfera do setor público, no governo federal e Banco Central foi registrada elevação da relação e, nas demais esferas, redução.

**Quadro 4.10 - Dívida líquida do setor público**

Discriminação	1997		1998	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida	307 427	34,2	379 917	41,1
Ajuste patrimonial (base: dez/1995)	999	0,1	5 952	0,6
Dívida líquida total	308 426	34,3	385 870	41,7
Governo federal e Banco Central do Brasil	167 742	18,7	231 268	25,0
Governos estaduais <sup>1/</sup>	115 892	12,9	113 160	12,2
Governos municipais	-	-	17 745	1,9
Empresas estatais	24 793	2,8	23 697	2,6
Dívida interna	269 846	30,0	328 693	35,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	150 254	16,7	192 455	20,8
Governos estaduais <sup>1/</sup>	111 589	12,4	107 673	11,6
Governos municipais	-	-	17 084	1,8
Empresas estatais	8 004	0,9	11 481	1,2
Dívida externa	38 580	4,3	57 177	6,2
Governo federal e Banco Central do Brasil	17 488	1,9	38 812	4,2
Governos estaduais <sup>1/</sup>	4 303	0,5	5 487	0,6
Governos municipais	-	-	661	0,1
Empresas estatais	16 789	1,9	12 216	1,3
Memorando:				
PIB em R\$ milhões <sup>2/</sup>	898 454		924 682	

(continua)

No que se refere ao governo federal e Banco Central, o resultado primário e o ajuste de privatização não foram suficientes para compensar o volume de juros apropriados, os ajustes metodológicos da dívida externa e o ajuste patrimonial. O incremento da dívida em virtude dos ajustes atingiu R\$ 4,8 bilhões. A dívida dos governos regionais reduziu-se em R\$ 8,3 bilhões em função dos ajustes, refletindo, principalmente, a retomada do processo de privatização dos estados. No que se refere às empresas estatais, o resultado primário superou a apropriação de juros e os ajustes, registrando-se superávit nominal e redução do endividamento líquido.

Considerando a metodologia alternativa, a dívida fiscal líquida do setor público alcançou 41,3% do PIB em 2000, mantendo-se estável no período.

### Dívida mobiliária federal

Em dezembro de 2000, o saldo da dívida mobiliária federal fora do Banco Central atingiu R\$ 516,1 bilhões, 45,2 % do PIB, ante R\$ 415 bilhões, 39,7% do PIB, no

**Quadro 4.10 - Dívida líquida do setor público (continuação)**

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida	476 075	45,5	525 360	46,0
Ajuste patrimonial (base: dez/1995)	40 504	3,9	37 803	3,3
Dívida líquida total	516 579	49,4	563 163	49,3
Governo federal e Banco Central do Brasil	316 222	30,2	352 967	30,9
Governos estaduais <sup>1/</sup>	147 935	14,1	161 184	14,1
Governos municipais	22 851	2,2	24 139	2,1
Empresas estatais	29 571	2,8	24 873	2,2
Dívida interna	407 810	39,0	451 841	39,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	233 058	22,3	267 573	23,4
Governos estaduais <sup>1/</sup>	139 400	13,3	151 557	13,3
Governos municipais	21 984	2,1	22 706	2,0
Empresas estatais	21 984	2,1	10 004	0,9
Dívida externa	108 769	10,4	111 322	9,7
Governo federal e Banco Central do Brasil	83 164	8,0	85 395	7,5
Governos estaduais <sup>1/</sup>	8 535	0,8	9 626	0,8
Governos municipais	867	0,1	1 433	0,1
Empresas estatais	16 203	1,5	14 869	1,3
Memorando:				
PIB em R\$ milhões <sup>2/</sup>	1 045 937		1 142 473	

1/ Governos estaduais e municipais até 1997. Apenas governos estaduais a partir de 1998.

2/ PIB anual a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI (c), tendo como base a série publicada pelo IBGE.

final do ano anterior. Dentre os fatores determinantes dessa evolução, assinalem-se as emissões líquidas com impacto monetário de LTN, no montante de R\$ 29,5 bilhões, de NTN-C, de R\$ 5,2 bilhões, e de LFT, de R\$ 5,4 bilhões. Contribuíram, no mesmo sentido, as emissões especiais líquidas de R\$ 3 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - série B (LFT-B). Em 2000, foram adicionados à dívida mobiliária federal os valores relativos aos créditos securitizados, dívida agrícola, Títulos da Dívida Agrária (TDA) e CDP, que, em dezembro de 2000, totalizaram 26,7 bilhões.

No quadro a seguir encontram-se discriminadas as emissões especiais de Letras Financeiras do Tesouro Nacional - série A (LFT-A) e LFT-B relativas às renegociações efetuadas entre a União e os estados e municípios no ano de 2000, tanto no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Parafe - Lei nº 9.496/1997) e Municípios (Decreto nº 3.099, de 29.6.1999), quanto do Proes (MP nº 1.514, de 7.8.1996, e sucedâneas).

**Quadro 4.11 - Títulos públicos federais**

Saldos em R\$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000
Responsabilidade do TN	225 732	343 820	412 752	555 913
Carteira do Bacen	35 461	124 670	60 871	123 713
LTN	22 302	15 311	11 135	33 453
LFT	8 588	107 763	35 919	87 197
NTN	4 571	1 596	13 818	1 817
Créditos securitizados	-	-	-	1 246
Fora do Bacen	190 271	219 151	351 881	432 200
LTN	64 755	5 438	38 118	79 190
LFT	63 592	157 171	204 223	265 699
BTN	60	64	67	64
NTN	61 865	52 241	98 182	46 233
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	-	4 237	11 292	14 280
Créditos securitizados	-	-	-	21 119
Dívida agrícola	-	-	-	3 108
TDA	-	-	-	2 495
CDP	-	-	-	14
Responsabilidade do Bacen	65 238	104 709	63 020	83 914
LBC	25 282	22 537	1 122	0
BBC/BBCA	28 327	48 372	0	0
NBCE	11 629	31 025	60 291	81 972
NBCF	-	2 478	1 606	1 942
NBCA	-	297	0	0
Total fora do Bacen	255 509	323 860	414 901	516 114
Em % do PIB	28,4	35,0	39,7	45,2

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional atingiram, em dezembro de 2000, R\$ 555,9 bilhões. Desses, R\$ 123,7 bilhões estavam em poder do Banco Central, enquanto os demais R\$ 432,2 bilhões, representando 77,7% do total, encontravam-se fora da autoridade monetária, correspondendo a 83,7% do total de títulos em mercado. Os títulos emitidos pelo Banco Central somaram R\$ 83,9 bilhões, ante R\$ 63 bilhões no ano anterior, representando 16,3% do total da dívida mobiliária em poder do mercado. Contribuíram para essa elevação as emissões líquidas de R\$ 7,2 bilhões de NBCE e a depreciação cambial.

Por indexador, destaca-se a redução na participação dos títulos públicos federais indexados ao *over*/Selic, devido, principalmente, aos resgates líquidos de Letras do Banco Central (LBC), que passaram de 61,1% do total, em dezembro de 1999, para 52,4% em dezembro de 2000. Em contrapartida, a participação dos títulos prefixados elevou-se de 9,2% para 15,3%, nesse mesmo período, em decorrência

**Quadro 4.12 - Emissões no âmbito do Parafe e do Proes**

Em R\$ mil, posição em 31.12.2000

Estados	LFT-A	LFT-B	Total
Acre	-	32 927	32 927
Amazonas	-	53 271	53 271
Bahia	-	43 717	43 717
Goiás	60 000	87 049	147 049
Minas Gerais	59 958	-	59 958
Mato Grosso do Sul	-	591 216	591 216
Paraíba	-	110 622	110 622
Pernambuco	-	144 371	144 371
Piauí	-	553 620	553 620
Rio Grande do Sul	176 273	-	176 273
Santa Catarina	-	779 987	779 987
Municípios		646 603	646 603
Total	296 231	3 043 382	3 339 613

das emissões líquidas de LTN. Os títulos vinculados ao câmbio reduziram sua participação de 24,2% para 21,7%, como reflexo dos resgates líquidos de Notas do Tesouro Nacional (NTN). Os títulos indexados à TR elevaram sua participação de 3% para 4,7%, em razão da incorporação à dívida mobiliária dos créditos securitizados, dívida agrícola, TDA e CDP. Pela mesma razão, a participação dos títulos indexados ao IGP-DI elevou-se de 2,1%, em dezembro de 1999, para 4,3% em dezembro de 2000.

**Quadro 4.13 - Títulos públicos federais**

Participação percentual por indexador

Índice de correção	1997	1998	1999	2000
Total - R\$ milhões	255 509	323 860	414 901	516 114
Câmbio	15,4	21,0	24,2	21,7
TR	8,0	5,4	3,0	4,7
IGP-M	0,3	0,3	0,3	1,6
Over/Selic	34,8	69,1	61,1	52,4
Prefixado	40,9	3,5	9,2	15,3
TJLP	0,6	0,2	0,1	0,0
IGP-DI	-	0,1	2,1	4,3
Outros	-	0,5	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

## V

## RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

### Política de comércio exterior

A condução da política de comércio exterior ao longo de 2000 esteve condicionada, inicialmente, pela expectativa quanto à recuperação da balança comercial, em resposta aos ganhos de competitividade advindos da desvalorização cambial ocorrida em 1999. Posteriormente, em face dos sinais de deterioração da balança comercial apresentados a partir de setembro, foi editado o Programa de Exportações 2001, constituído por um conjunto de medidas de apoio às exportações.

Assinale-se que a restrição orçamentária determinada pelo processo de ajuste fiscal traduziu-se na gestão da política de exportação e importação. Nesse sentido, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) apresentou, no ano, redução das operações aprovadas, em especial na modalidade equalização de taxas de juros. É oportuno observar que, nessa última modalidade, o Proex foi modificado por causa do desfecho desfavorável do *panel* aberto pelo Canadá contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), envolvendo a disputa entre a Bombardier e a Embraer.

Outra ação que marcou a gestão da política de exportação foi a implementação do Plano de Retenção do Café, lançado pela APPC, da qual o país é membro. Essa intervenção objetivou reverter a queda dos preços do produto no mercado internacional.

No âmbito externo, o traço marcante da política de comércio exterior foi a crescente importância adquirida pelas negociações comerciais bilaterais. Essa importância foi alcançada em razão da estratégia de ampliar o comércio com outros países da América Latina em compensação às perdas advindas das barreiras impostas à entrada de produtos brasileiros nos mercados europeu e norte-americano, bem como da recessão econômica da Argentina, maior parceiro comercial do Brasil na região. Isso não significou, entretanto, a relegação do foro multilateral ao plano secundário.

De fato, apesar dos contenciosos comerciais ocorridos entre Brasil e Argentina ao longo do ano, a exemplo do observado em 1999 a partir da desvalorização cambial da moeda brasileira, os quatro sócios conseguiram avanços significativos na

agenda do Mercosul, em especial na Reunião de Florianópolis de dezembro de 2000, quando foi assinado o acordo automotivo comum, definido o adicional de dois e meio pontos percentuais à Tarifa Externa Comum (TEC) e criado conjunto de regras comuns obrigatórias para tratar as acusações de *dumping* entre os países do bloco. Essas medidas conferiram maior coesão ao bloco, principalmente diante do aprofundamento do processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O impacto provocado pelo aumento dos preços internacionais do petróleo e de seus derivados afetou de forma relevante a pauta de importação brasileira. No entanto, a orientação da política governamental para o setor de petróleo não apresentou alterações significativas, registrando-se avanço no processo de desregulamentação do setor, como alternativa para reduzir a dependência das importações do produto.

Em 2000, observou-se a continuidade da orientação da política comercial adotada nos anos anteriores, com ênfase na desburocratização e aperfeiçoamento do trâmite aduaneiro, no aumento da competitividade do setor, na defesa comercial da indústria doméstica, na promoção comercial e no controle fitossanitário.

Como incentivo às exportações, a Medida Provisória nº 1991-13, de 13.1.2000, permitiu novamente às empresas usufruírem, a partir de 1.1.2000, da concessão do crédito presumido do IPI, como ressarcimento das contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins incidentes sobre o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens adquiridos no mercado interno e utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. Esse benefício tributário estava suspenso desde 1.4.1999.

Outras alterações tributárias relacionadas às exportações foram definidas pelos Decretos nº 3.646 e nº 3.647, ambos de 30.10.2000, que, com o objetivo de reduzir o contrabando de tabaco e cigarro para o Brasil, aumentaram, para 150%, o Imposto de Exportação (IE) incidente nas exportações de tabaco destinadas ao Paraguai e ao Uruguai, e nas exportações de papel para cigarros e de cilindros para filtros de cigarros destinadas à América do Sul e América Central, inclusive Caribe, excetuando-se a Argentina, o Chile e o Equador. Outra medida voltada para o combate ao contrabando foi determinada pelo Decreto nº 3.658, de 13.11.2000, que elevou, para 150%, o IE incidente nas exportações de armas e munições destinadas à América do Sul e América Central, inclusive Caribe, excetuando-se a Argentina, o Chile e o Equador.

No caso das exportações de couros e peles, o aumento de 9% na alíquota do IE, estabelecido pelo Decreto nº 3.684, de 7.12.2000, teve por objetivo inibir as vendas externas de couro cru (*wet blue*), estimulando indiretamente a venda externa de

produtos mais elaborados, de maior valor agregado, como couro acabado e calçados. Essa nova alíquota terá vigência até 30.11.2001.

Quanto ao financiamento do comércio exterior, mudança expressiva foi determinada pela Circular do Banco Central nº 2.982, de 11.5.2000, que restringiu o curso, sob o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), às importações realizadas para pagamento em até 360 dias e às exportações realizadas para recebimento em até 360 dias. A única exceção à regra foram as operações de comércio externo via Mercosul, Bolívia ou Chile, desde que o valor do contrato não ultrapasse US\$ 100 mil. Na visão do governo brasileiro, não cabe ao Banco Central garantir risco de crédito das operações de comércio exterior, função que deve ser assumida por outras instituições, como o BNDES-Exim e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).

Com o objetivo de atender a determinação da OMC quanto ao contencioso Embraer-Bombardier, o Proex foi também alterado. Para tanto, o Banco Central, por meio da Resolução nº 2.799, de 6.12.2000, redefiniu os critérios aplicáveis nos financiamentos às exportações de aeronaves para aviação regional. Assim, a equalização das taxas de juros passou a ser estabelecida operação por operação, em níveis que poderão ser diferenciados de acordo com as características de cada uma, limitada à *Commercial Interest Reference Rate* (CIRR), divulgada mensalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativa à moeda e ao prazo de financiamento da operação. A taxa de referência anteriormente vigente era a do *Treasury Bond* dos Estados Unidos para dez anos, acrescida de *spread* de 0,2% ao ano.

Em 2000, as exportações aprovadas para participarem do Proex somaram US\$ 12 bilhões, 24,1% abaixo do total relativo a 1999, devido à restrição orçamentária imposta, principalmente, para as operações de equalização de taxas de juros. As exportações efetivadas com o benefício do Programa totalizaram US\$ 8,2 bilhões, incremento de US\$ 1,6 bilhão em termos absolutos em relação a 1999. Esse resultado refletiu as elevações de 97,8% nas operações de financiamento e de 22,3% nas do programa de equalização de taxas de juros, que totalizaram US\$ 413 milhões e US\$ 7,8 bilhões, respectivamente.

Os desembolsos aprovados totalizaram US\$ 1,8 bilhão, ou 15,1% das exportações a que se relacionavam, e os efetivados, que ocorrem com a remessa da mercadoria, US\$ 791 milhões. Para as operações de financiamento, os desembolsos efetivados aumentaram em 102%, comparados com os do ano anterior, alcançando US\$ 359 milhões, ou 86,7% das exportações a que se relacionavam, representando 29,8% do total de desembolso aprovado para essa modalidade. Quanto aos desembolsos realizados para equalização de taxas de juros, foram ampliados em 2,8%, atingindo US\$ 433 milhões, ou 5,5% das exportações a que se relacionavam, totalizando 71,5% dos desembolsos aprovados para a modalidade.

Por um lado, as operações de financiamento do Proex diversificaram-se, incorporando 224 novos participantes, ante 190 no ano anterior. O total de exportadores assistidos pelo Programa elevou-se de 284 para 346 no mesmo período. Por outro lado, o número de exportadores cobertos pelo programa de equalização de taxas de juros reduziu de 232, em 1999, para 157 em 2000, apresentando reduções também no número de novos participantes, de 53 para 32, valores referentes a contratos aprovados, não necessariamente efetivados.

Ainda com relação ao financiamento às exportações, ressalte-se a ampliação das modalidades de financiamento oferecidas pelo BNDES, que, a partir de setembro de 2000, abriu linha de crédito voltada para as operações de pré-embarque especial indexadas à TJLP. Nessa linha de financiamento, a empresa recebe antecipadamente os recursos, mediante a promessa de ampliar o volume de exportações no período de um ano. Ao substituir o antigo indexador - taxa Libor mais correção cambial - pela TJLP acrescida de *spread*, que varia de 1% a 2% ao ano, as empresas evitam o risco cambial.

Em 2000, a oferta mundial de café em grão cresceu mais rapidamente que a demanda, elevando significativamente os estoques mundiais do produto. Objetivando reverter a queda nos seus preços externos, os países membros da APPC lançaram o plano de retenção do produto. As principais normas relacionadas à política de retenção foram a Resolução do Banco Central nº 2.732, de 14.6.2000, que instituiu linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento da estocagem de café, tipo exportação, depositado na rede oficial de armazéns credenciados para esse fim. Adicionalmente, a Portaria Interministerial Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) nº 197, de 15.6.2000, instituiu o sistema de retenção sobre as exportações de café em grão cru, conforme o Plano de Retenção de Café, assinado em 19.5.2000, pelos países-membros. A emissão dos Registros de Vendas (RV) ficou condicionada à existência de volume de café depositado em armazéns oficiais, equivalente a 20% da quantidade constante do respectivo RV. Caso sejam alcançados os preços indicadores estabelecidos no Plano de Retenção de Café da APPC, o percentual de retenção poderá ser alterado.

Diante do quadro de deterioração apresentado pela balança comercial no último trimestre do ano, foi lançado, em 17.11.2000, o Programa de Exportações 2001, que visa, no seu conjunto, alcançar três objetivos permanentes da política governamental para o setor: a redução dos custos de exportação, o estímulo ao desenvolvimento das estratégias empresariais e a difusão da cultura exportadora. Com esse programa, o governo brasileiro objetivou assegurar o crescimento do comércio exterior em vinte por cento ao ano, a partir de 2001. As medidas em que se baseia o programa são:

- a) criação do Programa de Reparcelamento dos Portos (Reporto), programa de estímulo à modernização, reparcelamento e atualização tecnológica dos portos

brasileiros, que será implementado no prazo de dois anos. As concessionárias de terminais portuários serão beneficiadas com medidas necessárias à adequação da operação dos portos aos padrões internacionais, como desoneração tributária e financiamento competitivo para aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática. Esse programa também objetiva dotar os portos brasileiros de tecnologias de informação que possibilitem a gerência de custos, de níveis de utilização e de fluxos de contêineres;

- b) criação de documento fiscal único para o transporte multimodal dos itens destinados ao mercado externo, contribuindo para desburocratizar e agilizar as exportações;
- c) dinamização do crédito ao comércio exterior por intermédio de três ações:
  - 1) reforço ao Seguro de Crédito à Exportação como sucedâneo ao CCR, atualmente restrito a garantir operações de curto prazo, de até 360 dias;
  - 2) expansão da dotação orçamentária do Fundo de Garantia de Exportação em R\$ 500 milhões, o que possibilitará o aumento do seu patrimônio para R\$ 1,4 bilhão, de modo a garantir operações de R\$ 7 bilhões; e
  - 3) reestruturação da SBCE, empresa privada com participação minoritária do Banco do Brasil, para tornar mais ágil o exame e o enquadramento dos pedidos de seguro encaminhados pelos exportadores;
- d) ação ampliada do BNDES-Exim, que contará com 25%, o que representa mais de R\$ 5 bilhões do orçamento do BNDES. A diretoria desse Banco está analisando, para implementação imediata, três outras medidas:
  - 1) aperfeiçoamento do Fundo de Aval, para permitir maior acesso ao crédito à exportação por parte dos pequenos empreendedores;
  - 2) apoio especial às empresas brasileiras para os projetos voltados para a instalação de unidades de produção e distribuição de produtos brasileiros em outros países; e
  - 3) incremento do apoio financeiro à exportação de serviços;
- e) redução, de quinze para zero, da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os custos da promoção comercial de produtos brasileiros no exterior. Essa foi uma das principais medidas relacionadas ao tema, cuja implementação foi realizada pela Medida Provisória nº 2.062-61, de 28.12.2000, com vigência a partir de 1.1.2001;
- f) implantação do sistema de exportação em consignação, que constitui importante instrumento para viabilizar novas estratégias empresariais e aumentar a participação brasileira no comércio exterior. O estoque de produtos brasileiros em locais estrategicamente posicionados garantirá a distribuição rápida a grandes e tradicionais consumidores. A exportação em consignação também dinamizará o comércio eletrônico nas modalidades empresa-empresa ou empresa-consumidor, cuja característica essencial é a possibilidade de entrega em até 72 horas. Essa medida foi regulamentada pela Circular nº 3.016, de 6.12.2000;
- g) reexame da fórmula do crédito presumido do PIS/Cofins, cuja redefinição estimulará a exportação de mercadorias de maior valor agregado, diminuindo o

impacto da incidência em cascata desses dois tributos em cada elo da cadeia produtiva. Também é um estímulo à terceirização de etapas da fabricação de manufaturados;

- h) criação dos Aeroportos Aduaneiros Industriais, complexos industriais destinados ao processamento de produtos exportáveis, que serão instalados em áreas contíguas a aeroportos, livres de barreiras aduaneiras, representando evolução na prática do *drawback*. A SRF, em parceria com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), está finalizando o projeto para a criação do Aeroporto Aduaneiro Industrial em Confins (Minas Gerais) e em São José dos Campos (São Paulo);
- i) implantação do Exporte Fácil, programa que tem por objetivo facilitar as exportações para o pequeno exportador, com vendas, pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), de até US\$ 10 mil por remessa. Medida implementada por meio da Circular Bacen nº 3.015, de 6.12.2000;
- j) expansão do Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex), antes restrito ao Estado de São Paulo, a outras regiões do Brasil. Esse Programa visa aperfeiçoar e adequar a tecnologia de produtos brasileiros às exigências do mercado internacional. Institutos de pesquisas aptos a participar do programa serão credenciados, qualificando-se para prestar consultoria às médias e grandes empresas;
- l) implantação do projeto Marca Brasil, destinado a selecionar e certificar produtos brasileiros que atendam ao padrão global de qualidade. A seleção será anual e o produto poderá ostentar o selo de qualidade em sua embalagem. A Marca Brasil contribuirá para formar e promover a imagem, junto ao consumidor dos mercados internacionais, de que o Brasil é importante fabricante de produtos de classe mundial, inclusive de produtos de maior valor agregado, como aviões, automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, *softwares* e cosméticos.

Na área de promoção comercial, a Agência de Promoção de Exportações (Apex) deixou de ser uma gerência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ganhando maior autonomia a partir de junho de 2000, o que conferiu maior agilidade na análise e aprovação dos projetos. No ano, foram investidos R\$ 51 milhões, correspondendo a acréscimo de 78,3% em relação a 1999. Desde sua criação, a Apex concluiu 45 projetos, sendo 17 em 2000. Dos 121 em execução, 24 são projetos nacionais, apresentados por instituições de classe e implementados em vários estados, e 49 são estaduais. Vários setores estão sendo beneficiados pelos projetos nacionais, como confecção, floricultura, mobiliário, fabricação de cachaça, indústria cinematográfica dentre outros. Embora os resultados apresentados até o momento sejam tímidos, há boas perspectivas no médio prazo, uma vez que os projetos, conforme a experiência demonstra, têm período de maturação de aproximadamente dois anos.

No que se refere às importações, com vistas a estimular a renovação e a modernização do parque industrial brasileiro, procedeu-se a inclusão de novas posições tarifárias

no regime de ex-tarifários, que reduz a alíquota do II incidente sobre bens de capital sem similar nacional. Pela Portaria nº 3, de 12.1.2000, o Ministério da Fazenda (MF) reduziu, para 5%, a alíquota *ad valorem* do II de 407 itens e excluiu 55 produtos. Os setores mais beneficiados foram os de química, seguido pelos de eletroeletrônico, alimentação, higiene e limpeza. Os componentes relativos a telecomunicações, informática e parques temáticos não apresentaram alterações. Em 20.9.2000, por meio da Portaria MF nº 336, foram cancelados 115 e modificadas as descrições de 29 ex-tarifários.

Ainda sobre o regime de ex-tarifários, tendo em vista a decisão dos países-membros do Mercosul de adiar, para 30.6.2001, o prazo para adoção da lista comum de bens de capital não produzidos no bloco, foram publicadas as Portarias MF nº 464 e nº 465, ambas de 26.12.2000. A primeira reduziu, de 5% para 4%, a alíquota *ad valorem* incidente nas importações de produtos integrantes das listas antigas de ex-tarifários, com nova vigência fixada de 1.1.2001 a 30.6.2001, quando serão revistas. A outra incluiu nova lista de produtos, com 414 itens, alíquota de 4% do II, e vigência de 1.1.2001 a 31.12.2002.

No âmbito do Mercosul, ocorreram expressivos avanços na Cúpula de Florianópolis de dezembro de 2000. Foram criadas regras comuns obrigatórias para tratar as acusações de *dumping* entre os países do bloco, evitando a aplicação dessas medidas sem aviso prévio aos parceiros comerciais. A assinatura do acordo automotivo entre os países do bloco assinalou outro importante avanço, pois, além de resolver o impasse com a Argentina, incorporou o Paraguai e o Uruguai, contribuindo para a evolução favorável dos projetos de longo prazo das montadoras para a região.

O debate sobre a TEC foi igualmente tema de destaque na área de política de importação do Mercosul. As discussões envolveram a eliminação, ou redução, dos três pontos percentuais acrescidos à TEC pelo Decreto nº 2.376, de 12.11.1997, cuja vigência terminou em 31.12.2000, bem como a revisão da estrutura tarifária do bloco. Na Reunião do Mercosul de Florianópolis, foi ajustado adicional de dois e meio pontos percentuais nas alíquotas do II da TEC, correspondendo a decréscimo de meio ponto percentual em relação aos três pontos percentuais aplicados até 31.12.2000, significando o próprio relançamento do bloco, uma vez que representa a estrutura básica da união aduaneira.

Assinale-se que, como a alteração não contemplou todos os itens da TEC, foram relacionados, no Anexo II do Decreto nº 3.704, de 27.12.2000, os produtos excluídos da incidência temporária de dois e meio pontos percentuais. A exclusão compreendeu também todos os bens de capital, que tiveram redução das alíquotas de 18% para 14%. O mesmo Decreto publicou a nova Lista de Exceção à TEC, com quantidade menor de itens decorrente da exclusão superior à inclusão de novos produtos.

Quanto à Lista de Convergência do Setor de Informática e Telecomunicações, não ocorreram alterações substanciais, vigorando basicamente conforme as normas anteriores.

Ainda em relação ao Mercosul, registre-se que, desde 1.1.2000, foi encerrado o regime de adequação para o Paraguai e o Uruguai, conforme Decisão nº 5/1994 do Conselho Mercado Comum do Mercosul (CMC). Tanto o Brasil quanto a Argentina tiveram seu regime de adequação concluído em 1.1.1999. Com efeito, o comércio intrazona praticamente eliminou todos os gravames, restando somente o comércio de açúcar e de automóveis para atingir a plenitude.

O avanço do protecionismo nos mercados europeu e norte-americano estimulou o governo brasileiro a redirecionar suas prioridades externas, privilegiando a América Latina. Nesse sentido, as negociações comerciais bilaterais adquiriram importância crescente, como no caso do acordo comercial de preferência tarifária, envolvendo o setor automotivo, com o México. Segundo o acordo, implementado pelo Decreto nº 3.494, de 29.5.2000, ambos os países poderão aplicar reciprocamente, desde que cumpram os requisitos de origem ajustados, tarifa de 8% *ad valorem* às importações de automóveis. Essa tarifa preferencial será aplicável nas seguintes quotas: durante o primeiro ano de vigência, sobre 40.000 unidades, ou uma quantidade maior estabelecida pelo importador; e 50.000 unidades durante o segundo ano. Caso a quota não seja completada no segundo ano, ela poderá ser transferida para o ano seguinte.

A busca da via bilateral de negociação comercial relacionou-se também à Decisão nº 32/2000, do CMC, de junho de 2000, que fixou o prazo de 30.6.2001 para os países do Mercosul firmarem isoladamente seus acordos comerciais. Após o prazo determinado, os acordos somente poderão ser firmados conjuntamente pelos quatro membros do bloco. A Decisão nº 32/2000 estipulou ainda que os quatro sócios do bloco se comprometeriam a reiniciar os entendimentos com o México e a Comunidade Andina (Peru, Equador, Venezuela e Colômbia), para assinarem, até 31.12.2001, acordo com vistas a criar zona de livre comércio entre Mercosul e Comunidade Andina, e Mercosul e México. Caso não seja possível concluí-los, as preferências vigentes só poderão ser mantidas até 30.6.2003. Diante dessas limitações, o governo brasileiro terá somente o primeiro semestre de 2001 para concretizar o acordo que amplia as preferências comerciais com o México e a revisão do Acordo de Complementação Econômica nº 39, de agosto de 1999, firmado com a Comunidade Andina. Na visão do Itamaraty, a efetivação desses acordos melhora a condição do Brasil e do Mercosul na busca por melhores vantagens na negociação da Alca.

As compras de petróleo pressionaram a pauta de importação brasileira no ano. O aumento da demanda mundial, acompanhando a expansão da economia, os baixos níveis do estoque norte-americano e a atuação da Organização dos Países

Exportadores de Petróleo (Opep) contribuíram para que ocorressem fortes oscilações nos preços internacionais do produto. Nesse cenário externo ocorreu, em 7.6.2000, a venda de 21 blocos para exploração de petróleo e gás na segunda rodada de licitações da ANP. Com a desregulamentação do setor, espera-se aumentar a produção brasileira de petróleo, reduzindo, a médio e longo prazo, a dependência do petróleo importado.

Outra medida relacionada ao setor petrolífero foi implementada pela Instrução Normativa SRF nº 87, de 1.9.2000, que regulamentou a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro). Além disso, o Decreto nº 3.609, de 22.9.2000, excluiu o nafta para petroquímica da Lista Básica de Exceções à TEC, o que levou à redução da alíquota do II de 6% para zero. Essa antecipação da redução tarifária objetivou facilitar, em uma conjuntura externa e interna bastante adversa, as negociações entre a Petrobras e as centrais petroquímicas quanto à fixação dos preços do produto, liberados em 9.8.2000.

Quanto às medidas voltadas para o aperfeiçoamento administrativo das operações de comércio exterior, ressalte-se o início do processo de abertura do mercado brasileiro de seguros, a partir da regulamentação da Emenda Constitucional nº 13, de 1996, pela Lei nº 9.932, de 20.12.1999. Essa transformação contribuirá para a redução dos custos das operações de seguros contratadas, em especial das operações de seguro de transporte internacional e aduaneiro.

Ainda com relação à desburocratização do trâmite aduaneiro, a Portaria Secex nº 1, de 21.1.2000, simplificou as operações de *drawback*, reduzindo os custos envolvidos, com a dispensa de apresentação dos documentos impressos e a introdução do Relatório Unificado de *Drawback* para a identificação dos documentos eletrônicos registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Na mesma linha de atuação, o Banco Central, por meio da Circular nº 2.967, de 8.2.2000, permitiu a contratação de câmbio simplificado, a exemplo do que já ocorria com as exportações, para as operações de importação com valores até US\$ 10 mil. Foi igualmente autorizado o pagamento ou recebimento por meio de cartão de crédito internacional de todas as encomendas internacionais, para importação ou exportação, realizadas por Declaração Simplificada.

A regulamentação, por meio do Decreto nº 3.411, de 12.4.2000, da Lei nº 9.611, de 19.2.1998, referente ao Transporte Multimodal de Cargas, representou outro avanço no sentido de aperfeiçoar e reduzir os custos das operações de comércio exterior.

Do mesmo modo, pela Carta-Circular Bacen nº 2.947, de 6.12.2000, foi permitida a prorrogação dos contratos de câmbio de exportação pelo prazo de até 180 dias

contados da data do embarque, no valor da mercadoria embarcada, quando esgotadas as possibilidades de negociação com o devedor externo, admitindo-se período de trânsito de até 15 dias, dispensando-se a obrigatoriedade de cobrança de juros. Anteriormente, a prorrogação estava subordinada à apresentação, pelo exportador, de concordância do importador em pagar juros durante o período de prorrogação, e apresentação de saques emitidos, para o principal e para os juros, em substituição aos saques primitivos. O normativo também autorizou a intermediação de corretoras em contratos de câmbio simplificado de exportação, impondo a guarda de documentação pelo prazo de 5 anos, para apresentação ao Banco Central quando solicitada.

Quanto às medidas de controle fitossanitários, o governo liberou as compras brasileiras de trigo *soft* norte-americano, utilizado na fabricação de biscoitos, suspensas há quase três anos por causa de problemas fitossanitários provocados pelo fungo *Tilletia controversa*. Assim, o MAA, por meio da Instrução Normativa nº 12, de 23.11.2000, definiu os requisitos fitossanitários exigidos para a importação de trigo dos Estados Unidos. Cada partida deverá estar acompanhada de certificado e o embarque deverá ser realizado somente pela costa leste norte-americana, estando vedadas as importações do produto provenientes dos Estados de Washington, Oregon, Idaho, Califórnia, Nevada e Arizona.

Além disso, em 29.12.2000, o MAA encaminhou à Comissão Técnica Veterinária de Febre Aftosa da Organização Internacional de Epizootias (OIE) relatório declarando o Circuito Pecuário Leste como “zona livre de aftosa com vacinação”. Em janeiro de 2001, a OIE concedeu parecer favorável ao pleito. Cumpre ressaltar ainda os resultados do Programa Nacional de Combate à Febre Aftosa, coordenado pelo MAA, cujo trabalho na erradicação dos focos de aftosa detectados em quatro municípios do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul viabilizou a assinatura de protocolo sanitário entre o Brasil e a Rússia, permitindo novamente a entrada de produtos suínos brasileiros naquele mercado.

No âmbito da defesa comercial, foram aplicados direitos *antidumping* definitivos *ad valorem* sobre as importações dos seguintes produtos:

- a) hidroxietilcelulose não-hidrofobicamente modificado, composto utilizado na fabricação de remédios, tintas, cimento, argamassa, entre outros, quando originárias dos Estados Unidos e dos Países Baixos. Medida aplicada pela Portaria Interministerial MF/MDIC nº 22, de 7.4.2000;
- b) produtos planos, de aço inoxidável, laminados a frio, de espessura não superior a 3 mm, originárias da África do Sul, Espanha, França, Japão e México, inclusive os aços refratários e os inoxidáveis. Medida regulamentada pela Portaria Interministerial MF/MDIC nº 34, de 24.5.2000;
- c) cimento *portland*, originárias do México e da Venezuela, quando destinadas aos Estados do Acre, do Amazonas, de Roraima e à região a oeste do Estado do Pará. Medida implementada pela Portaria Interministerial MDIC/MF nº 46, de 12.7.2000.

É importante salientar que, em 1.11.2000, passou a vigorar a Portaria Ministério da Defesa (MD) nº 657/GC-5, de 30.10.2000, que aprovou os critérios e fixou valores para a aplicação e a cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia sobre cargas importadas e a serem exportadas ou em situações especiais. Essa medida atingiu principalmente o comércio de produtos de maior peso ou volume, como computador, pescado, frutas e outros.

Registre-se, ainda, a aprovação pelo Senado Federal, em 14.12.2000, e pela Câmara dos Deputados, em 27.12.2000, da nova Lei de Informática, que prorrogou os incentivos para o setor e estabeleceu cronograma para a retirada gradual dos incentivos fiscais, conforme a região onde está instalada a empresa, até 2009, quando se extinguem os benefícios. Além disso, foram definidos os bens e serviços de informática aos quais se aplicam a lei, incluindo, entre eles, os aparelhos de telefone celular e monitores de vídeo. Com a medida, os celulares e monitores produzidos na Zona Franca de Manaus perdem a isenção de 88% de que gozam no II para componentes.

### **Política cambial**

Em 2000, completou-se o segundo ano de vigência do regime de câmbio de livre flutuação, implementado em janeiro de 1999. Nesse regime, as intervenções no mercado doméstico de câmbio pelo Banco Central se restringem a evitar que a taxa de câmbio oscile em curto espaço de tempo, ocorrendo a desvinculação do nível de reservas internacionais dos resultados do mercado cambial.

As regras de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, sob a política de taxas flutuantes, foram fixadas por meio da Circular nº 2.884, de 6.5.1999, e da Circular nº 2.888, de 20.5.1999, segundo as quais as intervenções do Banco Central são conduzidas entre *dealers*, instituições credenciadas a operar no mercado de câmbio e de títulos da dívida pública, via operações interbancárias de compra e venda de divisas, realizadas diretamente ou por leilão eletrônico ou telefônico, com oferta simultânea a pelo menos cinco *dealers*.

Os critérios de credenciamento e descredenciamento de *dealers* sofreram pequena alteração em 2000. Pela Carta-Circular nº 2.923, de 4.7.2000, a avaliação de desempenho continuou a ser utilizada como critério de seleção, expresso pela média ponderada do volume de operações de importação e exportação (peso 3), câmbio financeiro (peso 3), qualidade das informações prestadas ao Banco Central (peso 2), operações com títulos cambiais (peso 1,5) e atuação no mercado interbancário (peso 0,5). Em relação às disposições anteriores, cresceu a importância atribuída à qualidade das informações, ao volume de operações comerciais e de operações com títulos cambiais, enquanto o mérito atribuído ao volume de operações no mercado

interbancário foi reduzido. Após classificada, a instituição deverá satisfazer os demais critérios, que permaneceram inalterados: estar em funcionamento há, pelo menos, seis anos; ter boa situação econômico-financeira; manter comportamento de normalidade operacional; adotar política de fortalecimento do capital social; não ter restrição ou ressalva junto ao Banco Central do Brasil que desaconselhem o credenciamento; não estar incluída, nem seus administradores e controladores, no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (Cadin); e dispôr de linha telefônica exclusiva para comunicação com a mesa de operações do Departamento de Operações das Reservas Internacionais do Banco Central (Depin). Constitui motivo para descredenciamento a adoção de métodos que contrariem as práticas regulares e saudáveis do mercado, como a tentativa de manipulação de preços.

As principais medidas visando a adaptação do mercado de câmbio ao regime cambial de taxas flutuantes foram adotadas em 1999. Em 2000, foram editadas medidas objetivando, especialmente, a abertura de novas oportunidades de inversão de capital externo nos mercados acionário e financeiro brasileiros e o incentivo à captação de empréstimos externos por residentes. Simultaneamente, foram implementadas sistemáticas direcionadas ao acompanhamento e controle dos fluxos de capitais pelo Banco Central, bem como foram regulamentadas matérias pendentes de normatização e realizados ajustes em regulamentos anteriormente editados.

No primeiro trimestre do ano, o reestabelecimento da confiança dos agentes na recuperação econômica do país e os fluxos cambiais equilibrados, aliados à ausência de pressões significativas do setor externo, refletiram na redução das taxas de câmbio. As cotações do dólar descreveram trajetória descendente no período, oscilando entre mínima de R\$ 1,71 e máxima de R\$ 1,865. Em 24 de março, a moeda foi cotada R\$ 1,7234 por dólar, cotação PTAX de venda, a mais baixa do ano, equivalendo à valorização de 3,7% do real, comparativamente à cotação de 31 de dezembro de 1999.

A partir do segundo trimestre, a conjuntura externa constituiu-se em fonte de pressão sobre a taxa de câmbio, na medida em que a economia norte-americana evidenciava sinais de aquecimento com reflexos inflacionários, gerando incertezas no mercado internacional quanto a novos aumentos das taxas de juros pelo *Federal Reserve* (Fed), o que de fato ocorreu em maio, e os preços do petróleo voltaram a apresentar trajetória crescente, sobretudo a partir de maio. Nesse cenário, o dólar foi cotado a R\$ 1,8083 em 27 de abril, desvalorização nominal de 3,5% do real em relação à cotação do final de março, quando atingira R\$ 1,7473. Novos aumentos dos preços do petróleo voltaram a pressionar a taxa de câmbio, elevando-a para R\$ 1,8537 em 23 de maio, desvalorização de 6,1% em relação à taxa de março e de 3,6% em relação à de 1999. As cotações se mantiveram estáveis até o final de julho, crescendo a partir

de agosto, com maior intensidade ao final do mês, quando os preços do petróleo apresentaram oscilações expressivas, em função de conflitos no Oriente Médio. O barril de petróleo tipo *brent*, no mercado *spot*, foi cotado a US\$ 37,73 em 7 de setembro, a maior cotação do ano, incremento de 51,3% comparativamente a 31 de dezembro de 1999.

Embora as taxas de juros norte-americanas tenham-se estabilizado em 6,5% desde maio, persistiram as incertezas quanto ao comportamento da economia dos Estados Unidos nos últimos meses do ano. O recrudesimento dos conflitos no Oriente Médio provocou amplas oscilações nos preços do petróleo, com tendência à alta. Não obstante, as cotações declinaram a partir do segundo decêndio de novembro, até fechar o ano em US\$ 22,54 o barril, redução de 9,6% comparativamente ao final do ano anterior. A instabilidade política e econômica da Argentina também contribuiu para a deterioração do cenário externo no período, cujo reflexo foi o crescimento das taxas de câmbio. Em 4 de dezembro, a moeda norte-americana atingiu a maior cotação do ano, R\$ 1,9847 por dólar, representando desvalorização nominal de 10,9% do real.

No que se refere às medidas adotadas pelo governo brasileiro com vistas a adequar o fluxo de capitais externos, assinala-se a autorização concedida a investidores estrangeiros para realizar investimentos, nos mercados de capitais e financeiro, em modalidades anteriormente limitadas a residentes. Essas alterações foram promovidas, basicamente, por meio de duas resoluções editadas em janeiro. A Resolução nº 2.687, de 26.1.2000, permitiu a realização de operações em bolsa de mercadorias e futuros, com contratos a termo e de opções, referenciados em produtos agropecuários. Até a edição do normativo, o investidor estrangeiro podia realizar apenas operações relativas a contratos futuros, conforme a Resolução nº 2.622, de 29.7.1999. A Resolução nº 2.687 também ratificou as disposições anteriores, mantendo a vedação à realização de operações com rendimentos prefixados, exceto por autorização expressa do Banco Central. As normas cadastrais válidas aos investidores residentes foram aplicadas aos não-residentes, sendo obrigatório o registro do investimento no Banco Central.

Adicionalmente, a Resolução nº 2.689, de 26.1.2000, equiparou o investidor estrangeiro ao investidor residente, ao autorizar a realização de investimentos no mercado financeiro e de capital nas modalidades permitidas aos residentes. Para isso, o investidor externo deve constituir representante no país, preencher formulário instituído pelo Banco Central e efetivar registro na CVM. Não sendo o representante pessoa física ou jurídica não-financeira, é necessário indicar instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, que será coobrigada ao cumprimento das obrigações a ele atribuídas. O investimento deve ser registrado, custodiado ou mantido em conta de depósito em instituição prestadora desse tipo de serviço, reconhecida pelo Banco Central ou CVM, devendo, além disso, ser inscrito em sistemas de registro, liquidação ou custódia igualmente reconhecidos. Os registros dos investimentos

realizados devem ser fornecidos ao Banco Central e à CVM pelas entidades depositárias e prestadoras de serviços de custódia e de registro. As aquisições ou alienações devem ser conduzidas em mercados apropriados, regulamentados pela CVM, o que não se aplica às hipóteses de subscrição, bonificação, conversão de debêntures em ações, índices referenciados em valores mobiliários, aquisição e alienação de cotas de fundos abertos de investimento em títulos e valores mobiliários e, finalmente, nos casos de fechamento de capital, cancelamento ou suspensão de negociação, sob prévia autorização da CVM. Os não-residentes estão impedidos de transferir ou ceder titularidade no exterior, estando sujeitos à essa vedação os casos, no país, não enquadráveis no normativo, excluindo-se as transferências resultantes de alterações societárias no exterior e de sucessão hereditária, conforme regulamentação do Banco Central e CVM.

Todas as movimentações com o exterior ao amparo da Resolução nº 2.689 devem ser objeto de contratação de câmbio. Conforme Resolução nº 2.786, de 18.10.2000, os contratos de câmbio podem ser realizados diretamente pela CBLC.

Além da nova sistemática prevista, a Resolução nº 2.689 autorizou a realização de novos investimentos apenas na modalidade regulamentada pelo anexo III à Resolução nº 1.289, de 1987, ou nas formas expressamente aprovadas pelo Banco Central e CVM. O prazo para adaptação da modalidade regida pelo anexo IV à Resolução nº 1.289/1987 expirou em 30.9.2000, conforme Resolução nº 2.742, de 28.6.2000. Na transferência para a nova sistemática, foi exigida a manutenção das posições detidas pelo investidor não-residente em estrita conformidade com as posições da respectiva conta de custódia, sujeitando-se a aplicação de penalidades, em caso de descumprimento.

A partir de 31.3.2000, foram vedadas a emissão e a colocação de cotas de Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro (Resolução nº 2.034, de 17.12.1993), de ações de Sociedades de Investimento - Capital Estrangeiro (Anexo I da Resolução nº 1.289, de 1987) e de cotas de Fundos de Investimento - Capital Estrangeiro (Anexo II da Resolução nº 1.289, de 1987). A fim de conformar-se à nova sistemática, permitiu-se aos Fundos de Renda Fixa a transformação ou incorporação a fundos de investimento financeiro, às Sociedades de Investimento, transformação ou incorporação em fundos ou sociedades de investimentos em títulos e valores mobiliários, e aos Fundos de Investimentos foi autorizada a transformação ou incorporação a fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários. Em todos os casos, obrigou-se a avaliação dos valores a preços de mercado. Outra alternativa foi a possibilidade de liquidação desses fundos e sociedades, observando-se a regulamentação em vigor. Adicionalmente, permitiu-se que os investimentos regidos pelo Anexo V à Resolução nº 1.289, de 1987, fossem transferidos para a nova sistemática ou vice-versa, sob observância das condições estabelecidas pelo Banco Central e CVM.

As condições para o registro e as aplicações regidas pela Resolução nº 2.689 foram estabelecidas pela Circular nº 2.963, de 26.1.2000. Determinou-se, para o registro, a forma declaratória e por meio eletrônico, que se constituiu em pré-requisito, juntamente com suas atualizações, para movimentações com o exterior. O normativo também definiu a forma de prestação de informações sobre os investimentos, assim como orientou a transferência, para a nova sistemática, dos investimentos regidos pelos Anexos I, II e IV à Resolução nº 1.289, de 1987.

A regulamentação das contas em moeda estrangeira ocorreu também no primeiro trimestre do ano. A Resolução nº 2.694, de 24.2.2000, autorizou a abertura e manutenção de contas em moeda estrangeira, em bancos autorizados a operar em câmbio no país, por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro. Essas entidades devem ser titulares dessas contas, a fim de que possam atuar como intervenientes em contratos de seguro ou resseguro em moeda estrangeira. Em se tratando de sociedade seguradora, ressegurador local e ressegurador admitido, as movimentações estão limitadas a recebimentos e pagamentos de prêmios e de indenizações, de contratos de seguros e resseguros celebrados em moeda estrangeira e valores relacionados a tais contratos, de rendimentos da aplicação dos saldos existentes, sendo que, no caso de ressegurador admitido, também o acolhimento de depósito de recursos para a manutenção de saldo mínimo na conta, cujo saque só pode ser efetivado após liberação do vínculo pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). No caso de corretora de resseguros, a movimentação das contas está limitada ao trânsito de pagamentos de prêmios e indenizações de resseguros relacionados a contratos celebrados em moeda estrangeira e demais valores vinculados. As transferências financeiras do exterior e para o exterior que se enquadrem nas movimentações previstas devem ser realizadas mediante contratação e liquidação de câmbio, exceto quando se tratar de rendimento de aplicação de saldos existentes. Os valores registrados nas contas em moeda estrangeira podem ser livremente convertidos em reais, exceto aqueles relativos às aplicações de recursos garantidores das provisões técnicas, com vedação expressa em regulamento. As disposições referentes à aplicação desses recursos foram estabelecidas pela Resolução nº 2.695, de 24.2.2000, que tratou também das aplicações dos recursos exigidos no país para a garantia das obrigações de ressegurador admitido.

A Circular nº 2.971, de 17.3.2000, regulamentou a Resolução nº 2.644, de 10.9.1999, que trata das contas em moeda estrangeira de empresas encarregadas da implementação e do desenvolvimento de projetos relacionados à prospecção, produção, exploração, processamento e transporte de petróleo e de gás natural e com a geração e transmissão de energia elétrica, as Resoluções nº 2.694 e nº 2.695, de 24.2.2000, e divulgou o regulamento das contas em moedas estrangeiras no país.

Em complemento, a Carta-Circular nº 2.917, de 13.6.2000, alterou o regulamento das contas de empresas encarregadas da implementação e desenvolvimento de projetos

do setor energético, autorizando a abertura de conta para as empresas que possuam delegação, mediante concessão, autorização ou permissão, das agências que operam nos respectivos setores. Anteriormente, a abertura dessas contas era permitida às empresas que possuíssem delegação por concessão.

As normas relacionadas à captação de empréstimos externos foram significativamente alteradas, a fim de incentivar a realização de novas captações. A Carta-Circular nº 2.905, de 24.3.2000, extinguiu a exigência de prazo mínimo para operações de empréstimos externos, conforme previsto na Resolução nº 2.683, de 29.12.1999, em vigor a partir de 3.1.2000. Posteriormente, a Resolução nº 2.770, de 30.8.2000, alterou e consolidou as normas disciplinadoras das operações de empréstimos externos, extinguindo as captações sob a forma da Resolução nº 63 e sob o Comunicado Firce nº 10. A obrigatoriedade de prévia e expressa manifestação do Banco Central para contratação de empréstimos e pagamento de comissões e despesas simultâneas ao ingresso foi suspensa, exceto quando se tratar de tomadores do setor público - União, estados, Distrito Federal, municípios, suas autarquias, fundações e empresas, inclusive suas controladas. Nessa hipótese, a operação deverá ser previamente credenciada, com a descrição de condições financeiras do empréstimo e prazos, em conformidade com as disposições legais e regulamentação em vigor.

As operações de empréstimos devem ser registradas no Banco Central e dependem de sua aprovação, alterações nos registros, renovações e prorrogações. As instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil foram autorizadas a captar recursos no exterior para livre aplicação no mercado doméstico, bem como a realizar repasses interfinanceiros a instituições assemelhadas. Adicionalmente, às instituições financeiras foi permitido o repasse de recursos às pessoas físicas e pessoas jurídicas não-financeiras. Essas determinações foram aplicadas às captações realizadas antes da entrada em vigor do normativo.

A Circular nº 3.003, de 30.8.2000, definiu os critérios para as operações de empréstimos externos. Nesse sentido, a contratação de câmbio de ingresso está subordinada à apresentação do pedido de registro pelo tomador, sendo a validade do registro de 120 dias após o vencimento da parcela. Para captação de empréstimo via lançamento de título, por tomador do setor público, a operação, credenciada no Banco Central, deverá atender os procedimentos: comunicação ao Banco Central da intenção de ir ao mercado; manifestação favorável preliminar e definitiva, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; consulta a agentes de mercado; e apresentação das condições financeiras das ofertas recebidas bem como dos critérios de escolha. O número da carta credencial fornecida pelo Banco Central deverá constar no contrato de câmbio do ingresso de recursos. Os registros de câmbio ou de movimentação de moeda nacional referentes às movimentações financeiras com o exterior, independente da natureza do tomador, devem conter o número do registro emitido pelo Banco Central. A Carta-Circular nº 2.934, de 1.9.2000, divulgou os

ajustes no regulamento sobre contratos de câmbio decorrentes das alterações nas normas referentes à captação de empréstimos.

Com a edição da Resolução nº 2.716, de 13.4.2000, foi permitido, às entidades fechadas de previdência privada, a inversão de até 10% de seus recursos em Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários (*Brazilian Depositary Receipts* - BDR) lastreados em ações de companhias abertas, ou assemelhadas às companhias abertas no país, com sede no exterior, cuja distribuição tenha sido autorizada pela CVM.

As instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil foram autorizadas, por meio da Resolução nº 2.721, de 24.4.2000, a realizar repasses interfinanceiros de recursos captados no exterior a instituições e sociedades da mesma natureza, sendo admitida a contratação de tais operações com cláusula de variação cambial. O normativo foi revogado pela Resolução nº 2.770, editada no final de agosto.

A Resolução nº 2.763, de 9.8.2000, promoveu alterações no regulamento relativo a investimentos brasileiros no exterior sob o mecanismo de BDR, tornando-o compatível à equiparação do investidor não-residente ao investidor residente, estabelecida pela Resolução nº 2.689. Em relação à regulamentação anterior (Resolução nº 2.318, de 26.9.1996), a Resolução nº 2.763 desobrigou a venda e repatriação de recursos nos casos de cancelamento de certificados adquiridos por investidor não-residente, obrigando-o, no entanto, ao registro da operação nos sistemas próprios do Banco Central. Além disso, foi permitido que os direitos obtidos em espécie pelo investidor brasileiro fossem reaplicados no exterior, desde que na subscrição ou aquisição dos valores mobiliários geradores desses direitos.

As condições de registro dos investimentos em BDR foram definidas pela Circular nº 2.996, de 9.8.2000. Previamente à solicitação de registro, a instituição depositária/emissora deve prestar informações cadastrais a respeito de si mesma, da instituição custodiante e da empresa emissora dos valores mobiliários, em transações apropriadas no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen). As movimentações financeiras devem ser conduzidas no segmento livre do mercado de câmbio, e o banco interveniente deve receber e manter em arquivo os documentos necessários ao fechamento de câmbio, assim definidos pelo Banco Central. Mensalmente, a instituição depositária deverá enviar ao Banco Central demonstrativo de movimentação de recursos, e manter em arquivo a documentação relativa aos investimentos em BDR.

Outra medida ampliando as possibilidades de realização de investimentos brasileiros no exterior foi a Circular nº 3.013, de 23.11.2000, que permitiu a funcionários de empresas brasileiras pertencentes a grupos econômicos estrangeiros a aquisição,

no exterior, de valores mobiliários e de cotas de fundo de investimento em ações da matriz estrangeira, sob programas lançados exclusivamente para funcionários. Esse normativo ampliou a permissão concedida pela Circular nº 2.794, de 17.12.1997, que previa apenas a aquisição de ações da empresa matriz.

Em relação à sistemática anterior, foram aperfeiçoadas as condições de acompanhamento e controle pelo Banco Central. Dessa forma, impôs-se ao banco credenciado o fornecimento de informações cadastrais da empresa brasileira e da matriz estrangeira envolvidas no Programa em transações específicas no Sisbacen. Tornou-se necessária a autorização prévia e expressa do Banco Central no caso de programas cuja estruturação implique contratação de empréstimo diretamente no exterior, constituição de poupança fora do país ou realização de operações correspondentes. Para tanto, deve ser remetido ao Banco Central, com antecedência mínima de 30 dias da data limite para adesão ao programa, pedido específico com caracterização completa da operação, acompanhado da mesma documentação exigida para realização de remessas e liquidação das respectivas operações de câmbio.

As demais disposições permaneceram válidas: comunicação ao Banco Central das características do investimento pretendido, limitado a US\$ 20.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, por funcionário de cada empresa e por período não inferior a 12 meses, sendo necessária apreciação do Banco Central em caso de valores superiores ao limite estabelecido; registro, acompanhamento e controle dos investimentos pelo Banco Central; apresentação de documentos especificados na norma para realização de remessas e liquidação de contrato de câmbio, assim como prova da quitação de tributos ou isenção; comprovação de aplicação dos recursos até 90 dias após cada transferência ao exterior, bem como o encaminhamento de demonstrativos anuais, com informações da posição de investimento por funcionário, montante de dividendos pagos em dinheiro e/ou ações, participantes e valores incorporados ou participantes excluídos e ocorrências relevantes que afetem o valor dos investimentos. A alienação dos valores mobiliários adquiridos pode ser realizada exclusivamente ao exterior e o produto da venda deve ser imediatamente repatriado. Em caso de desligamento do funcionário, deve ser efetivada a baixa do investimento no exterior e a repatriação dos recursos remetidos. Todas as operações devem ser cursadas no segmento flutuante do mercado de câmbio.

Em relação ao acompanhamento e controle de fluxos de capitais e investimentos, além de estabelecer as condições de registro de aplicações de investidor não-residente sob a Resolução nº 2.689 (Circular nº 2.963, de 26.1.2000) e de investimentos em BDR (Circular nº 2.996, de 9.8.2000), o Banco Central editou outros normativos sobre o assunto. Pela Circular nº 2.975, de 29.3.2000, foi instituído o regulamento relativo ao registro declaratório eletrônico de recursos de não-residentes ingressados no país e aplicados nos mercados financeiros e de capitais - Módulo RDE-Portfólio.

Com a Circular nº 2.997, de 15.8.2000, foi instituído e regulamentado o registro declaratório eletrônico de investimentos externos diretos - Módulo RDE-IED.

As possibilidades de obtenção de crédito no exterior pela Petrobras foram ampliadas pela Resolução nº 2.790, de 30.11.2000, que excluiu a empresa da restrição à obtenção de crédito externo, aplicável ao setor público, somente para o refinanciamento de obrigações financeiras próprias preexistentes.

A Circular nº 3.015, de 6.12.2000, limitou os pagamentos por vale postal, tanto o emissivo quanto o receptivo, a US\$ 3.000,00 por operação e estendeu a sistemática às pessoas jurídicas. A sistemática foi autorizada para novas operações, como o pagamento de despesas com reparos, consertos e acondicionamento de peças e máquinas no exterior. Permaneceram os pagamentos a título de manutenção de pessoa física no exterior, aquisição de programa de computador para uso próprio, contribuições e pensões, aquisição de medicamentos para uso próprio e compromissos diversos, como aluguel de veículos, multas de trânsito e reserva de hotéis, dentre outros. Permitiu-se o pagamento de exportações brasileiras por vale postal ou reembolso postal, até o limite de US\$ 10.000,00 por operação. Foi dispensada prévia autorização do Banco Central para realização de operações de câmbio da ECT pela rede bancária.

Por fim, vale registrar a MP nº 2.062-60, Diário Oficial da União (DOU) nº 231, de 12.12.2000, tendo em vista possíveis impactos no fluxo de serviços. Por meio dela foi aumentada, de 15% para 25%, a alíquota do imposto de renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de *royalties*, de qualquer natureza, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1.1.2001. A alíquota voltará para 15% caso seja criada nova contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre aquelas mesmas importâncias.

### **Movimento de câmbio**

O movimento de câmbio, em 2000, foi caracterizado pelo crescimento dos fluxos em relação a 1999. O volume de operações nos segmentos livre e flutuante totalizou US\$ 290 bilhões, superior em 6,6% ao relativo ao ano precedente, registrando-se reversão do déficit de US\$ 6 bilhões, observado em 1999, para superávit de US\$ 11,9 bilhões. No que se refere ao giro global do segmento livre, compreendendo exportações mais importações e compras mais vendas, registrou-se expansão de 31,2% no movimento de comércio e retração de 4,7% no financeiro. Do lado das receitas, houve crescimento de 12,8%, e do lado das despesas, queda de 1,6%.

As contratações de câmbio de exportação cresceram 24,2%, refletindo o crescimento das vendas externas, expresso no aumento de 14,7% no volume de

embarque. A diferença negativa entre contratação de câmbio e embarque declinou, passando de US\$ 6,4 bilhões, em 1999, para US\$ 3,4 bilhões em 2000, o mesmo nível de 1998.

Quanto às importações, houve expansão nas contratações de câmbio e nos desembarques, respectivamente, 40% e 13,4%. Esse desempenho reflete a retomada do nível de atividade econômica, demandando o aumento das compras ao exterior. O aumento das contratações de importação superou o das exportações, resultando no decréscimo do saldo comercial cambial, que se situou em US\$ 5,6 bilhões, comparativamente a US\$ 8,7 bilhões em 1999.

#### Quadro 5.1 - Movimento de câmbio - segmento de taxas livres

US\$ milhões

Período	Comercial			Financeiro			Saldo Global
	Exportações	Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	
1997	55 887	58 545	-2 658	102 820	83 090	19 730	17 071
1998	47 735	43 903	3 833	121 504	108 032	13 472	17 305
1999	41 641	32 905	8 736	87 012	100 788	-13 776	-5 040
2000	51 699	46 070	5 628	93 394	85 515	7 878	13 506
Jan	3 318	3 224	94	7 569	6 017	1 551	1 645
Fev	3 226	3 070	156	6 654	5 777	877	1 033
Mar	4 045	3 833	213	6 601	7 114	- 513	- 301
Abr	4 864	2 947	1 917	4 629	6 603	-1 974	- 56
Mai	4 667	3 558	1 109	6 405	6 270	134	1 243
Jun	4 397	3 771	625	9 428	8 158	1 270	1 896
Jul	3 994	4 613	- 619	11 170	9 149	2 022	1 403
Ago	4 827	4 587	240	10 460	8 531	1 929	2 169
Set	4 464	4 046	418	6 405	6 136	269	687
Out	4 962	4 408	554	6 110	6 842	- 732	- 178
Nov	4 644	3 985	659	9 809	6 065	3 744	4 403
Dez	4 290	4 028	262	8 154	8 854	- 700	- 438

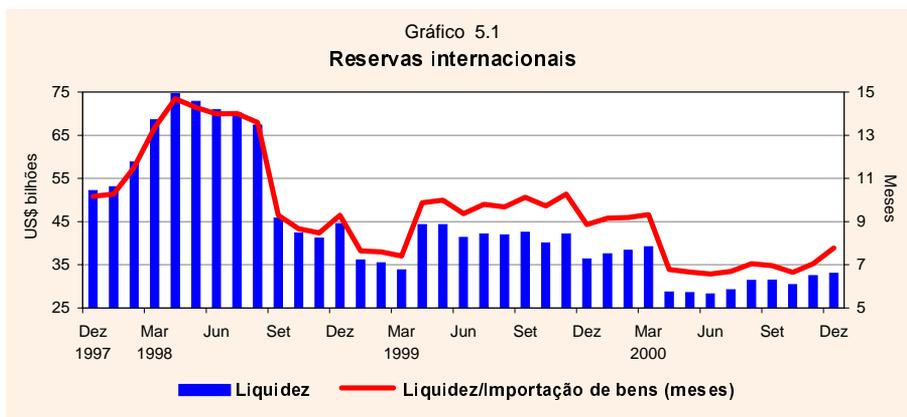
O desempenho do segmento financeiro apresentou expressiva melhora em 2000, representada pelo superávit de US\$ 7,9 bilhões, ante déficit de US\$ 13,8 bilhões no ano precedente. Esse resultado foi determinado pelo decréscimo de 15,2% nas vendas financeiras, que se situaram em patamar próximo às de 1997, ano imediatamente anterior à crise nos mercados emergentes, evidenciando a regularização das remessas após a mudança do regime cambial em 1999, assim como pela expansão de 7,3% nas compras financeiras.

Quanto ao segmento flutuante, registrou-se expansão no déficit, de US\$ 941 milhões, em 1999, para US\$ 1,6 bilhão, consequência do crescimento dos investimentos brasileiros no exterior.

### Reservas internacionais

Em 2000, os pagamentos de principal e juros no âmbito do programa de assistência financeira, coordenado pelo FMI, foram os principais responsáveis pelo declínio das reservas internacionais. As reservas cresceram até março, atingindo US\$ 39,2 bilhões, conceito liquidez internacional, ante posição de US\$ 36,3 bilhões em dezembro de 1999, devido, sobretudo, às operações com bônus, que proporcionaram receita de US\$ 1,8 bilhão no período. Deve ser ressaltado que, em janeiro, o Banco Central recomprou US\$ 1,3 bilhão ao mercado, montante vendido em dezembro de 1999 com o objetivo de garantir liquidez de divisas na passagem do ano.

Em abril, foram pagos US\$ 10,5 bilhões referentes à liquidação dos créditos concedidos pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) e Banco do Japão (BoJ) e ao pagamento de principal ao FMI, determinando o decréscimo das reservas para US\$ 28,7 bilhões, nível que se manteve estável até julho. Em agosto, a receita de US\$ 2,6 bilhões relativa à compra de divisas resultantes da venda de *American Depositary Receipts* (ADR) da Petrobras contribuiu para que as reservas atingissem US\$ 31,4 bilhões, enquanto os pagamentos da dívida externa pelo governo central, em outubro, responderam pela retração nas reservas, que se situaram em US\$ 30,4 bilhões no mês. Com a absorção de parte dos recursos provenientes da privatização do Banespa, as reservas atingiram US\$ 32,5 bilhões em novembro. Da mesma forma que no ano precedente, o Banco Central vendeu divisas ao mercado em dezembro, com recompra definida para janeiro de 2001, tendo em vista o suprimento de liquidez na passagem do ano.



Assim, em dezembro de 2000, as reservas internacionais perfizeram US\$ 32,9 bilhões no conceito caixa e US\$ 33 bilhões no conceito liquidez internacional, decréscimos de US\$ 2,6 bilhões e US\$ 3,3 bilhões comparativamente a 1999. Essa evolução revela o resultado líquido das intervenções do Banco Central no mercado doméstico de câmbio, responsáveis por aumento de US\$ 2,3 bilhões nas reservas internacionais, e das operações com o setor externo, que as reduziram em US\$ 4,9 bilhões. Assinale-

se que, no decorrer do ano, as metas relativas ao piso de reservas líquidas foram plenamente cumpridas.

#### Quadro 5.2 - Metas de reservas internacionais - 2000 (acordo com FMI)

US\$ milhões

Período	Reservas Líquidas Ajustadas <sup>1/</sup>	
	Piso	Ocorrido
Jan	18 950	25 259
Fev	19 750	26 097
Mar	21 350	27 088
Abr	21 800	27 144
Mai	23 700	26 898
Jun	23 750	26 070
Jul	25 000	27 382
Ago	25 000	29 923
Set	25 000	30 139
Out	25 000	29 572
Nov	25 000	31 071
Dez	25 000	31 155

1/ Terceira, quarta e quinta versões do acordo.

### Balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos de 2000 apresentou menores usos de recursos externos. O déficit em transações correntes manteve-se estável e houve queda no pagamento do serviço da dívida externa, com reversão do fluxo líquido de capitais estrangeiros de médio e longo prazos, de amortizações líquidas de US\$ 4,9 bilhões, em 1999, para entradas líquidas de US\$ 7,8 bilhões em 2000, além da redução de US\$ 2,1 bilhões nas saídas líquidas de capitais de curto prazo. Os investimentos estrangeiros diretos líquidos alcançaram US\$ 30,6 bilhões, maior valor já registrado, possibilitando melhora da necessidade de financiamento externo, para 1,01% do PIB.

### Balança comercial

A corrente de comércio externo do país expandiu-se 14%, passando de US\$ 97,3 bilhões, em 1999, para US\$ 110,9 bilhões, valor recorde, com volume de US\$ 55,1 bilhões de exportações, também recorde, e de US\$ 55,8 bilhões de importações, gerando déficit de US\$ 698 milhões no ano.

O resultado da balança comercial refletiu a elevação dos preços de petróleo e o aumento da importação de matérias-primas e produtos intermediários, em função do

**Quadro 5.3 - Balanço de pagamentos**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial - FOB	- 638	- 623	-1 260	786	-1 484	- 698
Exportações	22 451	25 560	48 011	26 153	28 933	55 086
Importações	23 089	26 183	49 272	25 367	30 416	55 783
Serviços (líquido)	-12 877	-12 951	-25 829	-12 906	-12 801	-25 706
Juros	-7 750	-7 487	-15 237	-7 681	-7 407	-15 088
Outros serviços <sup>1/</sup>	-5 127	-5 465	-10 592	-5 224	-5 394	-10 618
Transferências unilaterais	1 090	937	2 027	885	912	1 796
Transações correntes	-12 425	-12 637	-25 062	-11 235	-13 373	-24 608
Capital	1 898	12 267	14 165	13 659	16 555	30 215
Investimento (líquido) <sup>2/</sup>	13 860	16 183	30 042	13 197	16 362	29 559
Empréstimos e fin. a médio e longo prazos	-6 731	1 875	-4 856	3 381	4 422	7 803
Desembolsos	21 575	22 689	44 264	17 856	24 637	42 494
Financiamentos	8 206	7 741	15 948	6 578	4 717	11 295
Estrangeiros	8 613	8 077	16 690	6 708	5 026	11 734
Brasileiros	- 406	- 336	- 742	- 130	- 309	- 439
Empréstimos	13 368	14 948	28 316	11 278	19 921	31 199
Bancos	1 220	1 515	2 735	1 985	3 997	5 982
Demais <sup>3/</sup>	12 149	13 433	25 581	9 293	15 924	25 217
Amortizações	-28 306	-20 814	-49 120	-14 475	-20 215	-34 690
Pagas	-27 113	-17 811	-44 924	-13 770	-14 399	-28 169
Refinanciadas	-1 193	-3 003	-4 196	- 705	-5 816	-6 521
Capitais a curto prazo	-3 942	-4 511	-8 452	-2 726	-3 659	-6 384
Outros capitais	-1 288	-1 280	-2 569	- 193	- 570	- 764
Erros e omissões	- 809	967	157	128	2 326	2 454
Superávit (+) ou déficit (-)	-11 336	596	-10 740	2 553	5 508	8 061
Financiamento	11 336	- 596	10 740	-2 553	-5 508	-8 061
Haveres (- = aumento)	2 915	4 907	7 822	7 770	-5 508	2 262
Obrigações - FMI	- 11	0	- 11	0	0	0
Obrigações de curto prazo	- 37	0	- 37	0	0	0
Atrasados	0	0	0	0	0	0
Outras	- 37	0	- 37	0	0	0
Operações de regularização	8 469	-5 503	2 966	-10 323	0	-10 323

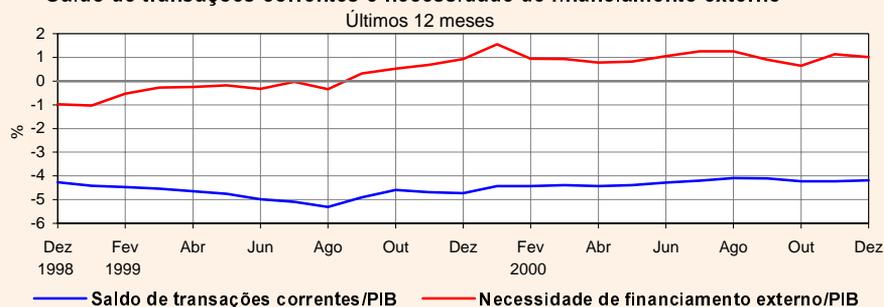
1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Inclui reinvestimentos. Exclui empréstimos intercompanhias.

3/ Inclui bônus, *commercial paper*, *fixed/floating rate notes*, securitização e empréstimos intercompanhia.

Em 1999, inclui US\$ 3 bilhões de troca de dívida (bônus).

Gráfico 5.2

Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo<sup>1/</sup>

## Quadro 5.4 - Balança comercial - FOB

US\$ milhões

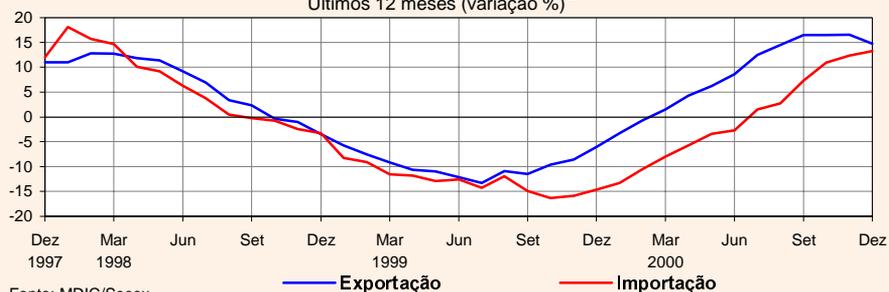
Ano	Exportação	Importação	Saldo
1999	48 011	49 272	-1 260
2000	55 086	55 801	- 715
Variação %	14,7	13,3	

Fonte: MDIC/Secex

elevado crescimento da indústria no ano. As importações totais cresceram 13,2%, com expansões de 13% no *quantum* e de 0,3% nos preços. Contudo, mesmo sem gerar superávit, o desempenho das exportações também foi significativo, com expansão de 11% no *quantum* e de 3,3% nos preços, conduzindo ao incremento de 14,7% no valor.

Gráfico 5.3

## Exportação e importação - FOB

Últimos 12 meses (variação %)<sup>1/</sup>

Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

As exportações foram favorecidas pela intensidade do crescimento do comércio mundial, o maior em mais de uma década, cujo volume expandiu-se 10% em 2000, ante 5,1% em 1999 e 4,3% em 1998, conforme estatísticas da OCDE. Assinale-se o ganho de competitividade proporcionado pela modernização do parque industrial do país, favorecida pela abertura comercial da década de 1990.

A desvalorização da taxa de câmbio constituiu-se em determinante adicional para o ganho de competitividade das vendas externas, o que pode ser visualizado pelo comportamento da rentabilidade das exportações nos últimos anos, especialmente no início de 1999.



#### Quadro 5.5 - Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	1999		2000	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-12,8	7,7	3,3	11,0
Básicos	-16,1	8,7	-2,1	8,5
Semimanufaturados	-15,8	16,8	14,4	-6,9
Manufaturados	-10,8	4,3	1,7	17,1

Fonte: Funcex

No que se refere às importações, o crescimento continuado dos preços do petróleo ao longo do ano, principalmente no segundo semestre, constituiu-se em fator fundamental à sua expansão. Ressalte-se que a perspectiva quanto à elevação dos preços do petróleo, delineada no início do ano, considerava sua estabilização ao nível da média da faixa de preços consensuada entre os membros da Opep, de US\$ 25/barril e US\$ 28/barril, ou até mesmo próxima ao seu piso. Contudo, a restrição de oferta pelos países membros da Opep, a elevação da demanda, para recompor estoques debilitados nos países desenvolvidos, e, ainda, os efeitos decorrentes das

projeções de inverno rigoroso nos países do hemisfério norte e da crise no Oriente Médio, impulsionaram sua cotação, que atingiu, no caso do petróleo *brent*, o máximo de US\$ 37,73/barril em setembro, com a média do segundo semestre situando-se em torno de US\$ 30/barril, e a média anual, em torno de US\$ 28/barril, próximo ao teto da faixa da Opep.

O impacto da elevação dos preços do petróleo sobre a balança comercial pode ser avaliado pela comparação da variação do saldo da balança comercial total com o saldo excluindo exportações e importações de óleos e combustíveis. No primeiro caso, as exportações totais cresceram 14,7%, e as importações, 13,2%, determinando redução no déficit comercial de US\$ 1,3 bilhão, em 1999, para US\$ 698 milhões em 2000. Com a exclusão de óleos e lubrificantes, as exportações expandiram-se 13,8%, e as importações, 8,3%, implicando elevação do superávit comercial de US\$ 3,8 bilhões, em 1999, para US\$ 6,7 bilhões em 2000. Analisando o impacto por outro ângulo, verificou-se que os gastos líquidos com aquisição de óleos e combustíveis, aos preços correntes, atingiram US\$ 7,4 bilhões em 2000, cifra que se reduziria a US\$ 5,2 bilhões aos preços médios do período 1997-1999, queda de aproximadamente 30%.

#### Quadro 5.6 - Exportação e importação de petróleo e derivados

US\$ milhões

Discriminação	A preços correntes	Simulado	
		A preços de 1999	A preços de 1997-1999
Exportação	908	492	530
Importação	8 303	5 404	5 728
Saldo	-7 394	-4 912	-5 198

Fonte: MDIC/Secex

Outros fatores de ordem estrutural a afetar o comércio externo em 2000 foram o aumento da importação de matérias-primas e produtos intermediários e o atingimento de níveis elevados de utilização da capacidade de produção em algumas indústrias.

A elevação da demanda por matérias-primas e produtos intermediários esteve associada, em grande medida, ao crescimento industrial de 2000, que, por sua vez, foi dinamizado pelo crescimento das exportações de produtos manufaturados de maior valor agregado, como automóveis de passageiros e aviões. Assim, dado que tais produtos contam com grande parcela de componentes importados, formou-se um ciclo de crescimento da corrente de comércio. Adicionalmente, outros produtos intermediários, de indústrias que operam muito próximas da plena capacidade instalada, como as de papel e papelão, borracha e siderurgia, também apresentaram crescimento de importações.

Assim, o saldo comercial, que vinha apresentando evolução positiva no primeiro semestre do ano, ainda que abaixo do esperado, passou a apresentar resultados negativos. Os termos de troca, que vinham melhorando desde meados de 1999 até o terceiro trimestre de 2000, reverteram a tendência no último trimestre, tanto pela desaceleração da recuperação dos preços dos produtos exportados quanto pela elevação dos preços dos produtos importados, principalmente pela permanência das altas cotações do petróleo.



A análise da exportação por fator agregado revelou que o aumento de 11% do *quantum*, em 2000, deveu-se ao aumento da quantidade exportada de produtos básicos, 8,5%, e, principalmente, de manufaturados, 17,1%. Os produtos semimanufaturados apresentaram retração de 6,9% na quantidade exportada. Quanto aos preços das exportações, a alta de 14,4%, registrada nos semimanufaturados, e a de 1,7%, nos preços dos produtos manufaturados, neutralizou a redução de 2,1% dos preços dos básicos, determinando o aumento global de 3,3% nos preços das exportações.

#### Quadro 5.7 - Exportação por fator agregado - FOB

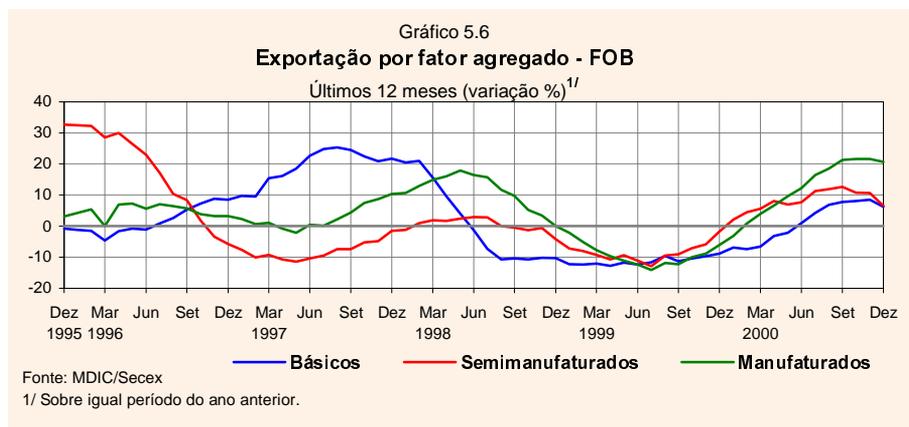
US\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Total	47 747	52 994	51 140	48 011	55 086
Produtos básicos	11 900	14 475	12 977	11 828	12 562
Produtos industrializados	35 025	37 676	37 507	35 312	41 027
Semimanufaturados	8 615	8 480	8 120	7 982	8 499
Manufaturados	26 410	29 196	29 387	27 330	32 528
Operações especiais	822	844	656	872	1 497

Fonte: MDIC/Secex

O crescimento de 6,2% das exportações de produtos básicos, que atingiram US\$ 12,6 bilhões em 2000, embora calcado na expansão da quantidade exportada de alguns dos principais produtos da categoria, foi favorecido pela desaceleração da queda de preços. A desaceleração não foi maior em razão, principalmente, da acentuada redução nos preços dos diversos tipos de carnes exportadas. Por outro lado, alguns importantes produtos apresentaram alta de preços, sendo a mais significativa a do farelo de soja, que alcançou 22,1%.

As exportações de minério de ferro alcançaram US\$ 3 bilhões, 11% superiores às de 1999, revelando a elevação de 12,2% da quantidade exportada. Entre os produtos da indústria extrativa mineral, assinala-se o crescimento de 20,2% da quantidade exportada de caulim, cuja receita atingiu US\$ 151 milhões, e o de 103% da relativa a minério de manganês, US\$ 46,6 milhões. As vendas externas de minério de alumínio apresentaram retração de 7,7% na quantidade e de 2,2% na receita, que atingiu US\$ 113 milhões, refletindo, em parte, a maior demanda interna.



Dentre os produtos agrícolas, as exportações de soja alcançaram US\$ 2,2 bilhões, com crescimento de 29,2% na quantidade exportada e de 37,3% no valor. Esse crescimento esteve associado ao início de funcionamento de unidades processadoras de soja na China, que passou a importar mais soja em grão, implicando redução de 10,1% na quantidade exportada de farelo, que, refletindo a elevação dos preços do produto, proporcionou receita de US\$ 1,7 bilhão, 9,8% superior à de 1999. As vendas externas de café cru em grão apresentaram queda de 8% nos preços e de 24% na quantidade, com redução de receita em 30,1%, para US\$ 1,7 bilhão. A queda na quantidade deveu-se, em parte, à retenção de 20% das sacas destinadas à venda externa, de acordo com o plano aprovado pelos países produtores para sustentação dos preços internacionais. A baixa dos preços do café deveu-se à ampla oferta, dado o crescimento da produção e da exportação de países como o Vietnã, a Índia e o México. O fumo em folhas também apresentou redução de preço no período, 8,1%, mas a quantidade exportada se manteve, proporcionando receita de US\$ 813 milhões, queda de 8%.

**Quadro 5.8 - Exportação - FOB - principais produtos básicos**

Variação % de 2000 sobre 1999

Produto	Valor	Preço <sup>1/</sup>	Quantidade <sup>2/</sup>
Minérios de ferro e seus concentrados	11,0	-1,1	12,2
Soja mesmo triturada	37,3	6,3	29,2
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	9,8	22,1	-10,1
Café cru em grãos	-30,1	-8,0	-24,0
Fumo em folhas e desperdícios	-8,0	-8,1	0,2
Carne e miúdos de frango	-8,0	-21,8	17,7
Carne de bovino	13,4	-9,4	25,2
Castanha de caju	16,1	-16,7	39,4
Carne de suíno	41,8	-7,8	53,8
Caulim e outras argilas caulínicas	23,0	2,3	20,2
Minérios de alumínio e seus concentrados	-2,2	5,9	-7,7
Camarão congelado	161,3	-4,9	174,8
Carne e miúdos de peru	61,7	-3,4	67,4
Pimenta em grão	-21,0	-24,0	3,9
Peixes	63,3	10,1	48,3
Lagostas congeladas	26,4	6,4	18,7
Tripas e buchos de animais	-2,7	-8,2	6,0
Minérios de manganês e seus concentrados	77,9	-12,2	102,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

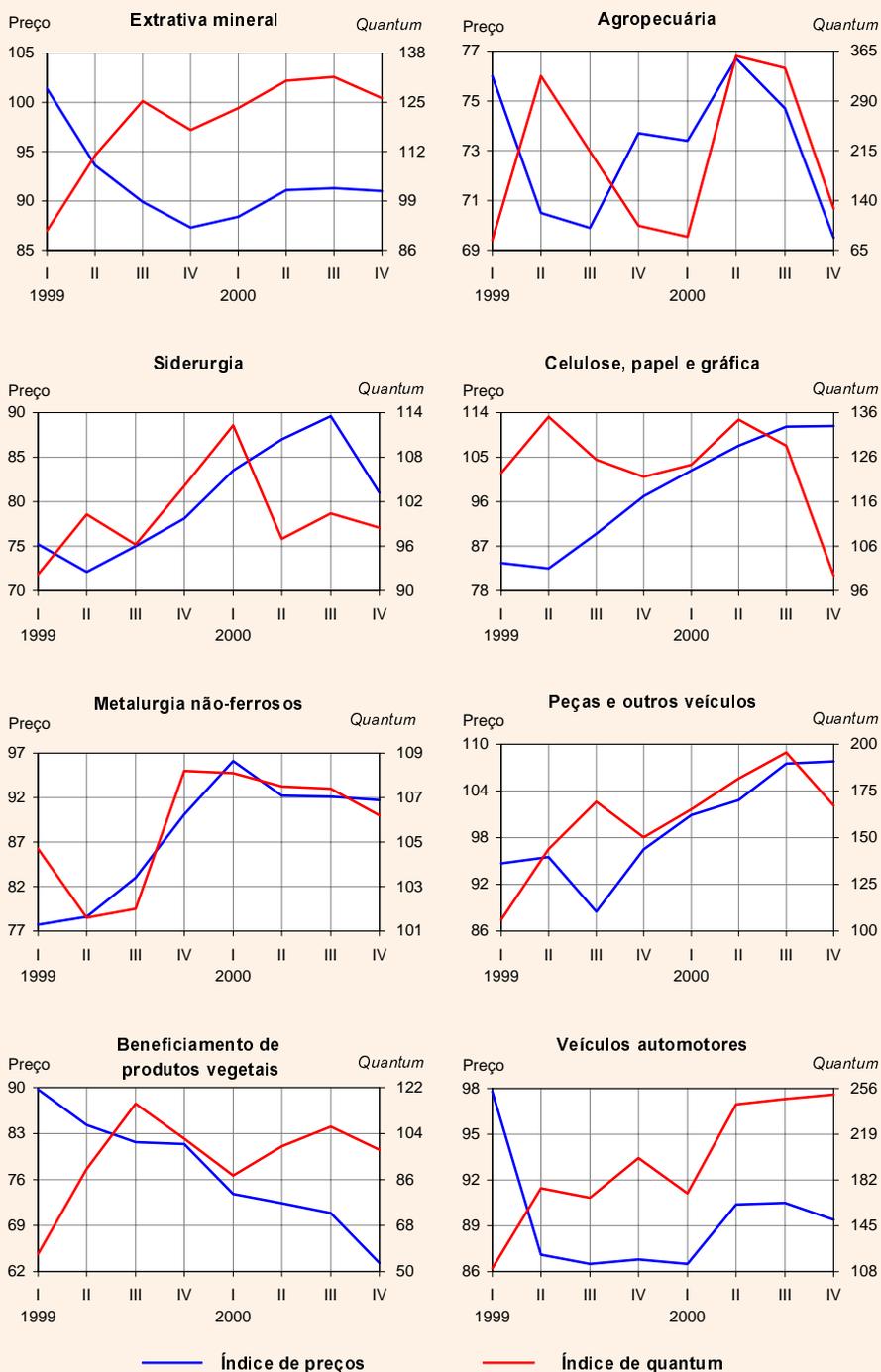
As cotações externas dos principais tipos de carnes exportadas apresentaram-se em declínio, que se constituiu no principal responsável pela lenta recuperação dos preços dos produtos básicos em 2000. Porém, as quantidades exportadas apresentaram alta significativa, proporcionando crescimento de 13,4% da receita nas exportações de carne de bovino, que atingiram US\$ 503 milhões, de 41,8% nas de carne de suíno, US\$ 163 milhões, e de 61,7% nas de carne de peru, US\$ 73,6 milhões. A elevação de 17,7% da quantidade exportada de carne de frango não foi suficiente para compensar a queda de 21,8% nos preços, registrando-se redução de 8% no valor, que somou US\$ 806 milhões.

Assinale-se ainda, entre as exportações de básicos, o crescimento nas receitas associadas a pescados, em função principalmente da quantidade, consolidando a posição do setor na pauta de produtos básicos. Nesse sentido, as vendas externas de camarão congelado expandiram-se 161%, situando-se em US\$ 105 milhões, e as de peixes e lagostas congelados, 63,3% e 26,4%, respectivamente, totalizando US\$ 61,2 milhões e US\$ 50,7 milhões.

As exportações de semimanufaturados atingiram US\$ 8,5 bilhões, expansão de 6,5% no ano, apresentando queda de 6,9% no *quantum* e elevação de 14,4% nos preços.

Gráfico 5.7  
Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras

Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

A redução da quantidade deveu-se, principalmente, a peculiaridades dos mercados de açúcar e de óleo de soja e ao crescimento da demanda interna de alguns produtos.

**Quadro 5.9 - Exportação - FOB - principais produtos semimanufaturados**  
Variação % de 2000 sobre 1999

Produto	Valor	Preço <sup>1/</sup>	Quantidade <sup>2/</sup>
Pastas químicas de madeira (celulose)	28,8	33,1	-3,2
Produtos semimanufaturados, de ferro ou aços	24,1	27,4	-2,6
Alumínio em bruto	9,5	17,2	-6,5
Açúcar de cana, em bruto	-34,5	18,0	-44,5
Couros e peles	27,2	25,9	1,0
Madeira serrada ou fendida	4,5	-8,5	14,1
Ferro-ligas	11,8	-10,8	25,4
Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>	38,4	10,1	25,7
Ouro em formas semimanufaturadas	7,9	-	6,5
Óleo de soja em bruto	-46,9	-24,3	-29,8
Ligas de alumínio, em bruto	27,9	15,0	11,2
Borracha sintética e borracha artificial	13,7	21,2	-6,2
Catodos de níquel	43,2	56,1	-8,3
Manteiga, gordura e óleo de cacau	-2,4	-29,1	37,8
Mates de níquel	38,7	61,5	-14,1
Madeira laminada	-9,5	17,9	-23,2
Ceras vegetais	3,5	16,4	-11,0
Estanho em bruto	14,4	-1,0	15,5
Zinco em bruto	0,4	8,3	-7,3
Catodos de cobre	-21,8	23,0	-36,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.  
2/ Em kg.

Menores exportações de açúcar em bruto refletiram a forte seca que atingiu a região centro-sul, responsável por 90% da produção de açúcar no país, que implicou redução de 20% da colheita brasileira de cana-de-açúcar. Adicionalmente, assinalou-se o crescimento nas vendas de açúcar e álcool no mercado interno, cujos preços estiveram mais atrativos que os do mercado externo, contribuindo para a contração de 44,5% na quantidade embarcada. O mercado mundial acusou a escassez do produto e, em conseqüência, os preços elevaram-se 18%, insuficientes, no entanto, para evitar a queda de 34,5% na receita, que se situou em US\$ 761 milhões. No que se refere às exportações de óleo de soja em bruto, afetadas pela redução das compras da China e pela contração do preço do produto, atingiram US\$ 300 milhões, decrescendo 46,9% em relação às de 1999.

Outros importantes produtos semimanufaturados, que se constituem em produtos intermediários, apresentaram significativo crescimento de preços e pequena queda

na quantidade exportada. As exportações de celulose, principal produto semimanufaturado da pauta de exportações brasileiras, totalizaram US\$ 1,6 bilhão, o que representou crescimento de 28,8% no ano. As vendas externas de produtos semimanufaturados de ferro ou aço expandiram-se 24,1%, alcançando US\$ 1,4 bilhão, as de alumínio em bruto, 9,5%, situando-se em US\$ 946 milhões, e as de borracha sintética ou artificial, 13,7%, totalizando US\$ 114 milhões.

As exportações de couros e peles apresentaram elevação de quantidade e de preços, somando US\$ 756 milhões, alta equivalente a 27,2%. Ainda com elevação de *quantum* e de preços, assinale-se as exportações de ferro fundido e ferro *spiegel*, que alcançaram US\$ 446 milhões, elevando-se 38,4% em 2000, as de ligas de alumínio, US\$ 236 milhões, alta de 27,9%, e as de ouro em formas semimanufaturadas, US\$ 375 milhões, crescimento de 7,9%.

Cabe ressaltar ainda, entre os principais produtos semimanufaturados, aqueles com redução de preços e elevação de quantidade exportada, como madeira serrada e ferro-ligas, cujas vendas externas totalizaram US\$ 520 milhões e US\$ 456 milhões, respectivamente, com quantidades exportadas elevando-se 14,1% e 25,4% e preços declinando 8,5% e 10,8%, representando expansão de receitas de 4,5% e de 11,8%, na mesma ordem.

As exportações de produtos manufaturados representaram 59% do total exportado, ante 57% em 1999, alcançando US\$ 32,5 bilhões. Esse total superou em 19% o relativo a 1999, com crescimento de 17,1% na quantidade exportada e de 1,7% nos preços. O desempenho da categoria, principal responsável pela evolução das exportações no ano, esteve associado ao crescimento econômico mundial e à melhoria na competitividade proporcionada tanto pela desvalorização cambial de janeiro de 1999 quanto pela modernização tecnológica nas empresas.

Diferentemente das exportações de produtos básicos e semimanufaturados, que apresentam significativa concentração, com os dez principais produtos representando cerca de 88% do valor exportado de cada uma das categorias, as de produtos manufaturados apresentam maior dispersão: a receita gerada pelas vendas externas dos dez principais produtos manufaturados representou 42% do valor, verificando-se expansão da representatividade de produtos não tradicionais na pauta, como aviões e computadores.

As exportações de aviões apresentaram crescimento de 72,4%, alcançando US\$ 3,1 bilhões, posicionando-se como o principal produto da pauta de exportações brasileiras, apesar das alterações introduzidas no Proex, em decorrência da arbitragem da OMC na disputa entre a Embraer, empresa produtora e exportadora de aviões do país, e a empresa canadense Bombardier, sua principal concorrente internacional. Nesse sentido, assinale-se a revisão do Proex, em sua modalidade de equalização

**Quadro 5.10 - Exportação - FOB - principais produtos manufaturados**

Variação % de 2000 sobre 1999

Produto	Valor	Preço <sup>1/</sup>	Quantidade <sup>2/</sup>
Aviões	72,4	10,6	55,9
Automóveis de passageiros	55,3	6,0	46,6
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	115,2	47,6	45,8
Calçados, suas partes e componentes	20,5	0,7	19,6
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	-1,9	-3,1	1,3
Motores para veículos automóveis e suas partes	2,0	-0,6	2,7
Suco de laranja congelado	-17,5	-21,3	4,8
Produtos laminados planos de ferro ou aço	7,9	23,0	-12,3
Bombas, compressores, ventiladores e suas partes	6,8	-5,7	13,3
Veículos de carga	11,2	-7,4	20,1
Pneumáticos	2,7	-6,9	10,2
Papel e cartão, para escrita, impressão ou fins gráficos	-3,5	17,3	-17,7
Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos	27,0	-4,5	32,9
Polímeros de etileno, polipropileno e estireno	48,0	15,4	28,3
Açúcar refinado	-41,5	15,8	-49,5
Gasolina	113,2	63,6	30,4
Motores, geradores, transformadores elétricos e partes	21,2	-6,2	29,2
Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados	43,5	53,1	-6,3
Madeira compensada, contraplacada e semelhantes	8,3	-12,0	23,0
Chassis com motor e carroçarias p/veículos automóveis	69,2	2,8	64,6
Máq. para processamento de dados e suas unidades	7,8	-30,2	54,5
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	19,2	3,3	15,4
Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração	-3,6	-4,5	0,9
Óleos combustíveis	54,4	104,5	-24,5
Preparações e conservas de carne bovina	-20,8	-11,5	-10,6
Barra, perfis, fios, chapas, folhas e tiras de alumínio	51,1	7,4	40,8
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	4,5	5,2	-0,7
Óxidos e hidróxidos de alumínio	29,2	12,2	15,1
Compostos de funções nitrogenadas	0,7	-6,7	8,0
Roupas de cama, de mesa, de toucador ou de cozinha	10,7	-11,0	24,5
Café solúvel	-4,5	-7,8	3,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

de taxa de juros, por meio da edição da Resolução nº 2.667, de 19.11.1999, de acordo com a qual o Banco Central definiu, como taxa de referência na equalização dos juros dos financiamentos às exportações de aeronaves para aviação regional, a taxa dos bônus do tesouro dos Estados Unidos para dez anos, mais *spread* de 0,2% a.a. A Carta-Circular nº 2.881, da mesma data, reduziu os limites de equalização aplicáveis aos financiamentos para todos prazos de financiamento. Em abril de 2000, relatório entregue aos dois países pela OMC considerou a taxa de referência internacional do Proex ainda inferior às taxas do mercado, implicando a edição, pelo Banco Central,

da Resolução nº 2.799, de 6.12.2000, que promoveu a adoção da CIRR, taxa mínima de referência para juros comerciais aplicada pela OCDE, para equalização da taxa de juros. Essa medida não se aplicou aos contratos relativos a 671 aeronaves a serem entregues até 2010, por terem sido firmados até novembro de 1999, o que reduziu possíveis impactos negativos no valor das exportações em 2000.

As vendas externas de outros produtos ligados à indústria do transporte também apresentaram significativos aumentos em 2000, principalmente na quantidade. As exportações de automóveis de passageiros, favorecidas pelos acordos setoriais com os países membros do Mercosul e com o México, elevaram-se 55,3%, situando-se em US\$ 1,8 bilhão. Cerca de 54% da exportação de automóveis de passageiros destinou-se a países do Mercosul, principalmente à Argentina, e ao México, que liderou a lista dos países importadores de automóveis brasileiros em 2000. O início das atividades de novas montadoras elevou a participação dos automóveis de passageiros na pauta de exportações, passando da décima primeira para a quarta posição entre os principais produtos de exportação do país, gerando receita superior à associada a produtos tradicionais na pauta, como farelo de soja, calçados e café. Os veículos de carga também apresentaram elevação na quantidade exportada, porém com queda de preços, ocasionando elevação de 11,2% na receita, que atingiu US\$ 696 milhões. Já a exportação de chassis com motor e carroçarias para automóveis elevou-se 69,2%, alcançando US\$ 365 milhões.

As exportações de componentes da indústria automobilística, embora com desempenho menos favorável, vêm-se consolidando na esteira das exportações de automóveis. Nesse sentido, as vendas externas de partes e peças para veículos automóveis e tratores apresentaram retração de 1,9%, alcançando US\$ 1,2 bilhão, principalmente pela redução nos preços; as de motores para veículos automóveis e suas partes elevaram-se 2%, situando-se em US\$ 1,1 bilhão; e as de pneumáticos totalizaram US\$ 525 milhões, alta de 2,7% no ano.

As exportações de aparelhos transmissores ou receptores e seus componentes expandiram-se 115%, alcançando US\$ 1,6 bilhão, com significativos aumentos na quantidade, 45,8%, e nos preços, 47,6%. Esse crescimento deveu-se, basicamente, ao crescimento da telefonia celular, tanto para consumo doméstico quanto para reexportação.

Ainda entre os produtos de maior valor agregado, as exportações de bombas, compressores, ventiladores, motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes, itens tradicionais na pauta, atingiram US\$ 725 milhões e US\$ 377 milhões, o que significou crescimento de 6,8% e 21,2%, respectivamente, no ano.

Entre os produtos manufaturados com menor agregação de valor, destacaram-se as exportações de calçados, que totalizaram US\$ 1,6 bilhão, crescimento de 20,5%; as

de laminados de ferro ou aço, US\$ 859 milhões, expansão de 7,9%, principalmente pela elevação de preços; as de papel e cartão, US\$ 518 milhões, redução de 3,5%, principalmente pela redução na quantidade; as de móveis, US\$ 488 milhões, 27% superiores às de 1999; e as de polímeros, US\$ 447 milhões, elevação de 48% no ano.

Os principais produtos manufaturados derivados de transformações simples de produtos agropecuários apresentaram, em geral, queda em seus preços, seguindo tendência das *commodities* agropecuárias. As exportações de suco de laranja congelado atingiram US\$ 1 bilhão, 17,5% inferiores às de 1999; as de açúcar refinado, embora apresentassem elevação de 15,8% no preços, somaram US\$ 438 milhões, reduzindo-se 41,5%; as de preparações e conservas de carne bovina situaram-se em US\$ 252 milhões, declínio de 20,8%; e as de café solúvel somaram US\$ 202 milhões, contração de 4,5% no ano.

Cabe destacar ainda as operações especiais, que somaram US\$ 1,5 bilhão, com crescimento de 71,6% relativamente a 1999, principalmente em razão da reexportação de aeronaves cujas operações de arrendamento findaram em 2000, atingindo US\$ 371 milhões, e pelo efeito do crescimento dos preços do petróleo sobre o fornecimento de combustíveis a navios e aeronaves, determinando elevação de 33,7% no consumo de bordo, que atingiu US\$ 1 bilhão.

Com relação aos mercados de destino dos produtos brasileiros, verificou-se crescimento das exportações para a Associação Latino-americana de Integração (Aladi), principalmente de produtos básicos, 16,5%, e manufaturados, 23,4%, enquanto as de semimanufaturados expandiram-se 3,7%. O aumento mais expressivo ocorreu nas vendas para os países fora do Mercosul, principalmente México, Chile e Venezuela, decorrente, no que se refere ao México, principalmente do acordo do setor automotivo firmado em 29.5.2000. Nesse sentido, as exportações de automóveis de passageiros, motores para veículos automóveis, autopeças, veículos de carga e chassis com motor e carroçarias para veículos automóveis, que representaram 37% do total exportado para o México, em 1999, passaram a significar 52% em 2000, com crescimento de 124% na receita, que se situou em US\$ 889 milhões. No total, as exportações para o México alcançaram US\$ 1,7 bilhão, 60,2% a mais que em 1999. Para o Chile, o total de exportações elevou-se 39,1%, totalizando US\$ 1,2 bilhão e, embora com menor concentração que no caso mexicano, foram impulsionadas pelas vendas de veículos de passageiros, veículos de carga e chassis com motor e carroçaria para automóveis de passageiros, que proporcionaram receita de US\$ 222 milhões, 17,8% do total, ante 13,8% em 1999.

No que se refere aos países do Mercosul, as exportações de produtos manufaturados alcançaram US\$ 7,1 bilhões, com crescimento de 15,7%; as de produtos básicos, US\$ 453 milhões, expansão de 4%; e as de semimanufaturados reduziram-se 6,5%, somando US\$ 193 milhões. A Argentina, segundo mercado das exportações

brasileiras, adquiriu mercadorias no valor de US\$ 6,2 bilhões, crescimento de 16,2% no ano. Os produtos do setor automotivo, como automóveis de passageiros, autopeças, veículos de carga e motores para veículos automotivos apresentaram redução em sua participação na pauta de exportações para a Argentina, de 21,7%, em 1999, para 18,9% em 2000, somando US\$ 1,2 bilhão, não obstante as de automóveis de passageiros terem crescido 23,6%, atingindo US\$ 422 milhões. Destacaram-se, também, as vendas de aparelhos transmissores ou receptores, que atingiram US\$ 531 milhões, crescimento de 203%, principalmente de telefones celulares, que representaram 69,7% do total do item, e de computadores, que somaram US\$ 192 milhões, crescimento de 25,1%.

O Paraguai elevou a aquisição de produtos brasileiros, que totalizou US\$ 832 milhões, em 11,8%, com pauta relativamente difusa, na qual os dez principais produtos absorvidos pelo mercado paraguaio responderam por cerca de um quarto do total exportado. Destacaram-se as vendas de pneumáticos, defensivos e máquinas agrícolas, calçados, bebidas, produtos da indústria do papel e eletrodomésticos. As exportações para o Uruguai apresentaram pequena redução, 0,2%, situando-se em US\$ 669 milhões, também com pauta pouco concentrada, na qual os dez principais produtos representaram 26,9% do total, com destaque para móveis, polímeros, mate, automóveis de passageiros, veículos de carga, autopeças, calçados e eletrodomésticos.

As exportações para os Estados Unidos da América (EUA), incluindo Porto Rico, alcançaram US\$ 13,4 bilhões, crescimento de 23,2%, ratificando o mercado americano como o principal destino das exportações brasileiras. As vendas de produtos manufaturados alcançaram US\$ 9,7 bilhões, crescimento de 27,2% em relação a 1999, representando 72,7% do total exportado para os EUA, destacando-se as de aviões, US\$ 1,7 bilhão e crescimento de 46,7%, representando mais da metade das vendas de aviões no ano; as de calçados, US\$ 1,1 bilhão e crescimento de 22,9%, cerca de 67% da exportação do produto; as de aparelhos transmissores e receptores, US\$ 662 milhões, incremento de 87,7%, dos quais as de aparelhos celulares representaram cerca de 35%. As exportações de semimanufaturados alcançaram US\$ 2,4 bilhões, crescimento de 17,2%, dos quais US\$ 548 milhões em produtos semimanufaturados de ferro ou aço, crescimento de 6,5%; US\$ 428 milhões em celulose, elevação de 30,8%; e US\$ 364 milhões em ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, expansão de 44,6%. As exportações de produtos básicos sofreram retração de 13,7%, totalizando US\$ 937 milhões, principalmente pela redução de 53,5% nas exportações de café cru em grão, que recuaram para US\$ 218 milhões, reduzindo sua participação no total de produtos básicos exportados para os EUA de 43,2%, em 1999, para 23,3% em 2000. As exportações de fumo em folhas reduziram-se 7,8%, somando US\$ 121 milhões.

A União Européia (UE) adquiriu US\$ 14,8 bilhões em produtos brasileiros, 7,6% a mais que em 1999. O bloco constituiu-se no principal comprador de produtos básicos

e semimanufaturados brasileiros, absorvendo 50% e 30% do total das exportações brasileiras dos respectivos produtos. A aquisição de produtos básicos pelo bloco,

#### Quadro 5.11 - Exportação por fator agregado e região - FOB

US\$ milhões

Produto	1999		2000		
	Valor	Valor	Variação % sobre 1999	Participação %	
				No total	No bloco
Total	48 011	55 086	14,7	100,0	-
Básicos	11 828	12 562	6,2	22,8	-
Semimanufaturados	7 982	8 499	6,5	15,4	-
Manufaturados	27 330	32 528	19,0	59,1	-
Operações especiais	872	1 497	71,6	2,7	-
Aladi	10 560	12 902	22,2	23,4	100,0
Básicos	665	775	16,5	1,4	6,0
Semimanufaturados	354	367	3,7	0,7	2,8
Manufaturados	9 501	11 726	23,4	21,3	90,9
Operações especiais	40	34	-15,3	0,1	0,3
Mercosul	6 778	7 733	14,1	14,0	100,0
Básicos	435	453	4,0	0,8	5,9
Semimanufaturados	206	193	-6,5	0,4	2,5
Manufaturados	6 106	7 066	15,7	12,8	91,4
Operações especiais	31	22	-28,6	0,0	0,3
EUA	10 849	13 366	23,2	24,3	100,0
Básicos	1 086	937	-13,7	1,7	7,0
Semimanufaturados	2 088	2 447	17,2	4,4	18,3
Manufaturados	7 635	9 714	27,2	17,6	72,7
Operações especiais	41	268	559,3	0,5	2,0
União Européia	13 736	14 784	7,6	26,8	100,0
Básicos	6 112	6 277	2,7	11,4	42,5
Semimanufaturados	1 986	2 552	28,5	4,6	17,3
Manufaturados	5 580	5 897	5,7	10,7	39,9
Operações especiais	59	58	-1,2	0,1	0,4
Ásia	5 732	6 324	10,3	11,5	100,0
Básicos	2 313	2 681	15,9	4,9	42,4
Semimanufaturados	1 915	1 892	-1,2	3,4	29,9
Manufaturados	1 497	1 581	5,6	2,9	25,0
Operações especiais	7	170	2 511,5	0,3	2,7
Demais	7 134	7 710	8,1	14,0	100,0
Básicos	1 652	1 892	14,5	3,4	24,5
Semimanufaturados	1 639	1 242	-24,2	2,3	16,1
Manufaturados	3 117	3 610	15,8	6,6	46,8
Operações especiais	726	967	33,1	1,8	12,5

Fonte: MDIC/Secex

no entanto, apresentou desempenho modesto, com elevação de 2,7%, registrando-se contração da participação no total, de 51,7%, em 1999, para 50% em 2000, enquanto a relativa aos produtos semimanufaturados elevou-se de 24,9% para 30% no mesmo período, refletindo o crescimento de 28,5% registrado em 2000. A aquisição de produtos manufaturados pelo bloco, mesmo expandindo-se 5,7% no ano, apresentou redução na participação, de 20,4% em 1999, para 18,1% em 2000, alcançando US\$ 5,9 bilhões.

Os Países Baixos detiveram o maior percentual, 18,9%, das exportações brasileiras destinadas à UE, no total de US\$ 2,8 bilhões, crescimento de 7,8% no ano. As exportações de soja e de farelo de soja somaram US\$ 657 milhões e US\$ 411 milhões, com crescimentos de 20,8% e 8,7%, respectivamente; as de suco de laranja congelado, US\$ 348 milhões, com redução de 19,6%; e as de alumínio em bruto, US\$ 238 milhões, com elevação de 123%, representando, em conjunto, 59% das exportações com destino ao país.

A Alemanha constituiu-se no segundo principal destino dentro do bloco, com US\$ 2,5 bilhões, queda de 0,7% em relação a 1999. Entre os principais produtos exportados, destacaram-se os produtos básicos: minério de ferro, US\$ 429 milhões e crescimento de 21,7%; café cru em grão, US\$ 268 milhões, garantindo a liderança como país de destino do produto, apesar da retração de 39,9%; soja, US\$ 201 milhões, expansão de 29,4%; e fumo em folhas, US\$ 117 milhões, retração de 18,9%. Entre os semimanufaturados, assinala-se as exportações de celulose, que alcançaram US\$ 83,5 milhões, crescimento de 23,7%, e, entre os manufaturados, as de motores para automóveis, US\$ 144 milhões, 14,4% superiores às de 1999.

As exportações à Itália totalizaram US\$ 2,1 bilhões, crescimento de 16,3% no ano. Assinala-se, entre os básicos, as vendas de minérios de ferro, US\$ 240 milhões, café cru em grão, US\$ 174 milhões, e soja, US\$ 85 milhões, que, conjuntamente, representaram 23,2% do total direcionado ao país. Os principais semimanufaturados foram couros e peles, US\$ 305 milhões, e celulose, US\$ 127 milhões, perfazendo 20,1% do total. Entre os manufaturados, destacaram-se os da indústria do transporte, como os automóveis de passageiros, US\$ 192 milhões, veículos de cargas, US\$ 145 milhões, e aviões, US\$ 108 milhões, representando, em conjunto, 20,7% do total.

As exportações para a Bélgica e Luxemburgo alcançaram US\$ 1,9 bilhão, crescimento de 2,7%, destacando-se as de suco de laranja, US\$ 314 milhões, e de celulose, US\$ 292 milhões. As vendas externas à França totalizaram US\$ 1,7 bilhão, crescimento de 44,3%, o mais significativo entre os países do bloco, sendo US\$ 413 milhões de farelo de soja e US\$ 369 milhões de aviões. As vendas direcionadas ao Reino Unido alcançaram US\$ 1,5 bilhão, 4,3% superiores às de 1999, principalmente aviões, US\$ 217 milhões, calçados, US\$ 111 milhões, e celulose, US\$ 109 milhões.

As exportações destinadas à Ásia, incluídas as da Indonésia, somaram US\$ 6,3 bilhões, 11,9% do total, com crescimento de 10,3% no ano. A região adquiriu principalmente produtos básicos, US\$ 2,7 bilhões, com crescimento de 15,9%, e semimanufaturados, US\$ 1,9 bilhão, retração de 1,2% no ano. As exportações de produtos manufaturados, US\$ 1,6 bilhão, elevaram-se 5,6% em 2000.

O Japão foi o principal destino das exportações brasileiras na região, com 39,1% do total, equivalentes a US\$ 2,5 bilhões. Desse montante, 12,8% superior ao relativo a 1999, assinala-se, entre os básicos, as de minério de ferro, US\$ 456 milhões e crescimento de 7,6%; café cru em grão, US\$ 154 milhões e queda de 16%; carne de frango, US\$ 119 milhões e retração de 24,3%; e soja, US\$ 103 milhões, expansão de 60,1%, relativamente a 1999. Esses produtos representaram 33,6% do total exportado ao Japão. Os principais produtos semimanufaturados exportados foram alumínio em bruto, US\$ 358 milhões, crescimento de 0,2% em relação às de 1999; celulose, US\$ 197 milhões, expansão de 24,8%; e ferro-ligas, US\$ 110 milhões, queda de 5,1%, representando, em conjunto, 26,9% do total das exportações ao Japão. Entre os manufaturados, as exportações de suco de laranja atingiram US\$ 70 milhões, e as de aparelhos transmissores ou receptores, US\$ 56 milhões, dos quais 76,8% relativos a partes para esses aparelhos.

As exportações para a China elevaram-se 60,5%, sobretudo pelo aumento de 203% das vendas de soja, que alcançaram US\$ 337 milhões, representando cerca de um terço do total das exportações para a China. Esse crescimento deveu-se à entrada em funcionamento de empresas de esmagamento naquele país, e teve como contrapartida a redução das exportações de farelo e óleo de soja. As exportações de minérios de ferro somaram US\$ 271 milhões, crescimento de 12,4%, e, juntamente com as de soja, representaram 56,1% do total exportado para aquele país. Cabe citar ainda as exportações de celulose, US\$ 54 milhões, de fumo em folhas, US\$ 50 milhões, e de aviões, US\$ 37 milhões.

Quanto às importações, a análise por categoria de uso e destino final evidenciou que o crescimento de 13% na quantidade importada deveu-se, fundamentalmente, à evolução das importações de matérias-primas e produtos intermediários, elevação de 24,5% na quantidade, uma vez que em bens de capital, bens de consumo duráveis e bens de consumo não-duráveis as taxas de crescimento mostraram-se mais moderadas, 3,1%, 5,5% e 1%, respectivamente, em que pese terem sido os setores que apresentaram maior retração em 1999. A quantidade importada de combustíveis e lubrificantes manteve a tendência de retração, declínio de 8,4%, em razão do crescimento da produção doméstica, que vem suprindo cada vez maior parcela da demanda interna.

No que se refere aos preços, combustíveis e lubrificantes apresentaram crescimento de 73,4%, revelando a significativa elevação do preço do petróleo em 2000. Nas demais categorias, registrou-se contração nos preços, a maior em bens de consumo

**Quadro 5.12 - Índices de preço e *quantum* de importação**

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	1999		2000	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	0,5	-15,0	0,2	13,0
Bens de capital	1,2	-20,0	-7,1	3,1
Bens intermediários	-1,6	-8,4	-6,4	24,5
Bens de consumo duráveis	-2,3	-49,7	-5,3	5,5
Bens de consumo não-duráveis	-4,6	-22,6	-10,6	1,0
Combustíveis	20,6	-7,5	73,4	-8,4

Fonte: Funcex

**Quadro 5.13 - Importação - FOB**

US\$ milhões

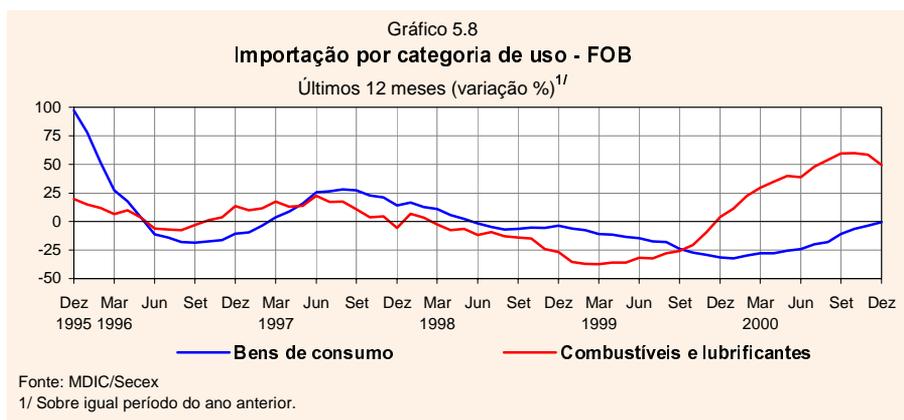
Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Total	53 346	59 742	57 743	49 272	55 783
Bens de capital	12 918	16 106	16 102	13 568	13 591
Matérias-primas	24 742	26 903	26 812	24 101	28 524
Bens de consumo	9 758	11 137	10 723	7 345	7 307
Duráveis	4 586	5 652	5 253	3 171	3 375
Não-duráveis	5 172	5 486	5 470	4 174	3 932
Combustíveis e lubrificantes	5 929	5 597	4 106	4 258	6 362

Fonte: MDIC/Secex

não-duráveis, 10,6%, seguida das relativas a bens de capital, 7,1%, matérias-primas e produtos intermediários, 6,4%, e bens de consumo duráveis, 5,3%. Considerando as importações totais, a variação dos preços situou-se em 0,2%.

O valor das importações de bens de consumo e de bens de capital apresentou variação relativamente pequena em relação ao registrado em 1999, quando, em razão da desvalorização do câmbio, reduzira-se em relação à média dos anos anteriores. Nesse sentido, as importações de bens de consumo alcançaram US\$ 7,3 bilhões, queda de 0,5% em relação a 1999 e de 30,7% em relação à média de 1996 a 1998, e as de bens de capital, US\$ 13,6 bilhões, crescimento de 0,2% e queda de 9,6%, nas mesmas bases de comparação. As importações de matérias-primas e produtos intermediários, por outro lado, elevaram-se 18,4% em relação às de 1999, situando-se em US\$ 28,5 bilhões, e cresceram 9,1% em relação à média de 1996 a 1998.

Entre os bens de consumo, as importações de não-duráveis atingiram US\$ 3,9 bilhões, redução de 5,8% no ano. As de duráveis, no entanto, apresentaram crescimento de 6,4%, somando US\$ 3,4 bilhões, revelando maior sensibilidade a variações cambiais, devido, em parte, à maior dificuldade de substituição dos produtos desse grupo, cujas importações, em 1999, haviam apresentado redução de 38,6% relativamente à média de 1996 a 1998, ante queda de 22,4% dos não-duráveis.



Entre os produtos não-duráveis, destacaram-se as importações de produtos alimentícios, principalmente as de laticínios, que atingiram US\$ 1,5 bilhão, com retração de 9% no ano, e as de produtos farmacêuticos, US\$ 1,1 bilhão e queda de 5,5%, sendo 81,5% em medicamentos em doses. Entre os duráveis, as importações de automóveis de passageiros situaram-se em US\$ 1,2 bilhão, 0,2% inferiores às de 1999, em grande parte amparadas por acordos bilaterais, como o da Argentina, país de origem de 49,4% dos veículos importados em 2000, e o do México, do qual a importação de automóveis passou de US\$ 3 milhões, em 1999, para US\$ 17,2 milhões em 2000. Adicionalmente, as importações de objetos de adorno pessoal alcançaram US\$ 696 milhões, as de máquinas e aparelhos de uso doméstico, US\$ 550 milhões, com crescimento de 29,8%, sobretudo pela importação de aparelhos e componentes de celulares, e as de partes e peças para bens de consumo duráveis, US\$ 503 milhões.

As importações de bens de capital apresentaram tendência recente de crescimento favorecida pela conjugação de maior estabilidade econômica interna e regra cambial rígida. Com a elevação da incerteza quanto ao desempenho econômico gerada pela eclosão da crise asiática, ao final de 1997, e a aplicação do acréscimo de 3% sobre as alíquotas da TEC do Mercosul, também naquele ano, o *quantum* de bens de capital importados reduziu-se em 1998, voltando a apresentar sinais de recuperação a partir do segundo semestre de 2000. Assim, o índice de *quantum* relativo a bens de capital importados expandiu-se de 47,6, em 1994, para 125,1 em 1997, com crescimento médio de 34,5% ao ano no período, conforme a Fundação Centro de Estudos do Comércio

**Quadro 5.14 - Importações - FOB - principais produtos**

Variação % de 2000 sobre 1999

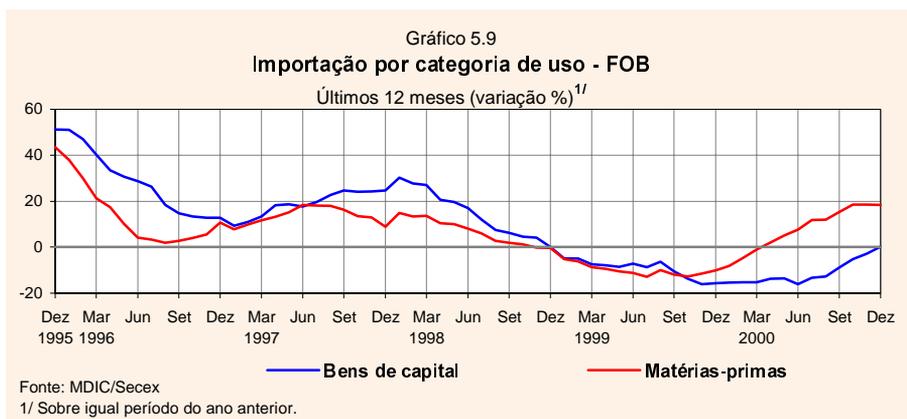
Produto	Valor	Preço <sup>1/</sup>	Quantidade <sup>2/</sup>
<b>Bens de capital</b>			
Maquinaria industrial	-18,7	15,4	-29,5
Outros equipamentos fixos	14,5	-3,4	18,5
Máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico	15,4	-1,0	16,6
Partes e peças para bens de capital para indústria	11,2	-11,9	26,2
Equipamento móvel de transporte	-4,6	-5,9	1,4
Acessórios de maquinaria industrial	12,3	-3,0	15,8
<b>Matérias-primas e produtos intermediários</b>			
Produtos químicos e farmacêuticos	8,2	-11,9	22,8
Produtos minerais	32,2	24,4	6,3
Produtos intermediários - partes e peças	43,2	-7,2	54,3
Acessórios de equipamento de transporte	10,0	-10,5	22,9
Produtos agropecuários não-alimentícios	13,4	-1,9	15,6
Produtos alimentícios	-5,6	-9,7	4,5
<b>Bens de consumo não-duráveis</b>			
Produtos alimentícios	-9,0	7,9	-15,7
Produtos farmacêuticos	-5,5	-13,0	8,6
Outros bens de consumo não-duráveis	0,3	-3,1	3,5
Produtos de tocador	4,9	2,1	2,7
Vestuário e outras confecções têxteis	-14,9	-2,1	-13,0
Bebidas e tabacos	-6,9	-21,3	18,3
<b>Bens de consumo duráveis</b>			
Automóveis de passageiros	-0,2	-5,9	6,0
Objetos de adorno ou de uso pessoal	6,3	0,6	5,6
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	29,8	-3,4	34,5
Peças para bens de consumo duráveis	-0,5	-10,6	11,3
Móveis e outros equipamentos para casa	12,6	6,3	5,9
Utensílios domésticos	12,3	0,5	11,7
<b>Combustíveis e lubrificantes</b>			
Combustíveis	49,8	51,6	-1,2
Lubrificantes	29,3	-4,1	34,8

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US\$/kg.

2/ Em kg.

Exterior (Funcex). Em 1998, o *quantum* reduziu-se para 121,5 e, em 1999, para 97,2. Em 2000, voltou a elevar-se, passando de 89,3, considerada a média do primeiro trimestre, para 109,7 no quarto trimestre, crescimento de 22,8%. Parte dessa evolução pode ser associada ao comportamento dos preços, que, na média de 1994, apresentaram índice de 111,4 e, entre 1995 e 1999, mantiveram-se estáveis na faixa de 101,4 e 99,5, declinando para 93,9 em 2000.



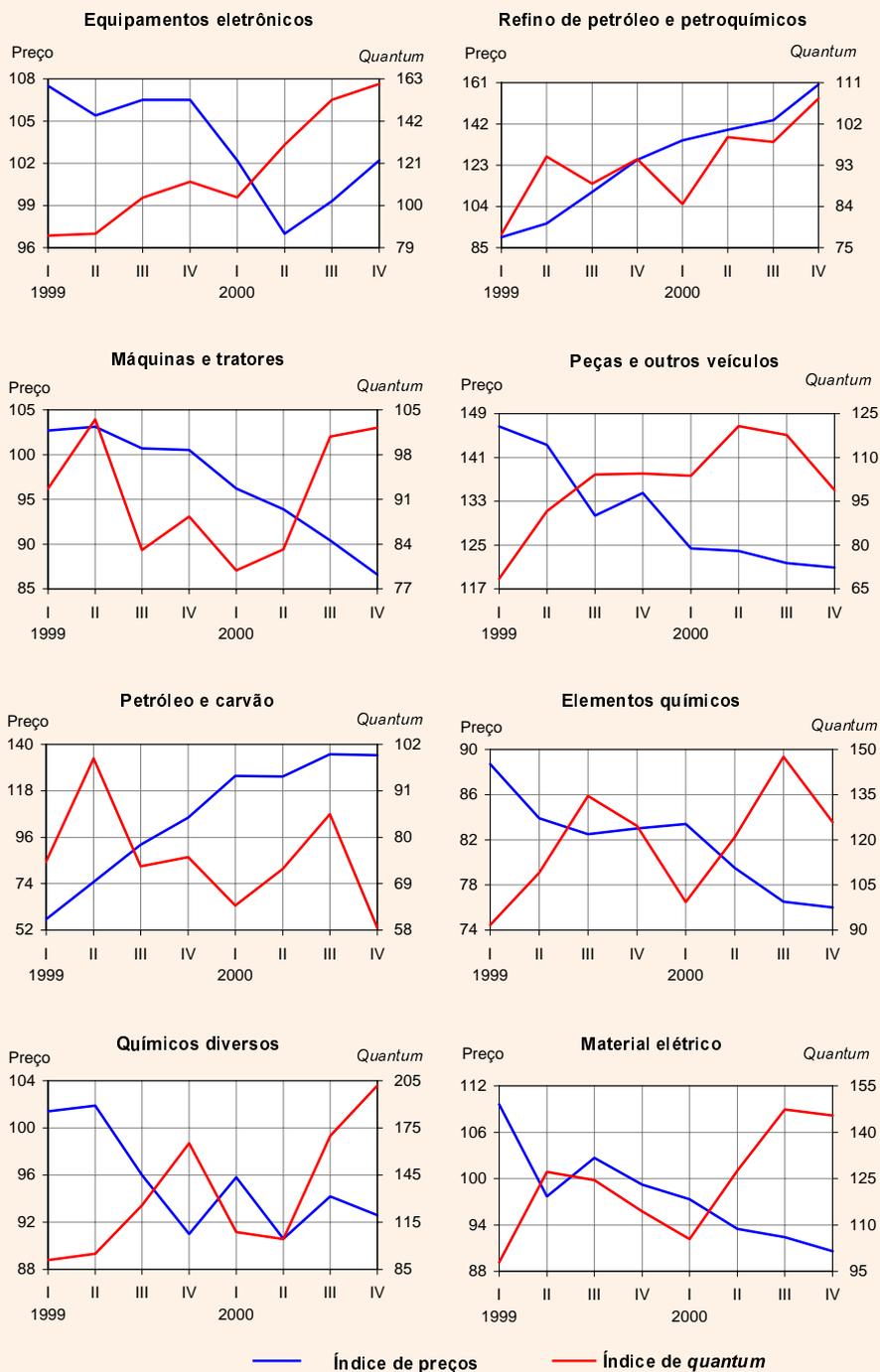
Em termos de valor, os crescimentos mais significativos nas importações do segmento ocorreram no item outros bens de capital, composto principalmente de equipamentos fixos, como aparelhos elétricos e transmissores para telefonia, alta de 14,5%, alcançando US\$ 2,9 bilhões; máquinas e aparelhos de escritório, elevação de 15,4%, somando US\$ 2,5 bilhões, dos quais 40,7% referentes a computadores, e partes e peças para bens de capital para indústria, crescimento de 11,1%, atingindo US\$ 1,6 bilhão, também concentradas em aparelhos elétricos para telefonia, 28,9%.

Assim, a recuperação na aquisição de bens de capital em 2000 esteve ligada, principalmente, ao setor de telefonia, impulsionado pela privatização e pelos avanços tecnológicos que vêm sendo implantados na área de telefonia celular no país.

As importações de maquinaria industrial, o principal item dentre os bens de capital, reduziram-se 18,7%, totalizando US\$ 3,9 bilhões, e, juntamente com as relativas a equipamento móvel de transporte, que se contraíram 4,6%, alcançando US\$ 1,3 bilhão, contrabalançaram o crescimento na importação de equipamentos na área de telefonia e informática. No entanto, cabe destacar que as compras de maquinaria industrial, ao final do ano, já apresentavam forte crescimento marginal, com clara recuperação dos valores importados, rumo aos níveis elevados de 1997.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários foram influenciadas pelo crescimento da indústria de transformação, sobretudo pelos setores voltados à exportação, como o de aviação, o de automóveis e o de eletroeletrônicos. Destacaram-se as aquisições de partes e peças que se constituem em produtos intermediários, como circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, elevação de 43,2%, somando US\$ 4,9 bilhões; de produtos minerais, principalmente as naftas, aumento de 32,2%, totalizando US\$ 4,9 bilhões; de acessórios de equipamentos de transporte, principalmente de partes e acessórios para veículos automóveis e para aviões, que alcançaram US\$ 4 bilhões, com crescimento de 10%; de adubos e fertilizantes e outras

Gráfico 5.10  
**Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras**  
 Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

matérias-primas para a agricultura, que acompanharam o crescimento da quantidade exportada de produtos básicos, atingindo US\$ 1,6 bilhão e expansão de 31,4%; e de produtos químicos e farmacêuticos, sobretudo os semi-elaborados, US\$ 7,8 bilhões e crescimento de 8,2%. As importações de produtos agropecuários não-alimentícios, que incluem, principalmente, papel e celulose, algodão, couros e peles, registraram crescimento de 13,4%, alcançando US\$ 2,5 bilhões.

Entre as principais matérias-primas e produtos intermediários que apresentaram redução no valor importado, destacaram-se produtos alimentícios, compostos principalmente por trigo e derivados, arroz e soja e derivados, cujas compras alcançaram US\$ 1,6 bilhão, contraindo-se 5,6% no ano, e, com valor menos expressivo, US\$ 390 milhões, as de materiais de construção, declínio de 9,6%.

Quanto aos países de origem das importações, cerca de 25% provieram da UE, no total de US\$ 14 bilhões, representando contração de 6,5% ante o patamar de 1999. Desse total, 50,2% foram relativos a matérias-primas e produtos intermediários, 34,7% a bens de capital e 13,6% a bens de consumo. A redução na importação originária da UE deveu-se, principalmente, à retração na aquisição de maquinaria industrial, 27,1%.

A Alemanha constituiu-se no maior fornecedor, dentre os países do bloco, e no terceiro no cenário global, atrás de EUA e Argentina, não obstante o total de US\$ 4,4 bilhões representasse declínio de 6,9% comparativamente às importações efetuadas em 1999. Seguiram-se Itália, US\$ 2,2 bilhões, e França, US\$ 1,9 bilhão, quedas respectivas de 16,5% e 5,2%, e Reino Unido, US\$ 1,2 bilhão, e Espanha, US\$ 1,1 bilhão, aumentos, na ordem, de 0,9% e de 2,4%.

As importações procedentes dos EUA, incluindo Porto Rico, alcançaram US\$ 13 bilhões, 9,4% superiores às de 1999, principalmente pelo crescimento das importações de matérias-primas e produtos intermediários, que representaram 55,5% do total, aumento de 14,3%, com destaque para produtos químicos e farmacêuticos, partes e peças de produtos intermediários e acessórios de equipamento de transportes. As compras de bens de capital alcançaram US\$ 4,3 bilhões, equivalentes a 33,1% do total, com crescimento de 7,6%, principalmente pelo aumento das importações de computadores. As importações de bens de consumo representaram 9% do total, sendo que as de não-duráveis alcançaram US\$ 669 milhões, 11,6% inferiores às de 1999, sobretudo em função da redução de 21,2% nas compras de produtos farmacêuticos, e as de duráveis, US\$ 501 milhões, aumento de 5,1%, em função da elevação das importações de objetos de adorno pessoal elaborados, que representaram 38,3% do total dessa categoria.

As importações oriundas da Aladi, incluída a Venezuela, somaram US\$ 11,7 bilhões, com crescimento de 23,3% relativamente a 1999. Desse total, 66,9% provieram do

**Quadro 5.15 - Importação por categoria de uso e região - FOB**

US\$ milhões

Produto	1999	2000			
	Valor	Valor	Variação % sobre 1999	Participação %	
				No total	No bloco
<b>Total</b>	49 272	55 783	13,2	100,0	-
Bens de capital	13 568	13 591	0,2	24,4	-
Matérias-primas e prod.intermediários	24 101	28 524	18,4	51,1	-
Bens de consumo não-duráveis	4 174	3 932	-5,8	7,0	-
Bens de consumo duráveis	3 171	3 375	6,4	6,0	-
Combustíveis e lubrificantes	4 258	6 362	49,4	11,4	-
<b>Aladi</b>	9 460	11 660	23,3	20,9	100,0
Bens de capital	806	961	19,2	1,7	8,2
Matérias-primas e prod.intermediários	4 898	5 732	17,0	10,3	49,2
Bens de consumo não-duráveis	1 525	1 360	-10,9	2,4	11,7
Bens de consumo duráveis	772	787	1,9	1,4	6,7
Combustíveis e lubrificantes	1 459	2 820	93,3	5,1	24,2
<b>Mercosul</b>	6 721	7 796	16,0	14,0	100,0
Bens de capital	697	818	17,4	1,5	10,5
Matérias-primas e prod.intermediários	3 574	3 987	11,6	7,1	51,1
Bens de consumo não-duráveis	1 189	1 042	-12,4	1,9	13,4
Bens de consumo duráveis	726	716	-1,4	1,3	9,2
Combustíveis e lubrificantes	534	1 233	130,9	2,2	15,8
<b>EUA</b>	11 880	13 002	9,4	23,3	100,0
Bens de capital	4 001	4 307	7,6	7,7	33,1
Matérias-primas e prod.intermediários	6 318	7 222	14,3	12,9	55,5
Bens de consumo não-duráveis	757	669	-11,6	1,2	5,1
Bens de consumo duráveis	477	501	5,1	0,9	3,9
Combustíveis e lubrificantes	327	304	-7,0	0,5	2,3
<b>União Européia</b>	15 022	14 048	-6,5	25,2	100,0
Bens de capital	5 958	4 872	-18,2	8,7	34,7
Matérias-primas e prod.intermediários	6 890	7 050	2,3	12,6	50,2
Bens de consumo não-duráveis	1 070	1 066	-0,3	1,9	7,6
Bens de consumo duráveis	876	850	-3,0	1,5	6,0
Combustíveis e lubrificantes	229	210	-8,6	0,4	1,5
<b>Ásia</b>	6 477	8 593	32,7	15,4	100,0
Bens de capital	2 067	2 602	25,9	4,7	30,3
Matérias-primas e prod.intermediários	2 993	4 217	40,9	7,6	49,1
Bens de consumo não-duráveis	393	393	-0,1	0,7	4,6
Bens de consumo duráveis	942	1 085	15,2	1,9	12,6
Combustíveis e lubrificantes	82	296	261,4	0,5	3,4
<b>Demais</b>	6 433	8 480	31,8	15,2	100,0
Bens de capital	737	849	15,3	1,5	10,0
Matérias-primas e prod.intermediários	3 002	4 303	43,3	7,7	50,7
Bens de consumo não-duráveis	429	444	3,6	0,8	5,2
Bens de consumo duráveis	105	152	44,8	0,3	1,8
Combustíveis e lubrificantes	2 161	2 732	26,4	4,9	32,2

Fonte: MDIC/Secex

Mercosul, equivalentes a US\$ 7,8 bilhões, 16% superiores às de 1999, sendo US\$ 6,8 bilhões procedentes da Argentina, o segundo principal parceiro comercial individual do Brasil. A Venezuela participou com US\$ 1,3 bilhão, o Chile com US\$ 974 milhões e o México com US\$ 754 milhões, perfazendo, juntos com a Argentina, 84,8% do total da Aladi.

Do total das importações advindas da Aladi, US\$ 5,7 bilhões constituíram-se de matérias-primas e produtos intermediários, o equivalente a 20,1% do total importado pelo Brasil em tais categorias. Desse total, o Mercosul contribuiu com 69,6%, destacando-se os produtos alimentícios primários e produtos químicos e farmacêuticos semi-elaborados.

As importações de combustíveis e lubrificantes, incrementadas pela elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, atingiram US\$ 2,8 bilhões, representando 44,3% do fornecimento externo. O Mercosul participou com 43,7% do total da Aladi, dos quais US\$ 1 bilhão proveniente da Argentina.

A região foi responsável, também, pelo fornecimento de 29,4% da importação de bens de consumo. As relativas aos não-duráveis atingiram US\$ 1,4 bilhão, 34,6% do total da categoria, sendo US\$ 1 bilhão do Mercosul, destacando-se os produtos alimentícios, enquanto as de duráveis somaram US\$ 787 milhões, 23,3% do total, com os automóveis representando cerca de 82% desse valor, beneficiados pelo acordo automotivo com a Argentina, responsável por US\$ 598 milhões, ou 76% do total.

Os bens de capital procedentes da Aladi somaram US\$ 961 milhões, 7,1% do total da categoria, dos quais 85,1% do Mercosul, destacando-se as importações de equipamento móvel de transporte, US\$ 545 milhões, principalmente veículos de carga.

As importações originárias da Ásia somaram US\$ 8,6 bilhões, crescimento de 32,7%, sendo US\$ 3 bilhões do Japão, US\$ 1,4 bilhão da República da Coreia do Sul e US\$ 1,2 bilhão da China, perfazendo 65,3% do total da região.

As matérias-primas e produtos intermediários representaram 49,1% da importação da região, somando US\$ 4,2 bilhões, com crescimento de 40,9%. Essa evolução refletiu a elevação de 67,8% das importações de partes e peças, que se constituem em produtos intermediários, sobretudo componentes eletrônicos, que alcançaram US\$ 1,9 bilhão. Os bens de capital representaram 30,3% do total importado, registrando US\$ 2,6 bilhões e crescimento de 25,9%, em função do crescimento das importações de máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, 43%, que somaram US\$ 594 milhões, e de peças para bens de capital para indústria, 31,8%, que alcançaram US\$ 255 milhões. As importações de maquinaria industrial atingiram US\$ 664 milhões, 2,7% superiores às registradas em 1999.

As importações de bens de consumo procedentes da Ásia somaram US\$ 1,5 bilhão, 17,2% do total, dos quais US\$ 1,1 bilhão em bens duráveis, destacando-se as de máquinas e aparelhos de uso doméstico, US\$ 352 milhões e crescimento de 43%, seguidas das de peças para bens de consumo duráveis, que apresentaram valor semelhante ao de 1999, US\$ 223 milhões, e das de automóveis, que decresceram 2,8%, totalizando US\$ 157 milhões.

Assinale-se o impacto negativo da elevação dos preços de petróleo no comércio com os países membros da Opep, pois, enquanto as exportações elevaram-se 2,4%, situando-se em US\$ 2,3 bilhões, as importações aumentaram 33,1%, de US\$ 3,7 bilhões, em 1999, para US\$ 5 bilhões em 2000, elevando o déficit comercial com o bloco de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 2,7 bilhões, no mesmo intervalo.

### **Intercâmbio comercial**

O déficit de US\$ 698 milhões na balança comercial esteve condicionado pelas importações de petróleo, haja vista o saldo negativo com os países da Opep, US\$ 2,7 bilhões.

No ano, o Brasil apresentou superávit de US\$ 1,2 bilhão no comércio com os países da Aladi, ante US\$ 1,1 bilhão em 1999, com crescimento das exportações e das importações. O intercâmbio comercial com o Mercosul determinou déficit de US\$ 63 milhões, em razão, fundamentalmente, do resultado negativo de US\$ 611 milhões com a Argentina.. No que se refere ao comércio com os países da UE, registrou-se superávit de US\$ 728 milhões, ante déficit de US\$ 1,3 bilhão em 1999, reversão observada, igualmente, em relação aos EUA, cujo superávit totalizou US\$ 364 milhões, ante déficit de US\$ 1 bilhão em 1999.

A elevação do preço do petróleo determinou a ampliação do déficit com os países da Opep, de US\$ 1,5 bilhão, em 1999, para US\$ 2,7 bilhões em 2000. Também em relação aos países asiáticos verificou-se elevação do déficit, que passou de US\$ 744 milhões, em 1999, para US\$ 2,3 bilhões em 2000, refletindo os crescimentos de 10,3% das exportações e de 32,8% das importações.

### **Serviços**

A conta de serviços registrou déficit de US\$ 25,7 bilhões em 2000, resultado próximo ao de 1999, refletindo expansão de 16% nas receitas e de 4,6% nas despesas.

Os gastos líquidos com viagens internacionais cresceram 43,2% em relação aos de 1999, evolução associada à forte retração registrada naquele ano, em resposta à

**Quadro 5.16 - Balança comercial por países e blocos - FOB**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	48 011	49 276	-1 264	55 086	55 801	- 715
Aelc <sup>1/</sup>	389	967	- 578	756	1 040	- 284
Aladi	10 560	9 460	1 100	12 902	11 662	1 240
Mercosul	6 778	6 721	57	7 733	7 797	- 63
Argentina	5 364	5 814	- 450	6 233	6 844	- 611
Paraguai	744	260	484	832	351	480
Uruguai	670	647	23	669	602	67
Chile	896	719	177	1 246	976	271
México	1 068	618	450	1 711	754	957
Demais	1 818	1 402	416	2 211	2 136	75
Canadá	513	974	- 460	566	1 086	- 520
União Européia	13 736	15 023	-1 287	14 784	14 056	728
Alemanha	2 544	4 749	-2 205	2 526	4 421	-1 895
Bélgica/Luxemburgo	1 817	493	1 324	1 867	571	1 296
Espanha	1 169	1 179	- 10	1 008	1 119	- 110
França	1 200	1 990	- 790	1 732	1 886	- 155
Itália	1 845	2 598	- 753	2 146	2 171	- 25
Países Baixos	2 594	595	1 999	2 796	698	2 098
Reino Unido	1 437	1 222	216	1 498	1 233	265
Demais	1 129	2 197	-1 068	1 211	1 957	- 746
Europa Central e do Leste <sup>2/</sup>	1 175	704	471	972	1 162	- 189
Ásia <sup>3/</sup>	5 732	6 476	- 744	6 324	8 597	-2 273
Japão	2 193	2 576	- 383	2 472	2 960	- 488
China	676	865	- 189	1 085	1 222	- 137
Coreia, República da	628	1 019	- 392	581	1 430	- 849
Demais	2 236	2 016	220	2 186	2 985	- 800
EUA <sup>4/</sup>	10 849	11 882	-1 034	13 366	13 008	358
Outros	5 057	3 790	1 267	5 416	5 190	226
Memo:						
Nafta	12 430	13 474	-1 044	15 643	14 848	795
Opep	2 269	3 746	-1 477	2 324	4 982	-2 658

Fonte: MDIC/Secex

1/ Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

2/ Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e países da ex-União Soviética.

3/ Exclui o Oriente Médio.

4/ Inclui Porto Rico

mudança do regime cambial. Os gastos de brasileiros com turismo no exterior somaram US\$ 3,6 bilhões, aumento de 25,2%, enquanto as de turistas estrangeiros no país alcançaram US\$ 1,8 bilhão, expandindo-se 10,9%. As viagens a negócios resultaram em despesas líquidas de US\$ 167 milhões, aumento de 27,9%, com os gastos de viajantes estrangeiros a negócios no país somando US\$ 30 milhões, aumento de US\$ 4 milhões, e os de viajantes brasileiros a negócios no exterior, US\$ 197 milhões, expansão de US\$ 40 milhões. Os dispêndios líquidos de estudantes, que compreendem gastos de manutenção e remessas para custeio de cursos, somaram US\$ 73 milhões, mais que o dobro dos relativos a 1999, refletindo o aumento de despesas, de US\$ 37 milhões para US\$ 77 milhões. As despesas líquidas de funcionários do governo e com tratamentos de saúde atingiram US\$ 9 milhões e US\$ 3 milhões, respectivamente.

**Quadro 5.17 - Serviços**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
Total	11 415	37 244	-25 829	13 256	38 962	-25 706
Viagens internacionais	1 628	3 085	-1 457	1 807	3 893	-2 086
Turismo	1 594	2 877	-1 283	1 768	3 602	-1 834
Cartões de crédito	878	1 891	-1 013	1 151	1 935	- 784
Demais	716	986	- 270	617	1 667	-1 050
Outras	35	209	- 174	39	291	- 252
Transportes	1 141	4 212	-3 071	1 295	4 602	-3 308
Fretes	367	1 484	-1 118	470	1 800	-1 330
Demais	774	2 728	-1 953	824	2 802	-1 977
Seguros	165	293	- 128	312	316	- 4
Renda de capitais	3 663	22 999	-19 336	3 419	22 097	-18 677
Juros	2 231	17 468	-15 237	2 454	17 542	-15 088
Lucros e dividendos	1 432	5 531	-4 099	965	4 555	-3 589
Governamentais (n.i.o.i.)	318	816	- 498	537	1 086	- 550
Diversos	4 500	5 839	-1 339	5 886	6 967	-1 081

As despesas líquidas com transportes registraram aumento de 7,7%, traduzindo o aumento da corrente de comércio de bens e o crescimento de viagens ao exterior. Os serviços de fretes resultaram em gastos líquidos de US\$ 1,3 bilhão, aumento de US\$ 212 milhões em relação aos de 1999, decorrente da expansão das exportações, que proporcionou elevação de US\$ 104 milhões em receitas, e das importações, que resultaram em aumento de US\$ 316 milhões em despesas. As despesas com afretamentos de embarcações apresentaram redução de US\$ 74 milhões, com aumento de US\$ 25 milhões em afretamentos marítimos e redução de US\$ 99

milhões em afretamentos de aeronaves. O aumento do fluxo turístico internacional determinou o aumento nos gastos com passagens, com as receitas somando US\$ 159 milhões, elevação de US\$ 66 milhões, e as despesas, US\$ 654 milhões, aumento de US\$ 188 milhões. As demais despesas de transportes, que agregam gastos portuários e aeroportuários, serviços de comissaria aérea, pagamentos de combustíveis e outros serviços auxiliares de transportes, totalizaram US\$ 1,1 bilhão.

A renda de capitais registrou redução de US\$ 659 milhões em remessas líquidas para o exterior. Os pagamentos líquidos de juros apresentaram redução de US\$ 149 milhões, e as remessas líquidas de lucros e dividendos, de US\$ 510 milhões.

**Quadro 5.18 - Renda enviada ao exterior<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	Juros	Lucros e dividendos	Total	Juros	Lucros e dividendos	Total
Total	17 468	5 531	22 999	17 542	4 555	22 097
Estados Unidos	7 404	2 766	10 170	8 464	1 584	10 048
Japão	2 902	121	3 023	2 840	133	2 973
Reino Unido	1 105	551	1 656	1 403	254	1 657
Cayman, Ilhas	1 143	116	1 259	920	345	1 265
Países Baixos (Holanda)	253	852	1 106	394	804	1 199
Alemanha	783	146	929	657	283	940
Bahamas, Ilhas	741	41	782	527	119	646
Bélgica	609	12	621	399	27	427
França	289	218	506	241	243	483
Luxemburgo	450	42	492	409	27	436
Suíça	88	250	339	83	236	318
Itália	155	71	226	141	52	193
Panamá	170	58	228	121	68	189
Portugal	265	20	284	82	21	103
Uruguai	144	25	169	133	73	206
Espanha	232	16	248	52	25	78
Antilhas Holandesas	129	60	189	89	8	97
Suécia	102	8	110	101	7	108
Canadá	70	37	107	65	28	92
Ilhas Virgens Britânicas	21	15	36	30	55	86
Finlândia	9	30	39	8	60	69
Bermudas	35	8	43	31	24	55
Argentina	43	15	58	35	5	39
Barbados	43	0	43	44	0	44
Demais	284	54	338	272	74	346

1/ Não inclui serviços diversos relativos a fatores de produção.

O principal país destinatário de renda remetida por residentes em 2000 foram os Estados Unidos, aos quais foram enviados US\$ 10 bilhões, pouco menos da metade do total. Japão e Reino Unido, segundo e terceiro maiores destinatários, respectivamente, receberam US\$ 3 bilhões e US\$ 1,7 bilhão. Destacou-se, ainda, o montante de lucros e dividendos remetido aos Países Baixos, US\$ 804 milhões, o que coloca esse país como segundo maior recebedor de renda dessa natureza enviada por brasileiros.

**Quadro 5.19 - Pagamentos de juros<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	8 803	8 665	17 468	8 929	8 612	17 542
Empréstimos	5 773	4 953	10 726	5 742	5 679	11 422
Títulos	3 982	3 431	7 413	4 155	4 343	8 498
Bônus	1 764	1 458	3 221	1 988	2 198	4 185
Notes	2 051	1 805	3 856	2 032	1 978	4 009
Commercial papers	83	68	151	91	96	187
Demais	84	101	185	45	71	116
Dívida reestruturada	331	234	565	307	47	355
Outros	1 460	1 288	2 748	1 280	1 289	2 569
Resolução nº 63	461	309	770	252	111	362
Empréstimos a setor agroindustrial	127	89	215	52	18	70
Demais	872	890	1 762	976	1 161	2 137
Financiamentos	2 428	2 522	4 949	2 287	2 517	4 804
Financiamento à importação	1 331	1 499	2 831	1 338	1 499	2 837
Financiamento à exportação	1 096	1 022	2 118	948	1 018	1 967
dos quais relativos a pagamento antecipado	577	558	1 134	488	483	971
Demais	602	1 190	1 792	900	416	1 316
dos quais empréstimos administrados pelo Banco Central do Brasil	364	775	1 139	495	60	555

1/ Classificados de acordo com as modalidades de captação de recursos.

As despesas de juros, US\$ 17,5 bilhões, situaram-se em patamar próximo ao de 1999, com elevação de US\$ 74 milhões.

No que se refere a empréstimos, o pagamento de juros na forma de títulos situou-se em US\$ 8,5 bilhões, ante US\$ 7,4 bilhões em 1999, principalmente em decorrência dos pagamentos relativos a bônus, que se elevaram 29,9%, equivalentes a US\$ 964 milhões. Esse crescimento foi superior à elevação do passivo em bônus, o que é justificado pela característica de pagamento dos novos bônus emitidos, tanto para troca por títulos da dívida externa reestruturada quanto para captação de recursos novos, com maiores pagamentos de juros durante a vigência e amortizações de

principal somente nos vencimentos dos títulos. Adicionalmente, os pagamentos relativos a *notes* e *commercial papers* aumentaram 4% e 24,1%, respectivamente. Os pagamentos da dívida externa reestruturada reduziram-se em US\$ 211 milhões, devido ao pagamento, no início de janeiro de 2001, de juros devidos ao Clube de Paris, vencidos em 31 de dezembro de 2000. O deslocamento da data deveu-se ao fato de o vencimento ter ocorrido em feriado. Os pagamentos relativos a empréstimos amparados pela Resolução nº 63 declinaram para US\$ 362 milhões, 47% dos registrados em 1999, e os empréstimos ao setor agroindustrial, para US\$ 70 milhões.

Os pagamentos de juros referentes a financiamentos de bens e serviços somaram US\$ 4,8 bilhões, redução de US\$ 145 milhões. Os pagamentos decorrentes de financiamentos de importação praticamente não se alteraram, enquanto os relativos a financiamentos de exportação concedidos a residentes no país para bens e serviços diminuíram US\$ 152 milhões, com retração de US\$ 163 milhões nas remessas relativas a pagamentos antecipados. Os juros pagos relativos a demais passivos contraíram-se US\$ 476 milhões, devido, em maior parte, à redução nas remessas relativas aos empréstimos de regularização.

As remessas líquidas de lucros e dividendos declinaram 12,4% em relação às efetivadas em 1999. As receitas de lucros e dividendos diminuíram 32,6%, devido à queda em remessas de lucros ao país, que somaram US\$ 458 milhões, aproximadamente metade do montante observado em 1999. As receitas de dividendos e bonificações recuaram 4,4%, para US\$ 507 milhões.

#### Quadro 5.20 - Remessas de lucros e dividendos

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	2 725	2 805	5 531	2 561	1 993	4 554
Dividendos e bonificações	553	779	1 332	937	492	1 429
Ações	193	319	511	265	71	336
Anexos I a V (Res. nº 1.289)	336	446	782	498	259	757
Demais <sup>1/</sup>	25	14	38	174	161	336
Lucros	2 172	2 027	4 199	1 624	1 502	3 125

1/ Inclui ganhos de capital.

As despesas apresentaram redução de 17,7%, equivalentes a US\$ 977 milhões, refletindo a contração de US\$ 1,1 bilhão de lucros. Os dividendos e bonificações enviados ao exterior somaram US\$ 1,4 bilhão, aumento de 7,3%, resultado do crescimento de US\$ 286 milhões em remessas de ganhos de capital, compensados, em parte, pelos decréscimos de US\$ 175 milhões em remessas de dividendos de ações e de US\$ 26 milhões em investimentos amparados pelos Anexos I a V.

**Quadro 5.21 - Serviços diversos**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
Total	4 500	5 839	-1 339	5 886	6 967	-1 081
Relativos a fatores de produção	4 130	5 274	-1 145	5 411	6 281	- 870
Aluguel de equipamentos	6	605	- 599	172	1 401	-1 229
Aluguel de filmes cinematográficos	0	87	- 87	0	76	- 76
Aluguel de fitas e discos	0	19	- 19	0	20	- 19
Aluguel de imóveis	6	4	3	6	4	2
Comissões contratuais	348	338	10	423	389	34
Corretagens	1	4	- 3	3	3	- 1
Administrativos	1 304	428	876	1 506	358	1 147
Direitos autorais	31	194	- 163	12	184	- 172
Direitos de cessão de atleta profissional	94	33	61	130	23	107
Honorários	51	17	34	63	18	45
Lucros/perdas em transações mercantis	434	77	357	368	66	302
Oper. em bolsas de mercadorias no ext.	109	112	- 3	104	93	11
Oper. em bolsas de mercadorias no país	0	1	- 1	0	0	0
Vencimentos de ordenados pessoais	306	168	139	234	158	76
Participações em feiras	15	10	4	12	22	- 9
Operações de <i>hedge</i>	175	179	- 4	151	174	- 23
Exploração de marcas ou propaganda	5	38	- 33	12	31	- 19
Exploração de patentes	0	97	- 97	0	94	- 94
Fornecimento de tecnologia industrial	15	482	- 467	4	619	- 615
Forn. de cooperação técnica industrial	5	434	- 429	7	401	- 394
Forn. serv. e despesas complementares	1	25	- 24	0	34	- 34
Franquias	0	4	- 4	1	12	- 11
Implementação e instalação de projetos	23	16	8	558	17	541
Marcas e patentes <sup>1/</sup>	76	7	68	88	7	81
Serviços técnicos especializados	1 121	932	189	1 550	1 050	500
<i>Software</i> (cópia)	2	958	- 956	4	1 023	-1 019
Garantia de crédito à exportação	0	4	- 4	0	0	0
Não-relativos a fatores de produção	370	565	- 194	475	686	- 211
Assinaturas de periódicos	1	42	- 40	1	67	- 66
Aquisição de medicamentos	0	0	0	0	0	0
Comunicações	30	13	17	35	30	5
Cursos e congressos	15	244	- 230	26	231	- 205
Serviços bancários	112	140	- 29	136	115	21
Publicidade	125	56	70	161	110	51
Remuner. de competições/exibições	24	21	2	36	32	4
Serviços de informações	11	26	- 14	29	53	- 24
Encomendas internacionais	0	11	- 11	1	28	- 27
Outros compromissos	52	12	40	49	18	31

1/ Registro, depósito e manutenção.

As despesas líquidas com serviços diversos reduziram-se de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,1 bilhão, com redução nas associadas a serviços relativos a fatores de produção e aumento nas relacionadas a serviços não relativos a fatores de produção. Os gastos líquidos com serviços diversos relativos a fatores de produção somaram US\$ 870 milhões, redução de 24% em relação ao ocorrido em 1999. O aumento de receitas, US\$ 1,3 bilhão, foi superior ao de despesas, US\$ 1 bilhão, assinalando-se que o aumento de despesas reflete a modernização do setor produtivo interno, e o relativo às receitas, a existência de mercado externo para fornecimento de tecnologia por empresas residentes. A evolução das receitas e despesas resultou em crescimento de 24,3% na corrente desses serviços, destacando-se a intensificação do fluxo de serviços relacionados à transferência de tecnologia, de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,8 bilhões. Entre os demais serviços relativos a fatores de produção, as receitas associadas a serviços administrativos alcançaram US\$ 1,5 bilhão, aumento de US\$ 202 milhões; as despesas com aluguel de equipamentos, US\$ 1,4 bilhão, aumento de US\$ 796 milhões; e as de aquisições de *software*, US\$ 1 bilhão, aumento de US\$ 65 milhões.

As despesas líquidas de serviços diversos não relativos a fatores de produção totalizaram US\$ 211 milhões, redução de US\$ 17 milhões. As principais despesas ocorreram com cursos e congressos, US\$ 231 milhões, serviços bancários, US\$ 115 milhões, e publicidade, US\$ 110 milhões, enquanto as maiores receitas foram determinadas pelos serviços bancários, US\$ 136 milhões, e de publicidade, US\$ 161 milhões.

### **Transferências unilaterais**

As transferências unilaterais líquidas a residentes somaram US\$ 1,8 bilhão, queda de 11,4% em comparação ao total registrado em 1999. Observaram-se reduções de US\$ 80 milhões no ingresso de recursos para constituição de disponibilidades no país e de US\$ 59 milhões no total de patrimônio transferido do exterior para o Brasil. Os recursos remetidos para manutenção de residentes, que compreendem as remessas de recursos por brasileiros que residem no exterior para residentes no Brasil, mantiveram-se em patamar idêntico ao de 1999. A redução nas transferências totais para o país deveu-se principalmente à queda de 42%, equivalente a US\$ 270 milhões, nas remessas provenientes do Japão, enquanto as remessas oriundas dos Estados Unidos cresceram US\$ 115 milhões, o que aumentou sua participação no total remetido ao Brasil, de 47,8% para 57,6%. Esse fato é consistente com a expectativa de que o bom desempenho da atividade econômica dos EUA nos últimos anos elevaria os recursos transferidos por brasileiros que lá residem.

**Quadro 5.22 - Transferências unilaterais**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	Receitas	Despesas	Total	Receitas	Despesas	Total
Total	2 329	302	2 027	2 133	337	1 796
Estados Unidos	1 114	135	980	1 230	143	1 373
Japão	642	7	635	372	7	379
Alemanha	141	7	134	118	9	127
Portugal	41	33	7	45	36	81
Itália	58	12	46	58	20	78
Suíça	43	7	36	39	12	51
Reino Unido	34	13	21	36	13	49
Espanha	23	24	- 1	20	27	47
França	25	10	15	23	11	35
Países Baixos (Holanda)	24	1	23	25	2	26
Canadá	5	8	- 4	4	7	11
Uruguai	10	3	7	7	2	9
Bahamas, Ilhas	2	0	2	10	9	18
Panamá	7	3	4	9	1	10
Argentina	6	4	2	5	4	9
Demais	154	34	120	133	35	167

**Quadro 5.23 - Investimentos diretos**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Estrangeiros	12 955	17 032	29 987	12 712	17 851	30 563
Ingressos	13 867	17 495	31 362	13 781	19 766	33 547
Moeda	12 260	14 677	26 937	13 170	18 451	31 621
Privatizações <sup>1/</sup>	5 018	3 768	8 786	1 462	5 589	7 051
Demais	7 242	10 909	18 151	11 708	12 862	24 570
Mercadorias	106	21	127	31	186	216
Conversões	1 501	2 797	4 298	580	1 130	1 710
Saídas	912	463	1 375	1 069	1 915	2 984
Brasileiros	- 494	- 622	- 1 116	- 539	- 1 217	- 1 756
Ingressos	201	182	383	450	389	839
Saídas	695	803	1 498	989	1 606	2 596

1/ Em 2000, inclui US\$ 374 milhões em conversões.

**Movimento de capitais**

O movimento de capitais em 2000 caracterizou-se pelo aumento dos investimentos de risco no país, principalmente sob a forma de investimentos estrangeiros diretos, e pela reversão de fluxos líquidos de empréstimos de médio e longo prazos.

**Quadro 5.24 - Investimentos estrangeiros diretos no país**

Distribuição por país de origem/destino

US\$ milhões

País	Ingressos		Saídas	
	1999	2000	1999	2000
Total	31 362	33 547	1 375	2 984
Espanha	5 810	9 649	2	682
Estados Unidos	7 069	6 355	549	398
Portugal	2 403	2 600	6	342
Cayman, Ilhas	2 094	2 144	41	897
Países Baixos (Holanda)	1 810	2 298	47	142
França	2 079	2 064	1	108
Reino Unido	1 315	461	4	34
Alemanha	624	457	10	33
Luxemburgo	49	1 068	2	0
Bélgica	102	395	495	0
Itália	496	465	1	0
Suíça	436	377	17	16
Ilhas Virgens Britânicas	315	361	72	32
Japão	348	274	5	115
Bermudas	263	369	47	-
Canadá	297	214	6	31
Suécia	214	301	-	-
Bahamas, Ilhas	197	235	16	6
Uruguai	158	221	13	17
Argentina	160	137	25	61
Dinamarca	13	289	-	-
México	28	255	-	5
Barbados	123	149	-	-
Panamá	121	44	9	29
Chile	88	40	-	21
Demais <sup>1/</sup>	4 751	2 324	10	12

1/ Inclui as operações em moeda nacional, reinvestimentos, mercadorias e conversões de empréstimos e financiamentos em investimentos.

Os investimentos estrangeiros diretos líquidos no país alcançaram US\$ 30,6 bilhões, maior valor já registrado. Esse resultado reflete o ingresso de recursos autônomos, US\$ 26,5 bilhões, que se expandiu 17,4% em relação ao registrado em 1999, e os investimentos em privatizações, US\$ 7,1 bilhões, dos quais US\$ 3,7 bilhões destinados à aquisição do Banespa e US\$ 2,3 bilhões ao setor de telecomunicações. No que se refere à origem dos recursos, o país que mais aportou investimentos diretos ao Brasil em 2000 foi a Espanha, US\$ 9 bilhões líquidos, aumento de 54,4%. Os Estados Unidos investiram liquidamente US\$ 6 bilhões, representando contração de 8,6% ante o assinalado em 1999, passando de primeiro para segundo maior investidor. A terceira principal fonte desses recursos continuou sendo Portugal, com investimentos líquidos de US\$ 2,3 bilhões, redução de US\$ 140 milhões.

**Quadro 5.25 - Investimentos estrangeiros diretos**

Ingressos relativos a privatizações

US\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Total	2 645	5 249	6 121	8 785	7 051
Setor elétrico	1 760	3 079	1 927	1 020	693
Light	1 177	-	-	-	-
CERJ	583	-	-	-	-
Coelba	-	448	-	-	-
Cachoeira Dourada - Goiás	-	715	-	-	-
Cia. Norte e NE de Distribuição de Energia Elétrica	-	363	-	-	-
Cia. Estadual de Energia Elétrica - RS	-	1 373	-	-	-
Cia. de Distribuição de Energia Elétrica - SE	-	180	-	-	-
Cia. de Energia Elétrica do Ceará (Coelce) - CE	-	-	551	-	-
Elektro	-	-	909	-	-
Gerasul	-	-	409	-	-
Empresa Bandeirantes de Energia S/A	-	-	58	-	-
CESP-Parapanema	-	-	-	710	-
CESP-Tietê	-	-	-	310	-
Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)	-	-	-	-	398
Companhia Energética do Maranhão (Cemar)	-	-	-	-	295
Ferrovias	341	-	-	-	-
Ferrovia Novoeste	20	-	-	-	-
Malha Sudeste	300	-	-	-	-
Malha Centro-Leste	17	-	-	-	-
Malha Sul	5	-	-	-	-
Telecomunicações	544	433	4 168	6 659	2 289
CRT	544	-	1 019	-	-
Banda B	-	433	427	250	866
Sistema Telebrás	-	-	2 721	6 308	1 424
Eletronet	-	-	-	101	-
Gás	-	574	-	1 106	295
Rio Gás S/A	-	336	-	-	-
Cia. Estadual de Gás (CEG) - RJ	-	238	-	-	-
Cia. de Gás de São Paulo (Comgás)	-	-	-	963	-
Concessão Gás São Paulo - segunda área	-	-	-	143	-
Concessão Gás Natural São Paulo Sul	-	-	-	-	295
Bancos	-	-	-	-	3 715
Meridional	-	-	-	-	15
Banespa	-	-	-	-	3 700
Outros	-	1 163	27	-	58
Porto de Sepetiba	-	-	27	-	-
CVRD	-	1 163	-	-	-
Cia. de Saneamento do Amazonas (Cosama)	-	-	-	-	58

Quadro 5.26 - Investimentos em carteira						
US\$ milhões						
Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Estrangeiros	1 018	342	1 360	1 367	1 355	2 722
Ingressos	11 463	6 840	18 303	10 484	9 335	19 819
Saídas	10 445	6 497	16 943	9 117	7 980	17 097
Anexos I a IV	1 481	102	1 583	-1 482	208	-1 274
Ingressos	7 647	4 866	12 513	3 735	363	4 098
Saídas	6 165	4 765	10 930	5 217	155	5 373
Anexo V	604	477	1 081	2 406	3 929	6 335
Ingressos	1 548	1 405	2 953	3 474	4 448	7 922
Saídas	943	929	1 872	1 068	519	1 587
Resolução nº 2.689	-	-	-	1 189	-2 668	-1 479
Ingressos	-	-	-	3 117	4 524	7 641
Saídas	-	-	-	1 928	7 192	9 120
Fundos	-1 068	- 236	-1 304	- 746	- 113	- 859
Ingressos	2 269	568	2 837	158	-	158
Saídas	3 337	804	4 141	904	113	1 017
Brasileiros	428	- 506	- 79	- 343	-1 627	-1 970
Saídas	2 966	871	3 837	581	4 002	4 583
Retornos	3 393	365	3 758	239	2 375	2 613
Fiex	575	187	763	- 41	13	- 28
Saídas	2 464	165	2 628	224	435	659
Retornos	3 039	352	3 391	183	449	632
BDR	6	-	6	-	- 945	- 945
Saídas	1	-	1	-	2 614	2 614
Retornos	7	-	7	-	1 669	1 669
DR	- 58	- 64	- 122	- 302	- 807	-1 110
Saídas	59	70	129	342	923	1 264
Retornos	1	6	6	39	115	155
Demais	- 143	- 694	- 836	1	112	112
Saídas	496	706	1 202	16	30	45
Retornos	353	13	366	17	141	158

Em 2000, a legislação que rege os investimentos estrangeiros em carteira foi alterada por meio da Resolução nº 2.689, de 31.3.2000, que conferiu maior liberdade de movimentação de recursos no mercado financeiro e de capitais, permitindo aos investidores estrangeiros realizar as mesmas aplicações que os investidores brasileiros. Por meio dessa Resolução, foram revogados os Anexos I e II da Resolução nº 1.289 e estabeleceu-se prazo para transferências das posições de investimentos amparados pelo Anexo IV da Resolução nº 1.289. A partir da entrada em vigor da Resolução nº 2.689, somente foram acolhidos novos investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais nas formas previstas na própria Resolução e no Anexo III da

**Quadro 5.27 - Investimentos estrangeiros em carteira no país**

Distribuição por país de origem/destino

US\$ milhões

País	Ingressos		Saídas	
	1999	2000	1999	2000
Total	18 303	19 819	16 943	17 097
Estados Unidos	11 168	14 244	9 990	12 007
Bahamas, Ilhas	2 962	1 837	3 061	1 018
Reino Unido	1 123	805	1 179	827
Cayman, Ilhas	1 133	620	763	1 099
Luxemburgo	366	563	305	412
Ilhas Virgens Britânicas	238	11	284	203
Suíça	252	78	332	48
Hong Kong	4	1	401	3
Irlanda	147	14	130	63
França	162	47	83	37
Uruguai	31	144	32	103
Alemanha	38	60	20	57
Argentina	52	21	33	42
Antilhas Holandesas	38	8	73	16
Bermudas	50	37	39	4
Porto Rico	-	113	-	-
Ilhas Turcas e Caicós	49	-	0	33
Espanha	23	4	5	13
Países Baixos (Holanda)	9	6	15	10
Canadá	15	-	23	0
Panamá	4	-	32	0
Demais <sup>1/</sup>	436	1 206	143	1 101

1/ Inclui as operações em moeda nacional.

Resolução nº 1.289. Relativamente aos fluxos financeiros, os investimentos estrangeiros líquidos em carteira somaram US\$ 2,7 bilhões, o dobro do observado em 1999, resultado associado às captações de recursos por meio de ADR (Anexo V da Resolução nº 1.289), que somaram US\$ 6,3 bilhões. Percebeu-se, como conseqüência da mudança na legislação, a partir de abril, a extinção de ingressos de recursos para investimentos em fundos, modalidade que encerrou o ano com saídas líquidas de US\$ 859 milhões. Os investimentos regidos pelos anexos I a IV apresentaram saída líquida de US\$ 1,3 bilhão no ano, com quedas, na comparação entre o primeiro e o segundo semestre de 2000, de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 363 milhões em ingressos e de US\$ 5,2 bilhões para US\$ 155 milhões em saídas. O fluxo de recursos regidos pela Resolução nº 2.689, que passou a concentrar a grande maioria dos investimentos estrangeiros em carteira, resultou em saída líquida de US\$ 1,5 bilhão.

**Quadro 5.28 - Empréstimos e financiamentos a médio e longo prazos**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-6 731	1 875	-4 856	3 381	4 422	7 803
Estrangeiros	-6 325	2 211	-4 114	3 511	4 732	8 243
Financiamentos	-1 600	-2 291	-3 891	- 954	-1 844	-2 797
Desembolsos	8 613	8 077	16 690	6 708	5 026	11 734
Organismos internacionais	2 074	2 510	4 584	2 767	1 940	4 707
Agências governamentais	384	742	1 126	531	466	997
Fornecedores/compradores	6 154	4 825	10 979	3 409	2 620	6 029
Amortizações	10 213	10 368	20 580	7 662	6 869	14 531
Organismos internacionais	866	734	1 599	753	717	1 470
Agências governamentais	887	801	1 688	705	283	988
Fornecedores/compradores	8 460	8 833	17 293	6 203	5 870	12 073
Empréstimos	-4 725	4 501	- 224	4 465	6 575	11 040
Desembolsos	13 368	14 948	28 316	11 278	19 921	31 199
Novos ingressos	12 368	12 948	25 316	10 678	14 384	25 063
Bônus	2 000	2 719	4 719	3 562	2 524	6 086
Notes	5 547	5 776	11 323	2 474	3 011	5 485
Commercial paper	1 044	602	1 646	325	625	950
Bancos	1 220	1 515	2 735	1 985	3 997	5 982
Intercompanhias	1 812	1 669	3 480	2 021	3 845	5 866
Securitização	124	130	254	178	300	477
Demais	621	538	1 159	133	83	217
Refinanciamentos	1 000	2 000	3 000	600	5 536	6 136
Amortizações	18 094	10 446	28 540	6 813	13 345	20 159
Pagas	16 900	7 443	24 343	6 108	7 529	13 638
Bônus	1 288	123	1 411	1 724	646	2 370
Notes	9 098	3 606	12 704	1 328	2 496	3 824
Commercial paper	498	148	645	203	587	789
Bancos	3 202	1 659	4 860	1 640	1 912	3 552
Intercompanhias	979	1 015	1 994	1 085	1 466	2 551
Securitização	397	62	459	48	192	240
Demais	1 437	832	2 269	81	231	312
Refinanciadas	1 193	3 003	4 196	705	5 816	6 521
Brasileiros (líq.)	- 406	- 336	- 742	- 130	- 309	- 439

Com relação à origem e ao destino dos investimentos em carteira, os Estados Unidos se mantiveram como maior fonte de entradas e saídas dos recursos. Desse país, originaram-se US\$ 14,2 bilhões, crescimento de 27,5%, e retornaram US\$ 12 bilhões, expansão de 20,2%. Em seguida, aparecem as Ilhas Bahamas, com ingresso de US\$ 1,8 bilhão, redução de 38%, e saída de US\$ 1 bilhão, contração de 66,7%.

Os investimentos brasileiros no exterior, em 2000, resultaram em saídas líquidas de US\$ 3,7 bilhões, aumento de 185% em relação a 1999, dos quais US\$ 1,8 bilhão na

forma de investimentos diretos e US\$ 2 bilhões na de investimentos em carteira. Os investimentos em Fundos de Investimento no Exterior (Fiex), em que se concentraram as saídas em 1999, registraram saídas líquidas de US\$ 28 milhões.

A captação de recursos via empréstimos e financiamentos comportou-se de forma inversa em 2000, proporcionando ingresso líquido de US\$ 8,2 bilhões de capitais estrangeiros no ano.

Os financiamentos estrangeiros de médio e longo prazos apresentaram amortizações líquidas de US\$ 2,8 bilhões, 28,1% menores que em 1999, com quedas de US\$ 5 bilhões em desembolsos e de US\$ 6 bilhões em amortizações. As saídas líquidas de recursos concentraram-se em créditos de fornecedores e compradores, que registraram amortizações líquidas de US\$ 6 bilhões, melhora de US\$ 270 milhões. A retração de US\$ 5 bilhões em desembolsos foi acompanhada de redução de US\$ 5,2 bilhões em pagamentos. Os financiamentos de organismos resultaram em desembolsos líquidos de US\$ 3,2 bilhões. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) desembolsou US\$ 804 milhões líquidos, aumento de US\$ 186 milhões, enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apresentou desembolsos líquidos de US\$ 2,6 bilhões em 2000, montante idêntico ao do ano anterior. As agências governamentais contribuíram mais significativamente para a melhora no resultado de financiamentos, com desembolsos líquidos de US\$ 9 milhões, comparados a pagamentos líquidos de US\$ 562 milhões em 1999.

**Quadro 5.29 - Financiamentos oficiais e créditos de fornecedores e compradores**  
Desembolsos ao Brasil

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	Moeda	Mercadoria	Total	Moeda	Mercadoria <sup>1/</sup>	Total
Total	5 538	11 152	16 690	5 704	6 029	11 734
Organismos internacionais	4583	2	4 584	4707	...	4 707
BID	2896	2	2 898	2871	...	2 871
Bird	1533	0	1 533	1692	...	1 692
CFI	154	0	154	144	...	144
Agências governamentais	955	171	1 126	997	...	997
Eximbank - Japão	513	8	522	186	...	186
KFW	149	23	172	475	...	475
Outras	293	140	432	336	...	336
Fornecedores/compradores	-	10 979	10 979	-	6 029	6 029

1/ Financiamentos concedidos por organismos internacionais e agências governamentais estão incluídos em créditos de fornecedores/compradores.

Os empréstimos estrangeiros de médio e longo prazos registraram desembolsos de US\$ 25,1 bilhões na forma de novos recursos em 2000, retração de US\$ 254 milhões em comparação ao ano anterior. Destacou-se a mudança na composição dos recursos, com aumento de empréstimos diretos - de bancos e de empresas ligadas (intercompanhias) - e retração de captações por meio de títulos, com exceção de bônus. Os desembolsos de bancos comerciais somaram US\$ 6 bilhões, mais que o dobro do observado em 1999, enquanto os créditos intercompanhias alcançaram US\$ 5,9 bilhões, aumento de 68,6%. As colocações de *notes* resultaram em ingressos de US\$ 5,5 bilhões, redução de 51,6%, enquanto as captações por meio de *commercial papers* somaram US\$ 950 milhões, queda de 42,3%.

As amortizações pagas de empréstimos de médio e longo prazos somaram US\$ 13,6 bilhões, declínio de 44% ante o total de 1999, ressaltando-se que, no primeiro trimestre daquele ano, registraram-se pagamentos de US\$ 12,7 bilhões, em decorrência da forte captação, ao final de 1997 e início de 1998, com prazos de vencimentos próximos a 1 ano. Os pagamentos mantiveram-se relativamente constantes, comparando-se os dois semestres de 2000, sem apresentarem qualquer alteração em relação ao padrão esperado. As amortizações de *notes* somaram US\$ 3,8 bilhões, representando 30% das registradas em 1999, já que as saídas naquele ano concentraram-se nessa modalidade, enquanto os pagamentos de *commercial papers* somaram US\$ 789 milhões. Os pagamentos de empréstimos intercompanhias somaram US\$ 2,6 bilhões, queda de US\$ 557 milhões. As amortizações de empréstimos bancários somaram US\$ 3,6 bilhões, dos quais praticamente metade relativa a pagamentos de recursos captados ao amparo Resolução nº 63. Cabe mencionar que, em 30.8.2000, foi editada a Resolução nº 2.770, no âmbito do Programa Nacional de Desburocratização, com o objetivo de simplificar e consolidar as normas de captação de empréstimos externos. Essa Resolução revogou, entre outros normativos, a Resolução nº 63 e o Comunicado Firce nº 10. Nas demais amortizações de empréstimos, observou-se a redução de pagamentos referentes a recursos para repasse ao setor agroindustrial, de US\$ 2,2 bilhões, em 1999, para US\$ 310 milhões em 2000.

As operações com bônus geraram ingressos líquidos de US\$ 3,3 bilhões no balanço de pagamentos de 2000. Esse montante considera os refinanciamentos de empréstimos e as amortizações refinanciadas, que correspondem integralmente aos totais de bônus entregues, US\$ 6,1 bilhões, e bônus recebidos, US\$ 6,5 bilhões, nas operações de troca de Bônus da República (*Global*) por bônus da dívida externa renegociada (*Bradies*). Além da troca de dívida, os Bônus da República resultaram em novos ingressos de US\$ 5,8 bilhões. Os demais ingressos de novos recursos de bônus decorreram da emissão de US\$ 246 milhões de títulos pelo BNDES.

Os capitais de curto prazo, que compreendem recursos brasileiros e estrangeiros com prazo de vencimento de até 360 dias e sem prazos de vencimento definidos, tais como depósitos, registraram queda de 24,5% na saída líquida de recursos em 2000.

**Quadro 5.30 - Capitais a curto prazo**

US\$ milhões

Discriminação	1999			2000		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-3 942	-4 511	-8 452	-2 726	-3 659	-6 384
Capitais estrangeiros	-3 917	-1 078	-4 994	-2 124	-2 321	-4 445
Empréstimos	620	- 205	415	1 138	1 234	2 372
Ingressos	2 803	1 729	4 532	3 318	3 251	6 570
Títulos	717	176	893	216	239	455
Empréstimos diretos	2 086	1 553	3 639	3 103	3 012	6 115
Dos quais intercompanhias	1 285	769	2 054	1 160	1 505	2 665
Amortizações	2 183	1 934	4 117	2 180	2 018	4 198
Títulos	243	362	605	93	38	131
Empréstimos diretos	1 940	1 572	3 512	2 087	1 979	4 066
Dos quais intercompanhias	973	702	1 675	361	533	894
Financiamentos (líquidos)	- 913	1 930	1 016	-1 343	- 952	-2 295
Linhas de crédito bancárias	- 723	1 944	1 220	-1 428	325	-1 103
Outras linhas de crédito	- 190	- 14	- 204	85	-1 277	-1 192
Depósitos	-1 969	-2 006	-3 974	278	-1 170	- 892
Em bancos comerciais	- 376	237	- 138	516	- 486	31
Em outros setores	-1 593	-2 243	-3 836	- 239	- 684	- 923
Outros capitais	-1 655	- 796	-2 451	-2 197	-1 433	-3 630
Capitais brasileiros	- 25	-3 433	-3 458	- 601	-1 338	-1 940
Empréstimos (líquidos)	- 225	- 737	- 962	133	- 614	- 480
Financiamentos de bancos comerciais	17	9	26	- 17	2	- 14
Depósitos	183	-2 705	-2 522	- 718	- 727	-1 445
De bancos comerciais	1 417	-1 029	387	875	1 389	2 264
De outros setores	-1 233	-1 675	-2 909	-1 593	-2 116	-3 709
Memo:						
Operações com instituições no exterior	-4 782	-5 481	-10 263	-2 968	-4 265	-7 233
Obrigações de bancos comerciais	-1 099	2 181	1 082	- 912	- 160	-1 072
Haveres de bancos comerciais	1 444	-1 599	- 155	1 243	1 391	2 634

Os capitais estrangeiros, que representam a constituição de passivo externo por parte de residentes junto a não-residentes, somaram US\$ 4,4 bilhões, redução de US\$ 550 milhões ante o total relativo ao ano anterior. Assinale-se a mudança na composição dos créditos líquidos, com aumento de US\$ 2 bilhões em empréstimos líquidos concedidos a residentes e redução de US\$ 3,1 bilhões no resgate de depósitos de não-residentes constituídos junto a residentes, contrabalançados, em parte, pela inversão do fluxo de financiamentos, de ingressos líquidos de US\$ 1 bilhão para amortização líquida de US\$ 2,3 bilhões.

Os capitais brasileiros de curto prazo, que representam a constituição de ativos externos por parte de residentes junto a não-residentes, na forma de empréstimos,

financiamentos, depósitos e outros ativos, apresentaram saídas líquidas de US\$ 1,9 bilhão, redução de 43,9% em relação a 1999. Essa evolução deveu-se, em maior proporção, à redução de US\$ 1,1 bilhão na constituição de depósitos brasileiros no exterior. O total de depósitos no exterior, US\$ 1,4 bilhão, resultou da constituição líquida de US\$ 3,7 bilhões de depósitos no exterior pelos setores não-bancários e do retorno líquido de US\$ 2,3 bilhões de depósitos de bancos comerciais no exterior.

Em 2000, foram efetuados pagamentos de US\$ 10,3 bilhões de amortização referente ao programa de assistência financeira (PAF) ao país, coordenado pelo FMI, dos quais US\$ 6,9 bilhões ao FMI, US\$ 3,2 bilhões ao BIS e US\$ 296 milhões ao BoJ. Também ocorreram desembolsos de US\$ 2,8 bilhões, sendo US\$ 1,7 bilhão proveniente do Bird e US\$ 1 bilhão do BID. Os juros pagos relativos a esse programa somaram US\$ 911 milhões em 2000.

Os fluxos líquidos de recursos decorrentes da evolução do passivo externo brasileiro observaram saída líquida de US\$ 14,9 bilhões em 2000, menos que metade da registrada em 1999. Esse resultado deveu-se, sobretudo, à redução nas amortizações, notadamente na forma de *notes* e de financiamentos de importações, tendo os desembolsos e pagamentos de juros apresentado alteração discreta.

Os créditos líquidos de organismos internacionais, excetuado o FMI, somaram US\$ 1,9 bilhão. Os recursos líquidos provenientes do Bird alcançaram US\$ 104 milhões, com aumento de US\$ 150 milhões em desembolsos e redução de US\$ 102 milhões em amortizações. Do BID foi recebido US\$ 1,8 bilhão líquido, tendo destacado-se o aumento de US\$ 269 milhões em pagamentos de juros.

Os pagamentos de juros ao FMI somaram US\$ 383 milhões, queda de US\$ 132 milhões, decorrente da redução no passivo vinculado a empréstimos de regularização do balanço de pagamentos.

As operações com agências governamentais resultaram em pagamentos líquidos de US\$ 575 milhões, diminuição de US\$ 757 milhões em relação a 1999, fundamentada pela redução de US\$ 951 milhões no serviços da dívida com o Clube de Paris. O fluxo de recursos com as demais agências resultou em ingressos líquidos de US\$ 179 milhões, redução de US\$ 195 milhões, com retração de US\$ 129 milhões em desembolsos e aumentos de US\$ 38 milhões em amortizações e de US\$ 28 milhões em pagamentos de juros.

O pagamento líquido de recursos a bancos comerciais apresentou forte retração em 2000, em comparação ao ano anterior. As amortizações totalizaram US\$ 3,6 bilhões, queda de 26,9%, e os pagamentos de juros apresentaram retração de 10,5%, para US\$ 2,5 bilhões. Os desembolsos, por outro lado, mais que dobraram, alcançando US\$ 6 bilhões.

**Quadro 5.31 - Fluxos financeiros por credor externo<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Total</b>	-1 279	-9 301	739	-31 365	-14 944
Desembolsos	25 904	31 130	47 962	31 026	30 767
Amortizações	14 419	26 021	31 381	44 924	28 169
Juros	12 764	14 410	15 843	17 468	17 542
<b>Bird<sup>2/</sup></b>	174	121	704	- 148	104
Desembolsos	2 043	1 781	2 121	1 686	1 837
Amortizações	1 366	1 166	1 112	1 257	1 155
Juros	503	493	304	578	578
<b>BID</b>	248	716	1 448	2 079	1 810
Desembolsos	830	1 369	2 050	2 898	2 871
Amortizações	342	354	347	343	315
Juros	240	300	255	476	745
<b>FMI<sup>3/</sup></b>	- 24	- 22	- 20	- 515	- 383
Juros	24	22	20	515	383
<b>Agências governamentais</b>	-3 987	-1 492	-1 853	-1 332	- 575
Agências	- 154	760	400	374	179
Desembolsos	394	1 260	1 144	1 126	997
Amortizações	355	319	563	481	519
Juros	194	181	181	271	299
Clube de Paris	-3 833	-2 252	-2 253	-1 705	- 754
Amortizações	2 136	1 496	1 497	1 206	469
Juros	1 697	756	756	499	285
<b>Bônus</b>	-2 549	-8 368	-3 310	69	- 595
Desembolsos	1 263	2 751	2 698	4 719	6 086
Amortizações <sup>4/</sup>	571	7 624	2 867	1 411	2 370
Juros	3 240	3 496	3 141	3 239	4 311
<b>Notes</b>	13 672	7 002	17 838	-5 260	-2 353
Desembolsos	17 242	15 591	24 602	11 323	5 485
Amortizações	2 491	6 622	3 868	12 704	3 824
Juros	1 078	1 967	2 896	3 879	4 014
<b>Intercompanhias</b>	474	1 250	3 770	159	2 049
Desembolsos	1 578	3 062	6 339	3 480	5 866
Amortizações	355	494	1 219	1 994	2 551
Juros	749	1 318	1 350	1 327	1 267
<b>Bancos</b>	-5 465	-3 099	269	-4 960	- 107
Desembolsos	565	2 434	5 801	2 735	5 982
Amortizações	3 640	2 569	2 705	4 860	3 552
Juros	2 389	2 964	2 827	2 834	2 537
<b>Outros</b>	-3 822	-5 409	-18 108	-21 458	-14 893
Desembolsos	1 990	2 882	3 209	3 059	1 644
Amortizações	3 162	5 378	17 204	20 667	13 414
Juros	2 650	2 913	4 113	3 850	3 122

1/ Não inclui desembolsos de compradores e fornecedores.

2/ Inclui CFI.

3/ Não inclui desembolsos e amortizações referentes a operações de regularização.

4/ Em 1997, inclui US\$ 5,296 bilhões referentes a troca de dívida por NTN.

Os pagamentos líquidos de recursos vinculados a *notes* também refletiram a melhora nas condições de financiamento externo do país em 2000, conforme evidenciado pela redução de 55,3% em pagamentos líquidos. As amortizações declinaram para US\$ 3,8 bilhões, menos de um terço das registradas no ano anterior. A redução de desembolsos, por sua vez, representou, mais que a efetiva restrição dessa modalidade de empréstimo por parte de credores estrangeiros, a diminuição voluntária dessa modalidade de captação por entidades brasileiras.

As transações relativas a bônus geraram pagamentos líquidos de US\$ 595 milhões. Esse resultado representa reversão do fluxo líquido em comparação a 1999, mas reafirma a redução de pagamentos relativamente a anos anteriores àquele. Deve-se ressaltar que esse resultado não inclui os bônus emitidos e amortizados em operações de trocas.

Os fluxos de recursos intercompanhias, modalidade de crédito associada aos investimentos estrangeiros diretos, resultaram em ingressos líquidos de US\$ 2 bilhões. Os desembolsos aumentaram 68,6%, para US\$ 5,9 bilhões, e as amortizações, 27,9%, para US\$ 2,6 bilhões.

### **Dívida externa**

A dívida externa total atingiu US\$ 236,2 bilhões em dezembro de 2000, queda de US\$ 5,3 bilhões em relação ao estoque de dezembro de 1999. A dívida de médio e longo prazos apresentou redução de US\$ 7,9 bilhões. No âmbito do PAF, foram amortizados US\$ 10,3 bilhões. A dívida de curto prazo situou-se em US\$ 30 bilhões, expandindo-se 9,4% no período.

Os empréstimos do FMI, referentes ao PAF, foram reduzidos em US\$ 7 bilhões, resultado de modificação na paridade cambial dos Direitos Especiais de Saque (DES), redução de US\$ 196 milhões, e de amortização integral de recursos sacados na modalidade Suplementação de Reservas, restando US\$ 1,8 bilhão sacado na modalidade *Credit Tranche*. Os recursos complementares do PAF tomados junto ao BIS e ao BoJ, em dólar, foram totalmente amortizados, acarretando redução do endividamento em US\$ 3,4 bilhões.

O estoque de bônus, composto por *Bradies*, eurobônus, bônus Samurai e bônus globais, ampliou-se em 5,6%, equivalentes a US\$ 2,9 bilhões, com importante modificação na composição. A parcela representada por *Bradies* reduziu-se em US\$ 10,1 bilhões, enquanto o estoque dos demais bônus cresceu US\$ 13 bilhões, ultrapassando em 16,8% a participação dos *Bradies* no estoque total de títulos. Explica esse movimento, além de vencimentos programados e captação de novos recursos, o volume negociado em operações de troca, US\$ 6,5 bilhões em 2000, nas

quais a República emitiu bônus globais e aceitou dos investidores *Bradies* como contrapartida.

Em que pese o acréscimo de US\$ 6,5 bilhões nas importações em 2000, os financiamentos de médio e longo prazos apresentaram redução de estoque em 4,6% no período. A redução esteve concentrada em credores do tipo compradores e fornecedores, US\$ 5,2 bilhões, enquanto agências responderam por US\$ 575 milhões. O estoque devido aos organismos internacionais elevou-se em US\$ 3 bilhões.

Da dívida externa de médio e longo prazos em dezembro de 2000, 44,1% constituíam-se de créditos relativos a empréstimos em moeda, 28,5% de financiamento de comércio e 26,6% de bônus. A parcela restante, 0,9%, referia-se ao PAF.

**Quadro 5.32 - Endividamento externo bruto**

US\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
A. Dívida total (B+C)	179 935	199 998	241 644	241 468	236 151
B. Dívida de médio e longo prazos <sup>1/</sup>	142 148	163 283	215 215	214 076	206 190
Programa de assistência financeira	-	-	9 324	12 281	1 771
FMI	-	-	4 784	8 834	1 771
BIS	-	-	4 150	3 150	-
BoJ	-	-	390	297	-
Demais empréstimos do FMI	68	32	11	-	-
Bônus de dívida reestruturada ( <i>Bradies</i> )	51 239	41 930	40 419	35 330	25 250
Demais bônus	3 637	7 457	9 321	16 509	29 504
Financiamentos de importações	34 165	50 785	64 568	61 607	58 769
Organismos internacionais	11 325	12 353	15 442	18 544	21 504
Agências governamentais	15 821	14 348	17 142	14 812	14 237
Outros financiadores	7 019	24 084	31 984	28 252	23 027
Empréstimos em moeda	52 836	62 898	91 415	88 219	90 886
Empréstimos diversos	203	181	157	130	10
C. Dívida de curto prazo	37 787	36 715	26 429	27 392	29 961
Linhas de crédito de importação de petróleo	4 985	5 695	3 355	3 318	2 572
Outras linhas de crédito de empresas					
públicas não-financeiras	177	-	-	-	-
Bancos comerciais	30 611	26 501	17 911	18 954	18 164
Financiamento rural (Res. nº 2.483)	1 944	4 003	1 399	542	319
Outras operações <sup>2/</sup>	70	516	3 764	4 578	8 905
Financiamentos	...	...	...	2 616	3 850
Empréstimos	...	...	...	1 962	5 055

1/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

2/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *Bridge Loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. Em 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

A dívida de curto prazo elevou-se em US\$ 2,6 bilhões, crescimento de 9,4% em comparação à posição de 1999. Enquanto o estoque de obrigações de bancos comerciais decresceu US\$ 790 milhões, o estoque de outros créditos, cuja obrigatoriedade do registro surgiu em 1999, ampliou-se em US\$ 4,1 bilhões, distribuídos em US\$ 2,9 bilhões na modalidade empréstimos e US\$ 1,2 bilhão na modalidade financiamentos. O estoque de linhas de crédito para importação de petróleo decresceu US\$ 746 milhões. Com a revogação da Resolução nº 2.483, em agosto de 2000, e a conseqüente extinção da captação para financiamento rural, o estoque dessa modalidade decresceu US\$ 223 milhões.

Considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representa 91,2% da dívida externa total, o setor privado figura como maior devedor, acumulando US\$ 107,9 bilhões em recursos de médio e longo prazos e US\$ 7,9 bilhões em recursos de curto prazo. Os 46,2% restantes da dívida externa registrada são devidos pelo setor público, US\$ 98,2 bilhões de médio e longo prazos e US\$ 1,3 bilhão de curto prazo.

**Quadro 5.33 - Dívida externa registrada**

US\$ milhões

Devedor	Credor				
	Bônus	Clube de Paris	Organismos <sup>1/</sup>	Bancos	Notes
Total	54 754	7 494	23 275	27 148	61 021
Médio e longo prazos	54 754	7 494	23 275	23 390	60 756
Setor público	54 631	7 494	20 732	2 477	6 708
Setor público não-financeiro	54 207	7 494	18 020	2 174	2 877
Tesouro Nacional	53 958	7 494	8 628	208	-
Estatais	249	-	2 379	1 032	2 877
Estados e municípios	-	-	5 241	28	-
Banco Central do Brasil	-	-	1 771	907	-
Setor financeiro	424	-	2 713	303	3 831
Setor privado	122	-	2 543	20 913	54 048
Não-financeiro	122	-	2 297	12 063	41 467
Financeiro	-	-	246	8 850	12 581
Curto prazo	-	-	-	3 757	265
Empréstimos	-	-	-	1 056	265
Não-financeiro	-	-	-	477	148
Financeiro	-	-	-	579	117
Financiamento de importações	-	-	-	2 701	-
Não-financeiro	-	-	-	1 249	-
Financeiro	-	-	-	1 452	-

(continua)

O endividamento de médio e longo prazos do setor privado, US\$ 107,9 bilhões, concentra-se na modalidade *notes*, responsável por 50,1% do total, seguida por bancos credores, 19,4%, e créditos intercompanhias, 14,8%. A parcela do endividamento relativa ao setor privado não-financeiro correspondeu a 78% do total.

O setor público não-financeiro detinha, em dezembro de 2000, US\$ 89,8 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Desse total, 80,8% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais 74,4% na modalidade *bônus*. Enquanto a dívida do Tesouro Nacional encontra-se referenciada majoritariamente em *bônus*, a das estatais concentra-se em *notes*, 32,5%, embora os créditos fornecidos por organismos internacionais representem participação próxima, 26,8%. Essa última proporção é mais elevada para o endividamento de estados e municípios, 94%. Quanto ao endividamento do Banco Central, US\$ 1,8 bilhão refere-se ao PAF e US\$ 907 milhões ao *Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA)*, empréstimo originário de dívida reestruturada.

**Quadro 5.33 - Dívida externa registrada (continuação)**

US\$ milhões

Posição: 31.12.2000

Devedor	Credor			Total
	Agências	Fornecedores	Outros <sup>2/</sup>	
Total	6 742	11 409	23 573	215 415
Médio e longo prazos	6 742	10 767	19 012	206 190
Setor público	3 485	568	2 160	98 257
Setor público não-financeiro	2 847	366	1 796	89 780
Tesouro Nacional	1 142	212	925	72 567
Estatais	1 313	142	869	8 861
Estados e municípios	295	12	0	5 576
Banco Central do Brasil	97	-	1	2 777
Setor financeiro	639	203	364	8 477
Setor privado	3 257	10 198	16 852	107 933
Não-financeiro	3 099	10 149	15 013	84 210
Financeiro	158	50	1 838	23 723
Curto prazo	-	642	4 561	9 225
Empréstimos	-	-	4 054	5 375
Não-financeiro	-	-	2 533	3 158
Financeiro	-	-	1 521	2 217
Financiamento de importações	-	642	507	3 850
Não-financeiro	-	640	254	2 143
Financeiro	-	2	253	1 707

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui intercompanhias.

**Quadro 5.34 - Dívida pública externa registrada**

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Governo federal (contratada diretamente)	74 010	65 989	66 777	68 959	72 592
Estados e municípios	2 796	3 512	4 886	5 401	5 575
Direta	347	364	746	320	97
Com aval	2 449	3 148	4 140	5 081	5 478
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	15 742	16 173	31 467	30 398	21 439
Direta	7 668	9 297	15 879	19 575	14 242
Com aval	8 074	6 876	15 588	10 823	7 197
Setor privado (com aval do setor público)	370	489	919	919	919
Total geral	92 918	86 163	104 049	105 677	100 525
Direta	82 025	75 650	83 402	88 854	86 931
Com aval	10 893	10 513	20 647	16 823	13 594
Pelo governo federal	10 255	10 111	19 920	16 622	13 246
Pelos estados e municípios	1	1	5	3	1
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	637	401	722	198	347

O esquema de amortização para o endividamento de médio e longo prazos, posição de dezembro de 2000, apontou 14,8% dos vencimentos programados para 2001, 9,5% para 2002, 8,3% para 2003 e 12,4% para 2004. A partir de 2005, os percentuais são decrescentes. A modalidade bônus apresenta vencimentos mais longos, enquanto os créditos que financiam comércio apresentam prazo menos dilatado. A concentração de vencimentos de empréstimos em moeda nos anos de 2004 e 2005 é explicada pelo alto volume de captações em 1996 e 1997, no início do Plano Real, quando havia

**Quadro 5.35 - Dívida externa de médio e longo prazos**Esquema de amortização<sup>1/</sup>

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2001	2002	2003	2004	2005
Bônus do governo	54 754	3 190	2 180	1 880	5 861	3 494
Org. e agências	35 742	3 548	5 153	6 068	5 185	3 628
Empréstimos em moeda	90 895	15 126	9 628	7 630	13 246	11 498
Créditos de compradores e fornecedores	23 027	8 398	2 503	1 343	985	579
Total	204 419	30 262	19 464	16 921	25 276	19 199

(continua)

**Quadro 5.35 - Dívida externa de médio e longo prazos (continuação)**Esquema de amortização<sup>1/</sup>

US\$ milhões

Posição: 31.12.2000

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011 e
						Posteriores
Bônus do governo	3 184	4 162	3 384	3 619	2 171	21 630
Org. e agências	3 147	1 427	1 179	857	864	4 686
Empréstimos em moeda	6 441	9 181	3 858	2 506	1 530	10 252
Créditos de compradores e fornecedores	357	299	200	194	116	8 053
<b>Total</b>	<b>13 129</b>	<b>15 069</b>	<b>8 621</b>	<b>7 175</b>	<b>4 680</b>	<b>44 622</b>

1/ Exclui operações de regularização (FMI - *Credit Tranche*)

isenção de imposto de renda para captações via títulos, com prazo igual ou superior a 8 anos.

A colocação de bônus com prazos extensos permitiu o alongamento do prazo médio da dívida externa registrada, que passou de 5,7 anos, na posição de dezembro de 1999, para 6,4 anos na posição de dezembro de 2000.

**Quadro 5.36 - Prazo médio de endividamento externo total<sup>1/</sup>**

Em anos

Discriminação	1997	1998	1999	2000			
	Dez	Dez	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
<b>Total</b>	<b>6,06</b>	<b>5,79</b>	<b>5,70</b>	<b>5,81</b>	<b>5,93</b>	<b>6,47</b>	<b>6,36</b>

1/ Com base no esquema de amortização.

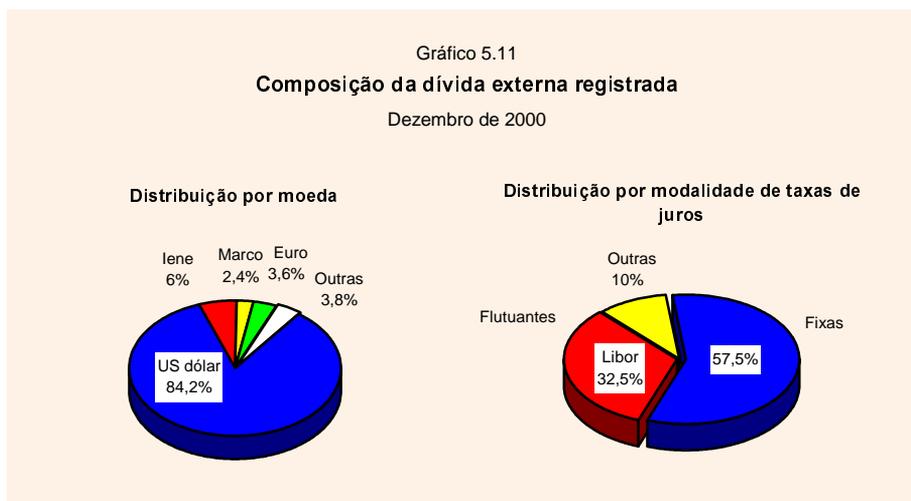
A dívida externa registrada apresenta estabilidade na composição por moeda, com a predominância do dólar americano, referência para 84,2% do valor do passivo em dezembro de 2000. Duas moedas aumentaram suas participações ao longo de 2000, o euro, que atingiu 3,6%, e o iene japonês, 6%. No primeiro caso, ocorreu substituição natural de moedas dos países componentes da Área do Euro pela nova moeda, consolidada como unidade de conta para operações no mercado financeiro internacional. Nesse sentido, a República deu prosseguimento às emissões denominadas em euro, que totalizaram US\$ 2,1 bilhões em 2000. No segundo caso, não houve alteração da participação do iene japonês no endividamento privado, com aumento da participação no endividamento total decorrendo das emissões de bônus da República, nessa moeda, que somaram US\$ 1,1 bilhão.

Entre dezembro de 1999 e dezembro de 2000, alterações nas paridades cambiais significaram redução do endividamento externo registrado de, aproximadamente, US\$ 2,7 bilhões. A maior parte dessa redução originou-se da valorização do dólar frente ao euro e, conseqüentemente, às moedas componentes de sua área.

Em dezembro de 1999, 47,8% do estoque da dívida eram remunerados por taxas flutuantes, percentual que decresceu para 42,5% em dezembro de 2000. Essa alteração implicou a redução da exposição do endividamento brasileiro ao risco de taxa de juros, tornando o serviço da dívida menos sensível a modificações no cenário econômico internacional. Além da preferência do setor privado por empréstimos e financiamentos sob taxas fixas, dois fatores contribuíram para a alteração da proporção: a amortização de US\$ 10,3 bilhões de créditos relativos ao programa de assistência financeira internacional, remunerados a taxas flutuantes, e as operações de troca de títulos da dívida externa, com cancelamento de *Bradies* - alguns remunerados por taxas fixas, outros por taxas flutuantes - e emissão de *Globals* - todos remunerados por taxas fixas. A Libor semestral continuou como principal indexador, presente em 76,4% do estoque contratado sob taxas flutuantes.

### Indicadores de endividamento

A trajetória de deterioração dos indicadores de endividamento, iniciada em 1995, foi revertida em 2000, principalmente em razão da redução de estoque de dívida externa e dos pagamentos de juros e de principal. O ponto de inflexão da trajetória, com melhora em todos os índices, subsidiou decisão das agências de risco que, em 2000, elevaram a classificação de títulos de dívida externa brasileira.



**Quadro 5.37 - Indicadores de endividamento**

US\$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Serviço da dívida	27 183	40 431	47 224	70 375	56 034
Amortizações <sup>1/</sup>	14 419	26 021	31 381	52 907	38 492
Juros brutos	12 764	14 410	15 843	17 468	17 542
Dívida de médio e longo prazos (A)	142 148	163 283	215 214	214 076	206 190
Dívida de curto prazo (B)	37 787	36 715	26 430	27 392	29 961
Dívida total (C)=(A+B)	179 935	199 998	241 644	241 468	236 151
Reservas internacionais (D)	60 110	52 173	44 556	36 342	33 011
Créditos brasileiros no exterior (E)	7 587	7 331	7 441	7 274	6 801
Haveres de bancos comerciais (F)	11 675	9 639	7 380	7 481	6 028
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	100 563	130 856	182 267	190 371	190 312
Exportações	47 747	52 990	51 140	48 011	55 086
PIB	775 475	807 814	787 499	529 398	587 971
Memorando (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	57	76	92	147	102
Serviço da dívida/PIB	4	5	6	13	10
Dívida total/exportações	377	377	473	503	429
Dívida total/PIB	23	25	31	46	40
Dívida total líquida/exportações	211	247	356	397	345
Dívida total líquida/PIB	13	16	23	36	32

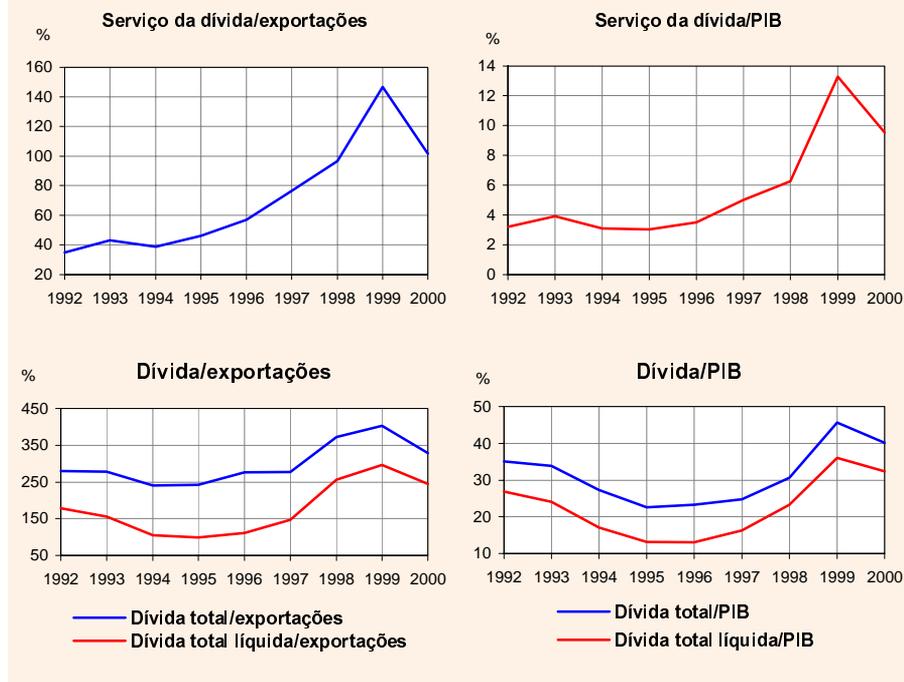
1/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

Enquanto o valor das exportações cresceu 14,7% em 2000, o serviço da dívida, notadamente em amortizações, decresceu 20,4% no mesmo período, possibilitando que a receita de exportações voltasse a se aproximar da despesa com o serviço da dívida. O PIB em 2000, medido em dólares, cresceu 11,1% em relação ao de 1999, contribuindo para que o serviço da dívida, expresso como percentual do agregado, declinasse de 13,3%, em 1999, para 9,5% em 2000. A redução de 2,2% no estoque da dívida externa total entre as posições de dezembro de 1999 e dezembro de 2000, somadas às evoluções do PIB e das exportações, reduziram a participação da dívida externa em relação ao PIB de 45,6%, em 1999, para 40,2% em 2000, e a relação entre a dívida externa e as exportações, para as mesmas datas, de 502,9% para 428,7%. A dívida total líquida de ativos, que, em dezembro, representava 397,8% do valor da receita de exportações dos últimos 12 meses, atingiu 345,5% em dezembro de 2000, enquanto, em percentagem do PIB, declinou de 36,1% para 32,4%.

**Captações externas**

A evolução recente do volume de captações soberanas por meio de bônus demonstra o grau de acesso do Brasil ao mercado financeiro internacional, evidenciando 2000

Gráfico 5.12  
Indicadores de endividamento



como ano de consolidação dessa modalidade de recursos para manutenção de nível apropriado das reservas internacionais e financiamento externo. Desde o processo de reestruturação de dívida externa, concluído em 1994, a República Federativa do Brasil captou US\$ 1,7 bilhão em 1995, US\$ 1,3 bilhão em 1996, US\$ 5,3 bilhões em 1997, US\$ 2,2 bilhões em 1998, US\$ 7,7 bilhões em 1999 e US\$ 12 bilhões em 2000. De modo semelhante, o prazo médio ponderado, em anos, expandiu-se de 2,4, em 1995, para 4,6 em 1996, 23,4 em 1997, 8,8 em 1998, 6 em 1999 e 25,2 em 2000.

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2000 somou US\$ 12 bilhões, dos quais US\$ 5,8 bilhões corresponderam a recursos novos e US\$ 6,2 bilhões ao cancelamento de títulos da dívida reestruturada, *Bradies*. Ocorreram seis lançamentos com base exclusivamente em recursos novos - *Global-20*, denominado em dólar, *Samurai 03* e *Samurai 06*, denominados em iene, *Euro 10*, *Euro 05* e *Euro 07*, denominados em euro - e dois nos quais combinaram-se recursos novos e cancelamento de *Bradies* - *Global 30* e *Global 07*, denominados em dólar. Dando seqüência à política praticada em 1999, foram emitidos títulos de prazos variados, de forma a ampliar a construção de curva de custo referencial para emissões de agentes privados. De fato, criou-se referência para captações, em euro, com prazo de 10 anos, e, em dólar, para prazos mais longos, de 20 e 30 anos.

Em relação à taxa de retorno oferecida por títulos do Tesouro Americano ao Brasil, nos lançamentos de 2000, o menor prêmio de risco pago atingiu 474 pontos básicos e o maior, 788 pontos básicos. A amplitude da variação deveu-se à utilização de diferentes moedas e, principalmente, aos distintos prazos de captação.

#### Quadro 5.38 - Operações de trocas de Bônus da República

US\$ milhões

Bônus emitido	Data de Ingresso	Data de vencimento	Valor da nova emissão <sup>1/</sup>	Valor de <i>Bradies</i> cancelados	Redução nominal de dívida externa	Colateral liberado
Global 27 <sup>2/</sup>	9.6.1997	15.4.2027	2 245	2 693	448	610
Global 04 <sup>3/</sup>	30.4.1999	15.4.2004	1 000	1 193	193	-
Global 09 <sup>4/</sup>	15.10.1999	15.10.2009	2 000	3 003	1 003	587
Global 30 <sup>5/</sup>	29.3.2000	06.3.2030	600	705	105	139
Global 07 <sup>6/</sup>	26.7.2000	26.7.2007	379	416	37	-
Global 40 <sup>7/</sup>	17.8.2000	17.8.2040	5 158	5 400	242	334
Total			11 382	13 410	2 028	1 670

1/ Inclui somente parcela emitida a partir do cancelamento de *Bradies*.

2/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount* e *C Bond*.

3/ *Bradies* aceitos na troca: EI e IDU.

4/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond* e DCB.

5/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, DCB, FLIRB, e EI.

6/ *Bradies* aceitos na troca: FLIRB, NMB, EI e BIB.

7/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond*, DCB, FLIRB, NMB, EI, IDU e BIB.

#### Captações externas - operações de troca

A Resolução nº 69 do Senado Federal, de 12.9.1996, autorizou a União a realizar operações de recompra e de reestruturação de títulos da dívida externa brasileira, contemplando a aquisição de títulos, com deságio, no mercado secundário, e a emissão de novos títulos, em substituição. Redução de encargos ou estoques da dívida externa brasileira, alongamento de prazo e ajuste de perfil constituem os objetivos desse formato de operação.

Com base na Resolução, a União recomprou, entre 1997 e 2000, US\$ 13,4 bilhões em valor de face de *Bradies*, emitindo em contrapartida 6 novos títulos, *Globals*, que somaram US\$ 11,4 bilhões. A diferença entre o valor de face dos títulos cancelados, e o valor de face dos títulos emitidos - fruto da relação de preços de *Bradies* no mercado secundário, e de *Globals* no instante do lançamento - resultou em redução nominal de dívida externa de US\$ 2 bilhões.

O Brasil, quando da emissão de alguns *Bradies* - *Par Bond*, *Discount Bond* e *Front Loaded Interest Reduction Bond* (FLIRB) - constituiu garantias para pagamentos

de juros e principal desses títulos. As garantias de principal consistem em títulos do Tesouro Americano, de prazo similar ao dos *Bradies*, com cupom zero, custodiados no BIS. As garantias de juros consistem em depósitos remunerados a prazo fixo, também custodiados no BIS. Em operações de troca envolvendo esses *Bradies* colateralizados, a parcela de garantias referente ao montante de títulos cancelados é liberada e incorporada às reservas internacionais. Considerando o valor de mercado dos títulos do Tesouro Americano, a liberação total de garantias, desde o início das operações de troca, atingiu US\$ 1,7 bilhão.

A demanda de investidores por títulos emitidos em operações de troca evidenciou a avaliação positiva quanto à evolução das condições macroeconômicas do país, sendo estimulada, ainda, pelo caráter estigmatizado de passivos reestruturados. As condições de troca, ao proporcionar vantagens ao emissor, expressam o custo superior carregado por papéis originários de renegociação de dívida em relação a papéis cuja demanda formou-se naturalmente. Na troca de *Bradies* por *Globals*, os investidores optaram por desfazer-se de títulos de estrutura mais complexa, envolvendo remuneração definida por taxas flutuantes e amortizações escalonadas, por outros de estrutura simplificada, remuneração definida exclusivamente por taxas fixas e amortizações sempre em parcela única. A nova estrutura foi responsável pela transformação do perfil do endividamento, tendo em vista que o aumento das despesas de juros, resultado de elevação dos novos cupons, foi mais que compensado pelo alívio das despesas de principal, restritas à data de vencimento do título. A taxa implícita de juros, calculada pelas despesas de juros de determinado período em relação ao estoque total, elevou-se, mas o perfil temporal do endividamento sofreu alongamento. Desse modo, o serviço da dívida externa previsto para anos próximos foi reduzido, obtendo-se melhores condições para o financiamento desse passivo externo.

Durante 2000, foram emitidos o *Global 30*, em março, o *Global 07*, em julho, e o *Global 40* em agosto. Esse último destacou-se pelo volume, US\$ 5,2 bilhões, e, principalmente, pelo prazo, 40 anos, o mais longo título externo colocado por um país latino-americano. A substituição do fluxo de despesas estimado para o montante de *Bradies* cancelados pelo fluxo do *Global 40* reduziu o serviço da dívida em US\$ 191 milhões no horizonte de um ano, US\$ 463 milhões em cinco anos e US\$ 960 milhões em dez anos.

### **Captações externas - setor privado**

As captações externas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para tomadores do setor privado apresentaram custos totais, incluídas taxas e comissões, de 11,7% ao ano no período de janeiro a agosto de 2000, redução de 0,6 ponto percentual em relação ao registrado em 1999. O menor risco apresentado pelas empresas brasileiras

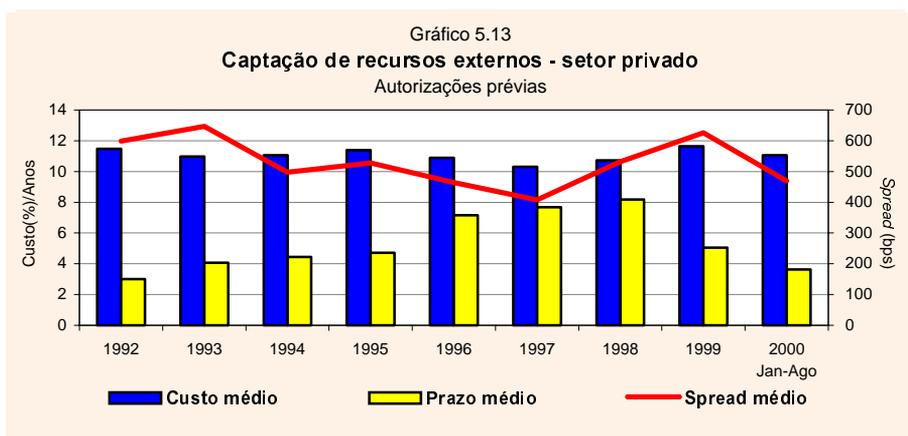
Quadro 5.39 - Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre Treasury pontos básicos
Euroiene	19.6.1995	19.6.1997	2	942	6,000		481
Euromarco	20.7.1995	20.7.1998	3	730	9,000		410
Samurai 01	22.3.1996	22.3.2001	5	281	5,500		320
Caravela	15.5.1996	15.5.1999	3	76	Lisbor + 2,400		262
Eurolibra	11.6.1996	11.6.1999	3	153	9,750		250
Global 01	5.11.1996	5.11.2001	5	750	8,875	8,91	265
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Fung NLG	21.5.1997	21.5.2002	5	210	6,625		190
Fung FRF	21.5.1997	21.5.2002	5	175	6,625		195
Fung ATS	21.5.1997	21.5.2002	5	168	6,625		190
Global 27	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Euro 03	3.3.1998	3.3.2003	5	547	8,625	9,67	417
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10,000	8,97	328
Global 04	22.4.1999	15.4.2004	5	3 000	11,625	11,88	675
Euro 02	29.7.1999	29.7.2002	3	859	9,500	12,24	650
Euro 04	30.9.1999	30.9.2004	5	531	11,125	13,18	742
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Euro 01	26.11.1999	26.11.2001	2	613	8,250	10,69	493
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Samurai 03	17.4.2000	17.4.2003	3	573	4,500	11,23	474
Euro 05	5.7.2000	5.7.2005	5	714	9,000	11,10	488
Global 07	26.7.2000	26.7.2007	7	1 000	11,250	12,43	610
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531

em 2000, financeiras e não-financeiras, refletiu-se mais acentuadamente no diferencial de taxas de retorno, influenciado pelo aumento das taxas pagas pelos títulos do Tesouro Americano em 2000. O diferencial de taxas de retorno, construído como média ponderada do valor das autorizações para os oito primeiros meses de 2000, alcançou 469 pontos básicos, valor que atingira 626 pontos básicos para todo o ano de 1999. A redução de custos pode ser explicada, apenas parcialmente, pela redução do prazo médio de captação, de 5 anos, ao longo de 1999, para 3,6 anos no referido período de 2000.

### Títulos da dívida externa brasileira

O desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira, em 2000, foi marcado por baixa volatilidade, em comparação ao ano anterior, e tendência de alta nas cotações. Com exceção do *Global 30*, todos os títulos encerraram o ano com preços superiores aos de 1999. O *C-Bond*, título de dívida externa brasileira com maior liquidez, e referência para papéis de remuneração com taxas flutuantes, valorizou-se 10,2% entre janeiro e dezembro de 2000.



O comportamento dos *Bradies* foi influenciado pelas operações de troca, conforme demonstram os picos de cotação para os meses de março - data de emissão do *Global 30* - e agosto - data de emissão do *Global 40*. A disposição da República Federativa do Brasil em aceitar *Bradies* na emissão de novos títulos provocou a elevação de demanda no mercado secundário e, conseqüentemente, de preços.

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2000, diferencial de taxa de retorno em relação a títulos do Tesouro Americano variando entre 626 e 854 pontos e média, calculada com base em observações diárias, de 688 pontos básicos. Após elevados diferenciais provocados por turbulências cambiais no México, Sudeste Asiático, Rússia e Brasil, houve redução de volatilidade e manutenção de nível semelhante ao do final de 1999. Em 2000, os títulos externos de países latino-americanos foram considerados de risco ligeiramente inferior aos brasileiros, oferecendo, em média, taxas de retorno 42 pontos básicos mais baixas.

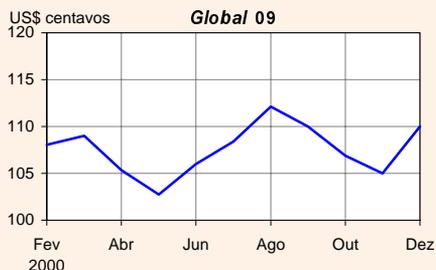
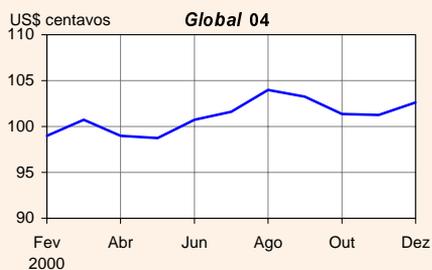
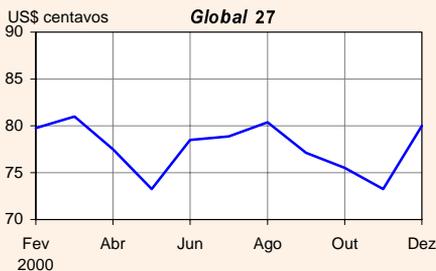
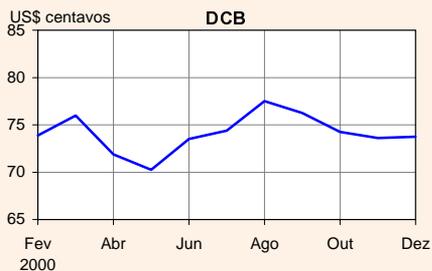
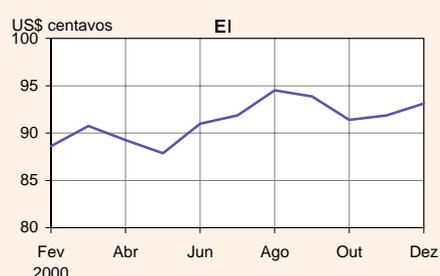
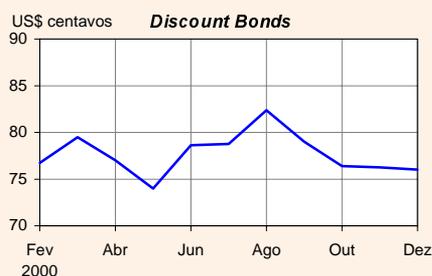
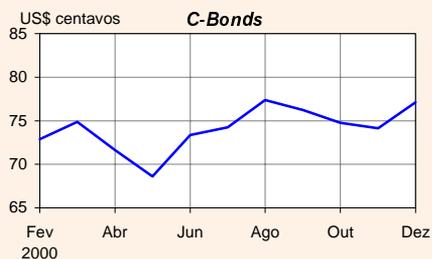
### Programa de assistência financeira internacional - saques e amortizações

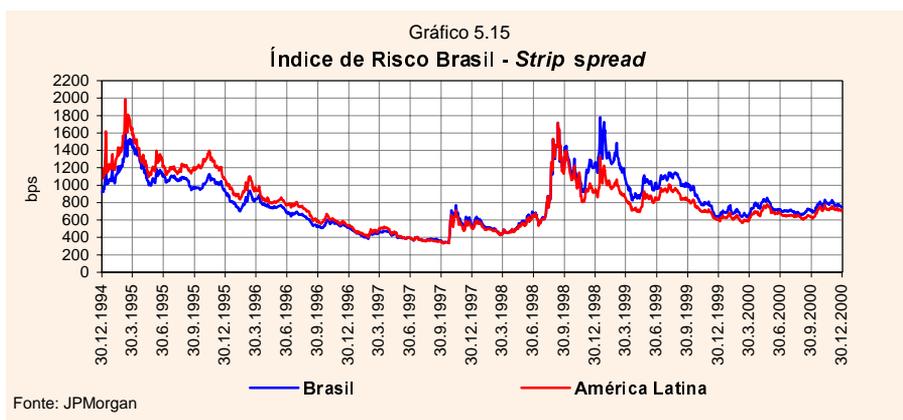
As amortizações ocorridas em abril de 2000, no âmbito do programa de assistência financeira internacional, somaram US\$ 10,3 bilhões, distribuídos em US\$ 6,9 bilhões pagos ao FMI, US\$ 3,1 bilhões ao BIS e US\$ 297 milhões ao Banco do Japão.

Gráfico 5.14

**Cotações de títulos brasileiros no exterior**

Mercado secundário - cotação de compra, final de período - 2000





Do valor amortizado junto ao FMI, US\$ 2 bilhões referiram-se a 50% do saque na modalidade Suplementação de Reservas, ocorrida em dezembro de 1998, e US\$ 4,9 bilhões, a 100% do saque, na mesma linha, ocorrido em abril de 1999. Para o valor equivalente a 50% do segundo saque, a não ocorrência da amortização em abril implicaria acréscimo de 50 pontos básicos sobre a taxa de juros inicialmente definida por Taxa de Encargos mais 300 pontos básicos. Entretanto, a amortização de 50% do primeiro saque poderia ter ocorrido em junho de 2000 e a de 50% do segundo saque em outubro de 2000, sem acréscimos para a taxa de juros. A renovação dos empréstimos junto ao BIS e ao Banco do Japão, de forma semelhante, traria acréscimo de 50 pontos sobre a taxa de juros, definida inicialmente por Libor semestral mais 460 pontos básicos. Portanto, a efetivação do pagamento de US\$ 10,3 bilhões significou a opção brasileira pela não renovação de US\$ 6,4 bilhões e a antecipação do pagamento de US\$ 3,9 bilhões, gerando redução nas despesas com juros para remunerar recursos do FMI, BIS e BoJ, de US\$ 1,1 bilhão, em 1999, para US\$ 534 milhões em 2000. Considerando operações de regularização, o saldo devedor restringiu-se a US\$ 1,8 bilhão, sacado junto ao FMI na modalidade *Credit Tranche*, com início dos vencimentos previstos para 2002.

O novo regime cambial, implementado em 1999, e, principalmente, a evolução das contas externas, permitiu a amortização de recursos alocados em operações de regularização e manutenção das reservas internacionais em nível adequado.

Em 2000, os recursos originários de organismos internacionais de fomento, Bird e BID, proporcionaram ingressos de US\$ 2,8 bilhões e despesas de juros que somaram US\$ 377 milhões, ante US\$ 69 milhões em 1999. A linha de crédito destinada pelo BID a programas sociais foi integralmente sacada pelo Tesouro Nacional, restando recursos de outras linhas passíveis de saque apenas pelo BNDES. Ao final de 2000, o saldo devedor junto a esses organismos, no que tange ao programa de assistência financeira, apontava US\$ 5,8 bilhões, com vencimentos ocorrendo entre 2002 e 2019. Do total inicialmente disponibilizado, US\$ 9 bilhões, restam US\$ 3,2 bilhões para os quais existe possibilidade de saque, desde que haja aprovação pelo Congresso Nacional.

**Quadro 5.40 - Empréstimos de regularização**

US\$ milhões

	1998 <sup>1/</sup>	1999			2000		
	Desembolsos	Desembolsos	Amortizações	Juros	Desembolsos	Amortizações	Juros
Bird <sup>2/</sup>	-	1 000	-	40	1 000	-	104
BID <sup>2/</sup>	-	1 999	-	29	1 787	-	273
FMI	4 784	6 025	1 966	463	-	6 876	338
BIS	4 150	4 500	5 500	602	-	3 150	179
BoJ	390	424	517	57	-	297	17
Total	9 324	13 947	7 983	1 191	2 787	10 323	911

1/ Não houve amortizações ou pagamentos de juros.

2/ Valores incluídos em financiamentos no balanço de pagamentos.

**Programa de assistência financeira internacional - metas de endividamento externo**

O acordo firmado entre Brasil e FMI envolveu metas nominais para variáveis macroeconômicas, sendo determinadas metas classificadas como critério de desempenho, isto é, o não cumprimento impossibilitaria o país de efetuar novos saques. Dentre os critérios de desempenho, foram estabelecidos limites para estoque de dívida externa do setor público não-financeiro, dívida externa do setor privado com aval do setor público e dívida externa de curto prazo do setor público.

**Quadro 5.41 - Metas de dívida externa - 2000 (acordo com FMI)**

US\$ milhões

Período	Médio e longo prazos		Curto prazo		Aval	
	Meta	Ocorrido <sup>1/</sup>	Meta	Ocorrido	Meta	Ocorrido <sup>1/</sup>
Mar	92 900	88 846	4 343	3 936	1 580	919
Jun	94 680	90 909	4 430	3 581	1 580	919
Set	95 000	91 193	4 700	3 141	1 580	919
Dez	95 500	90 684	4 000	2 572	1 580	919

1/ Números apurados na época.

Como já ocorrera em 1999, as metas de endividamento externo foram cumpridas com relativa folga. Com apuração trimestral até dezembro, a diferença entre o valor ocorrido e a meta para endividamento do setor público não-financeiro atingiu US\$ 4,8 bilhões. O valor ocorrido para dezembro referente ao endividamento de curto prazo e à dívida do setor privado com aval do setor público representou 62,6% do valor das metas.



# VI

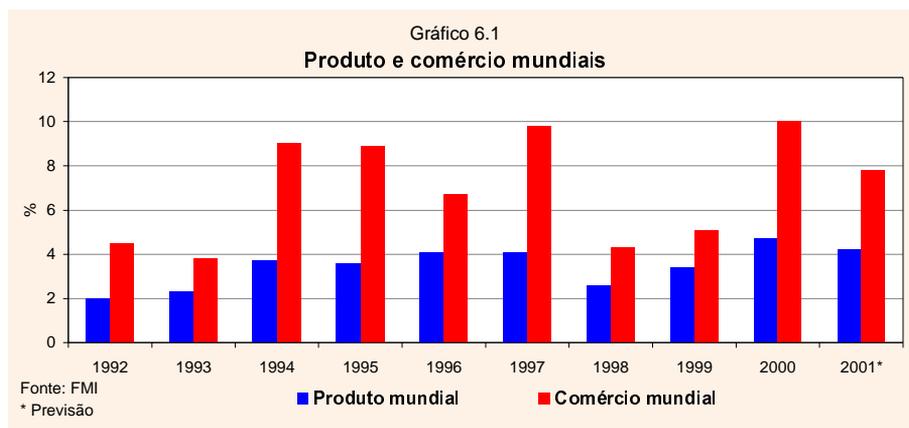
## A ECONOMIA INTERNACIONAL

### Introdução

A evolução da economia mundial em 2000 foi determinada, basicamente, pelas trajetórias da economia norte-americana e dos preços do petróleo. A trajetória da economia norte-americana no primeiro semestre, no entanto, mostrou-se mais favorável do que no período subsequente, registrando-se ganhos de produtividade que favoreceram o controle das pressões inflacionárias, em ambiente de pleno emprego. Estimativas de crescimento da demanda acima da capacidade de expansão do produto potencial, em contexto de elevação dos preços internacionais da energia, estimularam o *Federal Reserve* a promover elevações sucessivas nas metas para as taxas de juros básicas entre fevereiro e maio, totalizando 100 pontos básicos, situando-a em 6,5% a.a. Assim, a elevação no custo dos recursos financeiros, em conjunto com a redução da renda disponível, devido à elevação dos custos da energia e ao efeito riqueza negativo resultante de correções no valor de mercado das ações, contribuiu para a redução do dinamismo dos indicadores de demanda, contração no ritmo de expansão da produção industrial e previsão de recessão nos indicadores de confiança, na segunda metade do ano, não obstante o nível de atividade da economia americana se mantivesse, ainda, bastante elevado. Em paralelo, a atuação da Opep no sentido de elevar e, posteriormente, de administrar os preços internacionais do produto, promoveu alteração nos preços relativos da economia, impactando negativamente os custos inerentes às economias importadoras de petróleo, enquanto possibilitou às economias exportadoras, o aumento de receitas associadas às vendas internacionais.

O nível de atividade da economia dos Estados Unidos, a retomada do crescimento dos países da Área do Euro, bem como a recuperação das economias emergentes do sudeste asiático, da América Latina e do leste europeu contribuíram para a expansão significativa do comércio. Nesse sentido, de acordo com estimativas do FMI, o volume comercializado de bens e serviços elevou-se em 10% no ano 2000, 2,1 pontos percentuais acima da projeção elaborada em maio, enquanto, em 1999, expandira-se 5,1%.

A economia japonesa, à semelhança de anos anteriores, não demonstrou recuperação consistente do nível de atividade. O cenário pode ser caracterizado pelo frágil



desempenho da demanda interna, em especial do consumo privado, enquanto a demanda externa constituiu-se na principal responsável pela variação positiva da produção industrial. Nesse contexto, a perspectiva de desaceleração do crescimento mundial, como reflexo do desempenho da economia americana, sugere crescimento contido da economia do Japão no curto prazo.

O desempenho econômico dos países da Área do Euro foi favorecido pela desvalorização da moeda única em relação ao dólar e pela retomada do crescimento das economias emergentes. Assim, observou-se a consolidação do crescimento econômico acima de 3%, em ambiente de taxas decrescentes de desemprego e expansão nas taxas de crescimento da produtividade. A variação dos índices de preços ao consumidor acima da referência estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE) e as elevações das taxas de juros nos Estados Unidos favoreceram a maior restritividade da política monetária europeia, com as taxas de juros de referência situando-se em 4,75% a.a. ao final do ano, registrando aumento de 175 pontos básicos.

Estimativas preliminares da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) apontam crescimento do PIB da região em 4%, expansão expressiva após a estabilidade registrada em 1999. Esse desempenho pode ser atribuído à elevação das exportações, refletindo crescimento da demanda mundial e pequena recuperação dos preços internacionais dos bens exportados. A economia argentina, no entanto, permaneceu apresentando o ambiente interno recessivo vigente desde o final de 1998, agravado pela deterioração das contas públicas. Nesse quadro, o governo argentino optou, ao final do ano, por novo acordo de apoio financeiro com o FMI, organismos internacionais e bancos privados, o que deverá contribuir para restaurar a confiança dos investidores na economia argentina e viabilizar a retomada do crescimento.

As economias emergentes asiáticas apresentaram, de maneira geral, recuperação acentuada no ritmo de atividade em 2000, embora problemas estruturais, como a reestruturação do sistema bancário na Coreia do Sul, ainda devam ser enfrentados.

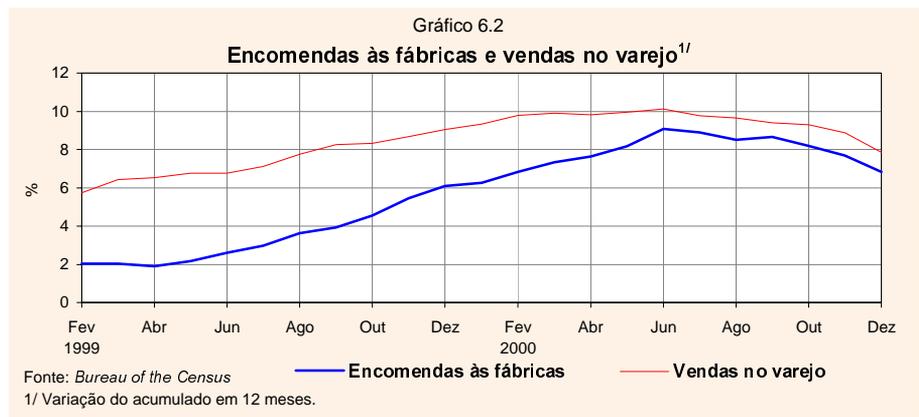
Nesse contexto, a estimativa de crescimento da economia global em 2000, elaborada pelo FMI, em outubro, sugere taxa de 4,7% para o ano, 0,5 ponto percentual superior à previsão realizada em maio. Esse resultado indica a continuidade da tendência de aceleração do crescimento da economia mundial, que atingira 2,6% em 1998 e 3,4%, em 1999.

### Estados Unidos

No primeiro semestre do ano, o emprego dos fatores de produção atingiu níveis elevados, particularmente no mercado de trabalho, reduzindo o hiato do produto. A taxa de crescimento da absorção interna superava a do produto interno bruto, conduzindo à elevação gradual da utilização de poupança externa. Esse desequilíbrio, mesmo não exercendo pressão inflacionária significativa, contribuiu para que o *Federal Open Market Committee* (FOMC) promovesse sucessivas elevações das taxas de juros, objetivando adequar o ritmo de crescimento da demanda agregada ao do produto interno bruto. No segundo semestre, a economia dos Estados Unidos, que apresenta taxas de crescimento positivas por dez anos consecutivos, revelou indícios de desaceleração, tendência não traduzida, no entanto, em alteração na meta da taxa de juros básica (*fed funds*), de 6,5% a.a.

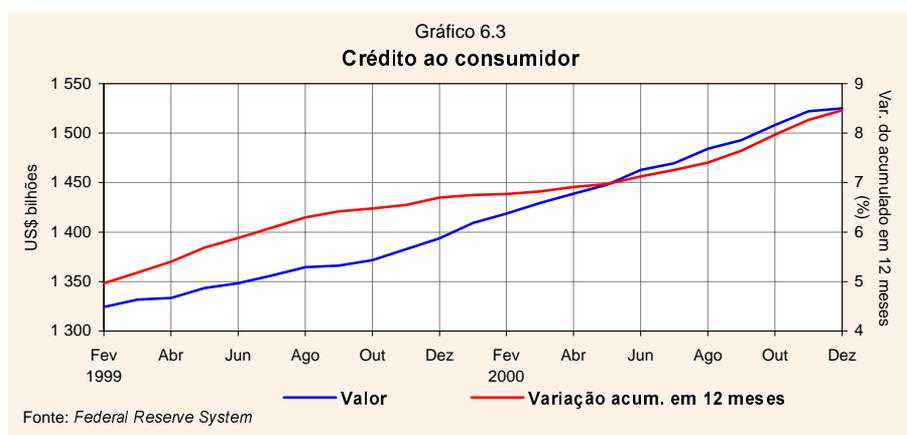
A desaceleração da taxa de crescimento foi mais evidente no investimento agregado, nos gastos do governo e na demanda externa líquida, conforme demonstram estatísticas do *Bureau of Economic Analysis*. A redução do crescimento da renda líquida disponível ao setor privado e o declínio do estoque de capital nos mercados de valores mobiliários têm favorecido a desaceleração do consumo das famílias, como vem sendo indicado pelas trajetórias das encomendas às fábricas e das vendas no varejo ao final do ano.

No que se refere às encomendas às fábricas, acumuladas em doze meses, após crescerem aceleradamente entre meados de 1999 e o final do primeiro semestre de



2000, apresentaram reversão dessa tendência a partir do início da segunda metade do ano, com a variação anual acumulada em doze meses atingindo 9,1% em junho de 2000 e declinando para 6,8% em dezembro. Similarmente, as vendas no varejo, acumuladas em doze meses, apresentaram variações anuais crescentes desde 1999 até junho de 2000, quando registraram elevação de 10,1%, reduzindo-se a partir de então, até 7,9% em dezembro.

O crédito ao consumidor, a despeito da desaceleração de encomendas e vendas, manteve expansão expressiva mesmo no segundo semestre de 2000, apresentando desaceleração apenas em dezembro. Assim, o indicador, que crescera 10,4% em novembro, comparativamente a novembro de 1999, registrou crescimento de 10% no último mês do ano.



A construção civil constituiu-se no segmento a apresentar retração mais evidente ao longo do ano. A taxa de expansão do início da construção de novos imóveis arrefeceu gradualmente entre 1999 e o primeiro trimestre de 2000, passando a apresentar variações negativas a partir de maio, trajetória associada, basicamente, à elevação das taxas de juros das hipotecas.

As contas do governo não exerceram pressão de demanda sobre a economia, uma vez que registraram, de acordo com o *Department of the Treasury*, o superávit do governo federal de US\$ 236,7 bilhões no ano fiscal de 2000, terminado em setembro desse ano, total significativamente superior aos registrados nos anos fiscais de 1999 e de 1998.

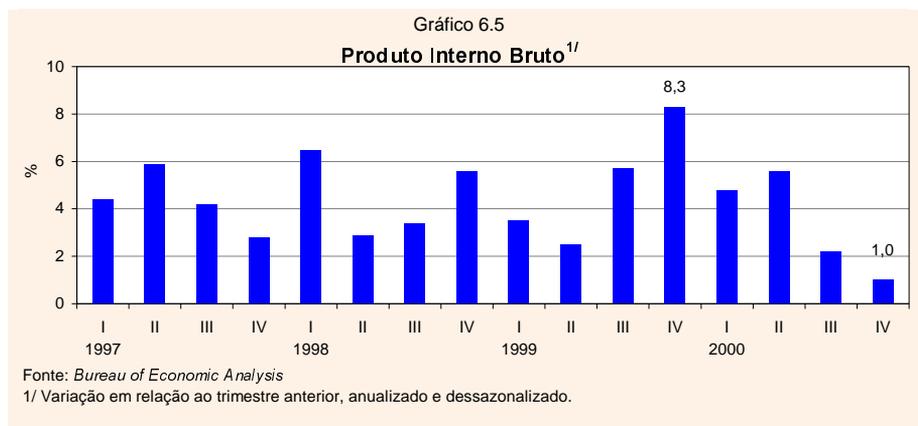
No que se refere ao comércio exterior, as exportações vêm-se expandindo aceleradamente, enquanto a taxa de crescimento das importações, ainda superior à das exportações, permanece estável.

O PIB expandiu 5% no ano, ante crescimento de 4,2% em 1999, assinalando-se que, embora o resultado anual apresente aceleração, as estatísticas relativas aos terceiro



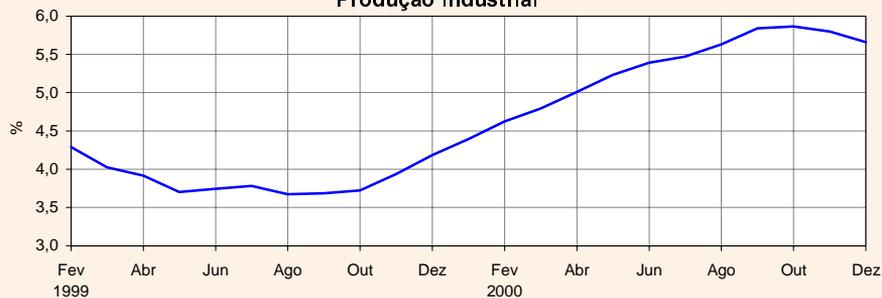
e quarto trimestres evidenciam declínio acentuado na taxa de crescimento, de 2,2%, no terceiro trimestre, para 1%, no quarto, na comparação com o trimestre anterior, série dessazonalizada e variação anualizada.

A taxa de desemprego oscilou entre 3,9% e 4,1% ao longo do ano, segundo o *Bureau of Labor Statistics*, não persistindo a tendência declinante observada nos últimos anos. Ressalte-se, no entanto, que este patamar é significativamente inferior ao registrado na série histórica.



A produção industrial expandiu-se aceleradamente até o terceiro trimestre, movimento interrompido nos últimos três meses do ano, quando passou a apresentar variações mensais negativas. Assim, a produção industrial total do ano aumentou 5,6% relativamente à registrada no ano precedente, ante crescimento de 4,2% em 1999, expansão liderada, como no ano anterior, pelos setores vinculados à produção de computadores e suprimentos para as indústrias de informática e de telecomunicações, o que refletiu a disseminação da utilização desses bens, com impacto positivo sobre a produtividade do trabalho.

Gráfico 6.6

Produção industrial<sup>1/</sup>

Fonte: Federal Reserve System

1/ Variação do acumulado em 12 meses.

A compatibilização entre o aumento da produção e a estabilidade da taxa de desemprego ocorreu por meio do aumento da produtividade, principalmente na indústria de transformação. A produtividade do trabalho nesse setor aumentou, em média, 7,1% no ano, segundo o *Bureau of Labor Statistics*. Considerando-se a totalidade do setor não-agrícola, a taxa de expansão da produtividade do trabalho situou-se em 4,3%. O aumento de produtividade foi acompanhado por aumento dos rendimentos médios reais, de forma que o custo unitário do trabalho permaneceu relativamente estável no setor não-agrícola, embora tenha-se reduzido na indústria de transformação.

Os índices de preços apresentaram variações relativamente reduzidas, apesar da pressão provocada pela elevação das cotações do petróleo nos mercados internacionais. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI), medido pelo *Bureau of Labor Statistics*, aumentou 3,4% no ano, ante variação de 2,7% em 1999. O núcleo do índice, que exclui os efeitos dos itens energia e alimentos, elevou-se 2,6% em 2000.

Gráfico 6.7

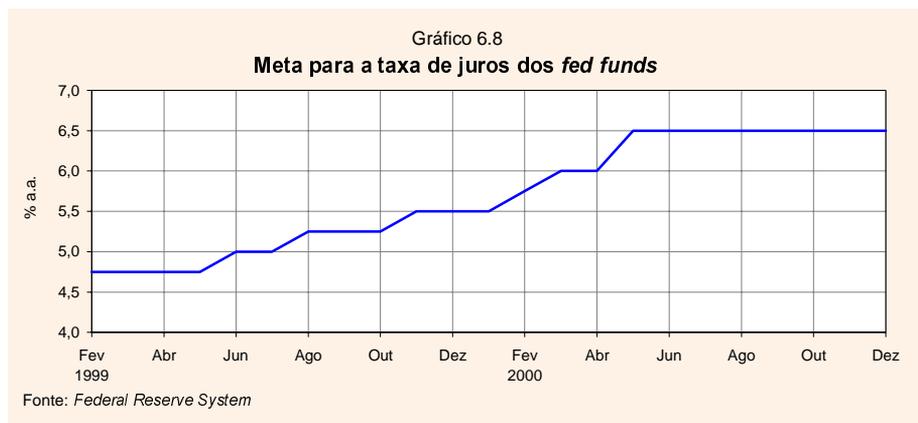
## Inflação anual ao consumidor e ao produtor



Fonte: Bureau of Labor Statistics

O Índice de Preços ao Produtor de bens finais (PPI) elevou-se 3,6% em 2000, após aumentar 2,9% em 1999, ainda segundo o *Bureau of Labor Statistics*. Os preços dos bens energéticos finais lideraram a pressão sobre o índice, a exemplo do que ocorrera em 1999, tendo variado 17,1%, enquanto os relativos aos demais itens cresceram, conjuntamente, 1,3%, demonstrando que a disseminação da elevação dos preços de bens energéticos sobre os demais preços da economia foi restrita.

O crescimento da demanda agregada a taxas superiores às da oferta agregada potencial, mesmo considerando-se as elevações na produtividade do trabalho, determinou sucessivas elevações da meta de taxa de juros dos *fed funds* entre 1999 e o primeiro semestre de 2000. Embora os primeiros sinais de desaceleração do crescimento econômico tenham emergido no segundo semestre, os possíveis impactos da elevação dos preços internacionais do petróleo e da estabilização da taxa de desemprego em nível historicamente reduzido contribuíram para a manutenção daquela meta em 6,5% a.a. Apenas nas reuniões de novembro e dezembro, o Fomc manifestou, de forma mais veemente, sua preocupação com a desaceleração da atividade econômica, vindo a reduzir, em reunião extraordinária, a meta da taxa de juros dos *fed funds* em 50 pontos básicos em 3 de janeiro e, em mais 50 pontos básicos, na reunião ordinária de 31 de janeiro de 2001.



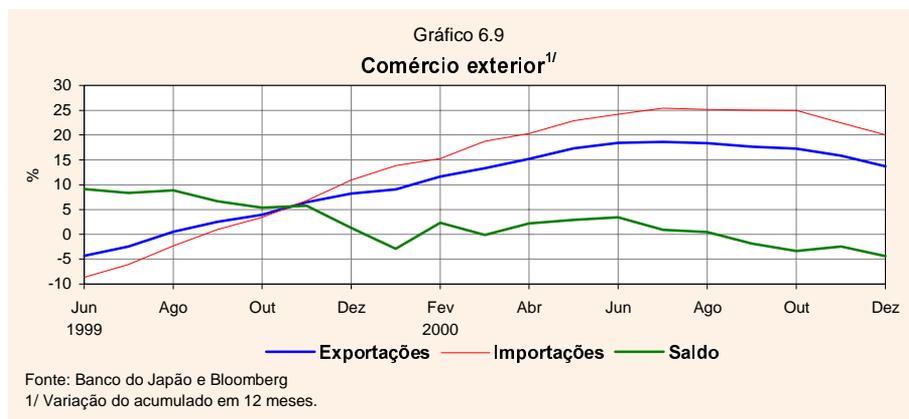
A desaceleração econômica no segundo semestre de 2000 refletiu-se nas perspectivas dos agentes econômicos para o ano 2001. O Índice dos Gerentes de Compras (PMI) da *National Association of Purchasing Managers* (NAPM) apresentou tendência declinante ao longo do ano, ao contrário da relativa estabilidade observada em 1999. No primeiro semestre, percebia-se, ainda, a confiança na manutenção do crescimento econômico, com o índice permanecendo acima do patamar de 50 até julho. Nos meses subsequentes, porém, o índice declinou, denotando expectativas de contração econômica.

## Japão

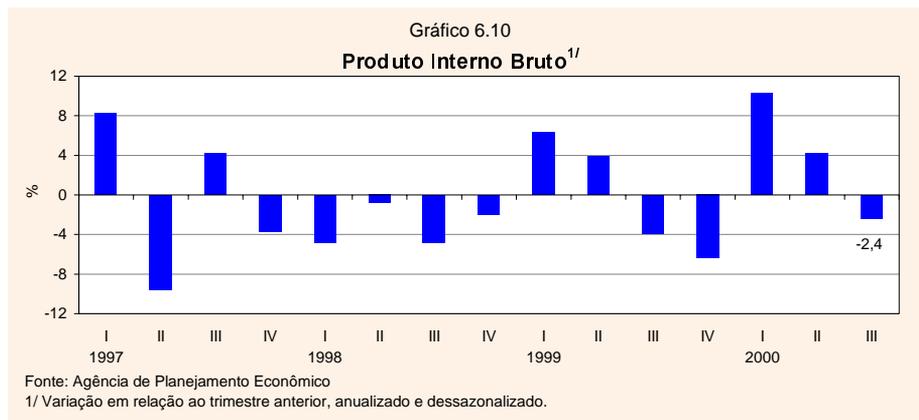
No início de 2000, indicadores relacionados ao nível da atividade econômica sugeriam perspectivas de retomada do ritmo de crescimento, assinalando-se que a produção industrial, refletindo a demanda externa, expandiu-se durante quase todo o ano. Entretanto, o fraco desempenho da demanda interna não proporcionou sustentação à recuperação, sobretudo quando as vendas externas e as compras do setor público passaram a emitir sinais de arrefecimento, no segundo semestre do ano.

As diretrizes da política fiscal, antes anti-cíclica e fortemente expansionista, gradualmente têm dado lugar ao fortalecimento da demanda privada. No entanto, a presença governamental, ainda bastante intensa, contribui para expectativas de déficit de 10% do PIB em dezembro de 2000 e de dívida pública bruta superior a 130% do PIB no final do ano fiscal, em março de 2001. Destaque-se, porém, que, em função dos ativos disponíveis, o governo japonês ainda registra dívida líquida em torno de 45% do PIB, patamar considerado baixo para os padrões internacionais. Ainda assim, a agência Moody's rebaixou, em setembro, a classificação do país de AA1 para AA2, justificando a medida pela reduzida capacidade do Japão em honrar compromissos em sua própria moeda.

Em paralelo à demanda pública, a demanda externa constituiu o mecanismo mais importante de estímulo à atividade econômica. Até novembro, as exportações atingiram US\$ 439,5 bilhões, 15,6% superiores às de igual período de 1999, enquanto as importações elevaram-se 21,5%, situando-se em US\$ 340,2 bilhões. O superávit comercial decresceu 1,1% na mesma base de comparação, alcançando US\$ 95,1 bilhões.



O desempenho da economia no ano pode ser caracterizado pelo baixo nível de crescimento econômico, com alta volatilidade do PIB. Na série com ajuste sazonal, após registrar expansão de 10,3% no primeiro trimestre, o produto elevou-se 4,2% no segundo e decresceu 2,4% no terceiro, quando consideradas as variações anualizadas em relação ao trimestre anterior, na série dessazonalizada.



A produção industrial expandiu-se a taxas crescentes até outubro, quando a variação acumulada em 12 meses alcançou 5,6%. Em novembro e em dezembro, essa trajetória ascendente apresentou reversão, com as taxas situando-se em 5,3% e 5,2%, respectivamente. O crescimento da produção industrial é explicado, parcialmente, pelas exportações aos países asiáticos, que proporcionaram a elevação dos lucros e estimularam a realização de investimentos.



O mercado de trabalho tem refletido o desempenho da economia. A taxa de desemprego situou-se próxima a 5% no primeiro trimestre, reduzindo-se nos dois trimestres seguintes e voltando ao patamar de 4,8% nos meses de novembro e dezembro.

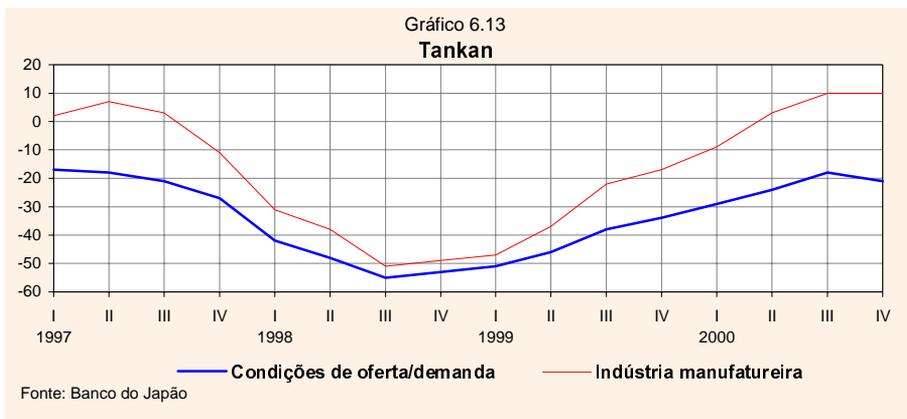
A trajetória dos índices de preços revela que o país ainda não emergiu do ambiente deflacionário. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), desde fevereiro de 1999, vem registrando, sistematicamente, variações negativas em 12 meses, atingindo -0,2% em dezembro. O IPA, que apresentou comportamento semelhante no primeiro semestre, a partir de agosto passou a assinalar variações positivas, atingindo 1,1% em dezembro, considerada a mesma base de comparação.



A evolução do cenário externo ao longo do ano não foi favorável à retomada da economia. Nesse sentido, a elevação dos preços do petróleo, do qual a economia é demandante líquida, pressionou as importações, enquanto o desaquecimento da economia dos Estados Unidos e seu contágio a economias importadoras asiáticas desestimularam as exportações, neutralizando o efeito esperado da depreciação do iene.

A percepção do ambiente de estagnação tem-se refletido no índice de confiança empresarial Tankan para a indústria manufatureira. Assim, após crescimento continuado desde o primeiro trimestre de 1999, o índice manteve-se estável em dezembro. O mesmo índice para as condições de oferta e demanda mostrou reversão de tendência ao passar de -18, no terceiro trimestre, para -21 no quarto trimestre.

As expectativas positivas relativamente ao comportamento da economia no primeiro semestre estimularam o BoJ a alterar a política de taxas de juros quase nulas, procedendo-se a elevação da taxa básica de 0,03% a.a. para 0,25% a.a. O redesenho de cenário menos favorável no segundo semestre não implicou a retomada da política inicial.



## Área do Euro

Após registrar crescimento do PIB de 2,7% em 1998 e de 2,5% em 1999, estima-se expansão do produto superior a 3% em 2000, para o conjunto de países da Área do Euro, assinalando-se que o ritmo de crescimento encontra-se associado à desvalorização do euro, com impacto, principalmente, sobre o saldo da balança comercial, e à expansão da demanda interna. Nesse sentido, o indicador de demanda calculado pelo BCE com dados da *The Statistical Office of the European Communities* (Eurostat), composto fundamentalmente por estatísticas relacionadas ao consumo privado, consumo público e formação bruta de capital fixo, mostrou taxas trimestrais de crescimento positivas, embora decrescentes, de 1% para os dois últimos trimestres de 1999 e de 0,9%, 0,8% e 0,7% para os três primeiros trimestres de 2000, na seqüência.

Analisando-se o desempenho desses indicadores no último trimestre de 2000, relativamente a igual período de 1999, resulta a manutenção da tendência de desaceleração apontada nos trimestres anteriores. Assim, o indicador de consumo privado do índice de demanda, que registrou crescimento de 0,4% nos últimos três meses de 2000, apresentara expansão de 0,7% no trimestre correspondente do ano anterior, enquanto o consumo público elevou-se 0,2% e 0,4%, nas mesmas bases de comparação. Nesses dois períodos, a formação bruta de capital fixo aumentou 1,4% e 2%, respectivamente.

O resultado positivo da balança comercial continuou sendo favorecido pela depreciação do euro e pelo crescimento da demanda mundial, enquanto sofria influência negativa do elevado preço internacional dos produtos energéticos. Considerando-se o saldo acumulado em 12 meses, observa-se redução significativa do superávit, que totalizou US\$ 13,8 bilhões em novembro de 2000, valor 77,1% inferior ao registrado no mesmo mês de 1999.



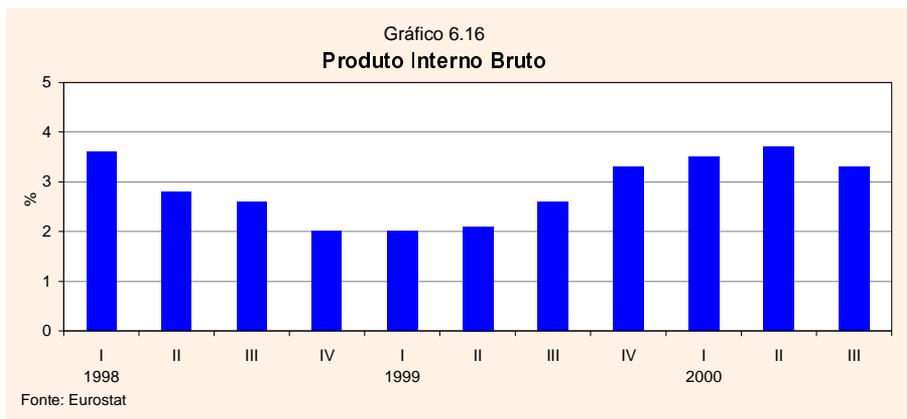
Esse resultado reflete exportações de US\$ 910,7 bilhões, revelando expansão de 5% relativamente às do mesmo período do ano anterior, e importações de US\$ 896,8 bilhões, 11,3% superiores às registradas em 1999, respondendo, principalmente, à

elevação dos preços dos produtos importados, especialmente do petróleo, e ao impacto desfavorável da desvalorização do euro.

A produção industrial apresentou taxas de expansão crescentes, relativamente a iguais meses do ano anterior, até maio, quando atingiu 7%. Nos meses subsequentes, passou a registrar taxas relativamente estáveis, da ordem de 5%, situando-se em 4,7% em novembro.

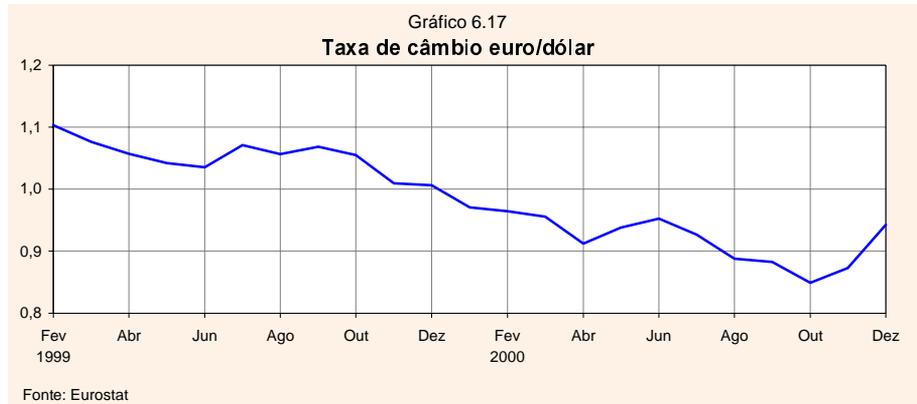


No mesmo sentido, a taxa de crescimento do PIB, medida em termos anuais, oscilou em torno de 3,5% a.a. nos três primeiros trimestres do ano, mas mostrando alguma desaceleração. Considerando-se as variações relativas aos trimestres anteriores, série dessazonalizada e taxas anualizadas, os percentuais alcançaram 3,6%, 3,6% e 2,4% nos três primeiros trimestres de 2000, respectivamente.

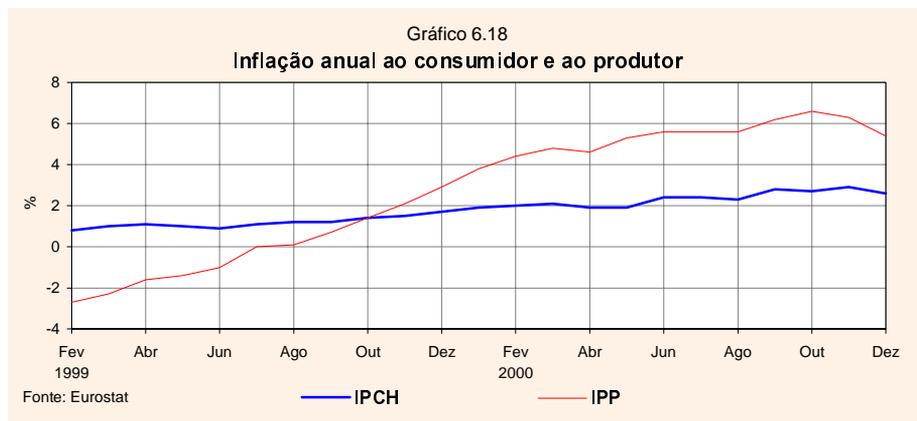


A taxa de desemprego também continuou em trajetória descendente, passando de 9,5%, em janeiro, para 8,7% em dezembro. A produtividade do trabalho cresceu 1,7% e 1,3% nos dois primeiros trimestres do ano, comparativamente a iguais períodos de 1999, enquanto a compensação dos trabalhadores, que considera salários e benefícios, elevou-se 2,4% e 1,9%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

A taxa de câmbio dólar/euro apresentou trajetória de queda ao longo do ano, evidenciando alguma recuperação a partir de outubro, quando registrou depreciação recorde, situando-se em 0,8231 dólar/euro. No final de dezembro de 2000, a cotação atingiu 0,9427 dólar/euro, ante 1,0062 dólar/euro em dezembro do ano anterior.



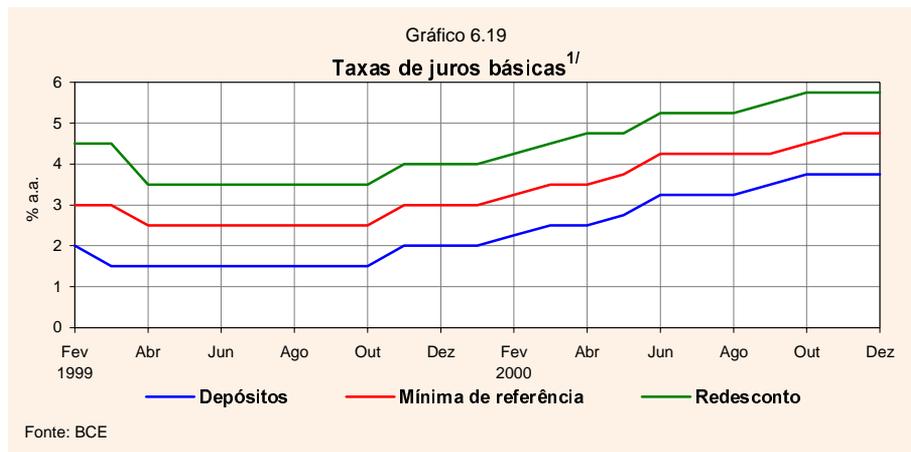
As taxas de inflação ao consumidor e, principalmente, ao produtor, registraram crescimento ao longo do ano, captando os efeitos da depreciação do câmbio, do aumento do nível de atividade e da elevação dos preços do petróleo. A variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH) atingiu 2,9% em novembro de 2000, ante variação acumulada de 1,5% no período correspondente do ano anterior, situando-se acima da taxa de referência de médio prazo do BCE, fixada em 2%. O Índice de Preços ao Produtor somou variação anual de 6,3% em novembro de 2000, ante 2,2% no mesmo mês de 1999, mostrando maior sensibilidade às pressões dos preços externos e do câmbio.



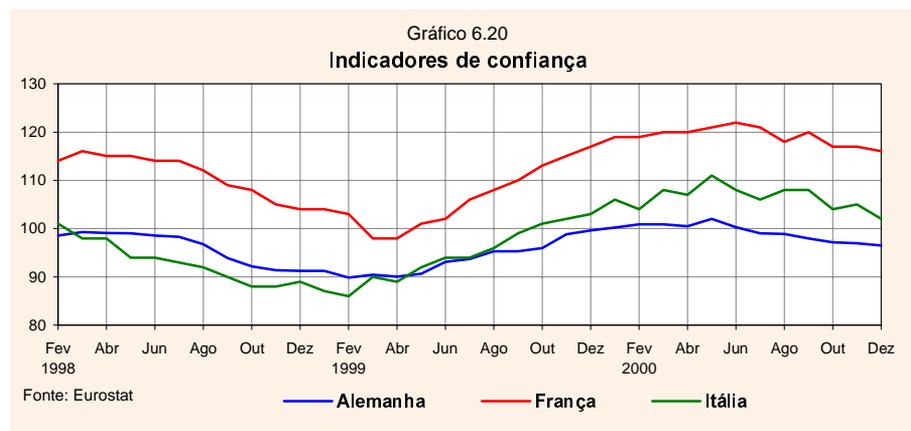
Nesse contexto, o BCE promoveu a elevação das taxas de juros básicas na Área do Euro, com a taxa mínima de refinanciamento da economia atingindo 4,75% em novembro, ante 3% em janeiro. O agregado M3 cresceu, em termos anuais, 5,3% em outubro de 2000, acima do valor de referência, 4,5%. Entretanto, o BCE admite que

a taxa de expansão desse agregado se mantém dentro de margem aceitável, especialmente porque sinaliza crescimento de preços no médio prazo, com a aderência ocorrendo com defasagem de seis trimestres.

Os indicadores de expectativas utilizados pelo BCE relativos à indústria e aos consumidores apontam manutenção do crescimento. O primeiro elevou-se de 18, no último trimestre de 1999, para 23 no terceiro de 2000, enquanto o índice relativo às perspectivas dos consumidores manteve-se em 10 no quarto trimestre de 1999 e no terceiro de 2000.



Esses resultados são consistentes com as expectativas medidas por outros indicadores de confiança, como o *General Business Climate Index*, calculado pelo *Institute for Economic Research* (IFO) na Alemanha, que se situou em 97 em novembro de 2000, após alcançar 98,8 no mesmo mês do ano anterior; o *French Industrial Trends Survey*, medido pelo *Institut National de la Statistique e des Études Économiques* (Insee) da França, que atingiu 117 e 115, nos mesmos períodos; e o *Italian Business Confidence Indicator*, mensurado pelo *Istituto di Studi e Analisi Economica* (ISAE), na Itália, que apontou 104 em outubro de 2000 e 101 no mesmo mês do ano anterior.



## Países asiáticos emergentes

### Coréia do Sul

A economia coreana manteve, em 2000, ritmo de atividade elevado, conforme estimativas oficiais que apontam crescimento do PIB de 8,8% no período, após expansão de 10,9% em 1999. A trajetória das demandas interna e externa, no entanto, passou a apresentar sinais de arrefecimento ao final do ano, respondendo aos efeitos de redução da liquidez e da oferta de crédito, devido ao processo de reestruturação do setor financeiro e da desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial.

O contexto interno tem sido afetado pela reestruturação dos setores financeiro e empresarial após a crise de 1997 e 1998. Nesse sentido, a adequação das exigências de capital do setor bancário, acima do limite de 8% recomendado internacionalmente, reduziu o número de bancos comerciais e aumentou a participação estatal no seu capital. Em contrapartida, o setor financeiro não-bancário foi significativamente reduzido, diminuindo-se a possibilidade de risco sistêmico, e registraram-se avanços nas áreas de supervisão e de regulação do sistema financeiro, com a adoção de padrões mais severos de classificação e provisionamento de crédito, adequação de capital, contabilidade e transparência, garantias cruzadas, liquidez em moeda estrangeira e exposição ao risco.

O grau de endividamento do setor empresarial foi reduzido por exigência do governo, através da venda de ativos e de subsidiárias e da emissão de direitos. Grandes grupos como Daewoo e Hyundai foram divididos e as garantias cruzadas dos 30 maiores conglomerados econômicos (*chaebols*) e suas subsidiárias foram eliminadas. Note-se, contudo, que o setor permanece vulnerável e o endividamento ainda é elevado, podendo ser negativamente afetado pelo contexto internacional desfavorável.

No que se refere ao comércio externo, registrou-se superávit de US\$ 11,8 bilhões no ano, resultado 51% inferior ao alcançado em 1999. As exportações totalizaram US\$ 172,6 bilhões e as importações, US\$ 160,5 bilhões, representando expansões de 19,9% e 34%, respectivamente, evidenciando a trajetória declinante das exportações, que, consideradas as variações em relação a igual período do ano anterior, expandiram-se 0,1% em dezembro, ante taxa de 30,1% em agosto.

### China

O crescimento do PIB chinês alcançou 8% em 2000, sustentado, basicamente, pela expansão das exportações. O governo anunciou meta de crescimento anual de 7% para os próximos cinco anos, admitindo a desaceleração do ritmo observado no

período correspondente ao Nono Plano Quinquenal, quando se registrou expansão média anual de 8,3%. A produção industrial situou-se 10% acima da assinalada em 1999.

A balança comercial apresentou superávit anual de US\$ 24,2 bilhões, comparativamente a US\$ 29,2 bilhões em 1999, com as exportações atingindo US\$ 249,3 bilhões e as importações, US\$ 225 bilhões, representando crescimentos de 28% e de 36%, respectivamente, na comparação com as registradas no ano anterior. A captação de investimentos estrangeiros diretos totalizou US\$ 40,7 bilhões, valor relativamente estável comparativamente ao ingressado em 1999.

Diversos fatores contribuem para a manutenção de perspectivas favoráveis quanto à evolução da economia chinesa, tais como a adesão à OMC, a liberalização dos mercados de capitais domésticos, os projetos de desenvolvimento de regiões específicas do país e os próprios sinais de aquecimento, traduzidos pela elevação de 1,5% do índice de preços ao consumidor em 2000, ante a deflação de 0,2% em 1999.

## **América Latina**

### **Argentina**

A evolução dos condicionantes internos e externos, no decorrer de 2000, determinaram a adoção, pelo governo argentino, de medidas objetivando favorecer o equilíbrio fiscal e criar condições para a recuperação do crescimento. Nesse sentido, em maio, foi anunciado conjunto de ações que reduziriam o orçamento federal em \$ 938 milhões, incluindo cortes nos salários de funcionários públicos, redução de aposentadorias especiais e reestruturação de órgãos públicos. Em outubro, após elevação expressiva das taxas de juros, em resposta ao clima de maior incerteza gerado pela renúncia do vice-presidente, o governo divulgou programa de incentivo aos investimentos, alterando a tônica da política econômica, anteriormente centrada no ajuste fiscal. Adicionalmente, em novembro, foram anunciadas propostas de reformas nos sistemas de previdência e de arrecadação, redução da carga tributária e um pacto entre o governo central e as Províncias, visando a redução de gastos primários.

A divulgação do pacto e a aprovação do orçamento para 2001, em dezembro, contribuíram para a conclusão das negociações de empréstimo de assistência financeira junto ao FMI e outros organismos multilaterais, no valor global de US\$ 19,7 bilhões. Em paralelo a esse acordo, foi negociado outro pacote financeiro junto a bancos privados locais e fundos de pensão, que deverá resultar no aporte adicional de US\$ 20 bilhões, totalizando disponibilidade de US\$ 39,7 bilhões.

O ritmo de crescimento da demanda agregada apresentou redução nos três primeiros trimestres do ano, relativamente a iguais períodos do ano anterior, com crescimento real nas exportações de bens e serviços e contração na formação bruta de capital fixo, de acordo com estatísticas da *Dirección Nacional de Cuentas Nacionales*.

Os indicadores de demanda mantiveram tendência de retração ao longo do ano. As vendas em supermercados e as vendas em *shopping centers*, acumuladas em 12 meses até novembro, declinaram 1,16% e 2%, respectivamente. O Indicador Sintético de Atividade Industrial (ISAC), que engloba as vendas de insumos para a construção civil, desenhou trajetória semelhante, apresentando contração de 12,3% no ano. O comportamento dos indicadores de demanda ao longo do ano estimulou revisões nas estimativas da taxa de crescimento do produto, de 3%, no início do ano, para 0,5%.

O resultado fiscal do setor público, incluindo privatizações, revelou déficit de US\$ 6,8 bilhões em 2000, 42% maior que o registrado em 1999. As receitas correntes elevaram-se 1% e as receitas totais apresentaram contração de 3,1%, influenciadas pela redução de 85% na arrecadação associada a privatizações. As despesas correntes cresceram 0,8%, respondendo, principalmente, à expansão de 17,4% no pagamento de juros, não obstante o esforço do governo central em reduzir os gastos com custeio. Outro fator determinante do déficit fiscal constitui o impacto desfavorável do quadro recessivo interno, no que se refere à arrecadação vinculada à atividade da economia.

O déficit global, que inclui resultado do Banco Central e exclui receitas de privatizações, totalizou US\$ 6,6 bilhões em 2000, inferior à meta de US\$ 6,7 bilhões revista no âmbito do acordo com o FMI.

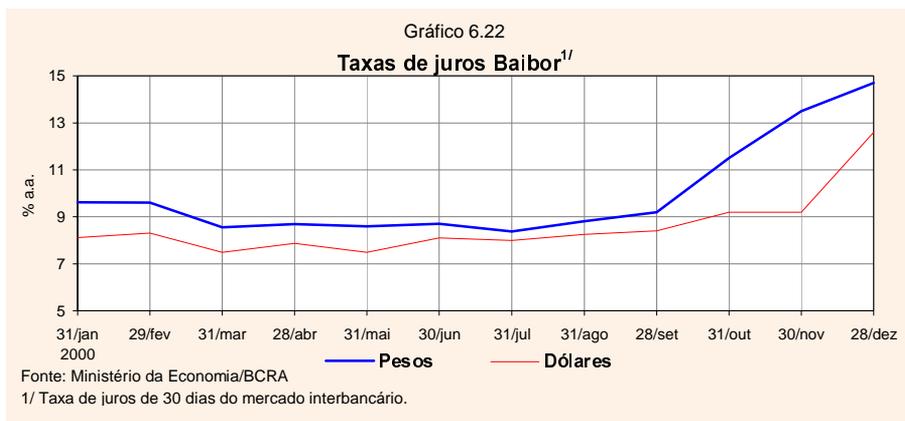
Estimativas do Ministério da Economia quanto ao resultado das transações correntes até o terceiro trimestre apontam déficit de US\$ 7 bilhões, comparativamente a US\$ 9 bilhões em igual período de 1999. Assinale-se que o desempenho comercial apresentou sensível melhora no ano, beneficiado pelo aumento no preço do petróleo e pela recuperação da economia brasileira, principal parceiro comercial da Argentina.



Nesse contexto, o superávit comercial no ano acumulou US\$ 1,1 bilhão, com as exportações atingindo US\$ 26,2 bilhões e as importações, US\$ 25,1 bilhões. Em 1999, a balança comercial registrara déficit de US\$ 2,2 bilhões.

A produção industrial, medida pelo Estimador Mensal Industrial (EMI), manteve-se, em média, no mesmo patamar de 1999, enquanto a taxa de desemprego, que atingira 15,4% em maio, situou-se em 14,7% em outubro, comparativamente à média de 14,3% no ano anterior. A trajetória dos preços mostrou-se descendente ao longo do ano. O índice de preços ao consumidor acumulou deflação de 2,2% no ano, refletindo a retração da demanda, e o índice de preços no atacado, variação positiva de 2,6%, respondendo ao crescimento nos preços do petróleo.

As taxas de juros apresentaram tendência decrescente até outubro, quando a intensificação do grau de incerteza no mercado financeiro, associada à crise política, provocou sua elevação para o patamar registrado no segundo semestre de 1998, período no qual as economias emergentes sofriam os efeitos da crise russa. Nesse contexto, o diferencial entre as taxas dos ativos em moeda local e em moeda estrangeira, assim como o risco soberano argentino, atingiram níveis elevados. A partir de dezembro, com a expectativa da assinatura de novo acordo com o FMI, as taxas tenderam à acomodação.



## Chile

A economia chilena recuperou-se, em 2000, da contração econômica observada no ano precedente, quando o PIB declinou 1,1%. Na comparação com iguais períodos de 1999, a variação do PIB permaneceu acima de 5% nos três primeiros trimestres de 2000, alcançando 6,1% no segundo. O indicador mensal de atividade econômica (Imacec), após permanecer negativo de abril de 1999 a janeiro de 2000, considerando-se as variações acumuladas em 12 meses, apresentou expansão crescente no restante do ano, elevando-se de 0,19%, em fevereiro, para 5,6% em dezembro.

Os indícios de recuperação do nível de atividade também foram perceptíveis na produção industrial. A variação acumulada em 12 meses, que apresentara resultados negativos durante todo o ano de 1999, registrou crescimento ao longo de 2000, passando de 0,1%, em janeiro, para 6,2% em outubro. O resultado do último bimestre indicou desaceleração, consistente com o cenário econômico mundial, com as variações relativas a novembro e dezembro situando-se em 5,4% e 4,2%, na ordem.

O comportamento da taxa de desemprego refletiu a reação do mercado de trabalho à evolução favorável da economia. Nesse sentido, em oposição ao ocorrido em 1999, quando permaneceu acima de 10% durante 5 meses, a taxa de desemprego situou-se entre 8,9% e 9,9% em 2000, na série dessazonalizada, atingindo o patamar mais baixo do ano em dezembro.

No que se refere à inflação, a variação anual do índice de preços ao consumidor, que em 1999 atingira 2,3%, elevou-se para 4,5% em 2000. Os preços no atacado apresentaram comportamento inverso, com a variação registrada em 1999, 13,5%, reduzindo-se a 7,9% em 2000, resultado influenciado, em parte, pela deflação de 1,2% registrada em dezembro.

No que se refere ao setor externo, o superávit comercial atingiu US\$ 1,4 bilhão em 2000, 14,27% inferior ao registrado em 1999. As importações alcançaram US\$ 16,7 bilhões, expandindo-se 19,93% no período, e as exportações, US\$ 18,2 bilhões, 16,28% superiores às do ano anterior.

A condução da política monetária pelo Banco Central do Chile, no primeiro semestre, caracterizou-se pelo aspecto contracionista revelado nas duas elevações, de 25 pontos básicos, na taxa de juros básica, em 20 de janeiro e em 16 de março. Em agosto, entretanto, a taxa sofreu corte de 50 pontos básicos, situando-se em 5% a.a. acima da variação da Unidade de Fomento, patamar mantido até o final do ano.

### **México**

A economia mexicana foi fortemente estimulada pelo crescimento dos Estados Unidos, pela elevação dos preços do petróleo e por condições favoráveis de captação no mercado internacional de capitais. Esse contexto mostrou-se determinante para que o desempenho da economia mexicana, no ano, superasse amplamente as expectativas formuladas no início de 2000.

O crescimento do PIB, a preços de mercado, elevou-se de 3,8%, em 1999, para 6,9% em 2000. Assinale-se, entretanto, que as taxas de crescimento nos três primeiros trimestres do ano, em relação a iguais períodos de 1999, situaram-se em torno de

7,5%, patamar significativamente superior ao registrado no último trimestre do ano, 5,1%, evidenciando o movimento de desaquecimento da economia dos Estados Unidos.

A produção industrial, consideradas as variações em relação a iguais períodos do ano anterior, registrou desaceleração acentuada no quarto trimestre, expressa pela reversão da expansão de 7,1%, em outubro, para contração de 0,4% em dezembro. Esse declínio é atribuído ao comportamento da indústria de transformação e da construção, que contraíram 2% e 0,9% em dezembro. Em sentido inverso, a indústria maquiadora de exportação persistiu apresentando crescimento anual acima de 13% no último trimestre do ano. Nesse cenário, a taxa de desemprego aberto manteve-se em patamar reduzido ao longo do ano, oscilando entre 2,6%, em agosto, e 1,9% em dezembro.

A variação do índice de preços ao consumidor apresentou significativa redução em relação à registrada em 1999, atingindo 8,96%, o menor aumento dos últimos seis anos. Com esse resultado, o México cumpre, pelo segundo ano consecutivo, a meta inflacionária, fixada em 10% para 2000. A variação acumulada no ano do índice de preços ao produtor, excluído petróleo cru para exportação, registrou pequeno declínio, atingindo 7,38%, ante 8,66% no ano anterior.

O saldo comercial foi negativo em US\$ 8 bilhões em 2000, déficit 44,2% maior que o verificado no ano precedente. As importações acumularam US\$ 174,5 bilhões, expansão de 22,9%, e as exportações, US\$ 166,4 bilhões, elevação de 22%. Assinale-se que as vendas de petróleo cresceram 64,98% e responderam por 9,84% das exportações totais do país, situando-se em US\$ 16,38 bilhões.

O Banco Central do México intensificou em seis ocasiões a postura restritiva de sua política monetária. Embora as taxas nominais de juros tenham-se situado, no final do ano, em patamar apenas ligeiramente superior ao do início de 2000, a redução da inflação provocou acentuada elevação das taxas reais.

# VII

## ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

As crises financeiras do final dos anos noventa contribuíram para a identificação de pontos frágeis do sistema financeiro internacional, alguns deles vinculados à crescente magnitude e importância dos fluxos de capital transfronteiriços, além de evidenciar que a globalização comporta tanto riscos quanto benefícios importantes. Nesse contexto, a agenda dos organismos financeiros internacionais permaneceu centrada na compreensão das crises recentes e na discussão e implementação de mecanismos de prevenção e solução de futuras turbulências nos mercados financeiros.

Tem-se verificado colaboração cada vez mais estreita entre os principais organismos financeiros multilaterais e outras instituições e associações internacionais que tratam de aspectos institucionais e estruturais, sobretudo os de caráter sistêmico relacionados com o funcionamento dos mercados financeiros nacionais e internacionais. Sob o título de Fortalecimento da Arquitetura do Sistema Monetário Internacional, essas organizações, em especial o FMI, têm visado a maior segurança e estabilidade do sistema financeiro mundial, procurando atuar em cinco principais áreas: i) Transparência; ii) Fortalecimento do Setor Financeiro; iii) Participação do Setor Privado; iv) Modificação dos Serviços Financeiros do FMI e outras questões sistêmicas; e, v) Elaboração e Avaliação de Códigos e Padrões Internacionalmente Aceitos.

No que diz respeito ao último item, a idéia subjacente é de que o cumprimento de padrões internacionais e de códigos de boas práticas constitui-se em condição indispensável para o bom funcionamento dos sistemas financeiros nacionais e internacional. Atualmente, estão em discussão mais de 60 padrões e códigos, dentre os quais o Padrão Especial de Disseminação de Dados (*Special Data Dissemination Standard - SDDS*), o Sistema Geral de Disseminação de Dados (*General Data Dissemination System - GDDS*), o Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal, o Código de Boas Práticas para a Transparência nas Políticas Monetária e Financeira, todos elaborados pelo FMI, e os Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz, do Comitê da Basiléia/BIS.

A Iniciativa de Alívio da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (*Debt Initiative for the Heavily Indebted Poor Countries - HIPC*) recebeu impulso significativo em 2000, após a aprovação da proposta de acelerar a implementação e de ampliar o escopo do processo de alívio da dívida dos países mais pobres. O objetivo fundamental da Iniciativa é assegurar a sustentabilidade da dívida aos países de baixa renda que

adotem programas de ajuste e reforma apoiados pelo FMI ou Banco Mundial. Para se qualificarem à Iniciativa, os países são monitorados em relação ao desempenho das políticas estruturais e macroeconômicas, bem como em relação a critérios de desenvolvimento social.

Ao final de 2000, 22 países, do total de 41, atingiram o ponto de decisão, ou seja, foram considerados elegíveis a receber os benefícios da Iniciativa, o que representa cerca de US\$ 34 bilhões de alívio na dívida externa desses países. Dos 22 países, 18 são da África e 4 da América Latina (Nicarágua, Bolívia, Guiana e Honduras).

Em face da nova realidade imposta pela Medida Provisória nº 1.980-26, que determinou a transferência para a União da responsabilidade pela integralização de quotas e ações de organismos financeiros internacionais de que o Brasil participe, antes exercida pelo Banco Central, também serão transferidas, a partir de janeiro de 2001, as atribuições referentes ao relacionamento institucional com aqueles organismos, à exceção do FMI e do BIS, que ainda constituem responsabilidade do Banco Central.

### **Fundo Monetário Internacional (FMI)**

Após 55 anos de existência, o FMI contava, ao final de 2000, com 183 países-membros, ante o total inicial de 35 países, assinalando-se a expansão de seu capital, de US\$ 7,6 bilhões para aproximadamente US\$ 300 bilhões, ou DES 212 bilhões, dos quais o Brasil detém DES 3 bilhões.

Durante o ano 2000, os esforços do FMI mantiveram-se concentrados no fortalecimento da arquitetura do sistema monetário e financeiro internacional, em especial na revisão das políticas e procedimentos internos da Instituição, conducentes à maior transparência e eficácia das suas operações.

Nesse contexto, foi criado o Escritório de Avaliação Independente, com o objetivo de proporcionar a avaliação sistemática da efetividade dos programas, políticas e procedimentos do Organismo. Adicionalmente, foi adotado plano de monitoramento mais estreito do uso dos recursos do Fundo por parte dos países mutuários.

No processo de revisão ampla de suas *facilities*, em fevereiro, foram eliminadas a Linha de Financiamento de Estoques Reguladores e o elemento contingencial da Linha de Financiamento Compensatório e Contingencial. Em março/abril, foram eliminados também o Fundo de Estabilização de Moedas e a Linha de Crédito para Operações de Redução da Dívida e do Serviço da Dívida.

No final do ano, foram implementadas importantes mudanças nas modalidades de assistência financeira. Foram aprovadas medidas que estimulem pagamentos antecipados

dos empréstimos concedidos e que desestimulem o uso excessivo dos recursos do FMI. A recém-criada Linha Contingencial de Crédito (LCC) tornou-se mais atrativa para os países-membros, tendo sido reduzidos os custos do empréstimo. A LCC passa a ser uma alternativa de defesa, prontamente disponível, para países que, perseguindo políticas econômicas sólidas, sofram o “contágio” de eventos ocorridos em outros países.

Na divulgação de dados econômicos, o GDDS, estabelecido em 1997, entrou em fase operacional, enquanto, no que se refere ao SDDS, foi revisto o seu escopo e ampliado o detalhamento das informações fornecidas. Até 31.12.2000, 47 países subscreveram o SDDS. O Brasil, por ocasião do acordo de assistência financeira, em dezembro de 1998, comprometeu-se a aderir ao SDDS, adequando suas informações aos padrões sugeridos pelo Fundo.

Ao final do ano de 2000, havia 58 programas de assistência financeira do Fundo em andamento, 2 a mais que no ano anterior, dos quais 15 acordos *Stand-by*, totalizando DES 26,9 bilhões (aproximadamente US\$ 35,2 bilhões), 9 acordos ampliados *Extended Fund Facility* (EFF), no valor de DES 9,1 bilhões (cerca de US\$ 11,6 bilhões) e 34 acordos sob o Empréstimo para Redução da Pobreza e Incentivo ao Crescimento (*Poverty Reduction and Growth Facility* - PRGF), comprometendo DES 3,1 bilhões (US\$ 4,1 bilhões).

No tocante aos empréstimos concedidos ao Programa de Assistência Financeira ao Brasil, durante o ano 2000 não foi efetuado nenhum saque. As amortizações referentes a essa assistência financeira do FMI totalizaram o equivalente a US\$ 6,8 bilhões, quitando integralmente a parcela referente à *Supplemental Reserve Facility*. Do montante sacado sob a *Credit Tranche*, o saldo pendente equivalia a US\$ 1,8 bilhão em 31.12.2000, com as amortizações iniciando-se em 2002.

A assistência à Iniciativa HIPC ocorre por meio do PRGF, que também é utilizado para a promoção da agenda social em conjunto com o Banco Mundial. Até 31.12.2000, cerca de DES 1,3 bilhão (o equivalente a US\$ 1,7 bilhão) desse mecanismo foi comprometido, sendo que DES 452 milhões, representando cerca de US\$ 589 milhões, foram desembolsados.

### **Banco de Compensações Internacionais (BIS)**

Fundado em 20 de janeiro de 1930, o BIS exerce as funções de promoção e cooperação entre os bancos centrais. Após as crises financeiras mais recentes, o BIS tem liderado iniciativas para a manutenção da estabilidade financeira e o melhor gerenciamento de risco nos planos institucionais e de mercado.

O BIS contava em 2000, considerado o ano fiscal de 1º de abril de 1999 a 31.3.2000 (AF2000), com 49 bancos centrais associados, além do BCE. A Diretoria Executiva do BIS é composta pelos governadores dos Bancos Centrais da Bélgica, Canadá, Estados

Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Suíça e Reino Unido, acrescida de diretores designados por seis desses países. O Brasil passou a ser acionista do BIS em 1997, após a ratificação do ato de adesão pelo Congresso Nacional.

Os ativos do BIS no AF2000 somavam US\$ 147 bilhões, dos quais US\$ 6,7 bilhões de recursos próprios (capital e reservas). O capital autorizado do BIS corresponde a US\$ 2,9 bilhões, dividido em 600 milhões, com 529.165 ações emitidas. O valor do capital integralizado ao final do AF2000 alcançava US\$ 6,45 bilhões.

Em setembro, o BIS anunciou a intenção de recomprar todas as ações do Organismo que se encontravam em poder de investidores privados, cerca de 13,73%, sem direito a voto. Os bancos centrais associados detêm 86,27% das ações e 100% dos direitos de voto.

O BIS exerce, dentre outras funções, o papel de *Collateral Agent* e *Trustee*. Nesse contexto, custodia os títulos do Tesouro norte-americano (*zero coupon bonds*) oferecidos pelo Brasil como garantia para os *Bradies*. No caso, o BIS funciona como *Collateral Agent* custodiando também bônus do Peru e da Costa do Marfim. O Organismo desempenha também, em outros casos, a função de *trustee*.

Como agente catalisador de recursos e de proeminência no seu campo de atuação, o BIS coordenou parte da assistência financeira ao Brasil em 1998, juntamente com outros 19 bancos centrais, no valor de US\$ 13,28 bilhões. O total dos empréstimos foi integralmente pago em 12 de abril de 2000. Outras linhas de crédito de curta duração foram feitas a outros acionistas do BIS com ou sem garantias envolvidas.

O BIS contribui para a cooperação entre bancos centrais organizando reuniões regulares entre os membros do G-10, as principais economias emergentes e os seus próprios acionistas. Como Secretaria, coordena os vários comitês cujos trabalhos são reportados aos países do G-10. Foi criado o *Central Bank Governance Steering Group*, composto por representantes dos bancos centrais de países industrializados e de economias emergentes, que coordena a coleta, análise e informação das atividades dos mesmos.

Os três comitês estabelecidos pelos bancos centrais do G-10 e apoiados pelo BIS, denominados Comitê de Supervisão Bancária, Comitê do Sistema Financeiro Global e Comitê do Sistema de Pagamentos e Recebimentos (CPSS), participam do *Financial Stability Forum*, estabelecido, em 1999, por países do G-7 e bancos centrais, com o objetivo de zelar pela estabilidade financeira por meio da *surveillance* e da cooperação em supervisão financeira.

O Comitê de Supervisão Bancária está centrado na discussão de problemas específicos de supervisão bancária, na responsabilidade das autoridades nacionais quanto à supervisão do sistema bancário doméstico e suas filiais fora do país e nos padrões de supervisão diretamente relacionados à questão da solvência dessas instituições.

O Acordo da Basileia, que está sendo reformulado desde 1999, visa adequar a regulamentação já existente aos novos instrumentos de mercado e seus riscos. Cerca de 130 países já adotaram os princípios do Acordo, assinalando-se que o seu novo desenho está baseado na ampliação dos padrões do capital mínimo exigido, revisão do controle da adequação do capital da instituição e dos processos internos, e uso efetivo de disciplina no mercado.

O Comitê do Sistema Financeiro Global acompanha a vulnerabilidade do mercado financeiro nos países industrializados e nas economias emergentes. Os principais tópicos abordados pelo Comitê são a liquidez do mercado de emissões ou bônus, o comportamento dos mercados em épocas de crise, a transparência nas informações dadas aos participantes e o aperfeiçoamento das estatísticas feitas pelo BIS. Em 1999, o Comitê fez recomendações específicas ao mercado de bônus envolvendo estratégias de gerenciamento de dívida, taxação, transparência, regras de negociação e infra-estrutura e desenvolvimento do mercado de acordos de recompra, futuros e opções. O Comitê trabalha também em consonância com o SDDS do FMI, detalhando o preenchimento do *template*.

O Comitê do Sistema de Pagamentos e Recebimentos promove a segurança do sistema de pagamentos e recebimentos fortalecendo a infra-estrutura de mercado, reduzindo assim o risco sistêmico. Trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (Iosco).

### **Grupo Banco Mundial**

É uma instituição de desenvolvimento cuja missão é combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos povos de países em desenvolvimento. O Bird, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (Miga) e o Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimento (ICSID) formam o chamado Grupo Banco Mundial. Tais instituições apresentam perfis e objetivos específicos que vão desde a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida nas regiões mais necessitadas do planeta até a implementação de políticas de incentivo ao investimento privado em países em desenvolvimento, por meio de empréstimos, garantias, consultoria e assistência técnica.

O Bird, fundado em 1945, tem como principais funções promover o desenvolvimento sustentável das economias de países em desenvolvimento e contribuir para a redução da pobreza. Para atingir tais objetivos, fornece empréstimos, garantias e assistência técnica - além de ser o principal catalisador de recursos provenientes de outras fontes - aos seus 181 membros.

No AF2000, compreendido entre 1.7.1999 e 30.6.2000, foram aprovados US\$ 10,9 bilhões em 97 novos financiamentos para 41 países, representando redução de 50,8% em relação

ao registrado no ano fiscal anterior, refletindo a maior estabilidade nos mercados emergentes. Os financiamentos mais expressivos foram destinados à Turquia, US\$ 1,7 bilhão, China, US\$ 1,6 bilhão, e Brasil, US\$ 1,3 bilhão.

Com relação aos desembolsos, totalizaram US\$ 13,2 bilhões, o que equivaleu à redução de 27,1% ante o observado no ano anterior.

Até o final do AF2000, o Brasil havia acumulado empréstimos no valor de US\$ 28,7 bilhões em 256 projetos. A carteira atual de empréstimos ao Brasil é de US\$ 10,2 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões ainda não desembolsados.

O Brasil obteve, no AF2000, a aprovação de 8 projetos, que somaram US\$ 1,3 bilhão, representando 33,3% do valor disponibilizado para a América Latina e Caribe. Desse total, assinala-se a aprovação de 2 projetos totalizando US\$ 505,1 milhões cada, direcionados à reforma administrativa e à segunda fase do Programa de Reforma da Previdência Social.

Adicionalmente, foi desembolsado US\$ 1,6 bilhão para projetos em execução, ocorrendo amortização de US\$ 934 milhões e pagamento de juros de US\$ 477 milhões, resultando em transferência líquida para o Brasil de US\$ 229 milhões.

A AID, criada em 1960 e contando, atualmente, com 161 membros, é a principal provedora de recursos concessionais (empréstimos sem juros) para os países mais pobres, com renda *per capita* anual, em 1997, inferior a US\$ 925. No ano fiscal de 2000, 81 países foram considerados elegíveis para receber recursos da AID.

No AF2000, a AID realizou 126 novas operações em 52 países, que totalizaram US\$ 4,4 bilhões, representando redução de 36% ante o aprovado no período anterior.

Em 30.6.2000, a carteira de empréstimos atingiu US\$ 104,8 bilhões, dos quais US\$ 18,9 bilhões ainda não desembolsados.

O HIPC *Trust Fund*, fundo administrado pela AID sem cobrança de taxas, é o principal veículo para o Banco Mundial e outros credores multilaterais participarem da Iniciativa HIPC, viabilizando os procedimentos de redução de créditos junto aos países elegíveis. Facilita a ação articulada dos credores multilaterais na Iniciativa, permite que sejam atendidas restrições de recursos ou de política financeira dos credores e favorece a concentração dos recursos desses credores no alívio da dívidas dos HIPC.

Até o final de 2000, o Banco Mundial trabalhou proativamente para a rápida implementação da Iniciativa HIPC ampliada. O HIPC *Trust Fund* obteve US\$ 2,5 bilhões em contribuições bilaterais de cerca de 20 países e US\$ 1,3 bilhão do Bird.

A CFI, criada em 1956 e atualmente com 174 países-membros, tem como objetivo fomentar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento por meio de investimentos no setor privado, mobilizar capital nos mercados financeiros internacionais, além de fornecer assistência técnica ao setor público e privado, observando o seu perfil de instituição privada que visa à rentabilidade.

No AF2000, foram aprovados 259 projetos, equivalentes a US\$ 5,8 bilhões, dos quais US\$ 3,5 bilhões provenientes de recursos próprios e US\$ 2,3 bilhões de outras fontes. O Brasil, que detém 1,67% do capital da Instituição, possuía, até 30.6.2000, 127 projetos aprovados, no total acumulado de US\$ 4,9 bilhões.

A Miga foi criada em 1988 e conta com 152 membros. Seu principal objetivo é, juntamente com os governos, atrair investimentos diretos para países em desenvolvimento, provendo garantias a investidores estrangeiros contra riscos não-comerciais. Além disso, a Miga fornece assistência técnica aos seus membros buscando facilitar a divulgação de informações sobre oportunidades de investimentos.

No AF2000, a Agência emitiu 53 contratos de garantia, no total de US\$ 1,6 bilhão em cobertura bruta, beneficiando 26 países em desenvolvimento. O montante de cobertura da Agência cresceu 19%, atingindo US\$ 4,4 bilhões. A América Latina e Caribe continua sendo a região mais beneficiada pelas garantias fornecidas pela Miga, absorvendo 51% da sua carteira, destacando-se a Argentina, Brasil e Peru. No período, foram aprovados cerca de US\$ 410 milhões em garantias para o Brasil, cuja participação bruta no *portfolio* da Agência situa-se em 14,5%, seguindo-se as relativas à Argentina, 9,9%, Peru, 7,6%, Rússia, 6,2%, e Turquia, 5,2%.

O ICSID, criado em outubro de 1966, possui 131 membros e tem como objetivo assegurar o fluxo de investimentos externos para os países em desenvolvimento, por meio da oferta de instrumentos de arbitragem e conciliação. Até o AF2000, o número total de casos registrados era de 75, dos quais 12 no último período fiscal. O processo de adesão do Brasil ao ICSID encontrava-se em análise na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

### **Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

No ano de 2000, o BID aprovou US\$ 5,3 bilhões em novos empréstimos, dos quais 42% destinaram-se a projetos da área social. Em 1994, quando da realização do 8º Aumento Geral de Recursos, foi estipulado que empréstimos para alívio da pobreza, melhorias de infra-estrutura sanitária e de abastecimento d'água, educação e saúde deveriam representar 40% dos volumes disponibilizados e 50% do número de operações aprovadas a partir daquele ano.

Em 2000, o BID desembolsou aproximadamente US\$ 7,4 bilhões, sendo US\$ 7 bilhões do Capital Ordinário (CO) e US\$ 385,7 milhões do Fundo para Operações Especiais (FOE), braço do BID que concede empréstimos em termos concessionais a somente 5 países de menor desenvolvimento relativo da América Latina e Caribe. Além desses valores, registrou-se desembolso de US\$ 209,2 milhões referente a outros fundos também administrados pelo BID. Grande parte desse volume recorde de desembolsos é explicado pelos financiamentos emergenciais providos pelo Organismo, cuja característica principal é o rápido desembolso após sua aprovação.

Com relação ao Brasil, em 2000, o Organismo aprovou 12 operações de financiamento com recursos do CO, no montante de US\$ 767,2 milhões. Desse total, US\$ 346 milhões referiram-se a empréstimos para o setor privado sem garantia governamental. Foram também aprovados US\$ 3,2 milhões em cooperação técnica não reembolsável. Não houve aprovação de operações sob o FOE para o Brasil devido à sua não elegibilidade, porém os desembolsos dos projetos em andamento totalizaram US\$ 20,1 milhões. Os desembolsos totais para o Brasil alcançaram US\$ 2,8 bilhões, dos quais US\$ 1,9 bilhão correspondente à participação do BID no Programa de Assistência Financeira, cujo valor totalizou US\$ 4,5 bilhões. As amortizações e os encargos da dívida somaram US\$ 267,1 milhões e US\$ 752,3 milhões, respectivamente. No final do período, o país apresentou fluxo de caixa positivo de, aproximadamente, US\$ 1,6 bilhão.

Com relação à participação do BID na Iniciativa HIPC, o custo total atualizado para a Instituição foi estimado em US\$ 1,1 bilhão para 1999. Desse montante, US\$ 800 milhões são originários dos recursos próprios do Organismo, além de US\$ 320 milhões a serem cobertos por doadores.

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII), instituição afiliada ao BID, foi estabelecida em 1984, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe por meio de investimentos de capital, empréstimos e serviços de consultoria a empresas de pequeno e médio portes da região.

Em 2000, foram aprovadas 19 operações, que somaram US\$ 143 milhões, dos quais US\$ 107 milhões (74,8%) utilizados em financiamentos de longo prazo e US\$ 36 milhões (25,2%) em investimentos patrimoniais (participação acionária). Para o Brasil, foram aprovadas duas operações de financiamento de longo prazo, totalizando US\$ 1,5 milhão.

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) é um fundo autônomo administrado pelo BID, estabelecido em 1993, que tem como objetivo acelerar o desenvolvimento do setor privado e ajudar a fortalecer o clima para investimentos privados nos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

A assistência do Fumin é principalmente não reembolsável e voltada basicamente para as pequenas empresas. Em 2000, foram aprovados financiamentos para 80 projetos,

totalizando US\$ 115 milhões, dos quais US\$ 11,4 milhões envolvendo 5 projetos destinados ao Brasil.

### **Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD)**

O Grupo BAD/FAD compreende o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), braço concessional do Grupo, e o Fundo Fiduciário da Nigéria (*Nigerian Trust Fund* - NTF). O Grupo é um instrumento crucial para a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento na África.

Com sede em Abidjan, Costa do Marfim, o BAD contava, em dezembro de 2000, com 77 países-membros, sendo 53 regionais e 24 não-regionais. Em 2000, o BAD aprovou DES 860,6 milhões em novos empréstimos, o equivalente a US\$ 1,1 bilhão, tendo desembolsado DES 395 milhões, cerca de US\$ 514,6 milhões.

O FAD conta atualmente com 79 membros, sendo 53 regionais e 26 não-regionais. O Fundo disponibiliza financiamento em termos concessionais (taxa de juros zero) aos membros regionais de baixa renda, e suas atividades são voltadas para a redução da pobreza. Os empréstimos aprovados pelo Fundo, em 2000, atingiram DES 1,3 bilhão, equivalente a US\$ 1,6 bilhão. O total desembolsado situou-se em DES 281,1 milhões, cerca de US\$ 366,2 milhões.

O Grupo BAD/FAD, como as demais Instituições, participa também da Iniciativa HIPC. Dos Organismos regionais, é o que conta com o maior número de países-membros elegíveis à Iniciativa (31 países), todos eles, dadas as características econômico-financeiras, mutuários exclusivos do FAD. O custo da Iniciativa para o Grupo está estimado em US\$ 2 bilhões, US\$ 370 milhões cobertos com recursos internos e o restante de contribuições de doadores.

### **Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida)**

O Fida, órgão especializado das Nações Unidas, sediado em Roma, tem como objetivo mobilizar e fornecer assistência financeira e técnica, em condições especiais, ao desenvolvimento agrícola de países em desenvolvimento, priorizando as regiões com extrema pobreza.

A Instituição, que conta com 161 membros, aprovou, em 2000, 28 novas operações de empréstimos, no valor de US\$ 408 milhões, enquanto o total aprovado de cooperações técnicas não reembolsáveis alcançou US\$ 36 milhões.

Em 31.7.2000, foi aprovada a 5ª Recomposição Geral de Recursos da Instituição (Fida-V). Ficou definido aumento de capital da ordem de US\$ 460 milhões em novos recursos,

sendo US\$ 360 milhões de países desenvolvidos e US\$ 100 milhões de países em desenvolvimento. No atual arranjo, a contribuição brasileira ao Fida-V atingirá US\$ 8 milhões.

A participação do Fida na Iniciativa HIPC Ampliada foi aprovada na 23ª Sessão da Assembléia de Governadores, realizada em fevereiro. Estimativas preliminares indicam que a contribuição do Organismo para o alívio da dívida aos países elegíveis será de US\$ 336 milhões. O Fundo já se comprometeu com cerca de US\$ 25 milhões sob a Iniciativa original e os US\$ 331 milhões adicionais deverão ser comprometidos no período 2000-2003.

Os recursos necessários à participação na Iniciativa HIPC deverão originar-se da redução do nível atual de comprometimento na concessão de empréstimos e doações, de contribuições adicionais de doadores e da revisão da política de encaixe das contribuições de aumentos de capital anteriores.

### **Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)**

O Fonplata foi criado em 1974, com o objetivo de atender às necessidades de financiamento associadas à promoção do desenvolvimento econômico e à integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência. Os países-membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A participação do Brasil e Argentina no capital do Fundo atinge, individualmente, 33,33%, e a da Bolívia, Paraguai e Uruguai, 11,11%. O capital subscrito, em 31.12.2000, totalizava US\$ 308 milhões, sendo o capital integralizado de US\$ 268 milhões e o exigível, de US\$ 40 milhões.

Desde o início de suas atividades, até 31.12.2000, foram aprovados 54 empréstimos, no total de US\$ 383,3 milhões. O Brasil contratou 4 empréstimos, no valor total de US\$ 37 milhões.

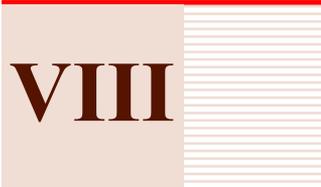
### **Corporação Andina de Fomento (CAF)**

A CAF é uma instituição financeira criada em 1970 pela Comunidade Andina das Nações (ex-Pacto Andino), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos países-membros e a integração regional.

É composta de sócios regionais (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e conta com a participação acionária de países extra-regionais (Brasil, Chile, Jamaica, México, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago) e de 22 bancos privados da região andina.

O Brasil é membro extra-regional desde 1995, quando subscreveu 2.700 ações da série “C”, no valor de US\$ 25 milhões, inteiramente integralizados. A carteira brasileira junto à Instituição atinge US\$ 337 milhões, referentes aos financiamentos para pavimentação da rodovia BR-174, US\$ 86 milhões, para o Projeto de Integração Energética Gasoduto Brasil-Bolívia, US\$ 165 milhões, e para o Projeto de Interligação Elétrica Brasil-Venezuela, US\$ 86 milhões. A esses financiamentos, somam-se a aprovação de outros empréstimos de curto prazo para o setor privado, no valor de US\$ 381,3 milhões.

No fim de 1998, o Brasil concordou em aumentar a sua participação na CAF, subscrevendo 2.512 novas ações pelo valor aproximado de US\$ 25 milhões. Com isso, serão ampliadas as margens para a contratação de novos empréstimos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, o estreitamento das relações com países da fronteira norte e a ampliação da integração regional. A ratificação desse aumento está em exame no Congresso Nacional.



# VIII

## PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

### Resoluções do Conselho Monetário Nacional

**2.684, de 12.1.2000** - Autoriza o Banco Central do Brasil a utilizar, até julho de 2000, a amostra de instituições divulgada pela Circular nº 2.911, de 1999, para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

**2.685, de 26.1.2000** - Autoriza o Banco Central do Brasil a instituir e disciplinar a concessão de Redesconto do Banco Central, nas modalidades de redesconto e de compra, com compromisso de revenda, de títulos, de créditos e de direitos creditórios integrantes do ativo de instituições financeiras.

**2.686, de 26.1.2000** - Estabelece condições para a cessão de créditos a sociedades anônimas de objeto exclusivo e a companhias securitizadoras de créditos imobiliários.

**2.687, de 26.1.2000** - Admite a realização de operações com contratos a termo, futuro e de opções de produtos agropecuários por não-residentes no país.

**2.688, de 26.1.2000** - Autoriza a realização, no mercado de balcão, de operações de *swap* e de opções sobre *swap*, referenciadas em ouro, taxas de câmbio, taxas de juros, ações, mercadorias e índices de preços e de ações por parte das instituições que especifica.

**2.689, de 26.1.2000** - Dispõe sobre aplicações de investidor não-residente nos mercados financeiro e de capitais.

**2.690, de 28.1.2000** - Altera e consolida as normas que disciplinam a constituição, a organização e o funcionamento das bolsas de valores.

**2.691, de 24.2.2000** - Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

**2.692, de 24.2.2000** - Estabelece critério para apuração do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição das operações registrada nos demonstrativos contábeis à variação das taxas de juros praticadas

no mercado, para as instituições referidas no Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994.

**2.693, de 24.2.2000** - Dispõe sobre a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas dos resseguradores locais.

**2.694, de 24.2.2000** - Dispõe sobre a abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador admitido ou corretora de resseguro, e dá outras providências.

**2.695, de 24.2.2000** - Dispõe sobre as aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e de ressegurador local em moeda estrangeira e sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido.

**2.696, de 24.2.2000** - Dispõe sobre a possibilidade de mudança de endereço de Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP).

**2.697, de 24.2.2000** - Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e divulgação de informações em nota explicativa às demonstrações financeiras.

**2.698, de 24.2.2000** - Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

**2.699, de 24.2.2000** - Institui o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), destinado ao financiamento de itens de investimento.

**2.700, de 14.3.2000** - Dispõe sobre a repactuação do vencimento das parcelas de financiamento de custeio agrícola de arroz, safra 1999/2000.

**2.701, de 14.3.2000** - Altera as disposições do Programas para Financiamentos de Ajustes Diários e Prêmios nos Mercados Futuro e de Opções, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**2.702, de 14.3.2000** - Dispõe sobre créditos de custeio, safra nordeste 2000, destinados a produtores rurais radicados na região Nordeste, enquadrados no Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**2.703, de 14.3.2000** - Dispõe sobre prorrogação de vencimento de crédito de custeio e concessão de rebate em operações de crédito de investimentos de miniprodutores e pequenos produtores rurais.

**2.704, de 14.3.2000** - Dispõe sobre concessão de crédito direto a cooperado e encargos financeiros, no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.961-20, de 2000, e o Decreto nº 2.936, de 1999.

**2.705, de 14.3.2000** - Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei nº 9.138, de 1995, a Resolução nº 2.238, de 1996, e a Resolução nº 2.471, de 1998.

**2.706, de 30.3.2000** - Dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

**2.707, de 30.3.2000** - Programa Nacional de Desburocratização - Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979 - Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.

**2.708, de 30.3.2000** - Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2000.

**2.709, de 30.3.2000** - Altera o art. 36 do Regulamento anexo à Resolução nº 2.690, de 2000, que disciplina a constituição, a organização e o funcionamento das bolsas de valores.

**2.710, de 30.3.2000** - Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos da safra Norte/Nordeste 2000.

**2.711, de 30.3.2000** - Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) para a safra de inverno e para caroço de algodão.

**2.712, de 30.3.2000** - Elimina a obrigatoriedade de apresentação de laudo veterinário para concessão de financiamento ao amparo de recursos do Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite).

**2.713, de 7.4.2000** - Dispõe sobre financiamentos rurais ao amparo de recursos da Linha de Crédito de Investimento para a Agregação de Renda à Atividade Rural (Agregar), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**2.714, de 7.4.2000** - Dispõe sobre prorrogação de prazos de operações enquadradas no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.961-21, de 2000, e o Decreto nº 3.399, de 2000.

**2.715, de 7.4.2000** - Dispõe sobre adiantamento à conta de crédito de custeio associado de que trata o MCR 10-5-3-“a”.

**2.716, de 12.4.2000** - Dispõe sobre a aplicação de recursos das entidades fechadas de previdência privada em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de companhia aberta, ou de companhia que tenha características semelhantes às companhias abertas brasileiras, com sede no exterior, cuja distribuição tenha sido autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (*Brazilian Depositary Receipts* - BDRs).

**2.717, de 12.4.2000** - Dispõe sobre a aplicação de recursos das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência privada, em certificados de depósitos de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de companhia aberta, ou de companhia que tenha características semelhantes às companhias abertas brasileiras, com sede no exterior, cuja distribuição tenha sido autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (*Brazilian Depositary Receipts* - BDRs).

**2.718, de 24.4.2000** - Dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas.

**2.719, de 24.4.2000** - Dispõe sobre prazo para comunicação da opção pela prerrogativa prevista no art. 1º da Resolução nº 2.691, de 2000.

**2.720, de 24.4.2000** - Aprova regulamento alterando e consolidando as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada.

**2.721, de 24.4.2000** - Dispõe sobre o repasse de recursos externos por parte de instituições financeiras e de sociedades de arrendamento mercantil.

**2.722, de 24.4.2000** - Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de colheita de café do período agrícola 1999/2000.

**2.723, de 31.5.2000** - Estabelece normas, condições e procedimentos para a instalação de dependências, no exterior, e para a participação societária, direta ou indireta, no país e no exterior, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2.724, de 31.5.2000** - Dispõe sobre a prestação de informações para o Sistema Central de Risco de Crédito.

**2.725, de 31.5.2000** - Elimina a isenção do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista dos depósitos captados em agências pioneiras e em Postos Avançados de Atendimento (PAA).

**2.726, de 2.6.2000** - Altera o art. 5º da Resolução nº 2.645, de 22.9.1999, que estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras.

**2.727, de 8.6.2000** - Altera redação dos artigos 3º e 7º da Resolução nº 2.653/1999, alterada pela Resolução nº 2.668/1999, relacionados com operações de crédito com empresas públicas e sociedades de economia mista.

**2.728, de 14.6.2000** - Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis aos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de que tratam a Lei Complementar nº 93, de 1998, e o Decreto nº 3.475, de 2000.

**2.729, de 14.6.2000** - Dispõe sobre alterações no regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**2.730, de 14.6.2000** - Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na renegociação de operações de crédito rural de miniprodutores e de pequenos produtores rurais.

**2.731, de 14.6.2000** - Dispõe sobre a concessão de crédito no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.961-23, de 2000, e o Decreto nº 3.469, de 2000.

**2.732, de 14.6.2000** - Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de estocagem de café, tipo exportação, na rede oficial de armazéns.

**2.733, de 28.6.2000** - Dispõe sobre a aplicação de recursos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência privada e dos resseguradores locais em créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e em títulos públicos de emissão de estados e municípios que tenham sido objeto de refinanciamento pelo Tesouro Nacional.

**2.734, de 28.6.2000** - Dispõe sobre a aplicação de recursos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência privada e dos resseguradores locais em créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e em títulos públicos de emissão de estados e municípios que tenham sido objeto de refinanciamento pelo Tesouro Nacional.

**2.735, de 28.6.2000** - Programa Nacional de Desburocratização - Disciplina a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito imobiliário.

**2.736, de 28.6.2000** - Dispõe sobre o financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

**2.737, de 28.6.2000** - Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

**2.738, de 28.6.2000** - Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, §6º, da Lei nº 9.138, de 1995, a Resolução nº 2.238, de 1996, e a Resolução nº 2.471, de 1998.

**2.739, de 28.6.2000** - Estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.

**2.740, de 28.6.2000** - Estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.

**2.741, de 28.6.2000** - Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF).

**2.742, de 28.6.2000** - Dispõe sobre o prazo para adaptação da modalidade de investimento estrangeiro mencionada no Regulamento Anexo IV à Resolução nº 1.289, de 1987, às disposições da Resolução nº 2.689, de 2000.

**2.743, de 28.6.2000** - Altera procedimentos para a participação societária, direta ou indireta, no país e no exterior, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2.744, de 28.6.2000** - Fixa a meta para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância, bem como o índice de preços a que se aplicam, para o ano de 2002.

**2.745, de 28.6.2000** - Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2000.

**2.746, de 28.6.2000** - Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, sobre financiamentos de custeio e de Empréstimo do Governo Federal (EGF) e estabelece outras condições para o crédito rural.

**2.747, de 28.6.2000** - Altera normas relativas à abertura e ao encerramento de contas de depósitos, à tarifas de serviços e ao cheque.

**2.748, de 29.6.2000** - Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite), instituído pela Resolução nº 2.618, de 1999.

**2.749, de 29.6.2000** - Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo), instituído pela Resolução nº 2.534, de 1998.

**2.750, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Sistematização de Várzeas, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.751, de 29.6.2000** - Institui o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.752, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Tilápias, Camarões e Moluscos, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.753, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Apoio à Fruticultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.754, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.755, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.756, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Desenvolvimento da Cajucultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.757, de 29.6.2000** - Institui o Programa de Desenvolvimento da Apicultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.758, de 13.7.2000** - Altera a Resolução n° 2.437, de 1997, que trata da constituição da amostra para o cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

**2.759, de 13.7.2000** - Dispõe sobre ajustes na linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de estocagem de café, tipo exportação, na rede oficial de armazéns.

**2.760, de 27.7.2000** - Altera as características das Notas do Banco Central do Brasil - Série Especial (NBCE).

**2.761, de 27.7.2000** - Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural e sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

**2.762, de 2.8.2000** - Altera disposições do Regulamento Anexo I à Resolução nº 2.099, de 1994, que disciplina a autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2.763, de 9.8.2000** - Dispõe sobre Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários (*Brazilian Depositary Receipts* - BDR), com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas, ou assemelhadas, com sede no exterior.

**2.764, de 10.8.2000** - Dispõe sobre a prorrogação do vencimento de financiamentos de custeio e de investimento formalizados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**2.765, de 10.8.2000** - Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na renegociação de operações de crédito rural de miniprodutores e de pequenos produtores rurais.

**2.766, de 10.8.2000** - Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**2.767, de 10.8.2000** - Dispõe sobre a prorrogação do vencimento dos financiamentos de custeio e de investimento, em função de perdas causadas pelas geadas ocorridas no mês de julho/2000.

**2.768, de 10.8.2000** - Institui linha de crédito para financiamento à pré-comercialização de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**2.769, de 10.8.2000** - Dispõe sobre prorrogação de prazo para pagamento de financiamentos amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**2.770, de 30.8.2000** - Programa Nacional de Desburocratização - Altera e consolida as normas que disciplinam as operações de empréstimo entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior.

**2.771, de 30.8.2000** - Aprova Regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

**2.772, de 30.8.2000** - Dispensa as instituições que menciona do cumprimento dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido e de patrimônio líquido exigido.

**2.773, de 30.8.2000** - Concede prazo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para enquadramento no limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente.

**2.774, de 30.8.2000** - Altera dispositivos do Regulamento anexo à Resolução nº 2.690, de 2000, que disciplina a constituição, a organização e o funcionamento das bolsas de valores.

**2.775, de 20.9.2000** - Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o último trimestre de 2000.

**2.776, de 3.10.2000** - Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa).

**2.777, de 10.10.2000** - Institui linha de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio das lavouras cafeeiras no período agrícola 2000/2001.

**2.778, de 10.10.2000** - Dispõe sobre prorrogação de prazo para pagamento de financiamentos amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**2.779, de 18.10.2000** - Dispõe sobre credenciamento de agentes financeiros para operar com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**2.780, de 18.10.2000** - Dispõe sobre alteração nos prazos de reembolsos de financiamentos lastreados em programas ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**2.781, de 18.10.2000** - Dispõe sobre desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR) e sobre empréstimo a cooperativas para adiantamentos a cooperados, ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).

**2.782, de 18.10.2000** - Dispõe sobre créditos de custeio das safras agrícolas 2000/2001 e do nordeste 2001, destinados a beneficiários enquadrados no Grupo "C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e sobre ajustes na regulamentação do Programa.

**2.783, de 18.10.2000** - Dispõe sobre prazo para formalização das renegociações ao amparo da Resolução nº 2.765, de 2000.

**2.784, de 18.10.2000** - Altera as disposições da Resolução nº 2.653, de 1999, alterada pelas Resoluções nº 2.668, de 1999, e 2.727, de 2000, que estabelece as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

**2.785, de 18.10.2000** - Altera dispositivos dos Regulamentos anexos às Resoluções n°s 454, de 1977, e 1.657, de 1989, que disciplinam os procedimentos a serem observados na instauração de Inquérito Administrativo e de Processo Administrativo pela Comissão de Valores Mobiliários.

**2.786, de 18.10.2000** - Dispõe sobre aplicações de investidor não-residente no mercado acionário.

**2.787, de 1.11.2000** - Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

**2.788, de 30.11.2000** - Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito.

**2.789, de 30.11.2000** - Dispõe sobre a realização de operações de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra.

**2.790, de 30.11.2000** - Altera o art. 1° da Resolução n° 2.515, de 29 de junho de 1998, que estabelece critérios para credenciamento e autorização de operações de crédito externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias, fundações e empresas, inclusive suas coligadas, controladas, afiliadas e subsidiárias, e das autarquias, fundações e empresas não-financeiras da União, inclusive suas coligadas, controladas, afiliadas e subsidiárias, sem garantia da União, bem como para captação de recursos externos por bancos estaduais.

**2.791, de 30.11.2000** - Dispõe sobre a suspensão da vigência da Resolução n° 2.720, de 2000, relativa à aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada.

**2.792, de 30.11.2000** - Dispõe sobre a concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos regionais e sementes, safra 2000/2001.

**2.793, de 30.11.2000** - Dispõe sobre aumento dos recursos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, instituído pela Resolução n° 2.699, de 2000.

**2.794, de 30.11.2000** - Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio das lavouras cafeeiras no período agrícola 2000/2001.

**2.795, de 30.11.2000** - Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas com investimento nas lavouras cafeeiras atingidas por geadas.

**2.796, de 30.11.2000** - Dispõe sobre concessão de crédito no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.961-29, de 2000, e o Decreto nº 3.641, de 2000.

**2.797, de 30.11.2000** - Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, §6º, da Lei nº 9.138, de 1995, a Resolução nº 2.238, de 1996, e a Resolução nº 2.471, de 1998.

**2.798, de 30.11.2000** - Dispõe sobre a prestação de informações para o sistema Central de Risco de Crédito por parte de cooperativas de crédito.

**2.799, de 6.12.2000** - Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**2.800, de 6.12.2000** - Altera os arts. 2º e 3º da Resolução nº 2.653, de 1999, alterada pelas Resoluções nºs 2.668, de 1999, e 2.727, de 2000 - limites a serem observados pelos entes públicos - interpretação do critério de dispêndio com serviço da dívida - operações de crédito previstas nos programas de ajuste fiscal firmado pelos estados.

**2.801, de 7.12.2000** - Dispõe sobre certificados representativos de contratos mercantis de compra e venda a termo de mercadorias e de serviços.

**2.802, de 21.12.2000** - Define o patrimônio de referência das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2.803, de 21.12.2000** - Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2001.

**2.804, de 21.12.2000** - Dispõe sobre controles do risco de liquidez.

**2.805, de 21.12.2000** - Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos da safra Norte/Nordeste 2001.

**2.806 de 21.12.2000** - Dispõe sobre prazo para formalização das renegociações ao amparo da Resolução nº 2.765, de 2000.

**2.807, de 21.12.2000** - Excetua das disposições do inciso IV do art. 2º da Resolução nº 2.653, de 1999, alterada pelas Resoluções nº 2.668, de 1999, nº 2.727, de 2000, nº 2.784, de 2000, e nº 2800, de 2000, as operações de crédito realizadas no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e acrescenta inciso ao § 1º do art. 3º da Resolução nº 2.784, de 2000.

**2.808, de 21.12.2000** - Dispõe sobre o fornecimento de informações cadastrais de clientes e a divulgação de encargos financeiros cobrados sobre cheque especial.

**2.809, de 21.12.2000** - Altera e consolida as normas relativas à metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR), bem como dispõe sobre o fornecimento de informações para essa finalidade.

**2.810, de 28.12.2000** - Dispõe sobre a aplicação de recursos das entidades fechadas de previdência privada em fundos de investimento ou por meio de carteiras administradas de títulos e valores mobiliários.

**2.811, de 28.12.2000** - Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana.

**2.812, de 28.12.2000** - Dispõe sobre ampliação da finalidade do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, instituído pela Resolução nº 2.699, de 2000, e sobre prorrogação do prazo para contratação de financiamentos ao amparo da Resolução nº 2.662, de 1999.

**2.813, de 28.12.2000** - Dispõe sobre concessão de crédito no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

### **Circulares do Banco Central do Brasil**

**2.958, de 6.1.2000** - Dispõe sobre a aplicação de recursos de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, bem como estabelece normas a serem observadas pelas instituições administradoras desses fundos.

**2.959, de 12.1.2000** - Altera para 30.6.2000 o prazo para implementação de sistemas de controles internos por parte de cooperativas de crédito.

**2.960, de 19.1.2000** - Dispõe sobre os critérios de cálculo para pagamento de juros das Notas do Banco Central do Brasil - Série Especial (NBCE).

**2.961, de 20.1.2000** - Altera de 31.1.2000 para 29.2.2000 o prazo para implementação e atendimento às disposições da Circular nº 2.958, de 6.1.2000. Essa Circular dispõe sobre a aplicação de recursos de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

**2.962, de 26.1.2000** - Institui e disciplina a concessão de Redesconto do Banco Central, nas modalidades de redesconto e de compra, com compromisso de revenda,

de títulos, de créditos e de direitos creditórios integrantes do ativo de instituições financeiras.

**2.963, de 26.1.2000** - Estabelece condições para o registro declaratório eletrônico e para as aplicações de investidor não-residente previstas na Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.

**2.964, de 3.2.2000** - Estabelece a obrigatoriedade da elaboração, remessa e publicação de demonstrações financeiras por sociedades de crédito ao microempreendedor.

**2.965, de 8.2.2000** - Institui e disciplina a concessão de Redescoto do Banco Central, nas modalidades de redescoto e de compra, com compromisso de revenda, de títulos, de créditos e de direitos creditórios integrantes do ativo de instituições financeiras.

**2.966, de 8.2.2000** - Introduz alteração nos objetivos e competências do Comitê de Política Monetária (Copom), divulga seu novo Regulamento e fixa taxas de acréscimo à Taxa Selic, para as operações de Redescoto do Banco Central.

**2.967, de 11.2.2000** - Promove alterações na regulamentação cambial decorrentes da introdução da Declaração Simplificada de Exportação e da Declaração Simplificada de Importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

**2.968, de 24.2.2000** - Dispõe sobre a realização de operações de câmbio relativas a pagamento de prêmios e indenizações referentes a seguros em moeda estrangeira.

**2.969, de 14.3.2000** - Reduz a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre recursos à vista de que trata a Circular nº 2.700, de 28 de junho de 1996.

**2.970, de 16.3.2000** - Altera o prazo para implementação e atendimento às disposições da Circular 2.957, de 1999.

**2.971, de 17.3.2000** - Regulamenta as Resoluções nº 2.644, de 1999, nº 2.694 e nº 2.695, ambas de 2000, e divulga o Regulamento sobre Contas em Moedas Estrangeiras no País.

**2.972, de 23.3.2000** - Estabelece critérios e condições para a apuração da parcela do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição das operações denominadas em Real e remuneradas com base em taxas prefixadas de juros à variação das taxas praticadas no mercado, de que trata a Resolução nº 2.692, de 2000.

**2.973, de 23.3.2000** - Dispõe sobre os fundos de investimento financeiro e os fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

**2.974, de 24.3.2000** - Estabelece procedimentos relativamente a ajustes na provisão para operações de crédito, para operações contratadas até 31 de dezembro de 1999.

**2.975, de 29.3.2000** - Estabelece condições para o registro dos investimentos externos nos mercados financeiro e de capitais - Módulo RDE-Portfólio.

**2.976, de 30.3.2000** - Altera o fator "F" aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, constante da fórmula do PLE de que trata o Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994, com a redação dada pela Resolução nº 2.692, de 2000.

**2.977, de 6.4.2000** - Estabelece procedimentos para a remessa mensal de informações relativas a clientes, no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito.

**2.978, de 19.4.2000** - Dispõe sobre os procedimentos relativos à instrução de processos e à remessa de informações relacionadas com a contratação de correspondentes no país.

**2.979, de 26.4.2000** - Altera a Circular nº 2.965, de 8 de fevereiro de 2000, que trata do Redesconto do Banco Central.

**2.980, de 26.4.2000** - Introdz alteração nos objetivos e competências do Comitê de Política Monetária (Copom), divulga seu novo Regulamento.

**2.981, de 28.4.2000** - Estabelece procedimentos relativamente à autorização para a instalação de dependências, no exterior, e para a participação societária, direta ou indireta, no país e no exterior, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2.982, de 10.5.2000** - Altera o Regulamento sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR).

**2.983, de 7.6.2000** - Reduz para 45% a alíquota do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre recursos à vista de que trata a Circular nº 2.700, de 28.6.1996.

**2.984, de 15.6.2000** - Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e remessa do documento Consolidado Econômico-Financeiro (Conef).

**2.985, de 15.6.2000** - Dispõe sobre a remessa de informações sobre depósitos a prazo nos termos do art. 2º da Circular nº 2.132, de 1992.

**2.986, de 23.6.2000** - Redefine regras para o recolhimento compulsório e o encaixe obrigatório sobre os recursos à vista captados por bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas.

**2.987, de 23.6.2000** - Redefine as regras do recolhimento compulsório sobre os recursos de depósitos e de garantias realizadas dos bancos múltiplos, sem carteira comercial, detentores de carteira de investimento e/ou de crédito, financiamento e investimento, dos bancos de investimentos e das sociedades de crédito, financiamento e investimento.

**2.988, de 28.6.2000** - Institui obrigatoriedade para a remessa diária de informações, pelas bolsas de mercadorias e de futuros, relativas a contratos nelas registrados.

**2.989, de 28.6.2000** - Altera normas relativas ao cheque.

**2.990, de 28.6.2000** - Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e remessa de informações financeiras trimestrais.

**2.991, de 6.7.2000** - Revoga a Circular nº 1.897, de 1991, que suspende a autorização para funcionamento das instituições que menciona.

**2.992, de 13.7.2000** - Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

**2.993, de 14.7.2000** - Estabelece os critérios de seleção das instituições credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

**2.994, de 20.7.2000** - Dispõe sobre a remessa de informações sobre depósitos a prazo (CDB/RDB).

**2.995, de 26.7.2000** - Altera critério de apropriação contábil de receitas e despesas decorrentes de operações ativas e passivas do Cosif.

**2.996, de 9.8.2000** - Estabelece condições para registro de investimentos brasileiros no exterior em Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários (*Brazilian Depositary Receipts* - BDR), com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas, ou assemelhadas, com sede no exterior.

**2.997, de 15.8.2000** - Institui e regulamenta o Registro Declaratório Eletrônico de Investimentos Externos Diretos - Módulo RDE-IED.

**2.998, de 24.8.2000** - Dispõe sobre a administração de empresas por parte de bancos de investimentos.

**2.999, de 24.8.2000** - Altera o valor mínimo para identificação de clientes no sistema Central de Risco de Crédito.

**3.000, de 24.8.2000** - Altera os artigos 10 e 11 da Circular nº 2.981, de 2000, que dispõem sobre a prestação de informações relativas às participações societárias detidas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**3.001, de 24.8.2000** - Dispõe sobre o registro de valores correspondentes a recebimentos e pagamentos por conta de terceiros.

**3.002, de 24.8.2000** - Redefine regras para efeito do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista.

**3.003, de 30.8.2000** - Estabelece critérios para as operações de empréstimo externo.

**3.004, de 31.8.2000** - Dispõe sobre a remessa de informações relativas aos fundos de investimento - capital estrangeiro, fundos de conversão - capital estrangeiro, fundos de investimento em títulos e valores mobiliários, fundos mútuos de privatização - FGTS e fundos mútuos de privatização - FGTS carteira livre.

**3.005, de 31.8.2000** - Suspende a vigência da Circular nº 2.995, de 2000, referente ao critério de apropriação contábil de receitas e despesas decorrentes de operações ativas e passivas.

**3.006, de 5.9.2000** - Estabelece procedimentos e condições complementares para a abertura, a manutenção e o encerramento de contas de depósitos.

**3.007, de 28.9.2000** - Altera fator de ponderação de risco constante da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994, alterada pela Circular nº 2.568, de 1995.

**3.008, de 28.9.2000** - Isenta do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista os recebimentos de contribuições previdenciárias federais.

**3.009, de 11.10.2000** - Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

**3.010, de 17.10.2000** - Introduce alteração nos objetivos e funcionamento do Comitê de Política Monetária (Copom), divulga seu novo Regulamento.

**3.011, de 1.11.2000** - Dispõe sobre a remessa de informações mensais previstas no art. 1º, inciso II, da Circular nº 3.004, de 2000, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano corrente.

**3.012, de 6.11.2000** - Dispõe sobre a identificação e o registro de operações de depósitos em cheque e de liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira.

**3.013, de 23.11.2000** - Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes.

**3.014, de 6.12.2000** - Institui procedimento alternativo para o registro de operações com títulos federais no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

**3.015, de 6.12.2000** - Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes para incluir título relativo a Transferências Postais.

**3.016, de 6.12.2000** - Altera o Regulamento de Câmbio de Exportação e o Regulamento sobre Contrato de Câmbio e Classificação de Operações do Mercado de Câmbio de Taxas Livres, divulgados pela Circular nº 2.231, de 25 de setembro de 1992.

**3.017, de 6.12.2000** - Altera e consolida procedimentos contábeis a serem observados nos processos de incorporação, fusão e cisão de instituições financeiras.

**3.018, de 20.12.2000** - Estabelece regras de funcionamento da conta Reservas Bancárias, titulada por instituições financeiras no Banco Central do Brasil, no âmbito do Projeto de Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

**3.019, de 20.12.2000** - Estabelece fator de ponderação de risco para as operações de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra.

**3.020, de 22.12.2000** - Estabelece critério de apropriação contábil de receitas e despesas decorrentes de operações ativas e passivas.

**3.021, de 28.12.2000** - Investimento Externo Direto - Registro Declaratório Eletrônico (RDE-IED) Alteração de prazo.

# APÊNDICE

**Balanço patrimonial do Banco Central do Brasil**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

**Membros do Conselho Monetário Nacional**

**Administração do Banco Central do Brasil**

**Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil**

**Unidades regionais do Banco Central do Brasil**

**Siglas**

**Balço patrimonial do Banco Central do Brasil** (31.12.2000)

Em R\$ mil

A T I V O	2000	1999
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<u>265.127.439</u>	<u>239.275.885</u>
EXTERNO (Nota4)	<u>72.539.197</u>	<u>68.545.752</u>
Operações da Área Externa	72.626.061	71.347.331
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(86.864)	(2.801.579)
INTERNO	<u>192.588.242</u>	<u>170.730.133</u>
Operações	<u>146.048.393</u>	<u>129.272.467</u>
- Empréstimos a Instituições Financeiras (Nota 5)	8.306.973	8.744.673
- Títulos Públicos Federais - Mercado Aberto (Nota 6)	127.901.429	64.283.328
- Operações com Títulos - Compromisso de Revenda	7.960.613	2.603.802
- Notas do Tesouro Nacional-NTN-A10 (Nota 6)	1.798.448	1.844.139
- Notas do Tesouro Nacional-NTN-P (Nota 6)	2.736	3.866
- Aplic.Rec. do Tesouro Nacional c/ Acordo de Reversão (Nota 6)	-	51.759.393
- Outras Operações	78.222	33.266
- (Provisões para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa)	(28)	-
Outros Créditos	<u>45.735.500</u>	<u>40.127.211</u>
- Créditos a Receber (Nota 7)	36.205.134	36.366.899
- Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional (Nota 8)	15.377.342	13.041.763
- Créditos Junto à CENTRUS (Nota 9)	1.592.227	1.183.333
- Títulos a Receber (Nota 10)	1.774.161	2.137.887
- Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Nota 11)	907.233	904.131
- Devedores por Compromissos Imobiliários	8.948	9.668
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(10.129.545)	(13.516.470)
Outras Contas	<u>84.156</u>	<u>825.586</u>
- Multas Pecuniárias (Nota 12)	1.482.943	314.707
- Depósitos Vinculados a Interposição de Recursos (Nota 13)	417.968	418.270
- Créditos Junto ao PROAGRO (Nota 14)	58.880	57.206
- Demais Contas	26.224	35.747
- (Provisão para Perdas Judiciais e Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.901.859)	(344)
Valores e Bens	<u>14.109</u>	<u>19.699</u>
- Almoarifado	1.825	2.328
- Imóveis não Destinados a Uso	12.284	17.371
Despesas a Apropriar	<u>706.084</u>	<u>485.170</u>
- Despesas a Apropriar - NBC (Nota 15)	139.239	-
- Despesas a Apropriar - Centrus (Nota 16)	566.813	469.142
- Despesas a Apropriar - Casa da Moeda	-	16.000
- Outras Despesas a Apropriar	32	28
<b>PERMANENTE</b>	<u>8.524.739</u>	<u>8.239.386</u>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<u>7.786.587</u>	<u>7.492.370</u>
Quotas de Capital de Organismos Financ. Internacionais (Nota 17)	<u>7.786.587</u>	<u>7.492.370</u>
- Fundo Monetário Internacional-FMI	7.716.461	7.428.213
- Banco de Compensações Internacionais - BIS	70.126	64.157
<b>IMOBILIZADO</b>	<u>738.152</u>	<u>747.016</u>
Bens Móveis	103.174	101.039
Bens Imóveis	764.716	758.401
(Depreciação Acumulada)	(129.867)	(112.553)
Bens Intangíveis	129	129
<b>TOTAL</b>	<u>273.652.178</u>	<u>247.515.271</u>

**Balço patrimonial do Banco Central do Brasil** (31.12.2000)

	Em R\$ mil	
<b>P A S S I V O</b>	2000	1999
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	237.546.707	214.506.804
EXTERNO (Nota 18)	17.073.808	34.096.518
Obrigações em Moedas Estrangeiras	8.917.003	26.039.317
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	8.105.305	8.010.093
Demais Contas	51.500	47.108
INTERNO	220.472.899	180.410.286
Depósitos de Instituições Financeiras (Nota 19)	30.010.503	33.783.918
- Reservas Bancárias	15.045.826	18.602.185
- Depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	16.699.114	16.433.476
- Recolhimento Compulsório sobre Depósitos a Prazo	-	837
- Recolhimento Compulsório sobre Depósitos Judiciais	6.828.066	5.660.320
- Outros Depósitos	217.138	267.000
- (Recolhimento em Títulos Públicos)	(8.779.641)	(7.179.900)
Depósitos a Ordem do Governo Federal (Nota 20)	88.380.288	75.779.217
Outros Depósitos	26.477	25.917
- Depósitos Vinculados em Garantia de Operações (Nota 21)	2.663.454	1.646.353
- (Recolhimento em Títulos Públicos Federais)	(2.663.452)	(1.646.338)
- Demais Contas	26.475	25.902
Outras Exigibilidades	100.933.522	69.881.249
- Letras do Banco Central-LBC (Nota 22)	-	1.122.332
- Notas do Banco Central-NBC (Nota 22)	85.781.881	61.345.717
- Operações com Títulos-Compromissos de Recompra	14.009.561	7.343.081
- Resultado a Transferir para o Tesouro Nacional (Nota 23)	1.083.872	4.041
- Fundos e Programas - Disponível no Banco Central (Nota 27)	3	80
- Restos a Pagar - Despesas Processadas	11	5.561
- Restos a Pagar - Despesas Não Processadas	4.557	7.678
- Demais Contas	53.637	52.759
Outras Contas	<u>1.122.109</u>	<u>939.985</u>
- Outras Obrigações Registradas em Moedas Estrangeiras	85.077	168.744
- Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Recolher	209.269	203.006
- Receitas a Apropriar - NBC (Nota 15)	196.752	-
- Valores a Recolher - Centrus (Nota 16)	566.813	469.142
- Valores a Recolher - Casa da Moeda	-	16.000
- Demais Contas	64.198	83.093
<b>MEIO CIRCULANTE</b>	<u>32.633.056</u>	<u>29.837.941</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>3.472.415</u>	<u>3.170.526</u>
Patrimônio	2.576.356	2.576.356
Reservas para Contingências (Nota 24)	404.406	67.819
Reservas de Reavaliação (Nota 25)	491.653	526.351
<b>TOTAL</b>	<u>273.652.178</u>	<u>247.515.271</u>

**Balço patrimonial do Banco Central do Brasil** (31.12.2000)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (NOTA 26)				Em R\$ mil
	2º SEM/2000	2º SEM/1999	2000	1999
RECEITAS OPERACIONAIS	<u>29.999.255</u>	<u>49.973.267</u>	<u>60.421.258</u>	<u>143.978.470</u>
Operações com Títulos	13.069.185	23.516.554	25.936.367	56.125.254
Operações da Área Externa	10.536.171	17.239.162	18.120.267	73.307.614
Operações da Área Bancária	1.219.488	1.482.985	1.851.578	3.654.501
Operações com Instituições em Regime Especial	1.322.604	1.164.741	2.214.295	3.020.839
Remuneração de Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional	1.170.315	-	2.335.578	-
Reversão e Correção Monetária/Cambial de Provisões	1.816.572	5.571.147	9.096.355	7.581.810
Outras	864.920	998.678	866.818	288.452
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(29.804.688)</u>	<u>(57.762.558)</u>	<u>(60.365.112)</u>	<u>(160.971.194)</u>
Operações com Títulos	(14.672.211)	(16.760.380)	(24.709.136)	(60.617.056)
Operações da Área Externa	(4.406.064)	(18.219.089)	(12.265.629)	(66.047.179)
Operações da Área Bancária	(674.227)	(972.842)	(3.687.552)	(2.020.771)
Operações com Instituições em Regime Especial	(45.916)	-	(850.335)	-
Operações com o Tesouro Nacional	(6.862.492)	(9.622.670)	(12.742.321)	(17.143.463)
Constituição e Correção Monetária/Cambial de Provisões	(2.350.381)	(10.034.195)	(4.894.691)	(12.601.366)
Administrativas	(672.920)	(516.876)	(1.059.097)	(881.350)
Outras	(120.477)	(1.636.506)	(156.351)	(1.660.009)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>194.567</u>	<u>(7.789.291)</u>	<u>56.146</u>	<u>(16.992.724)</u>
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	<u>1.372.585</u>	<u>1.926.537</u>	<u>2.188.224</u>	<u>7.659.875</u>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	<u>(258.679)</u>	<u>(1.150.279)</u>	<u>(626.746)</u>	<u>(3.708.914)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>1.113.906</u>	<u>776.258</u>	<u>1.561.478</u>	<u>3.950.961</u>
RESULTADO NO PERÍODO	<u>1.308.473</u>	<u>(7.013.033)</u>	<u>1.617.624</u>	<u>(13.041.763)</u>

Obs.: Os valores apresentados na coluna 2º semestre de 1999 foram levantados para efeito comparativo. Naquele ano a apuração do resultado abrangeu o período de 01.01 a 31.12.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO				Em R\$ mil
	1º SEM/2000	2º SEM/2000	2000	
RESULTADO NO PERÍODO	309.151	1.308.473	1.617.624	
Constituição de Reservas para Contingências	(77.288)	(327.118)	(404.406)	
Transferência para o Tesouro Nacional	(231.863)	(981.355)	(1.213.218)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					Em R\$ mil
EVENTOS	PATRIMÔNIO	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS DE REAVIAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Saldo em 31 de dezembro de 1998	2.576.356	67.819	526.351	3.170.526	
Saldo em 31 de dezembro de 1999	2.576.356	67.819	526.351	3.170.526	
Constituição	-	77.288	-	77.288	
Saldo em 30 de junho de 2000	2.576.356	145.107	526.351	3.247.814	
Constituição	-	327.118	-	327.118	
Reversão/Baixa	-	(67.819)	(34.698)	(102.517)	
Saldo em 31 de dezembro de 2000	2.576.356	404.406	491.653	3.472.415	

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis** (31.12.2000)

### **Nota 1 – O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES**

O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional - SFN, foi criado em 31.12.1964, com a promulgação da Lei nº 4.595, para ser o agente da sociedade brasileira na promoção da estabilidade do poder de compra da moeda brasileira, por meio da busca permanente dos seguintes objetivos:

- a) zelar pela adequada liquidez da economia;
- b) manter as reservas internacionais do País em nível adequado;
- c) estimular a formação de poupança em níveis adequados às necessidades de investimento do País; e
- d) zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional.

### **Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação aplicável ao Banco Central, com destaque para a Lei nº 4.320/64, Lei nº 4.595/64 (alterada pelo Decreto-lei nº 2.376/87), Decreto-lei nº 278/67, Lei nº 7.862/89, Medida Provisória nº 2.101/2000 (originalmente MP nº 1.789/98, tendo assumido também os nºs 1.852 e 1.980) e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Em conformidade com essa legislação, a partir de 04.05.2000, o Banco Central passou a apurar resultado e elaborar balanço semestralmente em junho e dezembro de cada ano, bem como balancetes nos demais meses. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, assim como a demonstração de resultados relativa ao semestre findo naquela mesma data e ao ano de 2000, não submetidas à auditoria independente, estão sendo apresentadas para fins de comparação.

Tendo em vista as peculiaridades das operações do Banco Central, não existe a segregação entre Circulante e Realizável/Exigível a Longo Prazo, adotando-se a classificação “Externo” e “Interno” para registro dos direitos e obrigações em moedas estrangeiras e em moeda nacional, respectivamente.

A divulgação dos demonstrativos contábeis é efetuada, principalmente, por publicação no Diário Oficial da União e na Internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

### Nota 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O regime contábil para a apropriação das receitas, despesas, direitos e obrigações, é o de competência, na forma do parágrafo único do art. 8º da Lei nº 4.595/64, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.376/87, observando-se, no entanto, os efeitos da legislação específica aplicada à matéria, em especial o contido no § 6º do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que inclui as despesas administrativas do Banco Central no orçamento da União.

A partir desse último dispositivo legal citado, as despesas contempladas na Lei do Orçamento somente podem impactar o resultado se e quando aprovadas pelo Congresso Nacional, de acordo com as programações financeira e orçamentária determinadas pelo Poder Executivo. Cabe ressaltar que a Lei do Orçamento prevê programação anual ao passo que as demonstrações contábeis do Banco Central são semestrais. Assim, os seguintes principais efeitos são observados:

- a) obrigações que representam passivos incorridos e conhecidos, com vencimentos em exercícios subsequentes ao da Lei de Orçamento, são registradas contra a rubrica de despesas a apropriar;
- b) os passivos contingentes decorrentes de ações judiciais são registrados a partir da emissão de precatórios e não com base na avaliação da probabilidade de ocorrência.

Quanto às diretrizes, cabe ainda destacar:

- a) Permanente - os investimentos são registrados pelo valor da aquisição e atualizados pela variação das cotações das moedas em que foram integralizados. O Imobilizado é depreciado pelo método linear de acordo com os seguintes critérios:
  - I. bens móveis:
    - equipamentos para informática, veículos e ferramentas - prazo de vida útil de 5 anos e taxa anual de depreciação de 20%;
    - demais equipamentos, instalações e materiais permanentes - prazo de vida útil de 10 anos e taxa anual de depreciação de 10%;
    - acervos da biblioteca e do museu e as obras de arte não são depreciados;
  - II. bens imóveis (exceto terrenos): depreciação de 80% do valor do imóvel em 50 anos com taxa anual calculada em função da vida útil remanescente.
- b) os imóveis de propriedade do Banco são reavaliados periodicamente, sendo constituída Reserva de Reavaliação, cuja baixa é efetuada, mensalmente, pelo valor da depreciação do imóvel;
- c) Saldos Denominados em Moeda estrangeira e sujeitos à indexação - os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras e os sujeitos a indexação estão

ajustados às taxas cambiais vigentes na data do balanço, sendo utilizada a cotação de compra para o ativo e de venda para o passivo, aos indexadores pactuados contratualmente e de acordo com as disposições legais e regulamentares;

- d) Valoração de Operações Ativas - as operações ativas em curso normal, não passíveis de provisionamento, passaram a ser registradas a valor de mercado ou a valor presente, a partir de 31.12.1999, conforme os seguintes critérios:
- I. as que tenham adequada liquidez são registradas a preço de mercado;
  - II. as que não tenham adequada liquidez são ajustadas a valor presente, observando, quando aplicável:
    - créditos internos indexados à variação cambial - são descontados às taxas de títulos emitidos internamente pelo Tesouro Nacional, indexados a variação cambial;
    - créditos internos indexados a índices de preços ou TR - são descontados às taxas de negociação de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional indexados a índices de preços ou a TR;
    - créditos externos - são descontados à taxa dada pelo rendimento dos títulos da dívida externa dos países devedores;
- e) o Meio Circulante é representado pelo montante de papel-moeda e moedas metálicas lançadas em circulação (em poder do público e nas instituições financeiras) e registrado pelo valor de emissão.

Os critérios para a constituição e ajuste de provisões observam as seguintes regras gerais:

- a) quando o crédito for julgado de difícil recebimento - pelo valor correspondente à diferença entre o valor contábil e aquele considerado passível de ser recebido;
- b) quando fato superveniente tornar o valor de mercado menor – pelo valor correspondente à diferença entre o valor contábil e o praticado em mercado.

#### Nota 4 – OPERAÇÕES DA ÁREA EXTERNA

ATIVO EXTERNO	31.12.2000		31.12.1999	
	Em US\$ mil equivalentes	Em R\$ mil	Em US\$ mil equivalentes	Em R\$ mil
Disponibilidades	562.112	1.098.704	993.050	1.775.772
Depósitos a Curtíssimo Prazo	3.375.509	6.597.770	2.687.450	4.805.698
Depósitos a Prazo Fixo	14.359.276	28.066.641	19.188.825	34.313.457
Títulos Governamentais	14.774.801	28.878.826	12.823.759	22.931.445
Créditos a Países	2.827.596	5.526.820	3.838.260	6.863.577
Operações Contratadas - a Liquidar	1.181.150	2.308.676	200	357.640
Outras	76.038	148.624	367.422	299.742
Provisões	(44.441)	(86.864)	(1.566.703)	(2.801.579)
<b>TOTAIS</b>	<b>37.112.041</b>	<b>72.539.197</b>	<b>38.332.263</b>	<b>68.545.752</b>

Os valores apresentados no item “Operações Contratadas - a Liquidar” referem-se a contratos de depósitos e aquisições de títulos realizados nos últimos dias de dezembro e liquidados no início de janeiro. Essas operações apresentam, normalmente, defasagem de três dias entre a data da contratação e a data da liquidação da operação.

As variações nas Provisões e Créditos a Países referem-se, em sua maior parte, à reclassificação contábil de provisões para o próprio saldo do ativo externo por meio do ajuste a valor presente.

### Nota 5 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O valor existente na rubrica em 31.12.2000 contempla os financiamentos no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER. Esses empréstimos estão ajustados a valor presente e são remunerados pela Taxa Referencial - TR acrescida de juros de, aproximadamente, 8% a.a., com vencimento até 2005. Em 31.12.1999 contemplava, também, saldos referentes ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES.

### Nota 6 – TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

TÍTULOS	2.000		1.999	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Em R\$ mil				
1) LIVRES				
LFT	26.897.611	30.362.322	30.491.129	35.192.453
LFT-A	32.563.225	50.141.854	62	88
LFT-B	554.266	599.662	-	-
LTN	35.406.430	33.380.452	9.999.890	9.866.326
NTN-S	-	-	9.900.000	11.966.922
SOMA 1	95.421.532	114.484.290	50.391.081	57.025.789
2) OPERAÇÕES COM COMPROMISSO DE RECOMPRA				
LTN	4.293.570	3.997.601	110	109
LFT	730.415	791.720	-	-
LFT-A	5.740.296	8.627.818	5.270.591	7.257.430
SOMA 2	10.764.281	13.417.139	5.270.701	7.257.539
3) OPERAÇÕES COM ACORDO DE REVERSÃO				
LFT-A	-	-	36.533.013	51.759.393
SOMA 3	-	-	36.533.013	51.759.393
SUBTOTAL (1+2+3)	106.185.813	127.901.429	92.194.795	116.042.721
4) INEGOCIÁVEIS				
NTN-A10	2.024.090	1.798.448	2.024.090	1.844.139
NTN-P	2.748.370	2.736	2.746.911	3.866
SOMA 4	4.772.460	1.801.184	4.771.001	1.848.005
TOTAIS	110.958.273	129.702.613	96.965.796	117.890.726

A partir do balanço de 31.12.1999 os títulos de livre negociação registrados na carteira do Banco, incluindo aqueles vinculados às operações compromissadas e com acordo de reversão, passaram a ser registrados a preço de mercado, apurado com base nos valores efetivamente negociados em mercado organizado.

As Notas do Tesouro Nacional – Série A10 (NTN-A10) foram emitidas em valor limitado ao saldo do passivo externo do Banco Central do Brasil a ser assumido pelo Tesouro Nacional nos termos do Acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazos junto a bancos privados e Clube de Paris, possuindo características semelhantes às da referida obrigação externa.

De acordo com o art. 2º da MP nº 1.980, atualmente MP nº 2.101, o Tesouro Nacional passou, a partir de 31.05.1999, a efetuar aplicações em títulos da dívida pública mobiliária federal interna em poder do Banco Central, com o compromisso mútuo de reversão. A partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal essas aplicações foram vedadas.

#### Nota 7 – CRÉDITOS A RECEBER

	Em R\$ mil			
	31.12.2000		31.12.1999	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
<b>INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL</b>				
- Banco NACIONAL	15.537.192	(5.015.606)	15.216.944	(6.093.699)
- Banco ECONÔMICO	9.863.513	(1.761.303)	9.642.655	(2.123.007)
- Banco BAMERINDUS	2.360.322	(1.115.913)	2.311.672	(1.015.735)
- Banco MERCANTIL	721.571	-	706.698	(64.648)
- Banco BANORTE	539.212	(288.011)	528.098	(192.664)
- Banco do Estado de Alagoas	320.321	(160.161)	313.719	(156.395)
- Banco CREFISUL	167.836	(65.148)	163.689	(484)
- Banco BANFORT	223.629	(57.865)	219.019	(61.196)
- Banco PONTUAL	760.226	(583.191)	744.417	(2.509)
- Outros	133.810	(80.380)	132.674	(29.777)
<b>TOTAL</b>	<b>30.627.632</b>	<b>(9.127.578)</b>	<b>29.979.585</b>	<b>(9.740.114)</b>

Os Liquidantes, na elaboração de balanços e balancetes de empresas em regime especial, observam as normas legais aplicáveis à matéria e os critérios de contabilização definidos pelo Banco Central, em especial na Circular nº 2.246, de 05.11.92. Ademais, compete ao Departamento de Regimes Especiais - DERES acompanhar e supervisionar os procedimentos de liquidação extrajudicial e julgar os recursos interpostos às decisões dos Liquidantes tomadas nos processos de habilitação de créditos, que têm por objetivo a elaboração do quadro geral de credores definitivo.

Os créditos junto a instituições em liquidação extrajudicial refletem o estado da dívida na data do balanço, sem prejuízo dos ajustes, correções e mutações determinadas pelas leis em vigor, inclusive quanto a contingências e fatos supervenientes que, por suas características operacionais, apresentam defasagem nas informações para registro. Referidos créditos são reajustados pelos índices legais e estão provisionados pela diferença entre o valor dos créditos e os ativos totais da instituição, deduzidos os passivos trabalhistas e tributários.

Na quantificação da necessidade de provisionamento dos créditos do Banco Central junto às liquidandas, os ativos dessas instituições são avaliados sempre que possível pelo valor de mercado ou por critérios apropriados a cada tipo de ativo, levando-se em consideração, ainda, a condição de privilégio do Banco Central, equiparado à Fazenda Pública, na ordem de recebimento de seus créditos, conforme disposto na legislação falimentar. Vale destacar que parte dos ativos das liquidandas está representada por títulos de responsabilidade da União, diretamente vinculados aos contratos originais do PROER, controlados pelo BACEN e submetidos a registro nos sistemas SELIC e CETIP. Neste particular, damos evidência aos bancos Nacional, Econômico e Mercantil, os quais, em conjunto, detêm ativos que representam 85,3% do total de R\$ 30,6 bilhões que o BACEN tem de créditos junto a bancos em liquidação. Essas três instituições têm, respectivamente, 90,60%, 82,57% e 90,20% de seus ativos totais representados por títulos de responsabilidade da União, sem risco de crédito e sobre os quais inexistente dúvida quanto a sua certeza e exigibilidade, de acordo com os procedimentos de averiguação, conferência e verificação a cargo do DERES. Além disso, esses ativos foram avaliados a valor presente de realização com base em modelos matemáticos de desconto, a taxas compatíveis com a sua natureza e prazos de maturação, aplicados ao fluxo de caixa estimado de recebimento.

A partir do final do exercício de 1999, o DERES instituiu e mantém programa de acompanhamento para permitir a revisão e a averiguação dos balancetes levantados pelos Liquidantes em conformidade com as normas do COSIF, com inspeções diretas periódicas às instituições liquidandas e análise indireta dos dados e informações gerenciais contidas nos relatórios e nas prestações de contas, o que permite a avaliação sobre a qualidade e confiabilidade dos registros contábeis.

No exercício de 2000, com vistas a tornar mais efetiva a avaliação dos ativos e passivos das referidas instituições e permitir um cálculo das provisões com maior grau de consistência, o DERES adotou procedimentos para aperfeiçoar as rotinas e os controles existentes, de modo que todos os itens do ativo e passivo daquelas empresas espelhem, com fidedignidade, a respectiva situação patrimonial, inclusive a refletida no Balanço de 31.12.2000, do Banco Central.

Não obstante todos esses procedimentos de certificação da consistência de dados praticados pelo Banco Central, e objetivando assegurar total fidedignidade e confiabilidade quanto aos valores dos demais ativos e passivos dos liquidandos, a Diretoria do Banco Central está determinando que sejam realizadas auditorias independentes nas instituições em liquidação extrajudicial, cujo porte e complexidade justifiquem a medida, providência que deverá ser implementada pelos liquidantes já a partir do exercício de 2001. Adicionalmente, o DERES está aprimorando os procedimentos de trabalho das inspeções efetuadas por esta Autarquia nas liquidandas.

Especificamente quanto ao quadro demonstrativo apresentado, cabe ressaltar que:

- a) o ajuste no saldo das provisões referente ao Banco Pontual foi possível apenas no ano 2000, em virtude de sua liquidação ter acontecido no final do exercício anterior;
- b) as demais variações nas provisões decorreram da evolução normal da situação patrimonial das instituições.

DEMAIS CRÉDITOS	Em R\$ mil			
	31.12.2000		31.12.1999	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
FCVS	1.647.855	-	735.989	-
Estados	3.924.582	-	5.645.847	(1.946.839)
Outras operações	5.065	(5.052)	5.478	(5.448)
<b>TOTAL</b>	<b>5.577.502</b>	<b>(5.052)</b>	<b>6.387.314</b>	<b>(1.952.287)</b>

A variação no saldo do FCVS decorre, basicamente, da sua adequação às informações recentemente fornecidas, pelo órgão gestor do Fundo, acerca da composição do crédito segundo as taxas de juros aplicadas. Esses créditos são remunerados pela TR mais juros de 3,12% e 6,17% a.a., com vencimentos até 2027.

Os créditos junto a Estados apresentaram variação devido às amortizações e à reclassificação de provisões para valor presente. São remunerados pelo IGP-DI mais juros de 6% a.a. e têm vencimento final previsto em 2028.

### **Nota 8 – CRÉDITO A SER COBERTO PELO TESOURO NACIONAL**

Refere-se à obrigação do Tesouro Nacional decorrente do resultado negativo apurado em 31.12.1999, corrigido pelo mesmo índice aplicado aos Depósitos à Ordem do Governo Federal (Nota 20). Esse crédito foi recebido em 15.01.2001 pelo valor atualizado, conforme determina a MP n° 2.101. O aporte de recursos foi feito por meio de títulos públicos federais (Portaria STN n° 15, de 15.01.2001), assim discriminados:

Título	Quantidade	Preço Unitário na data de emissão (Em R\$ mil)	Preço Total (Em R\$ mil)	Data de Vencimento
NTN-D	2.914.893	1,114964	3.250.000	17/05/2007
NTN-D	2.977.854	1,091390	3.250.000	12/07/2007
NTN-D	2.732.271	1,097988	3.000.000	13/12/2007
NTN-D	2.644.704	1,134343	3.000.000	14/02/2008
LFT	2.738.752	1,083910	2.968.560	17/07/2002

### Nota 9 – CRÉDITOS JUNTO À CENTRUS

O valor de R\$ 1.592.227 mil decorre de recuperação de contribuições patronais efetuadas à Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus até dezembro de 1990, referentes aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU. Em atenção à Lei nº 9.650/98, tal valor está sendo administrado pela Centrus, em nome do Banco Central, e restituído em parcelas mensais de valor correspondente ao do pagamento das aposentadorias e pensões ocorridas no âmbito do RJU, de responsabilidade desta Autarquia, sendo atualizado pela rentabilidade patrimonial da CENTRUS, na forma regulamentada pelo Decreto nº 2.842/98. Esse crédito estava registrado, em 31.12.1999, a valores de dezembro de 1997, movimentado somente pelas parcelas mensais restituídas. A atualização desse saldo ocorreu em 26.04.2000, sendo, desde então, atualizado mensalmente.

### Nota 10 – TÍTULOS A RECEBER

Composto, substancialmente, por garantias recebidas em operações com instituições financeiras. Por estarem em curso normal, foram revertidas provisões anteriormente constituídas e efetuados ajustes a valor presente. Esses títulos são remunerados pela TR, com vencimento previsto para 2004.

### Nota 11 – CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Conforme determina o art. 39 da Lei nº 4.320/64, os créditos exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento são inscritos como Dívida Ativa, em sua maior parte decorrentes de multas aplicadas.

### Nota 12 – MULTAS PECUNIÁRIAS

Decorrem, basicamente, de penalidades aplicadas em virtude de processos administrativos punitivos instaurados pelo Banco Central.

**Nota 13 – DEPÓSITOS VINCULADOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

Referem-se a ações judiciais em que o Poder Judiciário determinou o Banco Central a efetuar os depósitos para impetrar recursos. A quase totalidade desses créditos está provisionada em função do grau de incerteza quanto ao sucesso de cada ação.

**Nota 14 – CRÉDITOS JUNTO AO PROAGRO**

Referem-se à taxa de administração devida pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO ao Banco Central que, em função do esgotamento de recursos do Programa e para evitar priorização ao Banco Central em detrimento dos demais credores, a Diretoria do Banco autorizou a suspensão do recolhimento, até que sejam regularizadas as pendências junto aos demais beneficiários.

**Nota 15 – DESPESAS/RECEITAS A APROPRIAR – NBC**

Até o balanço do 1º semestre de 2000 o lucro ou prejuízo apurado com a venda dos títulos - diferença entre o valor da emissão, registrado em contas patrimoniais retificadoras, e o valor da venda - era apropriado integralmente no mês de realização da operação. A partir do 2º semestre de 2000 esse resultado passou a ser registrado “pro rata”, de acordo com o vencimento do papel.

O registro em contas a apropriar decorre do saldo de resultado existente à época das mudanças, que tenderá a desaparecer à medida em que os respectivos títulos forem sendo resgatados.

**Nota 16 – DESPESAS A APROPRIAR/VALORES A RECOLHER – CENTRUS**

Refere-se ao saldo das reservas matemáticas da Centrus a serem integralizadas pelo Banco Central, com o objetivo de possibilitar àquela Fundação a assunção integral das aposentadorias e pensões efetivadas sob o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, até dezembro de 1990.

Esse valor é corrigido pelo IGP-M mais juros de 6% a.a. e a contrapartida é registrada na rubrica “Valores a Recolher - Centrus”, no passivo. Esses créditos estavam registrados, em 31.12.1999, a valores de dezembro de 1997. A atualização do saldo ocorreu em 30.05.2000. O pagamento, que será efetuado em até 10 parcelas anuais, foi iniciado em 2000.

## Nota 17 – QUOTAS DE CAPITAL DE ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

	31.12.2000		31.12.1999	
	Em US\$ mil	Em R\$ mil	Em US\$ mil	Em R\$ mil
	Equivalentes		Equivalentes	
Fundo Monetário Internacional - FMI	3.947.846	7.716.461	4.154.017	7.428.213
Banco de Compensações Internacionais - BIS	35.878	70.127	35.878	64.157
<b>TOTAIS</b>	<b>3.983.724</b>	<b>7.786.588</b>	<b>4.189.895</b>	<b>7.492.370</b>

A participação do Brasil no Fundo Monetário Internacional - FMI e no Banco de Compensações Internacionais – BIS, aprovada pelo Congresso Nacional, é efetuada mediante a integralização de quotas de capital pelo Banco Central do Brasil.

## Nota 18 – OBRIGAÇÕES EXTERNAS

NATUREZA DAS OBRIGAÇÕES	31.12.2000		31.12.1999	
	Em US\$ mil	Em R\$ mil	Em US\$ mil	Em R\$ mil
	Equivalentes		Equivalentes	
<b>Obrigações em Moedas Estrangeiras</b>	<b>4.560.194</b>	<b>8.917.003</b>	<b>14.555.236</b>	<b>26.039.317</b>
- Plano Brasileiro de Financiamento	925.120	1.808.980	1.036.348	1.854.027
- Clube de Paris/Centralização Cambial -Res.1564	7.092	13.867	94.307	168.715
- Banco do Japão	-	-	300.669	537.897
- Banco de Compensações Internacionais - BIS	-	-	3.194.765	5.715.434
- Fundo Monetário Internacional - FMI	1.779.095	3.478.842	8.908.065	15.936.528
- Convênios de Créditos Recíprocos	166.858	326.274	121.853	217.996
- Depósitos Vinculados ao Mercado de Câmbio	12.247	23.948	118.020	211.137
- Alocações de DES - FMI	469.991	919.020	494.936	885.440
- Operações Contratadas - a Liquidar	1.181.706	2.310.709	260.789	466.552
- Outras Obrigações	18.085	35.363	25.484	45.591
<b>Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais</b>	<b>4.145.089</b>	<b>8.105.305</b>	<b>4.477.413</b>	<b>8.010.093</b>
- Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	1.074	2.100	1.074	1.922
- Agência Multilateral de Garantia para Investimentos MIGA	1	1	-	-
- Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	176.015	344.181	260.691	466.377
- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD	9.035	17.667	12.910	23.096
- Fundo Monetário Internacional - FMI	3.958.781	7.741.000	4.202.641	7.518.525
- Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD	2	3	2	3
- Fundo Financeiro para o Des. da Bacia do Prata FONPLATA	180	352	94	169
- Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	1	1	1	1
<b>Demais Contas</b>	<b>26.337</b>	<b>51.500</b>	<b>26.332</b>	<b>47.108</b>
- Recursos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos em Moedas Estrangeiras	26.128	51.091	26.332	47.108
- Outras Contas	209	409	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>8.731.620</b>	<b>17.073.808</b>	<b>19.058.981</b>	<b>34.096.518</b>

Em 2000 o Banco Central efetuou o pagamento total dos compromissos com o Banco do Japão e o Banco de Compensações Internacionais – BIS e parcial com o Fundo Monetário Internacional - FMI.

Os valores demonstrados no item “Depósitos Vinculados ao Mercado de Câmbio” referem-se aos depósitos, no Banco Central, do excesso de posição comprada de câmbio pelas instituições financeiras, efetuados de acordo com a Circular nº 2.566/95.

Os valores apresentados no item “Operações Contratadas - a Liquidar” referem-se à contrapartida das operações registradas no ativo com defasagem de, normalmente, três dias entre as datas da contratação e da liquidação.

Os valores constantes do item “Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais” referem-se, principalmente, às disponibilidades desses Organismos no Banco Central, decorrentes de integralização de quotas em moeda nacional, sujeitas à manutenção de valor, bem como reajuste de haveres, recebimentos de origens internas, remessas ao exterior e desembolsos no País.

### **Nota 19 – DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

As principais rubricas que compõem este item são:

- a) Reservas Bancárias: apresentou redução da alíquota do compulsório sobre os depósitos a vista, Circ. 3.002/2000 (45% em 31.12.2000 e 75% em 31.12.1999);
- b) Depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo: a alíquota se mantém fixada em 15% (Res. 2.519/98);
- c) Recolhimento Compulsório sobre Depósitos a Prazo: alíquota fixada em zero por cento (Circ. nº 2.939/99);
- d) Recolhimento Compulsório sobre Depósitos Judiciais: recolhimento de até 60% do saldo dos depósitos judiciais apresentado nos balancetes/balanços das Instituições Financeiras (Circ. nº 2462/94);
- e) Recolhimento em Títulos Públicos: destina-se a registrar os recolhimentos efetuados pelas instituições financeiras, evidenciando o cumprimento da exigibilidade. O lançamento em conta retificadora se justifica pelo fato dos títulos estarem registrados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC em nome da instituição mas vinculado à operação e indisponíveis.

### **Nota 20 – DEPÓSITOS À ORDEM DO GOVERNO FEDERAL**

Por força do disposto no parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central e remuneradas,

em atenção ao art. 1º da MP nº 2.101, com base na taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, de emissão do Tesouro Nacional, em poder do Banco Central.

A partir do segundo semestre de 2000 parte dos Depósitos à Ordem do Governo Federal foi segregada para fins de administração da dívida pública. Em 31.12.2000, esse montante era de R\$ 32.274.942 mil.

No segundo semestre de 2000 os encargos sobre os Depósitos à Ordem do Governo Federal atingiram o montante de R\$ 6.652.939 mil.

### Nota 21 – DEPÓSITOS VINCULADOS EM GARANTIA DE OPERAÇÕES

Referem-se a recursos de instituições financeiras em liquidação extrajudicial, originários do resgate de títulos públicos federais recebidos em garantia de operações contratadas com este Banco anteriormente à decretação do regime de liquidação. Os recursos são aplicados em títulos públicos para resguardar a manutenção de seu valor e registrados em conta retificadora.

### Nota 22 – TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE PRÓPRIA

Os títulos de emissão do Banco Central, utilizados na condução da política monetária, são registrados pelo valor de venda e ajustados diariamente com o valor dos encargos incorridos.

TÍTULOS	Em R\$ mil					
	EMITIDOS		EM CARTEIRA		NO MERCADO	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Em 31.12.2000						
NBC-A	4.000.000	6.158.961	4.000.000	6.158.961	-	-
NBC-E	262.200.000	293.850.424	187.040.750	210.013.268	75.159.250	83.837.157
NBC-F	2.400.000	3.491.218	1.100.000	1.546.494	1.300.000	1.944.724
TOTAIS	268.600.000	303.500.603	192.140.750	217.718.723	76.459.250	85.781.881
Em 31.12.1999						
BBC	5.000.000	4.785.586	5.000.000	4.785.586	-	-
BBC-A	15.000.000	17.343.818	15.000.000	17.343.818	-	-
LBC	4.630.928	6.204.781	3.660.000	5.082.449	970.928	1.122.332
NBC-A	4.000.000	5.211.424	4.000.000	5.211.424	-	-
NBC-E	145.200.000	141.911.445	86.766.250	82.202.457	58.433.750	59.708.988
NBC-F	3.200.000	4.089.201	1.900.000	2.452.472	1.300.000	1.636.729
TOTAIS	177.030.928	179.546.255	116.326.250	117.078.206	60.704.678	62.468.049

Os títulos em carteira são aqueles em poder do Banco Central e estão registrados em contas retificadoras pelo preço médio da carteira.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco deixará de emitir títulos da dívida pública federal a partir de maio de 2002. Assim, foram iniciados entendimentos com o Tesouro Nacional visando assegurar os instrumentos necessários à continuidade da Política Monetária – Portaria MF nº 155/2000, de 22.05.2000 e Portaria MF nº 23/2001, de 25.01.2001.

### **Nota 23 – RESULTADO A TRANSFERIR PARA O TESOURO NACIONAL**

				Em R\$ mil
Discriminação	Reservas para Contingências	Reservas de Reavaliação	Total	
Resultado	-	-		1.308.473
Constituição	(327.118)	-		(327.118)
Reversão/Baixa	67.819	34.698		102.517
Resultado a transferir				1.083.872

Em consonância com o § 3º da Medida Provisória nº 2.101/2000, 25% do valor do resultado foi destinado à constituição de reserva de contingência. Essa alocação tem por objetivo reduzir a perda com a amortização de títulos da Carteira do Banco e, em consequência, manter as condições adequadas à execução da política monetária.

Paralelamente, foi baixada parte das Reservas de Reavaliação e revertida a parcela das Reservas para Contingências destinada a cobrir ações trabalhistas, não mais existentes. Dessa forma, o saldo de R\$ 1.083.872 mil configura-se como débito para com o Tesouro Nacional, a ser transferido até o 10º dia útil subsequente ao da aprovação das demonstrações financeiras do Banco, na forma do art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo remunerado pelos mesmos critérios aplicados aos Depósitos a Ordem do Governo Federal (Nota 20), até a data do efetivo pagamento.

### **Nota 24 – RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS**

O saldo existente em Reservas para Contingências, no valor de R\$ 404.406 mil, corresponde a 25% dos resultados positivos apurados. No primeiro semestre de 2000 foi constituída reserva no montante de R\$ 77.288 mil, e no segundo semestre no montante de R\$ 327.118 mil.

**Nota 25 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

A realização das Reservas de Reavaliação é efetuada mensalmente no último dia de cada mês. No entanto, a baixa dos valores realizados por ocasião dos balanços semestrais ocorreu apenas até dezembro de 1997. Neste balanço foram baixados os valores de reservas de reavaliação relativos aos exercícios de 1998, 1999 e 2000, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$ mil
Relativa ao exercício de 1998	10.487
Relativa ao exercício de 1999	10.487
Relativa ao exercício de 2000	13.724
<b>TOTAL</b>	<b>34.698</b>

**Nota 26 – RESULTADO NO 2º SEMESTRE DE 2000**

a) Operações com Títulos:

	Em R\$ mil		
	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
LTN	3.118.930	(273.264)	2.845.666
LFT	6.448.982	(698.506)	5.750.476
Títulos próprios (NBC e LBC)	3.007.249	(13.337.023)	(10.329.774)
Outros	232.986	(89.927)	143.059
Ajuste a Valor Presente/Mercado	261.038	(273.491)	(12.453)
<b>TOTAL</b>	<b>13.069.185</b>	<b>(14.672.211)</b>	<b>(1.603.026)</b>

Incluem as receitas com a remuneração dos Títulos do Tesouro Nacional em carteira e os encargos com os títulos de emissão própria.

Quando, no mês, há valorização do real em relação ao dólar norte-americano, os títulos de emissão do Tesouro Nacional indexados nesta última moeda, que estão na carteira do Banco Central, proporcionam encargos, enquanto os títulos de emissão própria, também indexados na mesma moeda, proporcionam receitas.

b) Operações da Área Externa:

As operações da área externa incluem a remuneração do ativo externo e os encargos do passivo externo. O superávit verificado nessas operações ocorreu, principalmente, em função do valor do ativo ter sido, durante todo o período, superior ao passivo da mesma natureza e da valorização das moedas que remuneram essas operações, durante o período.

	Em R\$ mil		
	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
Operações Vinculadas às Reservas Internacionais	7.744.908	(1.461.094)	6.283.814
Operações Vinculadas à Dívida Externa	235.687	(750.377)	(514.690)
Organismos e Acordos Internacionais	289.383	(805.208)	(515.825)
Empréstimos e Financiamentos em ME	485.345	(77.147)	408.198
Reajuste dos Ativos em Ouro	458.362	(474.521)	(16.159)
Obrigações em M.E.	-	(137.963)	(137.963)
Demais Operações	221.310	(27.889)	193.421
Ajuste a Valor Presente/Mercado	1.101.176	(671.865)	429.311
<b>TOTAL</b>	<b>10.536.171</b>	<b>(4.406.064)</b>	<b>6.130.107</b>

Vale ressaltar que nos meses em que ocorre valorização do real em relação à moeda estrangeira, indexada à operação, os ativos geram encargos e as obrigações receitas de correção cambial.

c) Operações com o Tesouro Nacional:

	Em R\$ mil		
	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
Remuneração do Resultado a ser Coberto pelo T.N.	1.170.315	-	1.170.315
Remuneração dos Depósitos da União	-	(6.652.939)	(6.652.939)
Desp. de Exercícios Anteriores (DL n° 2.288/86)	-	(202.024)	(202.024)
Remuneração do Resultado Positivo	-	(7.529)	(7.529)
<b>TOTAL</b>	<b>1.170.315</b>	<b>(6.862.492)</b>	<b>(5.692.177)</b>

O resultado neste item decorreu de:

- I. remuneração do crédito junto ao Tesouro Nacional, decorrente do resultado negativo apurado por esta Autarquia em 31.12.1999 (Nota 8);
- II. encargos sobre os depósitos da União no Banco Central (Nota 20);
- III. acertos decorrentes da transferência para a União dos depósitos compulsórios de que trata o Decreto-lei 2.288/86, na forma do art. 7° da MP 1.789/98, atualmente n° 2.101/2000;
- IV. remuneração do resultado positivo apurado em 30.06.2000 e transferido ao Tesouro Nacional em setembro de 2000.

d) Operações da Área Bancária:

	Em R\$ mil		
	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
Operações de Assistência Financeira	455.262	-	455.262
Penalidades a Instituições Financeiras	709.038	-	709.038
Depósitos de Inst. Financeiras no BC	-	(587.179)	(587.179)
Demais Contas	622	(3)	619
Ajuste a Valor Presente	54.566	(87.045)	(32.479)
<b>TOTAL</b>	<b>1.219.488</b>	<b>(674.227)</b>	<b>545.261</b>

As rendas auferidas decorrem, basicamente, de operações de PROER e das multas aplicadas às instituições financeiras em função da não prestação de informações. Os encargos decorrem, principalmente, da remuneração de depósitos do SBPE no Banco Central.

e) Operações com Instituições em Regime Especial:

	Em R\$ mil		
	RECEITAS	DESPEASAS	RESULTADO
Operações	776.532	-	776.532
Ajuste a Valor Presente	546.072	(45.916)	500.156
<b>TOTAL</b>	<b>1.322.604</b>	<b>(45.916)</b>	<b>1.276.688</b>

f) Outras receitas/despesas operacionais: decorrem, basicamente, das receitas com aplicação de multas em virtude de ilícitos cambiais;

g) Provisões: o resultado decorreu das constituições e reversões efetuadas conforme os critérios definidos na Nota 3, bem como pela atualização do valor provisionado, que utiliza o mesmo indexador da conta de principal da operação;

h) Despesas Administrativas: são aquelas necessárias ao funcionamento da Instituição, incluídas no Orçamento Geral da União e aprovadas pelo Congresso Nacional, sendo executadas à vista da programação financeira e orçamentária determinada pelo Poder Executivo;

i) Resultado não Operacional:.

	Em R\$ mil		
	RECEITAS	DESPEASAS	RESULTADO
Correção Cambial de Quotas - FMI	656.860	(230.774)	426.086
Rendas Diversas	315.192	-	315.192
Acrésc. Patrimonial por Insubstâncias Passivas	210.115	-	210.115
Receitas Patrimoniais - Centrus	152.334	-	152.334
Outros	38.084	(27.905)	10.179
<b>TOTAL</b>	<b>1.372.585</b>	<b>(258.679)</b>	<b>1.113.906</b>

Conforme acima demonstrado, o resultado não operacional no 2º semestre de 2000 decorreu, basicamente, da remuneração das quotas integralizadas junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI, de rendas diversas, as quais originam-se, principalmente, da aplicação de multas em empresas não-financeiras (que são integralmente provisionadas enquanto não recebidas), de acréscimo patrimonial por insubstância passiva na conciliação de créditos negociados no âmbito do Clube de Paris e de Remuneração dos Créditos junto à Centrus.

#### **Nota 27 – FUNDOS E PROGRAMAS ADMINISTRADOS PELO BANCO CENTRAL**

Por força de disposições legais ou regulamentares, o Banco Central administra:

a) a Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (RECHEQUE);

- b) o Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI);
- c) o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Decreto nº 175/91 (PROAGRO);
- d) a Reserva Monetária.

A contabilização das reservas, do fundo e do programa administrados pelo Banco Central observam as mesmas diretrizes contábeis aplicáveis a esta Instituição.

Com a finalidade de manter o poder aquisitivo dos recursos, suas disponibilidades são aplicadas em títulos públicos federais.

O Banco Central é ressarcido dos custos de administração, mediante pagamento de taxa, conforme autorização do CMN.

A seguir são apresentados os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados da RECHEQUE, do FGDLI, do PROAGRO e da Reserva Monetária, bem como outros comentários sobre os mesmos.

a) Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque - RECHEQUE

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO		Em R\$ mil	
<b>A T I V O</b>		2000	1999
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		791.239	830.014
- Disponível no Banco Central		1	1
- Aplicações em Títulos Públicos Federais		383.922	327.478
- Títulos Públicos Federais		589	665
- Progr. Refinanciamento Créditos Cedidos a União		236	211
- Créditos Inscritos em Dívida Ativa		609	609
- Créditos junto a Instituições sob Intervenção ou Liquidação		512.366	501.658
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(106.485)	(609)
<b>T O T A L</b>		<b>791.239</b>	<b>830.014</b>
		Em R\$ mil	
<b>P A S S I V O</b>		2000	1999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		791.239	830.014
- Resultados Acumulados		791.239	830.014
<b>T O T A L</b>		<b>791.239</b>	<b>830.014</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Em R\$ mil			
	2º Sem/2000	2º Sem/1999	2000	1999
RECEITAS	31.867	33.617	67.759	86.052
- Juros/Atualização Monetária	4.386	6.379	11.976	28.728
- Rendimentos de Apl em Tit Públicos Federais	27.474	27.238	55.776	57.324
- Reversão de Provisões	7	-	7	-
DESPESAS	(94.968)	(300)	(106.534)	(65.401)
- Taxa de Administração	(342)	(299)	(651)	(588)
- Variações Decorrentes de Provisões	(94.625)	-	(105.883)	-
- Anulação de Receitas de Exercícios Anteriores	-	-	-	(64.813)
- Outras	-	(1)	-	(1)
RESULTADO	(63.101)	33.317	(38.775)	20.650

Regulamentada pela Circular BCB nº 1.590/90, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 2.155/95, a RECHEQUE teve por objetivo:

- I. patrocinar a divulgação e promoção da defesa da estabilidade da Moeda Nacional;
- II. promover a valorização do cheque como instrumento de pagamento;
- III. contribuir para o aprimoramento das operações bancárias, na medida em que dissemina informações e instruções quanto ao uso adequado do cheque, de forma a dotá-lo de maior credibilidade;
- IV. custear despesas com a elaboração e divulgação do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos.

Por meio da Resolução nº 2.211/95, foi regulamentado o Fundo Garantidor de Créditos - FGC, entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismos de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras. De acordo com a Resolução nº 2.197/95, que autorizou a criação do Fundo acima, o patrimônio da RECHEQUE e o do FGDLI seriam transferidos ao FGC.

Entretanto, por força de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal - STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.398/96, referida transferência foi suspensa enquanto se aguarda o julgamento do mérito da questão.

Com a transferência ao FGC, a partir de janeiro de 1996, da responsabilidade pela prestação das garantias previstas na regulamentação em vigor, bem como do recolhimento e da administração do fluxo de recursos gerado pelas contribuições das instituições financeiras, a RECHEQUE e o FGDLI mantêm apenas a administração das operações firmadas até o advento da liminar anteriormente mencionada.

Destaca-se, no semestre, as variações das provisões dos créditos junto aos bancos Econômico e Bancesa, ambos em liquidação extrajudicial.

## b) Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias - FGDLI

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO			Em R\$ mil	
A T I V O	2000	1999		
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.336.861	1.313.333		
- Aplicações em Títulos Públicos Federais	217.836	182.811		
- Créditos junto a Repassadoras	1.015.555	943.246		
- Créditos junto a Liquidandas	608.473	567.394		
- Cédulas Hipotecárias	166.088	169.575		
- Créditos junto ao FCVS	844.533	746.821		
- Créditos junto ao FGTS	509	440		
- Créditos Inscritos em Dívida Ativa	1.037.741	1.037.741		
- (Ajuste a Valor Presente)	(348.376)	-		
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.205.498)	(2.334.695)		
<b>T O T A L</b>	<b>1.336.861</b>	<b>1.313.333</b>		
			Em R\$ mil	
P A S S I V O	2000	1999		
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	17.732	16.618		
- Obrig junto Receptores Poup e Letras Imobiliárias	13.157	12.140		
- Obrig p/ Letras Imobiliárias - Vinc Emprést Externos	3.220	3.152		
- Obrigações junto a Poupadores	1.256	1.229		
- Obrigações junto a Investidores	99	97		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.319.129	1.296.715		
- Resultados Acumulados	1.319.129	1.296.715		
<b>T O T A L</b>	<b>1.336.861</b>	<b>1.313.333</b>		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			Em R\$ mil	
	2º Sem/2000	2º Sem/1999	2000	1999
RECEITAS	535.388	122.458	664.561	333.110
- Juros	47.895	45.150	94.200	89.102
- Atualização Monetária	70.949	61.521	137.666	180.473
- Rendimentos Aplicações em Tít Públicos Federais	15.515	15.057	31.374	31.503
- Receitas Originárias de Dívida Ativa	-	-	-	14.548
- Reversão de Provisões	400.621	-	400.621	14.548
- Outras Receitas	408	730	700	2.936
DESPESAS	(581.626)	(58.296)	(642.147)	(173.963)
- Juros/Atualização Monetária	(530)	(612)	(1.114)	(1.558)
- Taxa de Administração	(293)	(256)	(558)	(504)
- Compensação de Créditos	-	-	-	(14.548)
- Anulação de Receitas de Exercícios Anteriores	(15.614)	-	(20.322)	(4.080)
- Constituição e Ajustes de Provisões	(216.641)	(57.140)	(271.424)	(152.650)
- Ajuste a Valor Presente	(348.376)	-	(348.376)	-
- Outras	(172)	(288)	(353)	(623)
<b>RESULTADO</b>	<b>(46.238)</b>	<b>64.162</b>	<b>22.414</b>	<b>159.147</b>

Criado pela Resolução nº 3/67, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação, o FGDLI teve sua administração atribuída ao Banco Central por força do Decreto-lei nº 2.291/86 e da Resolução CMN nº 1.219/86.

O FGDLI teve por finalidade garantir os depósitos de poupança (exceto poupança rural) e letras imobiliárias, nas modalidades, condições e valores fixados pelo Conselho Monetário Nacional, contra riscos de insolvência das instituições contribuintes captadoras de depósitos de poupança e letras imobiliárias.

A partir de janeiro de 1996 o patrimônio do FGDLI seria transferido para o FGC, processo esse suspenso pelo STF, conforme descrito na nota referente à Recheque.

Os direitos e obrigações do Fundo estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial, observados os contratos que os regem e preceitos legais e normativos a que se submetem.

#### c) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto 175/91)

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO		Em R\$ mil	
A T I V O	2000	1999	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	795	74	
- Disponível no Banco Central	-	74	
- Aplicações em Títulos Públicos Federais	795	-	
PASSIVO A DESCOBERTO	127.332	110.927	
- Prejuízos Acumulados	127.332	110.927	
	-	-	
<b>T O T A L</b>	<b>128.127</b>	<b>111.001</b>	
		Em R\$ mil	
P A S S I V O	2000	1999	
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	128.127	111.001	
- Serv de Comprovação de Perdas, a Pagar	2.133	1.540	
- Coberturas a Pagar	61.071	46.212	
- Outras Obrigações a Pagar	58.880	57.206	
- Valores em Processo de Securitização	6.043	6.043	
<b>T O T A L</b>	<b>128.127</b>	<b>111.001</b>	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Em R\$ mil			
	2° Sem/2000	2° Sem/1999	2000	1999
RECEITAS	32.249	67.813	50.013	79.058
- Adicional	14.411	8.915	18.410	11.081
- Rendimentos Aplic Tit Públicos Federais	62	191	157	2.583
- Anulação de Despesas de Exercícios Anteriores	1.734	1.843	3.884	8.530
- Transferências de Dotações Orçamentárias da União	16.040	48.500	27.560	48.500
- Outras Receitas	2	8.364	2	8.364
DESPESAS	(32.552)	(22.004)	(66.418)	(66.596)
- Serviços de Comprovação de Perdas	(632)	(696)	(1.608)	(2.665)
- Coberturas	(31.040)	(20.462)	(63.136)	(62.343)
- Taxa de Administração	(880)	(769)	(1.674)	(1.511)
- Despesas de Exercícios Anteriores	-	(77)	-	(77)
RESULTADO	(303)	45.809	(16.405)	12.462

Instituído pela Lei nº 5.969/73 e regulamentado pelo Decreto nº 175/91 e Resolução CMN nº 1.855/91, o PROAGRO - Dec. nº 175/91 tem por objetivos:

- I. exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam plantações e rebanhos;
- II. indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados.

O Programa, apesar de ser gerido pelo Banco, não recebe recursos desta Autarquia. As receitas para custeio do Programa são de responsabilidade dos produtores rurais, quando do pagamento dos adicionais. Quando o adicional não é suficiente para o pagamento das perdas e coberturas, é responsabilidade do Tesouro Nacional, por meio de transferência de dotações orçamentárias, suprir o Programa de recursos.

Relativamente ao Balanço Patrimonial, cabe ainda destacar:

- I. a reclassificação dos Prejuízos Acumulados para o Ativo, sob o título Passivo a Descoberto, foi efetuada consoante a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 847/99;
- II. a conta Outras Obrigações a Pagar registra a Taxa de Administração do Banco Central, cujo pagamento foi suspenso por determinação da Diretoria do Banco (Nota 14);
- III. a origem do patrimônio líquido negativo decorre das obrigações com coberturas a pagar e com comprovação de perdas que se apresentam em montante superior à arrecadação dos adicionais e outras receitas do Programa.

d) Reserva Monetária

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO		Em R\$ mil	
A T I V O	2000	1999	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	967.043	2.073.537	
- Disponível	1	5	
- Aplicações em Títulos Públicos Federais	615.230	487.221	
- Créditos e Direitos Cedidos por Terceiros	160.053	165.243	
- Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União	276.615	247.621	
- Adiantamento à Instituições em Liquidação	160.696	148.658	
- Títulos Recebidos por Composição de Dívidas	1.889.758	1.521.584	
- Créditos Inscritos em Dívida Ativa	1.648.259	1.648.259	
- Créditos em Moeda Estrangeira	1.293.871	-	
- Outros Créditos e Bens	74.324	1.231.418	
- (Ajuste a Valor Presente)	(90.914)	-	
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5.060.850)	(3.376.472)	
<b>T O T A L</b>	<b>967.043</b>	<b>2.073.537</b>	

		Em R\$ mil	
P A S S I V O	2000	1999	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	967.043	2.073.537	
- Resultados Acumulados	967.043	2.073.537	
<b>T O T A L</b>	<b>967.043</b>	<b>2.073.537</b>	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Em R\$ mil			
	2º Sem/2000	2º Sem/1999	2000	1999	
RECEITAS	596.309	484.798	945.005	927.062	
- Juros	121.297	105.974	235.730	253.553	
- Atualização Monetária/Cambial	232.113	129.246	423.271	329.035	
- Rendimentos Obtidos com Composição de Dívida:	-	9.496	-	24.060	
- Rendas de Dívida Ativa	-	-	-	15.712	
- Rendimentos de Aplicem TitPubFederais	43.454	178.201	86.558	219.678	
- Receitas de Exercícios Anteriores	-	61.881	-	67.682	
- Anulação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-	1.630	
- Variações Decorrentes de Provisões	181.752	-	181.752	15.712	
- Ajuste a Valor Presente	17.693	-	17.694	-	
DESPESAS	(566.449)	(356.817)	(2.051.499)	(617.170)	
- Taxa de Administração	(436)	(512)	(965)	(1.008)	
- Atualização Monetária/Cambial	(20.011)	(97.505)	(75.792)	(105.047)	
- Compensação de Créditos	-	-	-	(15.712)	
- Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-	(707)	
- Anulação de Receitas de Exercícios Anteriores	-	(286)	-	(1.917)	
- Variações Decorrentes de Provisões	(482.933)	(177.953)	(1.866.130)	(412.218)	
- Ajuste a Valor Presente	(63.065)	-	(108.608)	-	
- Outras	(4)	(80.561)	(4)	(80.561)	
<b>RESULTADO</b>	<b>29.860</b>	<b>127.981</b>	<b>(1.106.494)</b>	<b>309.892</b>	

Criada pela Lei nº 5.143/66 e alterada pelo Decreto-lei nº 1.342/74, a Reserva Monetária tem por finalidade assegurar a normalidade dos mercados financeiro e de capitais.

Os recursos da Reserva Monetária são aplicados pelo Banco Central na intervenção dos mercados financeiro e de capitais, mediante autorização do Conselho Monetário Nacional, e se destinam a resguardar os legítimos interesses dos credores das instituições sob intervenção ou em liquidação extrajudicial.

Destaca-se, no semestre:

- I. a constituição de provisões dos créditos junto aos extintos bancos Comind e Auxiliar;
- II. ajuste a valor presente, visando adequar os ativos da Reserva Monetária aos critérios deliberados pelo Conselho Monetário Nacional, a partir de proposta do Banco Central.

### **Nota 28 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS**

a) o impacto e o custo fiscal de suas operações:

O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 4.595/64, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.376/87, prevê que “os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores”. Quanto ao regime de competência, há de se atender às peculiaridades inerentes ao Banco Central, conforme descrito na Nota 3.

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo caput e pelo § 1º do art 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“ Art 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.”

Assim, temos que:

- I. o resultado do Banco Central do Brasil considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- II. os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;

III. tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

Dessa forma, o resultado das operações do Banco Central no segundo semestre de 2000 no montante de R\$ 1.308.473 mil – resultado positivo de R\$ 47.304 mil no período de julho a setembro e de R\$ 1.261.169 mil no de outubro a dezembro –, após a constituição de reservas no valor de R\$ 327.118 mil e reversão no valor de R\$ 102.517 mil, será transferido ao Tesouro Nacional (R\$ 1.083.872 mil).

b) o custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional:

As disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central e remuneradas, em atenção ao art. 1º da MP 2.101, com base na taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central.

As despesas correspondentes à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiram, no terceiro trimestre de 2000, o montante de R\$ 3.367.455 mil, e no quarto trimestre, R\$ 3.285.484 mil. No semestre, essas despesas foram de R\$ 6.652.939 mil.

c) o custo da manutenção das reservas cambiais:

No trimestre outubro/dezembro de 2000, as reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil foram equivalentes a R\$ 60.537.033 mil, pelo critério de saldo médio diário. A remuneração dessas reservas, em moeda nacional, alcançou 8,1149% no período. Como contrapartida, a remuneração média do passivo desta Autarquia atingiu, no período, 4,7626%, resultando na diferença de 3,3523 pontos percentuais. Em termos monetários, houve receita líquida com a manutenção das reservas cambiais no período em questão, no valor de R\$ 2.029.383 mil.

As receitas e despesas decorrentes das operações com as reservas cambiais depositadas no Banco Central impactam diretamente o seu resultado.

d) a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União:

Discriminação	Em R\$ mil		
	3º Trimestre	4º Trimestre	2º Semestre/2000
RECEITAS	6.973.233	6.095.954	13.069.187
Títulos da União	4.986.646	5.075.291	10.061.937
Títulos de Emissão Própria	1.986.587	1.020.663	3.007.250
DESPESAS	(6.072.758)	(8.599.453)	(14.672.211)
Títulos da União	(588.574)	(746.614)	(1.335.188)
Títulos de Emissão Própria	(5.484.184)	(7.852.839)	(13.337.023)
RESULTADO LÍQUIDO	900.475	(2.503.499)	(1.603.024)

No quarto trimestre, o resultado das operações com títulos ocorreu pelos seguintes fatores:

- I. títulos da União – a remuneração da carteira, R\$ 4.328.677 mil, basicamente reflete o rendimento de 3,75% da taxa SELIC no período;
- II. títulos de emissão própria – o resultado líquido negativo de R\$ 6.832.176 mil decorre do pagamento de juros de cupom, dos deságios concedido na colocação dos títulos e das despesas com a variação cambial (5,8%) no período, que corrige grande parte dos títulos colocados no mercado.

Na análise sucinta sobre o resultado com títulos no segundo semestre de 2000, cabe destacar que o resultado negativo de R\$ 1.603.024 mil deve-se, principalmente, à receita de remuneração da carteira de títulos do Tesouro Nacional, R\$ 10.061.937 mil, que reflete o rendimento da taxa SELIC e os encargos com os títulos de emissão própria, R\$ 13.337.023 mil, decorrentes da variação cambial e juros.

## Nota 29 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Relacionamento Financeiro com o Tesouro Nacional

	Em R\$ mil	
	Em 31.12.2000	Em 31.12.1999
<b>SALDOS DEVEDORES</b>	145.083.658	130.944.314
Notas do Tesouro Nacional - NTN (Nota 6)	1.801.184	13.814.927
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 6)	90.523.377	42.449.972
Letras do Tesouro Nacional - LTN (Nota 6)	37.378.053	9.866.434
Operações com Acordo de Reversão c/ Tesouro Nacional (Nota 6)	-	51.759.393
Resultado Negativo de 1999, a ser pago pelo Tesouro Nacional (Nota 8)	15.377.342	13.041.763
Depósitos Judiciais em nome do Tesouro Nacional	3.701	3.701
Dívida Externa - MYDFA - Bônus Emitidos a Maior	-	8.124
Acerto Referente à MP 2.101	1	-
<b>SALDOS CREDORES</b>	89.701.337	76.157.367
Recursos do Tesouro Nacional	88.380.288	75.779.217
Operações com Compromisso de Reversão com o Tesouro Nacional	-	-
Resultado Positivo do Banco Central, a Transferir ao Tesouro Nacional (Nota 23)	1.083.873	4.041
Remuneração das Disponibilidades do Governo Federal, a Recolher	209.269	203.006
Plano de Seguridade Social, a Recolher	3.285	9.683
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	-	6
Depósitos em Moedas Estrangeiras - Clube de Paris e Res. n° 1.564/89	5.884	65.023
Recursos Vinculados à Administração das Garantias da Dívida Externa	9.777	87.610
Depósitos Decorrente de Decisão Judicial	8.960	8.776
Disponível da Reserva Monetária	1	5

O saldo em 31.12.2000 dos “Depósitos em Moedas Estrangeiras” contempla apenas obrigações relativas ao Clube de Paris, ainda sob conciliação junto ao Tesouro Nacional. Em 1999, o saldo dessa rubrica, além do Clube de Paris, no valor de R\$ 2.765 mil, contemplava também R\$ 62.258 mil oriundos da Resolução nº 1.564/89 que, conciliado, redundou na transferência do valor de R\$ 18.620 mil para o Tesouro Nacional, em dezembro de 2000.

A variação observada no item Recursos Vinculados à Administração das Garantias da Dívida Externa decorreu da liberação de garantias do Plano Brasileiro de Financiamento no valor de R\$ 86.395 mil, transferido, em dezembro de 2000, para a Conta Única.

#### b) Fluxo Financeiro com o Tesouro Nacional

	Em R\$ mil	
	2º sem/2000	2º sem/1999
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	(16.808.780)	46.863.256
Aquisição	(42.436.437)	(9.515.670)
Resgate	25.358.646	55.246.036
Juros	269.011	1.132.890
RECOLHIMENTOS DIVERSOS	(7.030.461)	(10.377.386)
Remuneração das Disponibilidades	(6.686.053)	(4.201.314)
Remuneração das Aplicações com Compromisso de Reversão	-	(6.176.072)
Transferência do Resultado de junho de 2000	(239.393)	-
Transferência de Dívida Externa - Resolução nº 1.564/89	(18.620)	-
Liberação de Garantias do Plano Brasileiro de Financiamento	(86.395)	-
<b>FLUXO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(23.839.241)</b>	<b>36.485.870</b>

Obs: Os valores apresentados na coluna "2º Sem/1999" foram levantados para efeito comparativo. Naquele ano, a apuração do resultado abrangeu o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

O saldo apresentado como “Transferência da Dívida Externa – Resolução nº 1.564/89” corresponde ao total das obrigações do Banco Central com o Tesouro Nacional relativas à Resolução nº 1.564/89, transferido em dezembro de 2000.

#### c) Lei nº 9.650/98

Em decorrência do enquadramento dos servidores do Banco Central no Regime Jurídico Único - RJU, esta Autarquia e o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS estão efetuando o levantamento dos valores a serem devolvidos por aquele Instituto. O acerto de contas incluirá as contribuições patronais e pessoais, abrangendo, também, os valores a serem repassados para o Plano de Seguridade do Servidor – PSS. Idêntico procedimento deve ser adotado em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

## d) Precatórios e Demandas Judiciais

Segundo dispõe o § 1º do art.100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Dessa forma, o Banco Central, anualmente, recebe diversos precatórios oriundos do Judiciário determinando o pagamento de valores aos requerentes das ações. Com a edição da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, os pagamentos de precatórios decorrentes de ações ajuizadas, até 31.12.1999, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Assim, com a aplicação dessa Emenda, foram aprovados R\$ 13.792 mil para pagamento no Orçamento da União no exercício de 2001, devendo o saldo remanescente, no valor de R\$ 83.593 mil, ser pago no prazo de nove anos.

Na posição de 31.12.2000, o Banco Central era demandado judicialmente em 56.606 ações, discriminadas a seguir conforme a natureza da ação e da causa:

NATUREZA DA AÇÃO	TOTAL	NATUREZA DA CAUSA	TOTAL
Cautelar	3.469	Plano Collor	43.609
De execução	2.882	SFH	512
Declaratória	2.318	FGTS	1.463
Mandado de Segurança	1.863	Liquidação Extrajudicial	629
Ordinária	40.023	Falência	458
Trabalhista	983	Crédito Rural – PROAGRO	607
Agravo de Inst.	3.192	CADIN, CADIP, SERASA	324
Falência	455	Câmbio	564
Outras	1.421	Encargo Financeiro	422
		Servidor Público	88
		Dívida Ativa	1.591
		Licitação	73
		Prestação de Serviço	74
		Consórcio	531
		Título de Dívida Pública	161
		Outros	5.500
<b>TOTAL</b>	<b>56.606</b>	<b>TOTAL</b>	<b>56.606</b>

Com o desfecho dos processos, no futuro, o resultado do Banco será afetado no montante em que vier a ser condenado. A estimativa do efeito financeiro antes de a ação judicial ser sentenciada é impraticável, pois algumas ações, simplesmente, requerem revisões de atos e, em outras, o valor da causa não guarda correspondência

com o valor da condenação. O quadro a seguir apresenta o montante dos valores dos precatórios pagos no três últimos exercícios:

ANO	Valores efetivamente pagos (em R\$ mil)
1998	13.557
1999	6.354
2000	15.621

Presidente: ARMINIO FRAGANETO

Diretores: CARLOS EDUARDO DE FREITAS, DANIEL LUIZ GLEIZER, EDISON BERNARDES DOS SANTOS, ILAN GOLDFAJN, LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO, SERGIO DARCY DA SILVA ALVES, TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Chefe do Departamento de Administração Financeira: JEFFERSON MOREIRA  
Contador CRC-DF 7.333 - CPF 119.361.931-91

**Membros do Conselho Monetário Nacional (31-dezembro-2000)****Pedro Sampaio Malan***Ministro da Fazenda - Presidente***Martus Antonio Rodrigues Tavares***Ministro do Orçamento e Gestão***Arminio Fraga Neto***Presidente do Banco Central do Brasil***Administração do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2000)****Diretoria Colegiada****Armínio Fraga Neto***Presidente***Carlos Eduardo de Freitas***Diretor***Daniel Luiz Gleizer***Diretor***Edison Bernardes dos Santos***Diretor***Ilan Goldfajn***Diretor***Luiz Fernando Figueiredo***Diretor***Sérgio Darcy da Silva Alves***Diretor***Tereza Cristina Grossi Togni***Diretor***Secretaria Executiva da Diretoria***Secretário Executivo:*

Antônio Carlos Monteiro

*Secretário da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional:*

José Antonio de Castro

*Secretário de Relações Institucionais:*

Gerson Bonani

*Secretário de Projetos:*

Hélio José Ferreira

**Consultores da Diretoria**

Alexandre Pundek Rocha

Alvir Alberto Hoffmann

Clarence Joseph Hillerman Junior

Dalmir Sérgio Louzada

João Antonio Fleury Teixeira

Luiz Sampaio Malan

Luiz do Couto Neto

Sérgio Goldenstein

## **Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2000)**

### **Departamento de Administração Financeira (Deafi)**

Ed.-Sede - 2º subsolo  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Jefferson Moreira*

### **Departamento de Gestão de Recursos Humanos (Depes)**

Ed.-Sede - 18º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Mardônio Walter Sarmiento Pereira Silva*

### **Departamento de Administração de Recursos Materiais (Demap)**

Ed.-Sede - 9º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Belmivam Borges Borba*

### **Departamento de Auditoria Interna (Deaud)**

Ed.-Sede - 15º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Luiz Pereira Leite*

### **Departamento de Cadastro e Informações (Decad)**

Ed.-Sede - 14º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Sérgio Almeida de Souza Lima*

### **Departamento de Câmbio (Decam)**

Ed.-Sede - 3º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *José Maria Ferreira de Carvalho*

### **Departamento de Regimes Especiais (Deres)**

Ed.-Sede - 13º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*

### **Departamento da Dívida Pública (Dedip)**

Ed.-Sede - 14º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Cláudio Jaloretto*

### **Departamento Econômico (Depec)**

Ed.-Sede - 10º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Altamir Lopes*

**Departamento de Supervisão Indireta (Desin)**

Ed.-Sede - 12º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Vânio César Pickler Aguiar*

**Departamento de Supervisão Direta (Desup)**

Av. Paulista, 1804 - 14º andar  
Cerqueira César  
01310-922 São Paulo (SP)  
Chefe: *Paulo Sérgio Cavalheiro*

**Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce)**

Ed.-Sede - 7º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Fernando Antônio Gomes*

**Departamento de Informática (Deinf)**

Ed.-Sede - 2º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Roberto Ozu*

**Procuradoria-Geral (Dejur)**

Ed.-Sede - 11º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Procurador Geral: *José Coelho Ferreira*

**Departamento do Meio Circulante (Mecir)**

Av. Rio Branco, 30  
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)  
Chefe: *José dos Santos Barbosa*

**Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)**

Ed.-Sede - 15º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Carlos Eduardo Sampaio Lofrano*

**Departamento de Operações Bancárias (Deban)**

Ed.-Sede - 18º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Luis Gustavo da Matta Machado*

**Departamento de Operações de Mercado Aberto (Demab)**

Av. Pres. Vargas, 730 - 6º andar  
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)  
Chefe: *Eduardo Hitiro Nakao*

**Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)**

Ed.-Sede - 5º andar  
SBS Quadra 3 Zona Central  
70074-900 Brasília (DF)  
Chefe: *Daso Maranhão Coimbra*

**Departamento da Dívida Externa e Relações Internacionais (Derin)**

Ed.-Sede - 4º andar

SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *José Linaldo Gomes de Aguiar*

**Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)**

Ed.-Sede - 16º andar

SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *Luiz Edson Feltrim*

**Departamento de Planejamento e Organização (Depla)**

Ed.-Sede - 13º andar

SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *Paulo dos Santos*

**Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)**

Ed.-Sede - 9º andar

SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *Alexandre Antônio Tombini*

**Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais (Decif)**

Ed.-Sede - 18º andar

SBS Quadra 3 Zona Central

70074-900 Brasília (DF)

Chefe: *Ricardo Liao*

**Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2000)**

- 1ª Região - Gerência Administrativa em Belém (ADBEL)**  
Boulevard Castilhos França, 708 - Comércio  
Caixa Postal 651  
66010-020 Belém (PA)  
Gerente Administrativo: *Maria de Fátima L. V. dos Santos*
- Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará,  
Rondônia e Roraima
- 2ª Região - Gerência Administrativa em Fortaleza (ADFOR)**  
Av. Heráclito Graça, 273 - Centro  
Caixa Postal 891  
60140-061 Fortaleza (CE)  
Gerente Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*
- Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí
- 3ª Região - Gerência Administrativa em Recife (ADREC)**  
Rua Siqueira Campos, 368 - Santo Antônio  
Caixa Postal 1445  
50010-010 Recife (PE)  
Gerente Administrativo: *Pedro Rafael Lapa*
- Jurisdição: Alagoas, Paraíba,  
Pernambuco e Rio Grande do Norte
- 4ª Região - Gerência Administrativa em Salvador (ADSAL)**  
Av. Anita Garibaldi, 1211 - Ondina  
Caixa Postal 44  
40176-900 Salvador (BA)  
Gerente Administrativo: *Godofredo Massarra dos Santos*
- Jurisdição: Bahia e Sergipe
- 5ª Região - Gerência Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)**  
Av. Álvares Cabral, 1605 - Santo Agostinho  
Caixa Postal 887  
30170-001 Belo Horizonte (MG)  
Gerente Administrativo: *José Roberto de Oliveira*
- Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins
- 6ª Região - Gerência Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)**  
Av. Presidente Vargas, 730 - Centro  
Caixa Postal 495  
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)  
Gerente Administrativo: *Márcio Teixeira Silva*
- Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro
- 7ª Região - Gerência Administrativa em São Paulo (ADSPA)**  
Av. Paulista, 1804 - Cerqueira César  
Caixa Postal 8984  
01310-922 São Paulo (SP)  
Gerente Administrativo: *Fernando Roberto Medeiros*
- Jurisdição: São Paulo

**8ª Região - Gerência Administrativa em Curitiba (ADCUR)**

Rua Marechal Deodoro, 568 - Centro

Caixa Postal 1408

80010-010 Curitiba (PR)

Gerente Administrativo: *Salim Cafruni Sobrinho*

Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

**9ª Região - Gerência Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)**

Travessa Araújo Ribeiro, 305 - Centro

Caixa Postal 919

90010-010 Porto Alegre (RS)

Gerente Administrativo: *José Afonso Nedel*

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

**SIGLAS**

<b>Abad</b>	Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores
<b>Abimaq</b>	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
<b>Abras</b>	Associação Brasileira de Supermercados
<b>ADR</b>	<i>American Depositary Receipts</i>
<b>AID</b>	Associação Internacional de Desenvolvimento
<b>Aladi</b>	Associação Latino-americana de Integração
<b>Alca</b>	Área de Livre Comércio das Américas
<b>Anatel</b>	Agência Nacional de Telecomunicações
<b>Aneel</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>Anefac</b>	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
<b>Anfavea</b>	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
<b>ANP</b>	Agência Nacional do Petróleo
<b>Apex</b>	Agência de Promoção de Exportações
<b>APPC</b>	Associação dos Países Produtores de Café
<b>Bacen</b>	Banco Central do Brasil
<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>Banespa</b>	Banco do Estado de São Paulo S.A.
<b>Banestado</b>	Banco do Estado do Paraná S.A.
<b>BCE</b>	Banco Central Europeu
<b>BDR</b>	<i>Brazilian Depositary Receipts</i>
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>Bird</b>	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BIS</b>	Banco de Compensações Internacionais
<b>BM&amp;F</b>	Bolsa de Mercadorias e Futuros
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BNDESpar</b>	BNDES Participações S. A.
<b>BoJ</b>	Banco do Japão
<b>Bovespa</b>	Bolsa de Valores de São Paulo
<b>Bradesco</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Bradies</b>	Bônus da dívida externa renegociada
<b>BVRJ</b>	Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
<b>Cadin</b>	Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal
<b>CAF</b>	Corporação Andina de Fomento
<b>Caged</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CBLC</b>	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
<b>CCR</b>	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
<b>CDB</b>	Certificados de Depósito Bancário
<b>CDI</b>	Certificados de Depósito Interfinanceiro
<b>CDP</b>	Certificados da dívida pública
<b>Celpe</b>	Companhia Energética de Pernambuco
<b>Cemar</b>	Centrais Elétricas do Maranhão
<b>Cepal</b>	Comissão Econômica para América Latina
<b>CFI</b>	Corporação Financeira Internacional
<b>CII</b>	Corporação Interamericana de Investimentos
<b>CIRR</b>	<i>Commercial Interest Reference Rate</i>

<b>CMC</b>	Conselho Mercado Comum do Mercosul
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>CO</b>	Capital Ordinário
<b>Cofins</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
<b>Conef</b>	Consolidado Econômico-Financeiro
<b>Cosama</b>	Companhia de Saneamento do Amazonas
<b>CPI</b>	Índice de Preços ao Consumidor
<b>CPMF</b>	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
<b>CPSS</b>	Comitê do Sistema de Pagamentos e Recebimentos
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>Depec</b>	Departamento Econômico
<b>Depin</b>	Departamento de Operações das Reservas Internacionais do Banco Central
<b>DES</b>	Direitos Especiais de Saque
<b>Dieese</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>DRU</b>	Desvinculação de Receitas da União
<b>ECT</b>	Empresa de Correios e Telégrafos
<b>EFF</b>	Acordo Ampliado FMI
<b>Eletrobrás</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
<b>Embraer</b>	Empresa Brasileira de Aeronáutica
<b>EMI</b>	Estimador Mensal Industrial
<b>UE</b>	União Européia
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>Eurostat</b>	<i>The Statistical Office of the European Communities</i>
<b>FAD</b>	Fundo Africano de Desenvolvimento
<b>FBC</b>	Formação bruta de capital
<b>FBCF</b>	Formação bruta de capital fixo
<b>FCESP</b>	Federação de Comércio do Estado de São Paulo
<b>FCVS</b>	Fundo de Compensação de Variações Salariais
<b>Fed</b>	<i>Federal Reserve</i>
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>Fida</b>	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
<b>Fida-V</b>	5ª Recomposição Geral de Recursos da Instituição
<b>Fiesp</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>Fiex</b>	Fundos de Investimento no Exterior
<b>FIF</b>	Fundos de Investimento Financeiro
<b>Finame</b>	Agência Especial de Financiamento Industrial
<b>FLIRB</b>	<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i>
<b>FMI</b>	Fundos Monetário Internacional
<b>FMP</b>	Fundos Mútuos de Privatização
<b>FOE</b>	Fundo para Operações Especiais
<b>FOMC</b>	<i>Federal Open-Market Committee</i>
<b>Fonplata</b>	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
<b>FRF-CE</b>	Fundos de Renda Fixa Capital Estrangeiro
<b>Fumin</b>	Fundo Multilateral de Investimentos

<b>Funcex</b>	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
<b>Funcafé</b>	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
<b>GDDS</b>	Sistema Geral de Disseminação de Dados
<b>Global</b>	Bônus da República
<b>GLP</b>	Gás Liquefeito de Petróleo
<b>HIPC</b>	Iniciativa de Alívio da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Ibovespa</b>	Índice de Lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>ICSID</b>	Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimento
<b>ICV/Dieese</b>	Índice do Custo de Vida
<b>IE</b>	Imposto de Exportação
<b>IFO</b>	<i>Institute for Economic Research</i>
<b>IGP-DI</b>	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços - Mercado
<b>II</b>	Imposto de Importação
<b>Imacec</b>	Indicador mensal de atividade econômica
<b>INCC</b>	Índice Nacional de Custo da Construção
<b>Infraero</b>	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
<b>INPC</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
<b>Insée</b>	<i>Institut National de la Statistique e des Études Économiques</i>
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro
<b>Iosco</b>	<i>International Organization of Securities Commissions</i>
<b>IPA</b>	Índice de Preços por Atacado
<b>IPC</b>	Índice de Preços ao Consumidor
<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
<b>IPC-Br</b>	Índice de Preços ao Consumidor - Brasil
<b>IPC-Fipe</b>	Índice de Preços ao Consumidor - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
<b>IPCH</b>	Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado
<b>IPI</b>	Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>IPP</b>	Índice de Preços ao Produtor
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
<b>ISAC</b>	Indicador Sintético de Atividade Industrial
<b>ISAE</b>	<i>Instituto di Studi e Analisi Economica</i>
<b>LBC</b>	Letras do Banco Central
<b>LCC</b>	Linha Contingencial de Crédito
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LFT</b>	Letras Financeiras do Tesouro
<b>LFT-A</b>	Letras Financeiras do Tesouro Nacional - série A
<b>LFT-B</b>	Letras Financeiras do Tesouro Nacional - série B
<b>LGN</b>	Líquidos de gás natural
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>LSPA</b>	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
<b>LTN</b>	Letras do Tesouro Nacional
<b>MAA</b>	Ministério da Agricultura e Abastecimento
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

<b>Mercosul</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MF</b>	Ministério da Fazenda
<b>Miga</b>	Agência Multilateral de Garantia ao Investimento
<b>Moderfrota</b>	Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>MYDFA</b>	<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i>
<b>NAPM</b>	<i>National Association of Purchasing Managers</i>
<b>Nasdaq</b>	<i>National Association of Securities Dealers Automated Quotations</i>
<b>NBCE</b>	Notas do Banco Central - Série Especial
<b>NFSP</b>	Necessidades de financiamento do setor público
<b>NTF</b>	Fundo Fiduciário da Nigéria
<b>NTN</b>	Notas do Tesouro Nacional
<b>NTN-C</b>	Notas do Tesouro Nacional - série C
<b>NYSE</b>	Bolsa de Valores de Nova York
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OIE</b>	Organização Internacional de Epizootias
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>Opep</b>	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>PAF</b>	Programa de assistência financeira
<b>Parafe</b>	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados
<b>Pasep</b>	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
<b>PEA</b>	População economicamente ativa
<b>Petrobras</b>	Petróleo Brasileiro S.A.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIS</b>	Plano de Integração Social
<b>PLA</b>	Patrimônio líquido ajustado
<b>PLE</b>	Patrimônio líquido exigido
<b>PMI</b>	Índice dos Gerentes de Compras
<b>PND</b>	Programa Nacional de Desestatização
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPI</b>	Índice de preços ao produtor de bens finais (EUA)
<b>PR</b>	Patrimônio de Referência
<b>Previ</b>	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
<b>PRGF</b>	Empréstimo para Redução da Pobreza e Incentivo ao Crescimento
<b>Proes</b>	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
<b>Proex</b>	Programa de Financiamento às Exportações
<b>Proger Rural</b>	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
<b>Progex</b>	Programa de Apoio Tecnológico à Exportação
<b>Proleite</b>	Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>Prosolo</b>	Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos
<b>Repetro</b>	Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural
<b>Reporto</b>	Programa de Reparcelhamento dos Portos

---

<b>RGPS</b>	Regime Geral da Previdência Social
<b>RV</b>	Registros de Vendas
<b>Saelpa</b>	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
<b>SBCE</b>	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação
<b>SBPE</b>	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
<b>SDDS</b>	Padrão Especial de Disseminação de Dados
<b>Seade</b>	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
<b>Sebrae</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>Secex</b>	Secretaria de Comércio Exterior
<b>Selic</b>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
<b>SFN</b>	Sistema Financeiro Nacional
<b>Simples</b>	Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
<b>Sisbacen</b>	Sistema de Informações do Banco Central
<b>Siscomex</b>	Sistema Integrado de Comércio Exterior
<b>SRF</b>	Secretaria da Receita Federal
<b>Susep</b>	Superintendência de Seguros Privados
<b>TBF</b>	Taxa Básica Financeira
<b>TEC</b>	Tarifa Externa Comum
<b>TJLP</b>	Taxa de Juros de Longo Prazo
<b>TDA</b>	Títulos da Dívida Agrária
<b>TR</b>	Taxa Referencial de Juros
<b>Unibanco</b>	União de Bancos Brasileiros S.A.
<b>VaR</b>	Valor em risco

# FICHA DE ASSINATURA

 <p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL</b>                  CGC: 00.038.166/0001-05                  NOME DO MANUAL / NAME OF MANUAL</p>		<p><input type="checkbox"/> NOVA / NEW  <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO / RENEWAL</p>		<p><b>USO DO DEIMAP / FOR INTERNAL USE ONLY</b></p> <div style="border: 1px solid black; height: 150px; width: 100%;"></div>	
<p><b>USO DO BACEN / FOR INTERNAL USE ONLY</b></p>		<p><b>USO DO BACEN / FOR INTERNAL USE ONLY</b></p>		<p><b>USO DO BACEN / FOR INTERNAL USE ONLY</b></p>	
<p>NOME / NAME</p>		<p>PARTIDA Nº</p>		<p>DATA</p>	
<p>ENDEREÇO / ADDRESS</p>		<p>VALOR (R\$)</p>		<p>CARIMBO E ASSINATURA</p>	
<p>CIDADE / CITY</p>		<p>UF / STATE</p>		<p>CEP / ZIP CODE</p>	
<p>DDD</p>		<p>RAMAL / EXTENSION</p>		<p>PAIS / COUNTRY</p>	
<p>TEL. / PHONE</p>		<p>CONTATO / CONTACT</p>		<p>FAX</p>	
<p>OBS:</p>					
<p><b>DATILOGRAFAR INFORMAÇÕES / INFORMATION: PRINT OR TYPE</b></p>					
<p><b>INSTRUÇÕES AO ASSINANTE / INSTRUCTIONS</b> →</p>					

**NOS ESTADOS - PAGAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / STATES - PAYMENTS / EXPLANATION**

UNIDADE	ENDEREÇO
ADBEL/ADBEL - ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E RORAIMA	AV CASTILHOS FRANÇA, 708 - 9º ANDAR - TEL.: (91) 242-8304 E 242-7526 66010-020 - BELÉM-PA
ADFOR/GERAD - CEARÁ, MARANHÃO E PIAUÍ	AV HERÁCLITO GRAÇA, 273 - 4º ANDAR - CENTRO - C. P. 991 - TEL.: (85) 211-5436 60140-061 - FORTALEZA-CE
ADREC/GERAD - ALAGOAS, PARAÍBA, PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE	RUA AURORA, 1259 - BAIRRO SANTO AMARO - TEL.: (81) 425-4289 50040-050 - RECIFE-PE
ADSAL/ADSAL - BAHIA E SERGIPE	AV GARIBALDI, 1.211 - 3º ANDAR - ED. CENTRAL PINHEIRO ONDINA, C. P. 44 - TEL.: (71) 203-4658 40176-900 - SALVADOR-BA
ADBHO/GTBHO - MINAS GERAIS, GOIÁS E TOCANTINS	AV ALVARES CABRAL, 1.605 - TERREIRO/PROTOCOLO - TEL.: (31) 253-7180 E 253-7002 30170-001 - BELO HORIZONTE-MG
SECRE/GTRJA - RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 730 - SUBSOLO - C. P. 495 - TEL.: (21) 216-2108 E 216-2370 20071-001 - RIO DE JANEIRO-RJ
ADSPA/COAFI - SÃO PAULO	AV. PAULISTA, 1.804 - 10º ANDAR - ALAPAULISTA - BELA VISTA - C. P. 8.984 - TEL.: (11) 252-1120 E 252-1320 01310-922 - SÃO PAULO-SP
ADCUR/ADCUR - PARANÁ, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	RUA MAL. DEODORO, 558 - 1º ANDAR - C. P. 1.408 - TEL.: (41) 321-2861 E 321-2862 80010-010 - CURITIBA-PR
GERAD/ADPAL/COPEF - RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA	RUA SETE DE SETEMBRO, 586 - SALA 702 - C. P. 919 - TEL.: (51) 215-7167 E 215-7194 90010-190 - PORTO ALEGRE-RS
SEDE - DISTRITO FEDERAL	DEMAP/DISUD/PROTOCOLO - ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO SBS - ED. SEDE - 0-3 - BLOCO B - 2º SUBSOLO - TEL.: (61) 414-2482 E 414-2522 70074-900 - BRASÍLIA-DF
CONTROLE GERAL DE ASSINATURAS/GENERAL SUBSCRIBERS RECORD	BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEMAP/DISUD/SUBIP SBS - ED. SEDE - 0-3 - BLOCO B - 2º SUBSOLO - C. P. 9670 - TEL.: (61) 414-2743 E 414-3165 70074-900 - BRASÍLIA-DF

**INSTRUÇÕES AO ASSINANTE / INSTRUCTIONS**

- 1 - ASSINATURA INICIAL COMPREENDE O RECEBIMENTO DO MANUAL E SUAS ATUALIZAÇÕES SUBSEQUENTES, PELO PERÍODO DE UM ANO.
- 1 - THE INITIAL SUBSCRIPTION COVERS THE MANUAL ITSELF AND SUBSEQUENT UPDATINGS FOR A PERIOD OF ONE YEAR.
- 2 - A RENOVACÃO DE ASSINATURA POSSIBILITA O RECEBIMENTO DAS ATUALIZAÇÕES ULTERIORES, PELO PERÍODO DE UM ANO.
- 2 - SUBSCRIPTION RENEWAL ENTITLES THE SUBSCRIBER TO UPDATINGS FOR AN ADDITIONAL PERIOD OF ONE YEAR.
- 3 - O NÃO PAGAMENTO DA TAXA DE RENOVACÃO IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA DAS ATUALIZAÇÕES DO MANUAL, ARCANDO O ASSINANTE COM OS PREJUÍZOS QUE LHE ADVIEREM EM DECORRÊNCIA.
- 3 - FAILURE TO PAY THE RENEWAL FEE WILL RESULT IN SUSPENSION OF REMITTANCES, IN WHICH CASE THE SUBSCRIBER WILL BE RESPONSIBLE FOR ANY ADVERSE CONSEQUENCES.
- 4 - PAGAMENTO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, NOS ENDEREÇOS ACIMA.
- 4 - PAYMENT SHOULD BE MADE BY CHECK TO "BANCO CENTRAL DO BRASIL."